

**BRUNO TORQUATO SILVA FERREIRA**

**“CIDADÃOS, ÀS ARMAS!”: A INTRODUÇÃO DO SORTEIO MILITAR  
NO ESTADO DE MATO GROSSO (1908-1932)**

**CURITIBA  
FEVEREIRO DE 2014**

**BRUNO TORQUATO SILVA FERREIRA**

**“CIDADÃOS, ÀS ARMAS!”: A INTRODUÇÃO DO SORTEIO  
MILITAR NO ESTADO DE MATO GROSSO (1908-1932)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa “Cultura e Poder”, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

**CURITIBA  
FEVEREIRO DE 2014**

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Ferreira, Bruno Torquato Silva  
"Cidadãos, às armas!": a introdução do sorteio militar no estado de  
Mato Grosso (1908-1932) / Bruno Torquato Silva Ferreira – Curitiba,  
2014.

338 f.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Dennison de Oliveira  
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Mato Grosso - História - 1908-1932. 2. Exércitos.  
3. Recrutamento e alistamento. 4. Serviços militar obrigatório - Mato  
Grosso. 5. Militares. I. Título.

CDD 981.72



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

**E-mail:** [epghis@ufpr.br](mailto:epghis@ufpr.br) **Website:** [www.poshistoria.ufpr.br](http://www.poshistoria.ufpr.br)

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **Bruno Torquato Silva Ferreira** intitulada: "**Cidadãos, às Armas!**": a introdução do sorteio militar no Estado de Mato Grosso (1908-1932), após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *apropriação*....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, vinte e sete de fevereiro de dois mil e quatorze.

Prof. Dr. Dennison de Oliveira (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz (UEL)  
1º Examinador

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues (USS)  
2º Examinador

Prof. Dr. Carlos Martins Junior (UFMS)  
3º Examinador

Prof. Dr. Clovis Gruner (UFPR)  
4º Examinador

**COMISSÃO JULGADORA****DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR**

**PRESIDENTE E ORIENTADOR:** Professor Dr. Dennison de Oliveira

**2º EXAMINADOR:** Professor Dr. Carlos Martins Júnior

**3º EXAMINADOR:** Professor Dr. Francisco César Alves Ferraz

**4º EXAMINADOR:** Professor Dr. Clóvis Gruner

**5º EXAMINADOR:** Professor Dr. Fernando da Silva Rodrigues

**CURITIBA, 27 de fevereiro de 2014.**

*“Parece-me que a questão decisiva da espécie humana é a de saber se, e em que medida, o seu desenvolvimento cultural será bem sucedido em dominar o obstáculo à convivência representado pelos impulsos humanos de agressão e de autoaniquilação”*  
(Sigmund Freud)

## DEDICATÓRIA

*Aos meus avós (voluntário e conscrito das décadas de 1940 e 1950).*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio de sempre, especialmente ao Gabriel, que com sua admiração imerecida impulsiona este irmão desnaturado a tentar ser (ou parecer) melhor do que de fato sou.

Aos colegas de trabalho do Colégio Estadual Lindaura Ribeiro Lucas, por saberem compreender minhas ausências (não necessariamente físicas), sobretudo ao Alexandro: amizade à primeira vista.

Aos colegas e amigos do Colégio Militar de Campo Grande, sobretudo o Coronel Francisco, o Virgínio, a Vânia, o Pedro, o Rafael e o Bruno Nascimento: amigos-camaradas da minha vida.

Aos colegas de Seção de ontem e hoje: Major Rejane, Major Samuel, Meire, Maressa, Robson, Silviane, Magali, Mônica Hipólito, Neman, Santana Souza, Custódio, Rafael, Helder, Agnaldo, Professor Leonardo, Célia, Miguel, Edgar (todos os dias aprendi e ri bastante).

Aos colegas da pós graduação: em especial ao Andrew e à Uliana.

Ao Carlos Alexandre, com quem troquei muitas fontes, pela presença, ainda que distante.

Aos Marcos, pelas conversas e incentivos.

Ao Sr. Arnóbio Santana: mais uma vez, sua ajuda mostrou-se imprescindível!

Ao Professor e amigo César Campiani Maximiano, que não pôde estar presente à banca, mas esteve presente em algumas intenções desta tese: espero que seus conselhos e ensinamentos não tenham sido em vão.

À Maria Cristina: você sabe quem sem você dificilmente este trabalho seria concluído.

Aos professores da Banca de Qualificação por suas leituras atentas e seus conselhos certos.

Ao meu Coorientador: seria pouco reconhecer ao Professor Carlos Martins Júnior pela disposição constante em atender-me, mas devo agradecer-lhe pelo conjunto da obra, pois fostes professor, exemplo, amigo, orientador, coorientador, enfim, tornaste-me credor de uma dívida do tamanho de uma vida. Muito obrigado!

Ao meu Orientador: Professor Dennison de Oliveira, sua confiança, apoio e incentivos foram inspiradores. Conhecemo-nos há poucos anos e convivemos por tempo muito menor do que eu gostaria, entretanto, ficou-me a boa impressão desde o primeiro encontro. Sua postura e camaradagem acadêmica tornaram-me um grande admirador. Sou muito grato por tudo.

Aos meus alunos do Lindaura e do Colégio Militar: souberam apoiar-me e ter paciência pelas minhas ausências.

À Chadha e ao Enzo pelos dois amores em uma única vida.



## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE IMAGENS

LISTA DE MAPAS

RESUMO

**APRESENTAÇÃO ..... 17**

### **CAPÍTULO I - RUPTURA E CONTINUIDADE: UMA LIGEIRA DIGRESSÃO**

**ACERCA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO ..... 38**

1.1 REFORMAS, BUROCRATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO ..... 38

1.2 O EXÉRCITO E O ESTADO PATRIMONIAL BRASILEIRO..... 39

1.3 A GUARDA NACIONAL E O EXÉRCITO NA FORMAÇÃO DA  
ORDEM IMPERIAL ..... 45

1.4 A GUERRA DO PARAGUAI E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO CORPO DE  
OFICIAIS ..... 47

1.5 UMA NOVA CONSCIÊNCIA PROFISSIONAL..... 50

1.6 A MOLDURA EUROPEIA ..... 52

1.7 O PROJETO DE NAÇÃO DA OFICIALIDADE DO EXÉRCITO E A PRIMEIRA  
LEI DO SORTEIO MILITAR (1874) ..... 56

1.8 AS REFORMAS MILITARES DA REPÚBLICA E A PERSISTÊNCIA DO  
PADRÃO DE RECRUTAMENTO DO IMPÉRIO..... 58

1.9 A CENTRALIZAÇÃO DA CADEIA DE COMANDO E A DISTRIBUIÇÃO DO  
EXÉRCITO PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO ..... 60

1.10 A VOLTA DOS MILITARES AOS QUARTEIS E A QUESTÃO DA DEFESA  
NACIONAL ..... 62

1.11 A LEI DO SORTEIO MILITAR DE 1908 ..... 63

1.12 “A LEI NÃO PEGOU” ..... 66

<b>CAPÍTULO II - O SORTEIO MILITAR E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO INÍCIO DA REPÚBLICA.....</b>	<b>68</b>
2.1 A REPÚBLICA E A INFLEXÃO INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO .....	68
2.2 O TRIUNFO DO CONCEITO DA NAÇÃO EM ARMAS.....	70
2.3 CIENTÍFICOS E TARIMBEIROS: OS OFICIAIS DO IMPÉRIO E DOS PRIMEIROS TEMPOS DA REPÚBLICA.....	73
2.4 A MILITARIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS: OS SACERDOTES DO CIVISMO ASSUMEM O LUGAR DOS CIENTÍFICOS E DOS TARIMBEIROS .....	79
2.5 AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA FINALIDADE DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO.....	83
2.6 O SERVIÇO MILITAR E A INDIVIDUALIDADE.....	92
<b>CAPÍTULO III - A PRESENÇA DO EXÉRCITO EM MATO GROSSO.....</b>	<b>98</b>
3.1 O PROJETO NACIONAL MÍNIMO .....	98
3.2 UMA FORÇA MILITAR NO UNIVERSO DA POBREZA.....	99
3.3 O FIM DA GUERRA DO PARAGUAI E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MATO GROSSO .....	100
3.4 OS INVESTIMENTOS MILITARES NA REGIÃO .....	101
3.5 OS MILITARES EM MATO GROSSO .....	103
3.6 MATO GROSSO APÓS O ADVENTO DA REPÚBLICA .....	104
3.7 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DIVISIONÁRIO AOS CORPOS DAS TROPAS MATO-GROSSENSES.....	105
3.8 DIFICULDADES DE TRANSPORTE E OPERACIONALIDADE .....	107
3.9 AS REFORMAS DE 1908 E O ESTADO GERAL DOS CORPOS DAS TROPAS EM MATO GROSSO .....	108
3.10 AS REVOLUÇÕES MATO-GROSSENSES.....	113
3.11 A ALTERAÇÃO DO <i>STATUS MILITAR</i> DE MATO GROSSO.....	115
<b>CAPÍTULO IV - “SOLDADOS INCORRIGÍVEIS”: OS PRAÇAS DA GUARNIÇÃO FEDERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX.....</b>	<b>118</b>
4.1 O PAÍS DO SILÊNCIO .....	118
4.2 SERVIR EM MATO GROSSO.....	120

4.3	RELAÇÕES ENTRE OFICIAIS E PRAÇAS .....	123
4.4	UM EXÉRCITO EM TRANSIÇÃO .....	129
4.5	A SITUAÇÃO DOS PRAÇAS .....	136
4.6	AS CONDIÇÕES DOS QUARTEIS .....	137
4.7	A SAÚDE DA TROPA .....	140
4.8	A (IN)DISCIPLINA DA TROPA E OS CASTIGOS FÍSICOS.....	147
4.9	A FORÇA DE UMA TRADIÇÃO SETECENTISTA: ASPECTOS DAS RELAÇÕES ENTRE OFICIAIS E PRAÇAS.....	154
4.10	O PERSONALISMO DOS OFICIAIS E A INSEGURANÇA DOS PRAÇAS NA INSTITUIÇÃO .....	158
 <b>CAPÍTULO V - A ORGANIZAÇÃO DOS CORPOS DAS TROPAS NO ESTADO DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX .....</b>		<b>165</b>
5.1	A RECEPÇÃO DA LEI DO SORTEIO MILITAR PELA IMPRENSA MATO- GROSSENSE .....	165
5.2	A LEI DO SORTEIO MILITAR DE 1908: UMA INFLEXÃO NA ECONOMIA MORAL DO RECRUTAMENTO .....	176
5.3	A POPULAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO E A DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS DO EXÉRCITO PELO SEU TERRITÓRIO .....	182
5.4	OS MEIOS DE DEFESA DO EXÉRCITO NO ESTADO DE MATO GROSSO .....	188
5.5	OS EFEITOS DA REFORMA DE 1915 EM MATO GROSSO .....	194
5.6	DEMOGRAFIA E RECRUTAMENTO EM MATO GROSSO .....	196
 <b>CAPÍTULO VI - A APLICAÇÃO DO SORTEIO MILITAR NO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE .....</b>		<b>201</b>
6.1	OS PRIMEIROS ESBOÇOS DO SORTEIO MILITAR .....	201
6.2	A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SARGENTOS .....	212
6.3	AS INTERFERÊNCIAS OLIGÁRQUICAS NOS TIROS DE GUERRA .....	215
6.4	1916: O INÍCIO DO SORTEIO MILITAR .....	223
6.5	O SERVIÇO MILITAR E OS ANALFABETOS .....	231
6.6	O LICENCIAMENTO ANUAL DOS RECRUTAS .....	236
6.7	OS RESULTADOS DO SORTEIO.....	237
6.8	OS SORTEADOS DE SÃO PAULO .....	241

<b>CAPÍTULO VII - A GUARNIÇÃO DA CMMT NA DÉCADA DE 1920: A</b>	
<b>CONSTRUÇÃO DOS QUARTEIS E AS REVOLTAS TENENTISTAS.....</b>	<b>244</b>
7.1 1922: O PRIMEIRO TESTE DA CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (O AGRAVAMENTO DO DÉFICIT DE OFICIAIS).....	244
7.2 AS OBRAS MILITARES EM MATO GROSSO .....	246
7.3 O SEGUNDO TESTE: A REVOLUÇÃO DE 1924.....	350
7.4 A COLUNA PRESTES ESTREOU NOS COMBATES AO SUL DE MATO GROSSO.....	255
7.5 A CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO E A PLUTOCRACIA MATOGROSSENSE: RUPTURAS E CONTINUIDADES .....	259
7.6 ANOS 1920: PERSISTÊNCIA DO DÉFICIT DE OFICIAIS E PRAÇAS .....	260
7.7 UMA TAREFA INGRATA: INSTRUIR PRAÇAS EM UMA TERRA INÓSPITA E DESPROVIDA DE RECURSOS .....	266
7.8 AS ORIGENS DOS VOLUNTÁRIOS E DOS SORTEADOS .....	270
<b>CAPÍTULO VIII - A GUARNIÇÃO DA CMMT NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930:</b>	
<b>TURBULÊNCIAS, REVOLTAS E DEGREDOS.....</b>	<b>275</b>
8.1 A SIBÉRIA CANICULAR DOS PAULISTAS .....	275
8.2 A FORÇA DA TRADIÇÃO: OS CORONEIS E O SORTEIO MILITAR NA REVOLUÇÃO DE 30.....	276
8.3 A SITUAÇÃO DOS SARGENTOS E O TRATAMENTO DOS CONSCRITOS .....	279
8.4 O SORTEIO MILITAR ACABOU COM O “SOLDADO PROFISSIONAL”? .....	282
8.5 A CHEGADA DE BERTOLDO KLINGER A MATO GROSSO .....	284
8.6 A SITUAÇÃO ENCONTRADA POR KLINGER.....	286
8.7 A PRAPARAÇÃO PARA AS MANOBRAS DE NIOAQUE.....	288
8.8 UM “BARRIL DE PÓLVORA”: OFICIAIS E PRAÇAS DA CIRCUNSCRIÇÃO EM PÉ DE GUERRA .....	290
8.9 A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA EM MATO GROSSO .....	298
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>310</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>317</b>
FONTES .....	318
BIBLIOGRAFIA .....	326

## LISTA DE QUADROS

Quadro I – Divisão Territorial Estabelecida pela Lei Nº 1860 de 4 de Janeiro de 1908: .....	132
Quadro II – Engajamentos e Alistamentos Entre 1907 e 1914 na Guarnições Mato-Grossenses: .....	133
Quadro III – Antropometria de um Grupo de Conscritos: .....	143
Quadro IV – Efetivos e Claros Conhecidos do 7º Distrito Militar (1890-1907):.....	197
Quadro V – Efetivos Populacionais Masculinos de Mato Grosso Segundo os Censos de 1890, 1900 e 1920: idades apropriadas para o cumprimento do serviço militar .....	198
Quadro VI – Proporção Relativa da População Masculina em Idade Militar no Estado de Mato Grosso nos anos 1890, 1900 e 1920: 1%, 5% e 10%: .....	198
Quadro VII – Sorteio Militar em Mato Grosso (1916-1919): .....	238
Quadro VIII – Total de Incorporações e Proporção dos Sorteados do Estado de São Paulo .....	262
Quadro IX – Total de Efetivos Incorporados por Município em Mato Grosso (1920-1932): .....	263
Quadro X – Voluntários Apresentados aos Corpos da CMMT (1917-1932): .....	269
Quadro XI – Efetivos de Praças dos Corpos da CMMT no Natal de 1927: .....	273

## LISTA DE IMAGENS

Imagem I – O “Tabernáculo da Ciência”: a Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha) no final do século XIX.....	37
Imagem II – Reunião do corpo editorial da revista A Defesa Nacional (grupo conhecido como Jovens Turcos) na década de 1910. ....	67
Imagem III – Oficiais do 17º Batalhão de Caçadores, em Corumbá (década de 1910).....	117
Imagem IV – Bateria do Forte Coimbra (1910) .....	164
Imagem V – O Quartel do 13º Regimento de Infantaria, posteriormente 17º Batalhão de Caçadores (construído entre 1908 e 1914).....	200
Imagem VI – O General Bertoldo Klinger recebendo homenagem da tropa da CMMT por ocasião das manobras de Nioaque (1931).....	309
Imagem VII – O Prefeito de Campo Grande e, posteriormente, governador de Mato Grosso “revolucionário”, Vespasiano Barbosa Martins ao lado do general-de-brigada Bertoldo Klinger (1932).....	315
Imagem VIII – Batalhão Taunay, constituídos por voluntários de Campo Grande. ....	316

## LISTA DE MAPAS

Mapa I – Bacias dos rios Paraguai e Paraná.....	96
Mapa II – Traçado da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB).....	97
Mapa III – A Passagem da Coluna Prestes por Mato Grosso (1925) .....	243
Mapa IV – Unidades da CMMT e sua distribuição pelo território de Mato Grosso .....	274

FERREIRA, Bruno Torquato Silva. **“Cidadãos, às Armas!”: A Introdução do Sorteio Militar no Estado de Mato Grosso (1908-1932)**. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

### **Resumo**

A presente tese apresenta uma investigação acerca do processo de implantação do sorteio militar na área de abrangência da Circunscrição Militar de Mato Grosso entre os anos de 1908 e 1932. Tem como objetivos analisar criticamente as práticas de recrutamento conduzidas pelo comando militar em Mato Grosso e caracterizar a atuação política e institucional dos militares e suas organizações na região. Para tanto, analisamos os registros administrativos produzidos pelo Exército, nas instâncias regional e nacional, concernentes aos problemas e medidas adotadas com a finalidade do exercício do *monopólio do uso legítimo da violência física* naquele território. Ademais, os registros jornalísticos constituíram importantes fontes para se entender como a camada letrada daquela sociedade compreendia a realidade do serviço militar na condição de praça e de que modo essa percepção interferia na sua relação com a Lei do Sorteio Militar. A premissa básica desta pesquisa é a de que as resistências ao alistamento e ao sorteio militar constituem evidências de que havia barreiras estruturais que obstavam as ações *racionalizadoras e civilizadoras* emanadas do poder central.

Palavras-Chave: Exército, Mato Grosso, Sorteio Militar

FERREIRA, Bruno Torquato Silva. "**Citizens, to Arms!**": **The introduction of military sortition in the State of Mato Grosso (1908-1932)**. Thesis.(PhD in História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

### **Abstract**

This thesis presents an investigation around the process of the implementation of the military raffle in the area of Mato Grosso Military Circumscription, between the years of 1908 and 1932. The objective of this thesis is to critically examine the methods of the recruitment conducted by the military in Mato Grosso and to characterize the political and institutional role of the military and their organizations in the region. To research, we analyzed administrative registers produced by the Army, in the regional and national levels, concerned to the problems and measures adopted for the purpose of exercising the monopoly of the legitimate use of physical violence in that territory. Moreover, journalistic registers were important sources for understanding how the educated layer in that society understood the reality of military service in the condition of a "praça" and how this perception interfered with his relationship with the Law of the Military Sortition. The basic premise of this research is that the resistance to the military service and to the military raffle constitute evidences that there were structural barriers that stopped *rationalizing* and civilizing actions emanated from the central power.

Key-Words: Army, Mato Grosso, Military Sortition



## APRESENTAÇÃO

# ACERCA DO MONOPÓLIO ESTATAL DA VIOLÊNCIA E DO NACIONALISMO

### APRESENTAÇÃO DO OBJETO: POR QUE ESTUDAR O SORTEIO MILITAR?

Entender a atuação política dos militares no Brasil tem sido o objetivo de uma parcela cientificamente significativa do meio acadêmico desde, pelo menos, o início do regime militar de 1964-1985.<sup>1</sup> A partir dessa época vêm surgindo propostas interpretativas dos mais variados matizes, tendo se sobressaído as presentes nos trabalhos de José Murilo de Carvalho<sup>2</sup> e Edmundo Campos Coelho.<sup>3</sup> Estes dois estudos seminais iniciaram, nos meios acadêmicos brasileiros, os debates em torno das questões atinentes às relações civil-militares na história política brasileira. Sua importância e inovação se relacionam às formulações analíticas apresentadas e aos procedimentos de investigação conduzidos, uma vez que procuravam fundamentar seus estudos na crítica à documentação produzida pelos próprios organismos militares, jornais e revistas civis e militares, além das fartas entrevistas, memórias e biografias de militares.<sup>4</sup>

Fora isso, qual a novidade trazida por eles? Em ambos, existe a preocupação de demonstrar que as instituições militares – como qualquer outra coletividade – mesmo que possam ter o seu desenvolvimento apartado do meio circundante, isto é a sociedade em geral, estão, também, sujeitas a condicionamentos organizacionais. Ou seja, as instituições militares também se comportam de acordo com as suas próprias necessidades, que em algumas ocasiões, podem conflitar com os interesses verificados na sociedade civil, ou mesmo nos grupos politicamente hegemônicos.

Nesse sentido, os autores em questão procuraram demonstrar como as carências organizacionais e profissionais foram importantes na formulação de concepções políticas pela

---

<sup>1</sup> Embora se deva reconhecer que na década de 1930 iniciaram-se os primeiros esforços intelectuais nesse sentido. Entre estes se destacaram os de Virgínio Santa Rosa com o seu célebre e já um tanto escaldado *O Sentido do Tenentismo* (1933).

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 3, v.2, 1975.

<sup>3</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. (Publicado originalmente em 1976)

<sup>4</sup> Nesse particular abundam as dos oficiais.

oficialidade brasileira; fugindo, dessa forma, às generalizações que em pouca coisa se revelam úteis para a compreensão do processo político brasileiro. Desvencilhando-se de pré-conceitos na caracterização dessa categoria profissional, indicados pelo uso de expressões como *autoritário*, *progressista* ou *caudilhismo*, os autores demonstraram o quanto eles são contraditórios e pouco explicativos. Foi inclusive relativizada a clássica abordagem que aponta a atuação política dos militares como típica das classes médias urbanas.<sup>5</sup> Desse modo, a perspectiva instrumental com que era interpretada a atuação política dos militares, ou mesmo das organizações militares, cedeu espaço para leituras que passaram a considerar as injunções políticas intra-institucionais e os seus reflexos nas relações civil-militares.<sup>6</sup>

É importante destacar que os estudiosos brasileiros supracitados tiveram trajetórias acadêmicas muito semelhantes, pois ambos fizeram cursos de pós-graduação em universidades norte-americanas<sup>7</sup> e, certamente, sofreram marcantes influências dos debates acadêmicos referentes à interpretação dos fenômenos típicos das organizações burocráticas.<sup>8</sup> Contudo, os autores brasilianistas (Alfred Stepan, John Schulz, Henry Hunt Keith, Robert A. Hayes, Frank D. McCann, entre outros) que passaram a desembarcar em terras brasileiras a partir da década de 1960, foram os primeiros a incluir as preocupações com as especificidades organizacionais das instituições, em particular das forças armadas, na agenda dos debates acadêmicos em torno das discussões sobre os problemas relacionados ao intervencionismo militar no sistema político brasileiro.

Trouxeram na bagagem um substancial repertório de discussões em torno das relações civil-militares na sociedade norte-americana. Os anos posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos evidenciaram a ascensão e a projeção dos militares e seus organismos burocráticos no sistema político daquele país. Esta constatação motivou uma série

---

<sup>5</sup> Sobretudo em SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 e CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Texto e Contexto, 1972, além do próprio Santa Rosa.

<sup>6</sup> Sobre isto vale conferir os excelentes debates conduzidos por Edmundo Campos Coelho na Introdução do seu *Em Busca de Identidade...* e Antonio Carlos Peixoto em “Exército e Política – Uma Crítica dos Modelos de Interpretação” In. ROUQUIÉ, Alain (Coordenador). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, pp. 27-42.

<sup>7</sup> Edmundo Campos Coelho cursou mestrado em sociologia na University of Califórnia- Los Angeles (UCLA) e José Murilo de Carvalho fez sua pós-graduação (em nível de mestrado e doutorado) na Stanford University.

<sup>8</sup> Essas influências são bastante evidentes em obras como CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 e COELHO, Edmundo Campos (org.) *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

de pensadores, entre os quais se destacaram Samuel P. Huntington<sup>9</sup> e Morris Janowitz<sup>10</sup>, a propor explicações a respeito do sentido político das intervenções militares, sobretudo em regimes liberais e democráticos. Esses estudos, em geral, se filiam teórica e metodologicamente aos apontamentos feitos por Alfred Vagts, sociólogo alemão radicado nos Estados Unidos, em obra publicada originalmente em 1937.<sup>11</sup>

O sociólogo americano Alfred Stepan, por sua vez, foi pioneiro intérprete do comportamento político do oficialato do Exército brasileiro nos anos imediatamente posteriores ao advento do Regime Militar.<sup>12</sup> Em seu trabalho preocupou-se em investigar de que forma os aspectos organizacionais do Exército, tais como a orientação nacional da formação dos militares, os efetivos, as origens sociais e regionais, a organização interna e sua distribuição pelo território brasileiro favoreciam, ou não, a explosão de insatisfações e radicalismos em seus componentes.

O estudo apresentado por John Schulz, surgido originalmente como tese de doutorado, também alcançou grande projeção.<sup>13</sup> Desta vez, o objetivo era o de reconstituir historicamente os passos que levaram à radicalização da jovem oficialidade formada pela Escola Militar da Corte nos anos finais do Império, que resultou na sua própria derrubada. Procedimentos semelhantes aos desenvolvidos no trabalho de Stepan são observados nesse trabalho: análises do processo de socialização interna, investigação sobre as experiências vivenciadas pelas diferentes gerações de oficiais em conflitos externos e internos, as articulações com o meio civil, entre outros.

Recentemente, também surgiram trabalhos empenhados em propor sínteses históricas da instituição militar terrestre em largas dimensões cronológicas. Entre muitos, pode-se destacar os trabalhos de Henry Hunt Keith<sup>14</sup> e Robert A. Hayes<sup>15</sup>, que apontam para uma versão mais institucional e ligeiramente laudatória da história militar brasileira. Não

---

<sup>9</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

<sup>10</sup> JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional – Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

<sup>11</sup> VAGTS, Alfred. *A History of Militarism*. New York: MacMillan, 1959.

<sup>12</sup> STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Originalmente publicado em 1971 como tese de doutorado sob o título *The Military in Politics*.

<sup>13</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994. Publicado em 1973 sob o título *The Brazilian Army and Politics, 1850-1894*. Uma versão resumida deste trabalho encontra-se em SCHULZ, John. “O Exército e o Império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971. t. 2, v. 4.

<sup>14</sup> KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924, em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989.

<sup>15</sup> HAYES, Robert A. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

coincidentalmente, ambos foram publicados pela editora da Biblioteca do Exército. Na presente década, foi lançada outra síntese histórica do Exército brasileiro no período republicano, de valor mais ponderável. Trata-se de “*Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*”, estudo do brasilianista Frank D. McCann.<sup>16</sup>

Contudo, profícuas tendências também se manifestaram através dos trabalhos de outros pesquisadores nacionais e brasilianistas e se referem, em linhas gerais, às análises das práticas de recrutamento levadas a cabo pelas autoridades a serviço do poder central nos mais diferentes contextos. Entre estes, ganharam maior notoriedade os trabalhos publicados por Hendrik Kraay,<sup>17</sup> Peter Beattie,<sup>18</sup> Vitor Izecksohn,<sup>19</sup> Christiane Figueiredo Pagano de Mello,<sup>20</sup> Shirley Maria Silva,<sup>21</sup> Álvaro Pereira do Nascimento,<sup>22</sup> Fábio Faria Mendes,<sup>23</sup> que se debruçaram sobre os problemas da governança vinculados às necessidades do preenchimento dos *claros* (vazios) das tropas do Exército e da Marinha.

Nota-se, nestes estudos, a preocupação com a articulação entre as dificuldades estruturais dos organismos estatais, no tocante ao recrutamento, e as estratégias de resistência e evasão da população ao serviço militar, também conhecido como “*tributo de sangue*”.<sup>24</sup> Ao mesmo tempo, de uma forma geral, esses trabalhos envolveram a análise de documentos produzidos pelos comandos militares regionalizados, fossem capitânias na época colonial, províncias durante o Império, ou regiões militares, na época republicana.

<sup>16</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>17</sup> KRAAY, Hendrick. *Race, state and armed forces in independence-era Brazil: Bahia 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

<sup>18</sup> BEATTIE, Peter. *The tribute of blood: army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

<sup>19</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, v. 27, 2001.

<sup>20</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A Guerra e o pacto : a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

<sup>21</sup> NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “‘Esses miseráveis delinquentes’: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

<sup>23</sup> MENDES, Fábio Faria. “A economia moral do recrutamento militar no Brasil imperial”. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, pp. 81-96, 1998 e MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o sorteio militar”. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, pp. 267-294, 1999.

<sup>24</sup> MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 111.

Nesse sentido, a experiência histórica da sociedade brasileira com o cotidiano do recrutamento militar teria gerado algo definido como uma “*economia moral do recrutamento*”, a qual associava o serviço nas forças militares permanentes, na condição de praça, a uma espécie de punição, uma degradação social a que estariam sujeitos apenas os indivíduos marginalizados pela sociedade. Por outro lado, todas essas interpretações acadêmicas apontam para a importância da questão do recrutamento, entre outros aspectos da organização da defesa nacional, para o comportamento político individual e institucional dos militares, sobretudo após a proclamação da República.

## O ADVENVENTO DA MODERNA BUROCRACIA ESTATAL E O NACIONALISMO

Na sua busca pela definição daquilo que é específico ao mundo ocidental moderno o sociólogo alemão Max Weber apontou o capitalismo organizado em moldes racionais e a racionalização da conduta em todas as esferas da existência humana.<sup>25</sup> Ao estabelecer os três tipos puros de dominação legítima (a *dominação legal*, a *dominação tradicional* e a *dominação carismática*), indicou que a dominação legal é a mais ajustada ao mundo capitalista por ter como fundamento “*mais puro*” a organização burocrática.<sup>26</sup> A burocracia é um traço distintivo das modernas sociedades e está estreitamente relacionada ao aumento da interdependência entre os indivíduos, proporcionado pela expansão da produção econômica e das trocas comerciais, notadamente no capitalismo.<sup>27</sup>

A burocracia também é caracterizada como um domínio da impessoalidade regular (ou regularidade impessoal) no tocante à administração das relações humanas. Na medida em que o número de seus componentes aumenta tornam-se cada vez mais complexas as suas atribuições, que passam a não mais se pautar pela socialização direta entre indivíduos, mas sim através de organizações assumindo papel mediatizante.<sup>28</sup>

Nas modernas sociedades a convencional dicotomia público/privado ganha nova coloração, pois pressupõe conflitos, velados ou abertos, da dominação legal-burocrática com os tipos de dominação tradicional e carismática, caracterizados pelo personalismo no primeiro caso e pela ausência de rotina no outro. A organização burocrática, pela sua própria

---

<sup>25</sup> COHN, Gabriel (org.). “Introdução” In. WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 15.

<sup>26</sup> WEBER, Max. *Sociologia* [organizado por Gabriel Cohn]. São Paulo: Ática, 1982, p. 129.

<sup>27</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 9.

<sup>28</sup> Idem.

indispensabilidade, conduz ao desenvolvimento de uma ética profissional cujos valores são os da subordinação, porém parece correto pressupor que, dado o fato de que a autoridade da burocracia também advém de um saber por ela monopolizado, frequentemente se manifestam tendências à sua libertação gradual em relação aos grupos dirigentes, de modo a apoderar-se da organização e manipulá-la conforme os seus próprios interesses: “*Organizações não servem a objetivos, mas são servidos por eles*”.<sup>29</sup>

Dessa forma pode-se compreender o comportamento político das organizações militares que fogem ao controle dos dirigentes civis, considerando-se que nem sempre os interesses de uma dada organização burocrática são coincidentes com os dos detentores do poder de mando, daí advindo, em grande medida, as referidas incompatibilidades de interesses e valores. Entretanto, outro aspecto fundamental da cultura política contemporânea fugiu às observações do arguto sociólogo erfurtiano: o advento do princípio das nacionalidades e suas incontornáveis implicações para o mundo ocidental.

Analisando as transformações sociais e políticas ocorridas nos últimos trezentos anos na Europa, Norbert Elias entendeu que o surgimento do nacionalismo<sup>30</sup> coincidiu com uma transformação política e social de longo prazo bastante significativa: a ascensão burguesa aos quadros dirigentes estatais. Essa ascensão – fosse ela mais abrupta ou mais gradual – apresentou, de maneira geral, análogo efeito resultado cultural: a fusão da ética aristocrático-guerreira, que tinha o realismo como o seu principal fundamento, com a moral burguesa, que tinha o seu refúgio espiritual no humanismo universalista.<sup>31</sup>

Em linhas gerais, essa fusão implicou na incorporação de artefatos culturais aparentemente contraditórios como o exclusivismo, a democratização, o pragmatismo (cálculo frio), a humanização, entre outros princípios. Quando analisados sobre o pano de fundo da realidade social com que se defrontaram, essas aproximações passam a fazer sentido, pois tal fenômeno aflorou num contexto de pacificação intra-estatal e de forte acirramento da rivalidade interestatal. Com efeito, o Estado moderno, no mesmo passo em que procurava pacificar internamente a população a ele submetida, ingressava numa dinâmica de prevenção

---

<sup>29</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 43 e COELHO, Edmundo Campos. *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, pp. 13-14.

<sup>30</sup> É importante mencionar que por nacionalismo o autor entende como sendo o sentimento de pertença a uma coletividade maior, a nação, o que não guarda qualquer semelhança com a xenofobia ou qualquer conotação valorativa que tal conceito poderia carregar.

<sup>31</sup> ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 126-127.

e competição em relação aos outros Estados, dando continuidade, nesse sentido, ao *modus operandi* dos Estados dinásticos que o precederam.<sup>32</sup>

O Estado moderno se afigura, em decorrência, como a resultante da progressão, extensão e complexificação de dois processos concomitantes e reciprocamente indutivos, a saber, a burocratização e o avanço das concepções burguesas de nacionalidade.

## O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO COMO UMA CONSEQUÊNCIA DO ENCONTRO DO NACIONALISMO COM A BUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Em muitos casos, sobretudo nos dos países da Europa continental, a implantação do serviço militar obrigatório era uma decorrência de conflitos e rivalidades que enredavam sociedades de massa umas contra as outras. Não porá caso a escola e o quartel eram consideradas instituições responsáveis pelos apelos aos sentimentos de lealdade à nação-Estado.<sup>33</sup> Nas palavras de Eric Hobsbawm:

A escola e o serviço militar ensinaram os italianos a compreender, se não a falar, a língua “nacional” oficial, e o exército fez do espaguete, anteriormente prato regional do sul empobrecido, uma instituição de toda a Itália. No que tange à população civil, o colorido espetáculo público da exibição militar foi multiplicado para seu divertimento, inspiração e identificação patriótica: paradas, cerimônias, bandeiras e música. O aspecto mais familiar dos exército será provavelmente a onipresente banda militar, sem a qual era difícil imaginar os parques e os festejos públicos.<sup>34</sup>

Houve, nesses casos, uma amplificação e impessoalização das solidariedades entre os membros das coletividades nacionais. Desse modo, para Elias, a nacionalização do *habitus* da grande massa de indivíduos que formavam as sociedades ocidentais nada mais foi do que uma decorrência do processo de modernização pelo qual passaram nestes últimos trezentos anos.<sup>35</sup>

Entretanto, existem ameaças latentes a essa pacificação social, pois ela depende de condições específicas, tais como autodisciplina individual relativamente estável, manutenção de padrões habituais de vida e resolução pacífica dos conflitos intra-estatais. Por essa razão o

---

<sup>32</sup> ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.131.

<sup>33</sup> Ibidem, pp. 133-134.

<sup>34</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005, p.421.

<sup>35</sup> ELIAS, Norbert. *Op.Cit.*, p.142.

autor afirma que o processo civilizador nunca será completo, estando sempre ameaçado.<sup>36</sup> Essas condições peculiares estiveram e ainda estão diretamente vinculadas às características de vida nas modernas sociedades industriais e capitalistas.

Ao mesmo tempo em que depende de disposições de personalidade e de um aprendizado social que implica na auto-contenção dos impulsos violentos nas relações inter-individuais a pacificação social exige uma predisposição dos indivíduos ao sacrifício da vida pelo interesse do Estado ao qual devem lealdade. Desse modo, fica bastante evidente que as normas morais vigentes nas sociedades ocidentais apresentam a ambiguidade primordial de serem ao mesmo tempo integradoras e segregadoras, tanto no plano interno como no plano externo.<sup>37</sup>

O elevado grau de não violência, característico das organizações estatais modernas, é um fato ímpar e é sustentado pelo monopólio do uso da violência por agentes estatais especializados no seu exercício organizado e legalmente autorizados. A própria violência está por trás da coação da violência nas relações humanas. A pacificação do Estado é, portanto, o resultado de coações impostas por outros que, no longo prazo, transformam-se em auto-contenções (refreamento auto-ativado dos impulsos violentos). É por essa razão que Elias considera que a não-violência nas relações humanas nunca atingiu patamar tão elevado quanto nos últimos anos. Trata-se de um fato ímpar. Daí a inversão da equação: antes de se perguntar sobre as razões da violência em uma sociedade civilizada, seria o caso se saber como foi possível pacificar as sociedades em um grau tão elevado como ocorre “*nos grandes Estados e sociedades do nosso tempo*”?<sup>38</sup>

Nestas considerações iniciais pretendo evidenciar que o Estado nacional brasileiro passou por processo análogo durante o século XX, notadamente após a introdução do serviço militar obrigatório. De fato, parece certo que o Exército brasileiro foi a ponta de lança da burocracia estatal no tocante à tarefa de pacificação social e exercício do monopólio do uso legítimo da violência. Contudo, por razões de ordem prática, esta proposta de investigação se restringirá, espacialmente, ao território delimitado pelo antigo Estado de Mato Grosso (atuais Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia).

---

<sup>36</sup> ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.161.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.171.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.161.



## O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL

Durante todo o século XIX o Estado brasileiro viu-se em sérias dificuldades na tarefa de preenchimento dos *claros*<sup>39</sup> das tropas em virtude da histórica “*aversão e resistência ao serviço das armas*”, generalizados entre a “*gente comum*”.<sup>40</sup> O recrutamento forçado (“*a laço*”) foi expediente tradicionalmente utilizado na tentativa de atenuar essas dificuldades sem, no entanto, atingir resultados satisfatórios para o objetivo ao qual se destinava. A experiência histórica da sociedade brasileira com o cotidiano do recrutamento militar gerou algo classificado como uma “*economia moral do recrutamento*”, a qual associava o serviço nas forças militares permanentes, na condição de praça, a uma espécie de punição, uma degradação social a que estariam sujeitos apenas os indivíduos marginalizados pela sociedade.

A debilidade das estruturas burocráticas prejudicava o desenvolvimento de uma efetiva ação recrutadora, calcada em dispositivos *racionais* e *modernos*. Na prática, o serviço nas tropas de linha (Exército e Armada) restava aos indivíduos não protegidos pelas relações de dependência dos grupos poderosos locais, que detinham privilégios de concessão de isenções delegados pelo poder central.<sup>41</sup> Essa dinâmica levou os poderes centrais a se sujeitarem diante dos interesses dos chefes locais, política e economicamente hegemônicos, no tocante ao recrutamento militar; podendo-se afirmar que essa situação só começou a ser alterada a partir do início da aplicação da Lei do Sorteio Militar em 1916.

A perspectiva da adoção do modelo de conscrição obrigatória gerava expectativas, entre seus defensores, de que o serviço militar viesse a constituir um mecanismo disciplinador. Mais que isto, o serviço militar era visto por muitos como uma possibilidade de resolução dos problemas de organização social. Acima de tudo, preocupava a muitos pensadores e formadores de opinião as dificuldades referentes à constituição de mão-de-obra qualificada e obediente aos padrões, num contexto de princípios de industrialização do país e, conseqüentemente, de expansão das relações assalariadas de trabalho.<sup>42</sup> O serviço militar, na visão de intelectuais da estirpe de Bilac, estava vinculado a valores como disciplinarização,

---

<sup>39</sup> Vagas individuais não preenchidas nas fileiras do Exército.

<sup>40</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Lei da Cumbuca: A Revolta Contra O Sorteio Militar”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24, p. 267-294, 2000, p. 271.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.270.

<sup>42</sup> Convém mencionar que o debate sobre o uso ou não da disciplina militar para fins de organização do trabalho na sociedade brasileira gerou grande polêmica que opôs, entre outros, Olavo Bilac e Alberto Torres. Para uma sumarização desta polêmica ver COELHO e McCANN.

racionalização e individualismo. Muitos, incluindo Bilac, entendiam que o Exército, através de suas escolas regimentais, deveria funcionar como vetor educacional do povo, oferecendo aos recrutas educação elementar obrigatória (ou *instrução* como se dizia à época). Além disso, esse método de alistamento vigorava em vários países europeus e, por essa razão, era visto como um modelo a ser seguido, pois refletia as visões de mundo de muitos homens letrados, concepções de modernidade, civilização e progresso.

Há registros da existência de organizações disciplinares em várias sociedades e diversos contextos. No entanto, para Foucault, o poder disciplinar surgido na época moderna se distingue em relação ao das demais épocas por ser exercido de forma anônima, em nome da sociedade, embora continuasse sendo sofrido individualmente. É um poder *produtor de individualidades*, que provoca, ao mesmo tempo, a emersão de uma multiplicidade de indivíduos. Nesse sentido, vale lembrar que o *insight* original da ideia do *panopticon* de Jeremy Bentham surgiu após observações dos dormitórios da Escola Militar de Paris ainda no século XVIII.<sup>43</sup> Nas décadas iniciais do século XX, portanto, o Exército brasileiro se afigurava como uma daquelas instituições que, na época moderna, passaram a receber a incumbência de efetuar transformações nas personalidades e hábitos dos indivíduos, assim como as prisões, escolas e fábricas.

Para dar conta desses desafios as lideranças burocráticas do Exército procuravam aperfeiçoar os mecanismos de identificação da população masculina para fins disciplinares. As inovações técnicas do momento ampliavam as possibilidades de discriminação dos indivíduos. Esta discriminação potencializava o reforço da capacidade de individuação e de vigilância pelo aparato estatal sobre os indivíduos. O século XX foi, portanto, um momento de intensificação da capilaridade do poder, permitindo, entre outras coisas, a classificação desses indivíduos de acordo com a conveniência dos dirigentes civis e militares. Um exemplo disso foi a introdução do método datiloscópico, que possibilitou a seleção, dentro do universo dos praças que serviam ao Exército, daqueles que mais se adequassem às especificidades da vida em caserna, eliminando os incompatibilizados e os que já houvessem cumprido algum período anterior de serviço militar, pois estes deveriam constituir a reserva mobilizável das forças terrestres.

A introdução do sorteio implicaria na necessária promoção da circulação anual de jovens no interior das fileiras do Exército por curtos períodos (de 12 a 18 meses), com o fito

---

<sup>43</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, pp. 210-211.

de receber instrução militar e depois “*darem baixa*”, retornando à vida civil, abririam vagas para que outros jovens pudessem receber a mesma instrução no ano seguinte e assim sucessivamente. No longo prazo, esperava-se constituir uma reserva, sempre crescente, de homens habilitados no manejo das armas. No novo Exército *moderno* não haveria mais espaço para o chamado *soldado profissional*, praça que permanecia nas fileiras por longos anos e na mesma graduação até a aposentadoria. Seu lugar seria ocupado a partir de então pelo *cidadão-soldado* comprometido com a causa da defesa nacional.<sup>44</sup>

É possível afirmar que, num sentido amplo e profundo, o Exército se apresentou como um vetor *civilizacional* infletindo sobre a população brasileira. Os seus métodos peculiares de instrução – que invariavelmente apelam para a infusão de valores e sentimentos de subordinação, restrição emocional, boas maneiras, civilidade e honra – iam ao encontro das necessidades dos dirigentes civis no que diz respeito ao objetivo de disciplinar e pacificar os sentimentos.

#### A LEI Nº 1860 DE 04 DE JANEIRO DE 1908

A que regulava “o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército” foi aprovada na Câmara dos Deputados federais em 4 de janeiro de 1908, 15 meses após a sua apresentação. O artigo 33 previa a organização de juntas de alistamento militar todos os anos, as quais se incumbiriam de organizar listas de recenseamento dos indivíduos que houvessem completado 20 até 28 anos de idade no ano anterior. Por sua vez, o artigo 34 prescrevia que as juntas deveriam registrar a profissão, sinais característicos, idade, naturalidade e filiação dos alistados dos sorteados e alistados. Note-se que a lei não se previa que as listas indicassem o endereço dos indivíduos alistáveis, o que na prática inviabilizaria sua convocação.

A lei também previa a criação de uma ou mais juntas de alistamento militar em cada município (art. 39). Elas seriam compostas por dois oficiais de 1ª linha, reformados, ou ainda da reserva, da 2ª linha do Exército ou honorários, nomeados pelo comandante do distrito militar a que pertencerem, ou inspetor permanente, e do chefe do poder executivo municipal. Caso não houvesse no município pessoas suficientes com essas características, o ministro da Guerra solicitaria ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores a nomeação de oficiais da

---

<sup>44</sup> Sobre isso ver CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 19-22.

Guarda Nacional. Em cada estado da federação funcionaria uma junta de sorteio, responsável pela recepção, guarda e registro das listas de recenseamentos e pela realização do sorteio dos alistados (art. 45). Cada junta seria composta do juiz seccional (presidente), do comandante superior da Guarda Nacional, do auditor de guerra (na falta deste, o procurador da República), três oficiais de 1ª linha e um médico militar (art. 48).

O artigo 46 previa que, antes do sorteio anual, essas juntas deveriam funcionar como conselho de revisão, decidindo sobre os pedidos de isenção e dando conhecimento das infrações à lei “às autoridades competentes”. Pelo artigo 47, caberiam recursos das decisões da junta de sorteio ao Supremo Tribunal Militar dentro do prazo de 10 dias a partir da divulgação das listas de sorteados, afixadas nas portas do edifício municipal e transcritas na imprensa local. Estavam isentos, segundo o art. 75, os incapacitados física ou mentalmente e “os que alegarem motivo de crença para não cumprirem as obrigações impostas por esta lei, caso em que perderão todos os direitos políticos. (Const., art. 72, §. 29, in fine.)”.<sup>45</sup>

## CATEQUIZANDO OS FUTUROS CIDADÃOS NA RELIGIÃO CÍVICA

Neste particular, cabem algumas observações a respeito do opúsculo *Catecismo do Soldado*, publicado por ordem do marechal Hermes da Fonseca, durante a sua passagem pela pasta da Guerra (1906-1909). Resultou de compilação encetada pelo segundo-tenente de infantaria Ildefonso Escobar e apresentada para publicação junto à gráfica do Ministério da Guerra em maio de 1908, tendo como propósito ministrar “*educação teórica e moral*” aos novos recrutas que ingressariam no Exército, imaginava-se, após o funcionamento do sorteio militar.<sup>46</sup>

Não coincidentemente, a primeira tiragem, de 3.000 exemplares, surgiu exatamente no ano em que se previa que fosse iniciado o funcionamento do mecanismo do sorteio militar. Posteriormente, em novembro e dezembro de 1909, outras tiragens, de 3.000 e 2.000 exemplares, foram sucessivamente publicadas, seguindo as ordens de outro ministro da Guerra, o general Bernardino Bormann. O autor afirmava que o seu trabalho deveria servir de

---

<sup>45</sup> Para uma análise dos artigos dessa lei ver CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007.

<sup>46</sup>Vale mencionar que o autor recebeu elogio publicado em boletim ministerial por esse trabalho. ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do Soldado* (Infantaria). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910, p. X.

“guia” para os “jovens sorteados” que, brevemente, ingressariam nas fileiras <sup>47</sup>, ou mesmo para os “inferiores combatentes dos Corpos do Exército”.<sup>48</sup> Ao que tudo indica, foram remetidos exemplares para todas as regiões militares do país. <sup>49</sup>

O próprio título é sugestivamente revelador quanto à finalidade do autor. Catecismo pode ser entendido como um “conjunto de instruções sobre os princípios, dogmas e preceitos de [uma] doutrina”, em geral expostas no formato de “perguntas e respostas” e constituindo “objeto de inabalável crença” para alguém. <sup>50</sup> Neste caso, expressões como “dogmas”, “preceitos”, “doutrina” e “inabalável crença” evidenciam que se estava tratando de algo equiparado às religiões e não simplesmente às ideologias comuns. <sup>51</sup> Em suma, a finalidade era catequizar cidadãos-soldado nos valores do “amor à Pátria”, no respeito às leis, às instituições, à história, aos antepassados, aos heróis e às glórias comuns do povo brasileiro, pois a “Pátria [...] [é] tudo que nós temos e tudo que nós podemos”. <sup>52</sup>

Mas o cidadão-soldado brasileiro também deveria se destacar como um cumpridor “perfeito de todos os [...] deveres de soldado”, demonstrando “bravura perante o inimigo” e cultuando a “lealdade e [...] [os] sentimentos generosos”.<sup>53</sup> Como um cultor dos sentimentos de solidariedade para com a nação, deveria ter na bandeira o símbolo máximo da sua devoção, pois ela nos faz lembrar daqueles que “têm valentemente derramado seu sangue pelo Brasil”, é o “ideal do sentimento que exalta a nobreza e o valor do Brasil; quando ela tremula altiva; o Brasil é grande, respeitado e glorioso”; portanto, ela “deve ser adorada, respeitada e acatada pelo soldado e no combate é um dever sagrado de todo militar garanti-la, defendendo-a sempre, mesmo com risco de vida”.<sup>54</sup>

<sup>47</sup> ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do Soldado* (Infantaria). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910, p.V-VI. Neste caso estou analisando a 2ª edição composta e publicada em 1910.

<sup>48</sup> ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do Soldado* (Infantaria). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910, p.XIII. Inferiores: postos das bases das corporações militares (soldados, anspeçadas, cabos e sargentos).

<sup>49</sup> Região Militar: divisão administrativa implantada após reforma conduzida pelo ministério Hermes da Fonseca (1906-1909). A área de abrangência das Regiões Militares respeitava os limites políticos dos Estados brasileiros, conquanto alguns, como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso, constituíam, cada um, uma região militar, enquanto outros, como Santa Catarina e Paraná ou Maranhão e Piauí, eram aglutinados para formar uma única região militar. ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do Soldado* (Infantaria). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910, p. XI.

<sup>50</sup> HOUISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva, 2009. Consulta eletrônica.

<sup>51</sup> Até onde foi possível conhecer essa analogia do nacionalismo com as religiões foi desenvolvida originalmente por ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 31-32.

<sup>52</sup> ESCOBAR, Ildefonso. *Op.Cit*, 1910, p.1.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.2.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp.3-4.

Mas o soldado também deve se distinguir pela disciplina, entendida, neste caso, como a “*submissão aos regulamentos militares e a obediência a todos os superiores*”. A disciplina não deveria ser encarada como uma arbitrariedade, pois cada “*soldado deve respeitar-se a si mesmo e ter convicção de que a disciplina é uma coisa necessária e obrigatória*”.<sup>55</sup> O Exército não pode existir sem disciplina, do contrário seus componentes não passariam de “*bandos perigosos, incapazes de chegar a um resultado ou obter um sucesso*”. A disciplina não está presente apenas no Exército, mas em todas as instituições respeitáveis (como a “*família, o colégio e todas as associações civis*”) que possuem chefia. A diferença é que nele a “*disciplina deve ser mais sólida do que em qualquer outra corporação*”.<sup>56</sup>

No Exército a obediência deve ser “*imediate, sem hesitação nem murmúrio*” e o militar deve obediência a “*todos os graduados em escala hierárquica*”, pois o “*superior é o responsável pela ordem que dá*”. Finalmente, todos (soldados, oficiais e generais) devem cumprir com os regulamentos militares, pois no Exército “*todos obedecem*”. Destarte, o soldado “*deve executar as ordens recebidas com boa vontade, com gosto e inteligência, a bem do serviço*” e mesmo quando se encontrar sem ordens “*deve agir de modo a satisfazer as intenções de seu chefe*”.<sup>57</sup>

A formulação discursiva supracitada, além de reveladora dos valores a ela subjacentes, também desvela os investimentos sociais depositados num projeto de nação – elaborado por um setor da sociedade que passava por um crescimento numérico e de importância social e política – que tinha como meta a instituição de padrões impessoais de convivência e lealdade. Entrementes, e não menos importante, explicitava-se uma estratégia de introjeção de noções de disciplina, ordem e honra vinculadas a esses mesmos padrões impessoais. A ubíqua burocracia militar brasileira dava decisivos passos na direção do desenvolvimento e da acumulação de um saber social muito útil ao exercício do poder disciplinar.

Portanto, o ideal e o desenvolvimento de técnicas e mecanismos de controle passam normalmente, pela acumulação de experiências sociais verificadas nos grupos armados organizados e institucionalizados. Max Weber, por sua vez, ao descrever as origens históricas da disciplina militar, chegou a conclusões semelhantes a respeito dos processos que marcaram as transformações das noções de racionalização e burocratização: “*A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina (...) Nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a*

---

<sup>55</sup> ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do Soldado* (Infantaria). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910, pp.6-7.

<sup>56</sup> *Ibidem*, pp.7-8.

<sup>57</sup> *Idem*.

*disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista (...)*.<sup>58</sup> Como é possível observar, atribuía-se grande importância às organizações militares no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento das noções de disciplina e individualismo na virada do século XIX para o XX.

Bilac e a Liga de Defesa Nacional, de acordo com a concepção do *cidadão-soldado*, projetavam a ideia de um Exército “*educador do povo*”. Em outras palavras, o Exército deveria ser, na opinião desse grupo, um instrumento do Estado na difusão de princípios ideológicos de disciplina, ordem e nacionalidade, já que o sistema escolar não demonstrava competência para tal. Os chefes militares mais velhos, de formação positivista, a exemplo do ministro da Guerra, Caetano de Faria (1914-1918), tendiam a ver com maiores simpatias essa tarefa.

Os *jovens turcos*,<sup>59</sup> mais imbuídos dos valores do profissionalismo militar, por sua vez, viam o serviço militar obrigatório como um instrumento de fortalecimento do Exército e, por extensão, do próprio Estado-nacional. Se possível, inclusive, gostariam de intervir na própria educação primária e secundária a fim de orientá-las no sentido da preparação militar da população desde a mais tenra idade. Estas perspectivas dissonantes revelam, em última instância, profundas discordâncias quanto à própria função do Exército e o seu lugar na sociedade brasileira. Em ambos os casos, no entanto, a perspectiva disciplinar e racionalizadora da expansão do serviço militar não se distanciavam dos horizontes intelectuais.

## O SORTEIO MILITAR EM MATO GROSSO E OS LIMITES DA BUROCRACIA ESTATAL EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA

Em Mato Grosso, as décadas iniciais do século XX constituíram um momento de emergência das preocupações referentes à presença do Estado brasileiro na região, na justa medida em que se verificava a possibilidade de secessão da sua porção fronteira ou mesmo sua anexação total ou parcial pelas repúblicas vizinhas, particularmente a Argentina. Havia, também, disputas geopolíticas entre as duas maiores potências sul-americanas que concorriam

---

<sup>58</sup> WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 301.

<sup>59</sup> Grupo de oficiais subalternos que havia estagiado no Exército alemão entre 1906 e 1912. Ao retornarem ao Brasil se envolveram num movimento pela modernização das forças terrestres brasileiras, engajando-se na defesa da implantação do serviço militar obrigatório através de seu principal veículo de divulgação, a revista *A Defesa Nacional*.

pela atração econômica e política da Bolívia e do Paraguai, os dois únicos países sul-americanos que não possuíam comunicações litorâneas.

Por essas razões, sucederam-se ações com o fito de demarcar a presença do governo federal na região. A extensão de linhas telegráficas, ligando Mato Grosso à Capital Federal e a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), materializavam, nesse sentido, a presença e a intervenção estatal no território mato-grossense. Ao mesmo tempo, procurava-se reforçar a presença militar, sobretudo, através do aumento do número de unidades e efetivos acantonados no Estado, embora as suas condições demográficas e a resistência passiva da população ao recrutamento constituíssem óbices ao fortalecimento do poder central.

Já foi demonstrado, por Max Weber e Norbert Elias, que há relação direta entre o monopólio militar, associado ao monopólio fiscal, e o processo de fortalecimento político do Estado moderno. Sabe-se, também que a organização militar moderna se faz acompanhar de um profundo esforço de racionalização administrativa no que toca às necessidades de aprovisionamentos técnicos e materiais.<sup>60</sup> Com efeito, a presença de organizações militares no antigo Mato Grosso cumpria importante papel estratégico, modernizador e civilizador, no sentido de que atendia aos interesses centralizadores.<sup>61</sup>

Portanto, um estudo direcionado para a análise das transformações nas práticas de alistamento nas décadas iniciais do século XX, mais especificamente, uma reflexão em torno dos elementos que possibilitam uma maior compreensão acerca da dinâmica altamente conflituosa que envolveu as relações do poder central com os agrupamentos políticos locais no antigo Estado de Mato Grosso, ofereceria importantes contribuições para um entendimento a respeito do papel político desempenhado pelo Exército e pelos militares naquele período, em especial das ações encetadas pelo poder militar com a finalidade de exercer o monopólio do uso legítimo da violência.<sup>62</sup>

Nesse sentido, uma análise da dinâmica do funcionamento das práticas de recrutamento efetuadas pelo comando do Exército na região permitiria uma maior compreensão acerca de aspectos importantes das relações políticas que estreitavam ou

---

<sup>60</sup> WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, pp. 68-73.

<sup>61</sup> Como *Civilizador* entenda-se o processo de transformação da personalidade que implicou no controle dos impulsos violentos (reorganização das estruturas de personalidade) decorrente da centralização política que ensejou a sujeição dos indivíduos ao Estado através do monopólio fiscal e do uso da violência legítima pelos seus agentes. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* (Volume II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>62</sup> Em algumas ocasiões o comando militar procurou desarmar a população do Sul do Estado, sobretudo os habitantes das regiões de fronteira com a república paraguaia, e geralmente fracassou.



afastavam os chefes militares das lideranças locais e regionais. Também seria importante verificar os limites da atuação do poder central no tocante à mobilização militar na região e o quanto as lideranças regionais, materializadas na folclórica figura do coronel, agiam nesse jogo de poderes. Por essa razão, a análise dos eventos em que a mobilização de forças militares na região se tornou mais necessária, ou seja, durante, os chamados *ciclos revolucionários*,<sup>63</sup> quando a capacidade de arregimentação dos *coronéis de baração e cutelo* se mostrou muitas vezes superior à do próprio governo federal.<sup>64</sup> Daí os constantes pelos aos “*batalhões patrióticos*” nessas ocasiões.

Portanto, um estudo direcionado para a análise das relações do poder central com os agrupamentos políticos locais, mais especificamente, das transformações nas práticas de alistamento entre 1916 e 1932, ofereceria importantes contribuições para um entendimento a respeito do papel político desempenhado pelo Exército e pelos militares na sociedade mato-grossense no início do século XX.

A modernização do Exército brasileiro passou necessariamente pelo estabelecimento de uma lei de serviço militar obrigatório, que tinha a finalidade de melhorar a qualidade dos recursos humanos disponíveis (maior nível de educação formal, boas condições físicas, conduta social “adequada” etc). Ao mesmo tempo, a conscrição militar obrigatória impôs a necessidade da resolução de problemas relacionados às negociações com os interesses locais e regionais, o que também demandou crescente complexificação dos aparelhos burocráticos governamentais. O regime republicano, como mencionado, contribuiu decisivamente para isso a partir de 1916, ano em que o sorteio militar começou a ser aplicado ininterruptamente no Brasil, em cumprimento à referida lei.

As práticas de recrutamento efetuadas pelo poder público federal no antigo Mato Grosso nas primeiras décadas de vigência da Lei do Sorteio Militar revelam importantes aspectos estruturais daquela sociedade. Convém destacar também as limitações do poder público federal no tocante ao recrutamento. Desse modo, pressuponho que as práticas de

---

<sup>63</sup> Refiro-me às guerras civis regionais ocorridas nos anos de 1892, 1899, 1901, 1906 e 1916-1918 e à participação das lideranças políticas locais na repressão às forças revoltosas tenentistas entre 1924 e 1927, além dos movimentos de envergadura nacional, como a Revolução de 30 e a Revolução Constitucionalista de 1932 MENDONÇA, Rubens de. *Histórias das Revoluções em Mato-Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1970.

<sup>64</sup> A expressão *coronéis de baração e cutelo* aparece nas obras de Nelson Werneck Sodré, quando o autor se refere à projeção social e ao domínio político exercido pelas notabilidades locais em Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX. SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo, Livraria José Olympio, 1941.

recrutamento e mobilização militar encetadas pelo poder militar nessa época interferiam nas relações das lideranças militares com as lideranças políticas locais. A observação crítica da dinâmica das mobilizações militares por ocasião dos conflitos localizados no território mato-grossense permite-nos compreender melhor as características da capacidade de arregimentação dos coronéis locais e compará-la com os meios de recrutamento das instâncias estatais na região.

A preparação para a guerra, o recrutamento, o balizamento das fronteiras, a representação do poder central e sua imposição sobre as forças centrífugas locais faziam parte da agenda funcional do comando militar sediado no antigo Mato Grosso. No desenvolvimento de suas atividades profissionais, os militares interagiam com os demais membros da sociedade e favoreciam o desenvolvimento da identidade nacional, principalmente após o início da aplicação da Lei do Sorteio Militar a partir de 1916.

A capacidade de recrutar foi importante fator de determinação do poder estatal desde a época colonial. A partir do início da República, observou-se uma crescente ampliação da capacidade estatal de intervenção na vida de seus cidadãos, amparada, principalmente, no uso das inovações técnicas (telégrafo, navios a vapor, locomotivas etc.), que possibilitaram, muitas vezes através do Exército, uma maior integração geográfica entre as diferentes regiões do Brasil. Com o tempo, graças a esses recursos técnicos, o Estado foi se tornando capaz de, numa feliz expressão de José Murilo de Carvalho, apertar o cerco ao cidadão, visando universalizar o serviço militar.<sup>65</sup>

## A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

No primeiro capítulo, intitulado “*Ruptura e Continuidade: uma ligeira digressão acerca da Profissionalização do Exército Brasileiro*” procurei apresentar um painel geral das transformações estruturais pelas quais a organização passou entre o final do século XIX e os princípios do século XX, atentando para a relação entre a profissionalização do corpo de oficiais e o surgimento de uma nova consciência política nos setores institucionalmente projetados, que os levaram a defender causas como a defesa da imigração europeia, a industrialização e o serviço militar obrigatório .

---

<sup>65</sup> CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2005, p. 76.

No segundo capítulo, intitulado “*O Sorteio Militar e a Profissionalização do Exército Brasileiro no Início da República*” procurei demonstrar como o Exército tentou se preparar para a nova realidade trazida pelo serviço militar obrigatório, sobretudo no tocante à formação dos oficiais. Apresentei as diversas perspectivas e projetos em torno do tema, dando ênfase para o papel desempenhado pelos *jovens turcos* na luta simbólica pela imposição de um sentido para a finalidade social do serviço militar obrigatório.

No terceiro capítulo, intitulado “*A Presença do Exército em Mato Grosso*” assinali as especificidades da tropa aquartelada na região, procurando caracterizar o envolvimento político dos militares na região e as interferências desse envolvimento na rotina das casernas. Nesse capítulo, também procurei situar Mato Grosso no contexto dos grandes projetos nacionais de integração física e nos recorrentes reordenamentos das unidades do Exército brasileiro pelo território nacional.

No quarto capítulo, intitulado “*‘Soldados Incorrigíveis’: os Praças da Guarnição Federal do Estado de Mato Grosso na Décadas Iniciais do Século XX*”, apresentei aspectos da rotina, origens e condições de vida dos ocupantes dos mais baixos escalões da tropa federal em Mato Grosso, principalmente no que diz respeito ao relacionamento desse grupo com os chefes, isto é, os oficiais. Neste capítulo, também procurei evidenciar que as dificuldades encontradas pelos oficiais no tocante às condições intelectuais, físicas e disciplinares dos praças que tinham à disposição antes da aplicação da Lei do Sorteio Militar, levaram-nos a defender com grande convicção essa nova medida.

No quinto capítulo, intitulado “*A Organização dos Corpos das Tropas no Estado de Mato Grosso nas Décadas Iniciais do Século XX*”, apresentei a recepção do sorteio militar pela população do Mato Grosso no plano discursivo e na prática. Igualmente, apresentei as primeiras tentativas de aplicação do sorteio militar em Mato Grosso e os poderosos óbices enfrentados pela burocracia militar brasileira na região.

No sexto capítulo, intitulado “*A Aplicação do Sorteio Militar no Território Mato-Grossense*” procurei analisar os aspectos mais gerais e os casos particulares relacionados ao funcionamento do sorteio na região de Mato Grosso. Analisando criticamente os documentos da CMMT quanto ao sorteio militar, procurei demonstrar que, em que pese o grande esforço administrativo empreendido, as características demográficas da região inviabilizavam a incorporação de efetivos de sorteados em número suficiente para atender a demanda dos corpos das tropas nela aquartelados.

No sétimo capítulo, intitulado “*A Guarnição da CMMT na década de 1920: a Construção dos Quartéis e as Revoltas Tenentistas*” continuei a analisar o funcionamento do sorteio tendo, entretanto, como pano de fundo o ambiente conturbado que marcou aquela guarnição federal durante a década de 1920. Observei, igualmente, que nessa década os reservistas do Exército, formados após o advento do sorteio, foram convocados pela primeira vez para enfrentar as rebeliões tenentistas ou lutar em benefício delas, em alguns casos; de fato, acompanhei dia a dia, semana a semana (por meio dos boletins regionais do Exército e dos relatórios do Ministério da Guerra) os sucessos e os fracassos dessas empreitadas.

No oitavo capítulo, intitulado “*A Guarnição da CMMT no Início da Década de 1930: turbulências, revoltas e degredos*” analisei as controvérsias que redundaram na formação de um ambiente interno altamente explosivo no interior dos quartéis mato-grossenses e o envolvimento da CMMT nas duas maiores mobilizações de tropas feitas na região (*Revolução de 30* e *Revolução Constitucionalista de 32*) e a eficácia da mobilização das tropas do Exército na região.

Nas *Considerações Finais*, procurei apresentar uma síntese acerca das permanências e das rupturas sofridas pela organização militar na região em função do sorteio militar e das próprias reformas pelas quais o Exército passou no período em tela. Se por um lado, num plano mais geral, a época em análise foi marcada pelo aumento da capacidade de intervenção do Estado na região (de fato, podemos assinalar um processo de acumulação primitiva de poder), e do próprio Exército em particular, por outro, é inegável que a força da tradição, manifestada e corporificada pelos potentados locais – também conhecidos como *coroneis de baraço e cutelo* – constituíam embaraço em nada desprezível para uma conclusão satisfatória dos hercúleos esforços empreendidos pela burocracia militar na região para o funcionamento eficaz do sorteio e a consequente imposição do monopólio legítimo do uso da violência física em Mato Grosso.

**Imagem I – O “Tabernáculo da Ciência”: a Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha) no final do século XIX. Instituição responsável pela formação de inúmeras gerações de oficiais do Exército brasileiro até 1904.**



**Fonte: LAGO, Pedro Correa do. Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX.**

# **CAPÍTULO I - RUPTURA E CONTINUIDADE: UMA LIGEIRA DIGRESSÃO ACERCA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

*Para que sejais úteis à Pátria, deveis manter como cidadão, comportamento semelhante ao que mantivestes como militar.*  
(Olavo Bilac)

## **1.1 REFORMAS, BUROCRATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO**

Três processos concomitantes marcaram a trajetória do Exército brasileiro de meados do século XIX em diante: profissionalização, burocratização e reformismo. Entretanto, essa instituição foi marcada, não só por consideráveis mudanças qualitativas e quantitativas, mas, também, por indelévels permanências, as quais refletiam, grosso modo, condicionamentos estruturados no interior da própria sociedade e do processo de complexificação da burocracia estatal no País.

As instituições, como os indivíduos, transformam-se em compasso com as sociedades onde são gestadas e estruturadas. A trajetória do Exército brasileiro, no período em apreciação, nesse sentido, nada mais foi do que uma expressão particularizada das transformações estruturais (econômicas, políticas e sociais) por que passou a sociedade brasileira desde a independência.

No tocante ao Exército, muitos pesquisadores apontam intensificação dos processos de profissionalização e burocratização, que pode ser medido pelas recorrentes reformas que infletiram sobre a instituição desde meados da década de 1850<sup>66</sup>.

Essas reformas introduziram no Exército brasileiro as inovações técnico-militares da Revolução Industrial<sup>67</sup>, caracterizadas pela formação de grandes exércitos nacionais, num momento de intensa rivalidade entre os Estados europeus, que afirmavam interna (centralização política) e externamente a sua autoridade, reforçando seu poderio bélico.

---

<sup>66</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994; IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997; CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; e McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>67</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Há grande convergência entre os historiadores quanto ao fato de que os exércitos nacionais foram instrumentos essenciais de centralização política nos países da Europa continental. Para Emanuel Le Roy Ladurie, por exemplo, a França do século XIX, em comparação com o Estado francês do Antigo Regime, era muito mais absolutista, no tocante ao tratamento dos seus cidadãos, do que o seu antecessor<sup>68</sup>. Izecksohn, por outro lado, afirmou que a profissionalização militar “*constitui apenas um componente no processo mais extenso de modernização burocrática na sociedade ocidental*”<sup>69</sup>.

O advento dos Estados nacionais se deu em sintonia com a criação de exércitos profissionalizados para a sua defesa. De fato, constituiu um elemento fundamental da construção do Estado contemporâneo, em que vicejam complexas estruturas organizacionais, como os exércitos nacionais. Suas chefias (os oficiais profissionais) viram-se constantemente envolvidas nas disputas internas e externas dos seus respectivos clientes, os Estados nacionais. A competição econômica e a rivalidade entre os estados levavam suas lideranças militares a uma busca constante por armas com maior alcance, precisão e poder de fogo, sistemas de transporte que tomassem menos tempo no transporte das tropas, efetivos crescentes e inovações tecnológicas. Nesse sentido, a militarização do Estados europeus expressava um aspecto essencial das rivalidades internacionais que dramatizaram as experiências históricas dos séculos XIX e XX.

## 1.2 O EXÉRCITO E O ESTADO PATRIMONIAL BRASILEIRO

O fenômeno do patrimonialismo acompanhou a formação do Estado brasileiro desde os seus princípios, tendo sobrevivido, inclusive, à crise do escravismo na transição do século XIX para o século XX. Nesse sentido, o fenômeno do *coronelismo* nada mais foi do que a expressão da sua crise final, em pleno século XX. Essas crises e transformações também eram manifestadas por meio de uma tensão institucional entre o Estado brasileiro e os agrupamentos dominantes locais e, via de regra, os últimos saíam-se dela com larga vantagem.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 33-34.

<sup>69</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 56.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 58.

Na Primeira República, as desvantagens do Estado foram superadas e, conseqüentemente, os potentados locais viram a sua influência política ser gradativamente reduzida. Concorriam para essa inflexão a crise estrutural que afetou o campo brasileiro e a desagregação da economia agroexportadora e escravista, que deu lugar à economia de mercado baseada na mão-de-obra assalariada<sup>71</sup>.

Por seu turno, o Exército transformou-se na mais importante ferramenta do governo na afirmação da autoridade estatal no interior da sociedade brasileira. As reformas estruturais porque passou expressavam a busca de adequação dessa instituição às novas demandas impostas pela sociedade brasileira diante de um quadro geral de constantes e brutais transformações. Grosso modo, essa adequação nada mais era do que uma emulação dos padrões europeus de organização militar então vigentes, dado que os grupos dirigentes das sociedades europeias contavam com uma estrutura econômica industrial para alicerçar seus respectivos poderios bélicos.

Entretanto, essas ações modernizantes frequentemente esbarravam na tradicional estrutura social brasileira, em suma, na força manifestada pelas oligarquias locais e regionais, que eram resistentes às mudanças acenadas pela modernização do Estado brasileiro. Esses grupos oligárquicos permaneciam aferrados aos seus privilégios escravocratas e patriarcais, além dos seus interesses agrário-exportadores, ainda que esse modelo apresentasse sinais de desgaste e inviabilidade.

Após o advento da República, a oficialidade do Exército ampliou inexoravelmente a sua projeção política, ao ponto de se tornar capaz de implementar as reformas almejadas. Herdeiro do arcabouço institucional português, o Estado imperial enfrentava sérias dificuldades quando a tarefa implicava em contrariar os interesses dos grupos dominantes locais, dadas as suas dependências estruturais em relação aos mesmos<sup>72</sup>. Dois aspectos dessas limitações são perfeitamente exemplificados pela tributação e pela imposição do serviço militar, atividades nas quais o Estado brasileiro enfrentava intensa resistência popular. Isto explica os constantes empréstimos a que foi obrigado a recorrer e as não menos constantes contratações de mercenários nas inúmeras guerras platinas enfrentadas na segunda metade do

---

<sup>71</sup> Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>72</sup> Ver mais sobre isso em: MENDES, Fábio Faria. "Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX." In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *NovaHistóriaMilitarBrasileira*. Rio de Janeiro: BomTexto/FGV Editora, 2004, pp. 125-127.



século XIX. No plano interno, ressalte-se que as forças regulares recorriam frequentemente ao auxílio da Guarda Nacional, força miliciana comandada pelas oligarquias locais<sup>73</sup>.

A predominância das concepções liberais nos meios políticos brasileiros favorecia esse estado de coisas, pois muitos dirigentes opunham-se à existência de um exército permanente e numeroso, por entendê-lo como uma reminiscência do absolutismo monárquico. A organização miliciana, portanto, atendia plenamente aos interesses dos dirigentes estatais brasileiros e mesmo dos potentados locais. O miliciano era alguém que prestava o serviço militar gratuitamente ao Estado, recebendo, por seus serviços, prebendas, vantagens, apoios políticos e títulos honoríficos. Dadas as circunstâncias, era vantajoso para os dois lados.

Não obstante, a reprodução dessas práticas tornou o Estado imperial refém dessas práticas *litúrgicas*<sup>74</sup>, porque o poder de nomear os futuros membros da Guarda Nacional era entregue aos potentados locais, admitindo-se a possibilidade de que os seus dependentes, membros da mesma milícia, fossem isentados do serviço militar. Igualmente, as ordens emanadas do Estado podiam ser traduzidas pelos potentados locais, isto é, aplicava-se a lei conforme os interesses e as conveniências dos grupos oligárquicos.

Era recorrente o recrutamento para as tropas de primeira linha, Exército e Armada, de indivíduos ligados às oposições dos situacionismos provinciais nos diferentes contextos da política imperial, independentemente da coloração partidária. As teias clientelísticas que se espalhavam pelo interior do Brasil empregavam todos os meios à sua disposição para evitar que um agregado, dependente ou aliado político, se visse forçado a servir nas forças armadas na condição de praça. Disso resultava que o “tributo de sangue”, ou seja, o pagamento da dívida cívica com a pátria, continuaria recaindo sobre os indivíduos desprotegidos pelos poderosos<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo/Campinas: Editora Hucitec/Editora da Unicampi, 1996, p. 52. Há inúmeras referências na historiografia a essa dependência não apenas na obra citada como em muitas outras.

<sup>74</sup> Cf. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 113-114. Esse conceito weberiano designa o relacionamento entre formações estatais – com aparatos burocráticos deficientes – e seus súditos. Característica de governos exercidos com base na dominação política tradicional ou, rigorosamente falando, patrimonial.

<sup>75</sup> “Tributo de sangue”, na época medieval, referia-se “(...) à contribuição dos guerreiros à ordem do mundo, ao lado daqueles que labutavam e rezavam (...)”, cf. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 111. Na época monárquica, as práticas de recrutamento forçado ainda eram caracterizadas por brutalidade arbitrária.

Apesar de ser uma força auxiliar do Exército e da Armada, a Guarda Nacional era composta por indivíduos isentados do serviço militar nas tropas regulares. No decorrer do século XIX, sua finalidade tornou-se atender às necessidades mais imediatas de manutenção da ordem senhorial. Entretanto, a existência da Guarda Nacional limitava a capacidade de recrutamento do Exército, pois isentava os seus componentes; de resto, dependentes dos coroneis que comandavam os seus batalhões na esfera municipal, do serviço nas forças regulares. Por sinal, vale mencionar que havia um número significativo de isenções previstas pela legislação da época<sup>76</sup>.

Ser praça na primeira linha afigurava-se como castigo e era função destinada aos pobres, aos marginalizados, aos elementos “incuráveis”, conforme asseveram inúmeros memorialistas militares:

(...) ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incuráveis, de malfeitores mesmo (...) Para preencher os claros do Exército, era preciso caçar pelas ruas desocupadas, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com as suas noitadas de álcool, enfim, os párias (...) <sup>77</sup>

Devido à insuficiência de voluntários para o serviço no Exército, este se via na obrigação de preencher os seus claros com o recrutamento forçado, que ao invés de exceção, acabou por tornar-se a regra no decorrer do século XIX. Havia uma generalizada ojeriza entre os brasileiros, sobretudo entre as camadas mais humildes da população, em relação ao serviço militar como praça. No romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antônio de Almeida expressou esse ponto de vista quando afirmou que “(...) *ser soldado era naquele tempo e ainda hoje talvez, a pior coisa que podia suceder a um homem*”<sup>78</sup>.

No romance em tela, fica inequivocamente demonstrado que o fenômeno do clientelismo não se limitava ao meio rural. De fato, tudo indica que até mesmo instituições como o Exército, em que pretensamente haveria um comprometimento maior com valores meritocráticos e impessoais, o mandonismo e a arbitrariedade eram elementos corriqueiros. O

<sup>76</sup> Fábio Mendes identificou um aumento do número de isenções na legislação imperial. No fim do regime ultrapassaram a casa da centena. Cf. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p.122.

<sup>77</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes*. Rio de Janeiro, s/ ed. 1948, p.70.

<sup>78</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de Milícias*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p.106.

enredo nos apresenta a história de Leonardo, um jovem de origem humilde, pouco afeito ao trabalho e problemático, que, em um lance de azar, acaba caindo no desagrado do major Vidigal, uma temida autoridade do Rio de Janeiro colonial. É punido com o ingresso forçado na tropa de linha, mas, em meio a inúmeras peripécias e arranjos feitos por sua madrinha <sup>79</sup>, consegue se ver livre dessa penalidade para casar-se com a heroína da trama.

Está longe de absurda a hipótese de que situações análogas tenham ocorrido. Antes o contrário, pois há muitos indícios de que o clientelismo vicejava nas relações entre os indivíduos, componentes ou não do aparato burocrático estatal. Depreende-se, a partir do exposto, que os indivíduos desprotegidos arcavam com o peso das obrigações impostas pelo poder do Estado. Restava-lhes, portanto, o serviço das armas.

Por outro lado, ressalte-se que a institucionalidade do Estado ficava deveras comprometida pelo personalismo, inviabilizando, conseqüentemente, um tratamento igualitário a todos os cidadãos brasileiros<sup>80</sup>. O personalismo no trato da governança era expresso pela atuação das notabilidades locais, conhecidas, na República Velha, como *coronéis*. Sua atuação entravava uma ação qualitativamente mais eficaz do Estado, o que implicava em ineficiência, desajustes, atraso nas decisões, imprevisibilidade e descontinuidade das rotinas administrativas. Desenvolveu-se, com efeito, o que Fábio Faria Mendes denominou *administração honorária*, formada por *funcionários de tipo patrimonial com remuneração emolumental*, que estabelecia “*laços de dependência econômica, política e jurídica entre centro e periferia mais mediatizados do que nos quadros administrativos formados por meio de cargos remunerados por salários*”. Resulta disso que os governantes viam-se obrigados a contar com a “boa vontade” dos governados para a realização das tarefas administrativas<sup>81</sup>.

Atente-se para o fato de que nos séculos XIX e XX inexistia, para a maior parte das pessoas (até mesmo entre os estratos sociais mais elevados), a concepção de um poder público abstrato. As obrigações *litúrgicas*, no *longo prazo*, foram, portanto, incorporadas à rotina da população. Entretanto, novas exigências do poder central eram encaradas como

---

<sup>79</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de Milícias*. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp.125 e 133. Este último favor foi alcançado mediante intervenção do próprio algoz do personagem, o major Vidigal.

<sup>80</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998, p.2.

<sup>81</sup>Idem.

descumprimento do pacto estabelecido entre o poder central e os potentados locais, regulado pelo contexto de uma *economia moral* preexistente.<sup>82</sup>

Norbert Elias demonstrou que a formação dos Estados modernos foi uma decorrência de processos simultâneos de “pacificação social” e “intensificação de interdependências”, em que a busca pelo monopólio fiscal e do uso da violência física legítima foram dois componentes essenciais<sup>83</sup>.

Entretanto, desde a época monárquica e chegando aos princípios da época republicana, século XX adentro, estruturou-se um conjunto de práticas clientelísticas que articulavam o poder central e os poderes locais, sustentado numa *economia moral* em que as principais *moedas* eram “fidelidades”, “serviços” e “mercês”<sup>84</sup>. Sendo tênue e fraco o controle do Estado sobre a grande massa da população, essa situação era agravada pelo envolvimento das oligarquias com uma enorme gama de compromissos locais. Como será visto mais adiante, a administração honorária dificultou enormemente as relações entre o Estado e a massa dos cidadãos:

A combinação de *administração honorária* e *ordens de privilégio* irá definir os limites do que o Estado será capaz de fazer ou exigir, seja em função dos compromissos que o diletantismo da administração faz supor, seja pela relutância dos súditos que a dureza e a desigualdade do encargo fazem esperar. Aos constrangimentos que as redes de obrigações morais locais impõem à administração honorária do recrutamento corresponderão, antes de tudo, certas limitações nos meios materiais de administração que lhe são característicos, e que delimitam, em boa medida, seu espectro de possibilidades<sup>85</sup>.

Pelas razões acima a administração honorária ocupou um importante espaço da governança brasileira no período em análise:

A realização direta das tarefas da taxação e do recrutamento exigiria um aparato de execução e monitoramento de que a Coroa simplesmente não dispunha. As capacidades administrativas do Estado dependerão, pois, principalmente de sua habilidade em mobilizar recursos através de meios externos à sua estrutura formal de administração<sup>86</sup>.

---

<sup>82</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. p. 4.

<sup>83</sup> ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>84</sup> MENDES, Fábio Faria. *Op. Cit.* p. 5.

<sup>85</sup> Idem. Grifos do autor.

<sup>86</sup> Idem.

### 1.3 A GUARDA NACIONAL E O EXÉRCITO NA FORMAÇÃO DA ORDEM IMPERIAL

Em que pesem as limitações operacionais da Guarda Nacional, ela atuou com relativa eficácia nos momentos mais dramáticos da formação do Estado imperial. Em geral mesclada às tropas do Exército, ficavam subordinadas ao comando dos oficiais profissionais, permitindo ao Império reprimir as inúmeras rebeliões que pipocaram pelas províncias e enfrentar os conflitos externos platinos que marcaram a segunda metade do século XIX. Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, ficou conhecido como *pacificador* por sua desenvoltura à frente das forças repressoras das revoltas ocorridas no Maranhão, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio Grande do Sul nas décadas de 1830 e 1840.

Inegavelmente, as elites imperiais tinham preferência pela milícia em detrimento da força regular, mais confiável no seu ponto de vista<sup>87</sup>, entretanto, a partir de meados do século XIX surgiram lideranças militares e civis empenhadas na profissionalização dos ramos técnicos do Exército (artilharia e engenharia), com virtuais incentivos à formação acadêmica do oficialato.

A emersão de uma conduta mais agressiva por parte do Estado monárquico, de meados do século XIX em diante, justificou uma maior cautela da parte dos dirigentes brasileiros para com os assuntos militares. As forças armadas emergiam como os principais instrumentos de intervenção na região do Prata. No Exército essas novas preocupações resultaram em uma série de investimentos que redundaram em uma importante inflexão institucional. De fato, o equilíbrio financeiro decorrente da situação econômica favorável, sobretudo do saldo comercial positivo gerado pela exportação do café produzido nas fazendas do Vale do Paraíba (entre as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo), permitiu ao Ministério da Guerra realizar importantes reformas na organização do Exército. Entretanto, a mais importante delas ocorreu em 1850, com a publicação da Lei de Promoções, dando início a uma significativa alteração no senso de profissionalismo do oficialato brasileiro, estipulando a *antiguidade* e o *merecimento* como os critérios fundamentais para a ascensão funcional na instituição.

Valorizava-se, com isso, a educação formal e o desempenho acadêmico dos oficiais. Ao mesmo tempo, foi estipulado um interstício mínimo de dois anos entre uma promoção e outra em tempos de paz. Objetivava-se, com isso, prover o Exército de um corpo técnico

---

<sup>87</sup> Sobre isso ver COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

especializado, dando fim, ao mesmo tempo, às carreiras militares meteóricas (remanescente dos exércitos do Antigo Regime) em que jovens provenientes de famílias bem relacionadas alcançavam os mais importantes postos de comando da instituição antes dos 40 anos<sup>88</sup>. Desnecessário afirmar que, nesse aspecto, a grande referência foram os exércitos europeus.

Essa medida, destinada a aumentar o nível técnico e o controle do Estado sobre o corpo de oficiais, teve como efeito colateral a abertura da carreira aos indivíduos provenientes das camadas sociais intermediárias e baixas da sociedade brasileira, menos identificadas com as elites imperiais<sup>89</sup>. A carreira militar também se tornou menos atraente aos filhos das elites. Isto se devia ao fato de que a ascensão funcional tornou-se mais lenta, afastando os extratos sociais mais elevados, que tendiam agora a buscar colocação enveredando-se nas profissões liberais (após terem passado, sobretudo, pelas faculdades de direito e medicina do Império). Houve, com efeito, uma alteração qualitativa na composição social do corpo de oficiais.<sup>90</sup>

Decorreu disso uma profunda modificação no perfil do corpo de oficiais. Gradualmente, a tradicional concepção miliciana do Exército cedeu lugar a um direcionamento mais profissionalizante, ancorado na ideia de uma instituição centralizada e nacional, indispensável sustentáculo do Estado. Respal dava-se na ascensão de um núcleo profissional, vinculado aos ramos mais técnicos da Arma, como a artilharia e a engenharia, atividades que exigiam maior precisão e, por isso, mais próximas das inovações tecnológicas advindas da Revolução Industrial.<sup>91</sup>

No longo prazo, essas mudanças homogeneizaram o corpo de oficiais, uniformizando os critérios de seleção e formação do oficialato e as experiências profissionais desse grupo, ensejando o surgimento de um “espírito de corpo” no grupo. Por outro lado, gerou um descompasso entre a alta cúpula do Exército e a média e baixa oficialidade<sup>92</sup>, provocando curto-circuito no relacionamento hierárquico da instituição. Esta, em que pesem as mudanças assinaladas, permaneceria ainda longos anos sob o controle de indivíduos identificados

---

<sup>88</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. “A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar-portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 175.

<sup>89</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 24.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>91</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p.182. José Murilo de Carvalho, entretanto, observa que o recrutamento da oficialidade “passou de aristocrático para endógeno e de classe média”. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.19.

<sup>92</sup> SCHULZ, John. “O Exército e o Império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971. t. 2, v. 4, pp. 78-79.

socialmente com as elites imperiais. Situação essa que permaneceria praticamente inalterada até o final da Guerra do Paraguai<sup>93</sup>.

#### 1.4 A GUERRA DO PARAGUAI E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO CORPO DE OFICIAIS

A guerra transformou o panorama da sociedade brasileira, favorecendo a consolidação da unidade nacional e, por outro lado, gerando uma crise financeira que acelerou a decadência da monarquia. Ao mesmo tempo, o conflito demonstrou, às autoridades civis e militares, a imprescindibilidade de um corpo técnico militar numa guerra de grandes proporções<sup>94</sup>. Por outro lado, a guerra deprimiu financeiramente o Império, comprometendo a sua estabilidade política, provocando a sua primeira grande crise de dimensões nacionais, ao impor uma intensa mobilização de recursos à sociedade brasileira.

A política imperial foi marcada pela hegemonia do poder civil sobre os militares e pela ausência de uma força armada de grandes dimensões. No período regencial, as tropas de primeira linha haviam sido parcialmente desmobilizadas. A Guarda Nacional adequava-se às necessidades das elites dirigentes, enquanto os objetivos do Império restringiam-se a pequenas intervenções ligadas ao controle social. As grandes exigências apresentadas pelo esforço de guerra no conflito contra o Paraguai possibilitou o despontar do núcleo profissional do Exército, alterando, mesmo que momentaneamente em alguns casos, as concepções estratégicas dos dirigentes brasileiros.<sup>95</sup>

As demandas logísticas apresentadas pelo conflito cobrou do governo um imenso esforço financeiro, pois envolveu a sustentação de forças militares que atuaram em locais bastante distantes dos centros de decisões nacionais, mobilizando um número de soldados

---

<sup>93</sup> De acordo com Adriana Barreto de Souza o único ponto em comum entre os generais brasileiros de meados do século XIX era a sua lealdade à Coroa. SOUZA, Adriana Barreto de. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 175.

<sup>94</sup> Durante a guerra, um dos momentos em que a indispensabilidade da engenharia militar brasileira ficou patenteada deu-se por ocasião do episódio da *Passagem de Humaitá*, quando, entre novembro e dezembro de 1868, as forças brasileiras encetaram a construção de um caminho de doze quilômetros através do *chaco* paraguaio, numa tentativa de desbordo das forças paraguaias acantonadas na região. Segundo Doratioto: “Para construí-lo foram necessários 23 dias de trabalho, realizado por 3.554 homens; três quilômetros eram cobertos com troncos de 6 mil palmeiras abatidas para esse fim”. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 569.

<sup>95</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 58.

muitas vezes superior ao que até então havia mobilizado. Outro problema surgido na época foi o do aumento da arrecadação tributária, que desagradou sobremaneira os setores produtivos da sociedade.<sup>96</sup>

Essas exigências adicionais alteraram o funcionamento das redes clientelísticas, que haviam sido a base do predomínio político senhorial até o momento. De fato, organizações militares numerosas, centralizadas, com grande poder de fogo e influentes não faziam parte dos planos dos dirigentes civis brasileiros. Mesmo sendo circunstancial e temporário, o aumento do poderio militar do poder central era indesejável. Durante a guerra, o governo brasileiro defrontou-se com os problemas proporcionados pela rápida ampliação do seu exército, agravados pela ausência de uma burocracia adequada ao recrutamento militar e ao aumento da arrecadação tributária correspondente ao esforço de guerra. Embaraços esses vinculados aos limites do desenvolvimento burocrático do Estado brasileiro naquele momento. A precariedade da burocracia imperial fragilizava as suas instituições e acarretava num mau funcionamento das organizações militares subordinadas à monarquia, como era o caso da Armada, do Exército e da Guarda Nacional.

As tensões decorrentes do aumento da intervenção estatal e da temporária suspensão das prerrogativas das lideranças locais, que tradicionalmente controlavam o recrutamento, para atender às demandas de mobilização bélica, abalaram as relações entre os polos da sociedade. As constantes transferências de forças locais para a zona de combate, inclusive com o envio dos corpos da Guarda Nacional, que estava legalmente proibida de atuar fora do território nacional, levaram a uma inesperada alteração no papel daquela instituição.<sup>97</sup>

Nas primeiras fases do conflito, em todo o País a adesão voluntária ao recrutamento foi considerável, causando forte impressão nas autoridades, de resto, habituadas ao absenteísmo da população em relação ao serviço das armas. Segundo o baiano Dionísio Cerqueira, voluntário de primeira hora, as autoridades provinciais da Bahia se viram forçadas pelas circunstâncias a cessar temporariamente o recrutamento: “*e foi preciso, para cessar a grande leva, que o governo lhe dissesse: Não precisamos mais de voluntários*”.<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.224.

<sup>97</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001.

<sup>98</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 56. Segundo Ricardo Salles o envolvimento patriótico também se dava por outros meios como, por exemplo, contribuições pecuniárias ou mesmo de escravos para serem libertados e incorporados às forças imperiais. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



O prolongamento do conflito arrefeceu o ardor patriótico dos brasileiros. Notícias sobre as péssimas condições de vida dos soldados na linha de frente e até mesmo sobre a derrota aliada na Batalha de Curupaití revelaram à opinião pública brasileira o ineditismo do conflito em andamento. A estrutura miliciana não era capaz de atender às exigências adicionais apresentadas pela guerra. Foi nessa ocasião crítica que se deu a intervenção pessoal do imperador na condução do conflito pelo lado brasileiro, ao indicar o marquês de Caxias para o comando das forças brasileiras em operação no Paraguai<sup>99</sup>.

O comando de Caxias (1866-1868) desenrolou-se numa fase bastante delicada da guerra, em que a tropa havia sofrido humilhante derrota, os índices de deserção estavam altos, as mortes em decorrência de moléstias adquiridas nos acampamentos chegavam a níveis intoleráveis e o moral da tropa estava baixo. A atuação do marquês operou profundas mudanças, não só nas forças empenhadas no teatro de operações como na própria estrutura administrativa do Ministério da Guerra. Segundo Vitor Izecksohn:

Naquele momento, a dinâmica da campanha obrigou o governo imperial a redefinir, através da ampliação dos contingentes e da introdução de um planejamento logístico até então inexistente, o caráter miliciano das forças que constituíam a base das operações militares no Prata. Em outras palavras, se a Guerra do Paraguai surge como um divisor de águas na política imperial, o comando de Caxias constitui marca divisória no contexto daquela intervenção armada<sup>100</sup>.

Ainda segundo esse autor, a identidade corporativa dos oficiais do Exército conheceu um novo reforço a partir das experiências com a reorganização das forças brasileiras no período de comando de Caxias:

Em tais circunstâncias, destacou-se a centralidade assumida pelo comando de Caxias no processo de sedimentação da identidade militar brasileira, na medida em que as condições nas quais foi reorganizado o Exército forçavam o abandono do sistema “miliciano”, o que implicava uma série de transformações que aumentariam o prestígio da instituição, conferindo-lhe uma dimensão marcadamente profissional<sup>101</sup>.

<sup>99</sup> A bibliografia sobre as implicações políticas posteriores a esse fato para a derrocada da monarquia é extensa. No entanto, convém consultar CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Esta obra contém boas indicações bibliográficas sobre o assunto.

<sup>100</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p.3, fev.2001, p.24. O autor revela que a escolha de Caxias para aquele comando revelava a intenção de acabar com as disputas entre os chefes militares brasileiros, que “*refletiam as influências do sistema político*”.

<sup>101</sup> *Ibidem*, pp.27-28.

Embora a guerra tivesse demandado alterações profundas na estrutura, funcionamento e organização das forças brasileiras, pouca alteração houve no tocante aos procedimentos administrativos empregado para prover o Exército com os contingentes necessários para enfrentar uma campanha de longa duração. Obviamente, a centralização das decisões administrativas referentes ao recrutamento provocou tensões e disputas, aumentando a politização em torno do serviço militar<sup>102</sup>.

Esses problemas interferiam na eficiência militar brasileira e revelaram gritantes contradições, as quais preocupavam as autoridades brasileiras. O aumento do poder estatal era visto como uma ameaça pela elite dirigente e, por essa razão, resistiam política e ideologicamente a qualquer alteração do *status quo* imperial<sup>103</sup>.

### 1.5 UMA NOVA CONSCIÊNCIA PROFISSIONAL

Por outro lado, a experiência da guerra legitimou as demandas profissionais da oficialidade. Os oficiais do núcleo profissional, politicamente isolados da elite dirigente imperial, alicerçaram a sua identidade num processo de acúmulo de experiências que redundou em uma crescente hostilidade em relação à monarquia<sup>104</sup>.

A necessidade de ampliação do exército em campanha obrigou as autoridades brasileiras a buscarem contingentes para completar os *claros* (vazios) das tropas entre os elementos marginalizados pela sociedade, operando-se, inclusive, o alistamento de libertos.<sup>105</sup> O comportamento dos praças também era uma grande fonte de preocupações, isto porque, além dos embaraços ao andamento das operações, a insubordinação colocava em jogo a própria integridade física dos oficiais. Em carta enviada ao ministro da Guerra, em dezembro de 1867, Caxias advertia:

---

<sup>102</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp. 18-19. A esse respeito ver também LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>105</sup> Sobre isso cf. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Segundo alguns analistas, o número de libertos nas fileiras pode ter chegado a totalizar 10% dos efetivos mobilizados para o conflito.

V. Excia. sabe que infelizmente, têm hoje a honra de se acharem nas fileiras do Exército Brasileiro, muitos soldados que deixaram os ferros da escravidão para se constituírem defensores da honra e dignidade da Nação Brasileira. Infelizmente é também verdade sabida que a maioria desses indivíduos constituía tudo quanto a escravidão encerrava em si de mais abjeto e degradante. Escravo de boa índole, mourejado e educado nos hábitos do respeito e obediência, rarissimamente terá cá chegado. Manter a ordem e a disciplina, sustentar a subordinação e obediência com tais elementos é difícilimo<sup>106</sup>.

Contudo, apesar de numerosa, a presença de ex-escravos era minoritária, atirando-se os agentes do governo sobre os deserdados da pátria para atender às demandas por contingentes. Nas palavras do general Paulo Queiroz Duarte:

Em algumas províncias, na chamada geral, por excesso de zelo no serviço de recrutamento das autoridades recrutadoras, delegados de policia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caíçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes, sem uma simples inspeção de saúde, sem se indagar de sua condição de chefe de família, para as capitais provinciais ou mesmo para a Corte<sup>107</sup>.

Com o tempo, a resistência popular ao recrutamento voltou aos parâmetros anteriores ao conflito. Em algumas regiões, sobretudo em Minas Gerais, os agentes recrutadores acorrentavam levadas inteiras de homens para evitar fugas em massa. Esse estado de coisas também catalisou o acirramento dos brios corporativos dos oficiais em oposição ao governo, em face das contradições sociais gritantes e do papel a eles reservado como disciplinadores desses contingentes mal preparados e sem grandes convicções patrióticas<sup>108</sup>. Assome-se a isso o conteúdo simbólico da oposição do oficialato ao recrutamento de indivíduos de origem servil, pois nessas condições o seu *status* social equiparar-se-ia ao de um feitor de escravos.

O choque de profissionalização sofrido no desenrolar do conflito não redundou necessariamente no surgimento de novas lealdades à monarquia<sup>109</sup>. A rigor, ocorreu exatamente o contrário, sobretudo em relação aos oficiais subalternos (tenentes e capitães)

<sup>106</sup> Carta de Caxias ao ministro da Guerra datada de 04 de dezembro de 1867, Cartas, Reservados e Confidenciais, livro 2, Arquivo Nacional. Apud SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.147.

<sup>107</sup> DUARTE, General Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1981, pp.206-207.

<sup>108</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p. 97.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 98.

ligados aos setores técnicos da corporação. Se já havia uma clivagem que opunha o grupo profissional às elites civis, a experiência nos campos de batalha do Paraguai estendeu as hostilidades desse grupo à própria monarquia. Com a experiência adquirida no conflito, difundiu-se entre a oficialidade as causas abolicionista e republicana. Como observou John Schulz:

Nada acontecera em suas carreiras que justificasse uma reconciliação com a elite. Pelo contrário, dois importantes fatos ocorridos entre os anos cinquenta e oitenta confirmaram sua hostilidade contra os políticos: a Guerra do Paraguai e a campanha abolicionista. A Guerra da Tríplice Aliança, a mais sangrenta da História do Brasil, demonstrara que, embora os políticos estivessem preparados para declarar a guerra, não estavam dispostos a mandar os seus filhos para a frente. Os oficiais não ignoravam que a elite havia se aproveitado das verbas de guerra para vender seus próprios escravos (estes serviriam como soldados) acima do preço de mercado, enquanto que fornecedores de mantimentos fizeram fortuna com o que restara desses fundos. Os oficiais, os ex-escravos e os forçados “voluntários da pátria” foram enviados para os campos de batalha. Ressentidos com o que consideravam falta de patriotismo dos fazendeiros, os oficiais saíram da guerra com uma nova mágoa, uma nova solidariedade e um novo orgulho da profissão<sup>110</sup>.

## 1.6 A MOLDURA EUROPEIA

O exame da imprensa militar da metade final do século XIX, realizado pelo brasilianista John Schulz, revelou que desde muito cedo o núcleo profissional do Exército elaborou uma plataforma de reformas das leis e da própria estrutura social brasileira. Intentavam equiparar o Brasil às nações europeias, consideradas, naquele momento, o modelo a ser seguido.

A humilhante derrota militar dos franceses frente aos prussianos, em 1870, evidenciou ao mundo que haveria, a partir de então, uma nova maneira de planejar e administrar os conflitos militares convencionais. A chave para o sucesso alemão se encontrava no estabelecimento do serviço militar obrigatório, implementado algumas décadas antes, e na utilização de vias férreas – naquela altura espalhadas por toda a Alemanha – para encetar a mobilização das tropas para os locais conflituosos com rapidez.

---

<sup>110</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp.18-19.

Na Alemanha de então, o sistema ferroviário estava sob o controle militar, com um oficial do Estado-Maior do Exército para cada linha, o que implicava, inclusive, que nenhuma linha podia ser aberta ou mudar de trajeto sem a autorização do Estado-Maior. Dizia-se que os melhores cérebros da escola militar iam para a divisão de estradas de ferro. O mentor do exército prussiano, von Moltke, montou a sua organização logística – deslocamento de tropas e abastecimento – amparado no sistema ferroviário alemão. Sobre o assunto, o afamado general teria ordenado: “*Não construam mais fortalezas, construam estradas de ferro*”.<sup>111</sup> E a Prússia construiu. Ao final do século XIX, a densidade da rede ferroviária alemã ficava atrás, apenas, da Bélgica e do Reino Unido.<sup>112</sup>

No tocante ao recrutamento, a Prússia também foi pioneira. Desde a derrota para as forças napoleônicas, em 1806, em Iena e Auerstaedt,<sup>113</sup> e a decorrente ocupação do seu território, vários pensadores militares passaram a insistir em reformas no sentido de fortalecer a posição do Estado interna e externamente, dando início a um esforço no sentido de introduzir o serviço militar obrigatório naquele país, posteriormente concretizado.

Após a guerra franco-prussiana, em 1870-1871, à exceção da Inglaterra, praticamente todos os países europeus, incluindo a própria França, passaram a adotar esse modelo de conscrição. O período de duração do serviço militar variava de 1 a 3 anos, conforme o país, quando os conscritos recebiam instrução militar e noções de civismo. Ao final desse período, os alistados tinham direito ao licenciamento e poderiam voltar às suas vidas civis, passando a constituir parte da reserva mobilizável. Cada ex-recruta recebia a sua documentação de reservista e mesmo integrado à vida civil deveria conhecer, previamente, os pontos de concentração de tropas em caso de mobilização para a guerra ou por ocasião das manobras anuais convocadas pelo próprio exército. O exército se encarregaria de vestir, equipar, armar e municiar os reservistas convocados, que formariam esquadrões, baterias e companhias que, por sua vez, se agrupariam para formar batalhões, regimentos, brigadas e divisões de exército das três armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) totalizando, muitas vezes, milhares e até milhões de homens agrupados.

Entre o fim da guerra franco-prussiana e o início da Primeira Guerra Mundial, período da chamada *paz armada*, o tamanho dos principais exércitos europeus – com exceção do britânico, que, à exceção das épocas de conflitos, nunca adotou o serviço militar obrigatório –

---

<sup>111</sup> TUCHMAN, Bárbara W. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera, 1962, p. 81.

<sup>112</sup> HOBSBAWM. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 427.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 127.

em média aumentou mais que dobro. O exército russo viu seus efetivos serem acrescidos em 82,76%, enquanto a população do país aumentou em 64,79%; o exército francês foi ampliado em 138,56%, frente a um crescimento populacional de 6,38%; o exército austro-húngaro teve crescimento de 199,65%, em relação a um crescimento de 35,63% da população; a Alemanha viu seus efetivos militares aumentarem em espantosos 425,05%, enquanto o aumento populacional do país foi pouco maior que 50%<sup>114</sup>. Vale observar que os gastos militares da Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e França mais que triplicaram no mesmo período. Para a geração de europeus que chegou à idade adulta na *belle époque*, a entrada para o exército se tornou uma espécie de rito de passagem entre a infância e a idade adulta.<sup>115</sup>

Os governos e camadas dirigentes da maioria dos países europeus promoviam profundas alterações estruturais em seus Estados, que conviviam com crescentes taxas de urbanização e alfabetização, franca expansão das atividades agrícolas e industriais, crescimentos ininterruptos das taxas vegetativas, expansão do mercado consumidor e aumento da renda média das classes trabalhadoras. A ideia do serviço militar obrigatório apresentava-se não apenas como um recurso para enfrentar os inimigos internos e externos, mas, sobretudo, “*como um modo de garantir a lealdade, ou mesmo o entusiasmo ativo, de cidadãos com simpatias inquietantes por movimentos de massas que solapavam a ordem política e social*”.<sup>116</sup>

Mais especificamente, o serviço militar funcionaria como complemento para a formação de cidadãos iniciada nas escolas primárias, sendo considerado o mais eficaz instrumento de inoculação de comportamentos cívicos apropriados à disposição do Estado, artifícios através dos quais tornava-se possível transformar um camponês, tido como ignorante, num cidadão a serviço da nação. Acima de tudo, introduzia-se no imaginário popular a ideia da uma unidade social coesa e antiga, ou, como informou Hobsbawm.<sup>117</sup>

Em outras palavras, o quartel e a escola eram, e em boa medida ainda são, instituições que davam sustentação ideológica aos neófitos Estados-nação da época das invenções

---

<sup>114</sup> Dados extraídos de HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005. Considerou-se apenas os efetivos em tempo de paz (gráfico na página 479).

<sup>115</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005, pp.420-421.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p.421.

<sup>117</sup> *Idem*.

massivas de tradições,<sup>118</sup> isto é, época em que a sociedade burguesa procurava se autolegitimar através dos meios publicitários<sup>119</sup> e de instituições públicas e privadas que elaboravam e reelaboravam mitos instituidores do imaginário nacional:

Se os Estados-nação são amplamente reconhecidos como “novos” e “históricos”, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como expressão de um passado imemorial e, o que é mais importante, movem-se gradualmente e imperceptivelmente em direção a um futuro sem limites. A nação detém, de fato, um inequívoco sentido de continuidade e a melhor demonstração disso é sua estreita e persistente ligação com o encarregado de sustentá-la pelas armas.<sup>120</sup>

Alistar e fazer com que milhões de jovens permanecessem nas fileiras dos exércitos, de um a três anos, demandava muita organização e exigia do Estado uma energia ainda maior. Desde que se iniciou a configuração dos Estados europeus centralizados, na transição da Idade Média para a Era Moderna, colocou-se o problema da formação e manutenção de exércitos permanentes. No entanto, os estados absolutistas da era moderna não dispunham de uma estrutura administrativa e burocrática à altura desse desafio. O Estado burguês, por seu turno, contava a seu favor com meios materiais que lhe possibilitavam intervir mais diretamente na vida das pessoas comuns: as linhas telegráficas, as ferrovias, os navios a vapor, telefones, sem mencionar os censos. Conseqüentemente, na virada do século XIX, as instituições estatais gradualmente se fizeram sentir presente na vida de milhões de pessoas e a própria caderneta de reservista, documento atestatório do cumprimento das obrigações militares, funcionou como elemento auxiliar para que os governos lançassem as suas vistas sobre essa enorme gama de indivíduos, que em outros contextos passariam despercebidos. Como observou Hobsbawm:

Ao longo do século XIX, essas intervenções [estatais] se tornaram tão universais e rotinizadas nos Estados “modernos” que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes: através do carteiro, do policial ou do guarda, e oportunamente do professor; através dos homens que trabalham nas estradas de ferro, quando estas eram públicas(...) Cada vez mais o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e

---

<sup>118</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>119</sup> ADORNO, Theodor W. *A Indústria Cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>120</sup> DOMINGOS, Manuel. “O Militar e a Civilização”. Revista Tensões Mundiais, ano I, vol. 1, 2005, Fortaleza, Observatório das Nacionalidades, 2005, p.7.

cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX) (...) um sistema de documentação e registro pessoal trouxe os habitantes para um contato ainda mais direto com a máquina de administração e dominação, especialmente se estes se deslocavam de um lugar para outro.<sup>121</sup>

### 1.7 O PROJETO DE NAÇÃO DA OFICIALIDADE DO EXÉRCITO E A PRIMEIRA LEI DO SORTEIO MILITAR (1874)

O Brasil dessa época, país com população predominantemente rural e analfabeta, industrialização incipiente e arcaica estrutura agrário-exportadora, alta concentração fundiária e considerável presença de trabalho escravo, estava longe de dispor de tais arcabouços de governança. Para uma majoritária parcela da população, o Estado nacional, se não era inexistente, não passava de uma ficção. A única autoridade temida ou acatada pelo homem do campo era o grande senhor de terras local, o coronel. Nessas condições, é possível questionar até mesmo a existência da noção de pátria nos rincões mais afastados dos centros de decisão. Era justamente contra tal estado de coisas que a mocidade militar das décadas finais do século XIX se engajava. Na visão desse grupo, reformas profundas nesse quadro “desolador” eram não somente imperativas como necessárias. Segundo John Schulz:

Não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinquenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias.<sup>122</sup>

Em consequência desta visão de mundo, a jovem oficialidade passou a defender tarifas protecionistas, subsídios para a indústria, o estabelecimento de companhias de responsabilidade limitada e a garantia de juros para capitais investidos na construção de ferrovias. Desejavam também encorajar a imigração de europeus, a quem consideravam superiores aos trabalhadores brasileiros, principalmente os de origem africana. Perceberam, já

<sup>121</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.102.

<sup>122</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p.31. Nesse particular, conviria conhecer a literatura a que tinha acesso a oficialidade brasileira naquela época. Um esboço de levantamento foi tentado por John Schulz e Frank McCann nas obras já citadas.



no início da década de 1850, que a abolição proporcionaria bases importantes para a modernização, pois acreditavam que a escravidão obliterava a imigração e maculava a imagem do País no exterior:

Influenciados pelas ideias racistas da época, os oficiais acreditavam que a imigração iria melhorar o sangue do país, fornecendo ao mesmo tempo homens que trabalhariam com mais afinco do que os “preguiçosos” escravos. Até então o governo pouco fizera para estimular a imigração, com o agravante de que a maior parte das tentativas particulares fracassara, pois os europeus se recusavam a trabalhar ao lado de escravos. É preciso lembrar que os oficiais também defendiam a abolição e a imigração pois acreditavam que essas medidas, uma vez postas em prática, redundariam na obrigatoriedade do serviço militar e um grande exército [de trabalhadores brancos voluntários] então nasceria [substituindo o pequeno exército compulsório de ex-escravos preguiçosos].<sup>123</sup>

Além disso, cedo se deram conta de que a elite senhorial, cuja posição econômica era sustentada pela manutenção da escravidão, pelo regime agrário-exportador e pelo empreguismo, materializava-se no principal impedimento do “progresso” do Brasil.<sup>124</sup> Levando isso em consideração, concluíram que só seria possível “modernizar” o País, e conseqüentemente o Exército, de cima para baixo, ou seja, alterando profundamente as estruturas políticas e sociais do Brasil e impondo a “modernização” ao restante da população. Para esse grupo, o regime republicano – fosse uma República positivista ou liberal-burguesa – pareceu ser a solução mais atraente para alçar o Brasil ao nível das nações mais “adiantadas” da época.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, o Império ainda tentou atender parte dos anseios profissionais das lideranças militares. Buscando aproximar a organização militar brasileira de suas congêneres europeias, o poder Legislativo aprovou, em setembro de 1874, a Lei nº 2.556, que regulou, pela primeira vez, o serviço militar obrigatório, estipulando a abolição dos castigos corporais. Essa lei determinava que todos os anos deveriam se reunir, em cada paróquia de todas as províncias do Império, em todo o dia 1º de agosto, juntas para o alistamento militar.<sup>125</sup> Formadas pelo juiz de paz (presidente), pelo subdelegado e pelo

---

<sup>123</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p.47.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>125</sup> MENDES, Fábio. “A Lei da Cumbuca: a revolta contra o Sorteio Militar”. *Revista Estudos Históricos*, ano 24, 1999, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, p. 2.

pároco local, essas juntas organizariam o alistamento com base num sorteio, que abarcaria o universo de todos os homens livres válidos do lugar, na faixa etária entre os 19 e os 30 anos.

Para espanto dos dirigentes brasileiros, que viam nessa lei um modelo de racionalidade, capaz de acabar com as injustiças sofridas pela população com o recrutamento forçado,<sup>126</sup> uma série de revoltas contra a novidade espalhou-se por várias províncias. Populares invadiam igrejas, rasgavam as listas contendo os nomes dos alistáveis, ameaçavam a integridade física dos membros das juntas, que em várias ocasiões deixavam de ser formadas por oposição ou inércia de seus membros. A hostilidade em relação à lei do alistamento militar foi tamanha, que levou as autoridades à conclusão de que não valeria mais a pena tentar impô-la.<sup>127</sup> Tudo isso fez com que a nova lei se tornasse letra morta ainda na década de 1870, e mais de quarenta anos se passariam até o Exército ser atendido em sua principal demanda.

## 1.8 AS REFORMAS MILITARES DA REPÚBLICA E A PERSISTÊNCIA DO PADRÃO DE RECRUTAMENTO DO IMPÉRIO

Com o advento da República, o Exército passou por importantes transformações em suas estruturas administrativas e burocráticas, ainda que não tenha alterado de maneira significativa a sua função institucional. De maneira geral, o compromisso do Exército com a ordem interna, regime republicano (em lugar do monárquico), a inviolabilidade do território brasileiro e a sua integração física foram mantidos.

O Exército foi, também, expurgado de suas lideranças monarquistas e, nos primeiros anos do regime, de opositores do florianismo. Por essa mesma razão, novas lideranças, ligadas ao novo situacionismo, também surgiram. Em geral, eram jovens oficiais ligados ao republicanismo e ao positivismo, sob a liderança de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor da Escola Militar da Corte e liderança militar em ascensão.<sup>128</sup>

Mesmo considerando-se que os dados oficiais da época não fossem muito confiáveis, é importante lembrar que os efetivos orçamentários foram também duplicados. Entretanto, a década de 1890 foi também marcada pelo dissenso entre os ocupantes dos escalões

---

<sup>126</sup> MENDES, Fábio. “A Lei da Cumbuca: a revolta contra o Sorteio Militar”. Revista Estudos Históricos, ano 24, 1999, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, p. 2.

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 44-63.

hierárquicos da instituição. Nesse sentido, o facciosismo que deixou a instituição em frangalhos nos primeiros anos da República.

Em meio aos confrontos que atravessaram as lutas em torno da consolidação do novo regime na década de 1890, sobretudo nos campos do sul e pelo litoral brasileiro, o Exército, assim como a Armada, quase foi desintegrado, o que comprometeu indelevelmente a continuidade administrativa na instituição. Só no governo provisório (1889-1891), comandado por Deodoro da Fonseca (que durou menos de dois anos), quatro indivíduos foram nomeados para comandar o Ministério da Guerra. No primeiro período presidencial (1891-1895), quando houve um acirramento das disputas políticas e Deodoro renunciou, sendo substituído por Floriano Peixoto, mais 4 pessoas ocuparam sucessivamente a pasta da Guerra. No total, foram 8 ministros em apenas 5 anos.<sup>129</sup> Essa instabilidade persistiu, mesmo após a saída do poder pelos militares, pois em dez anos de regime republicano, a média de tempo de ocupação da pasta da Guerra foi de oito meses.

Todos esses conflitos, abertos ou não, deixaram a corporação em um estado calamitoso. A falta de oficiais – que desertavam, morriam ou simplesmente abandonavam o Exército – se tornou um problema crônico e, em meio às turbulências do período, não foram raros os casos de deserção de praças. Tanto assim que o Ministério da Guerra se viu obrigado a comissionar praças em funções de oficiais e a recorrer aos *batalhões patrióticos* (formados por voluntários comprometidos com a causa republicana ou *florianista*) para contornar suas carências em pessoal.

A explosão do conflito de Canudos, ainda em fins da década de 1890, agudizou todos os problemas acima mencionados, pois estima-se que aproximadamente 40% do efetivo do Exército precisou ser mobilizado nessa campanha e perto de 5 mil militares morreram, fosse em razão das más condições sanitárias e/ou de alimentação ou mesmo em meio aos combates.

<sup>130</sup> O desempenho dos oficiais nesse conflito, em muitos casos, se mostrou abaixo do sofrível.

O final trágico desse conflito também concretizou a consolidação política do novo regime e determinou o início de uma série de esforços reformistas da instituição. Antes mesmo do início das operações em Canudos, haviam sido lançadas as bases para a alteração do perfil da instituição, ainda muito aparentada ao que fora no regime anterior.

---

<sup>129</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, pp. 11-48.

<sup>130</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 63.

A República não alterou imediatamente os procedimentos referentes ao recrutamento dos praças. Todo praça era um “voluntário”, mesmo que seu ingresso na corporação fosse contra a sua vontade. Era costumeiro as forças policiais estaduais “limparem” as ruas das cidades e vilarejos dos “vadios” e “desordeiros” e os internarem nos quartéis e navios do Exército e da Marinha.<sup>131</sup> Resulta disso que o Exército vestia, alimentava, armava e treinava (mesmo que sofrivelmente) a escória da sociedade.

Consequentemente, o ambiente dos quartéis era turbulento (violências, assassinatos, roubos e bebedeiras eram rotineiros), o que justificava a imagem deletéria dos praças do Exército e da Armada. Diante desse quadro, manter a disciplina na tropa representava um grande desafio para os oficiais, que, em alguns casos mais dramáticos, conviviam com constantes ameaças à sua integridade física. Os oficiais respondiam a esse estado de coisas recorrendo aos castigos físicos.<sup>132</sup>

## 1.9 A CENTRALIZAÇÃO DA CADEIA DE COMANDO E A DISTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A década de 1890, em que se sucederam importantes acontecimentos decorrentes das rápidas transformações políticas advindas do processo de consolidação da República (expurgos, reformas, guerra civil de 1893-1895 e o conflito em Canudos), foi um momento de inflexão na organização do Exército republicano. Desde a época do Império a cadeia de comando funcionava de maneira descentralizada e, em nível provincial, havia forte interferência das oligarquias regionais nas divisões administrativas do Exército. Até o início da República a instituição era dividida em guarnições comandadas por autoridades militares subordinadas ao chefe do executivo provincial. Resultava dessa situação uma desarticulação das várias guarnições espalhadas pelo território brasileiro e até mesmo dentro das próprias províncias havia pouca unidade de comando.<sup>133</sup>

O envolvimento político-partidário dos oficiais era também intenso e as rivalidades daí advindas eram transmitidas para o interior das casernas. Em geral, a alternância entre os partidos no poder tinha implicações na nomeação para os postos menos e mais cobiçados.

---

<sup>131</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 80.

<sup>132</sup> Importa lembrar que os castigos físicos haviam sido tornado ilegais desde 1874.

<sup>133</sup> McCANN, Frank. *Op. Cit.*, pp.32-33.

Assim, o partido situacionista tendia a atender às solicitações dos aliados e a “exilar” os militares alinhados ao oposicionismo, transferindo-os para as guarnições mais distantes do País, o que incluía desde as distantes fronteiras do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso ou mesmo as províncias amazônicas.<sup>134</sup>

Em 1891, em plena consolidação da República, os militares encetaram uma redivisão da organização e distribuição das guarnições do Exército pelo território brasileiro.<sup>135</sup> Em suas decisões, pesaram critérios até então inéditos, como a operacionalidade e a viabilidade tática de grandes comandos que, necessariamente, iriam gerir grandes efetivos, e ao mesmo tempo reduzindo a ingerência civil nos assuntos militares, uma vez que os sete distritos militares passavam a responder diretamente ao Ministério da Guerra, e suas decisões administrativas não mais dependeriam do aval dos presidentes de província (agora Estado) como ocorria no Império.

Como não poderia deixar de ser, a referência, nesse aspecto, era o padrão europeu de organização militar. Buscavam, com essa modificação, estabelecer a organização divisionária no Exército, pois cada distrito equivalia a uma divisão de exército, sendo, ou ao menos devendo ser preferencialmente comandado por um general de divisão.<sup>136</sup> A *divisão* constitui organismo administrativo e ao mesmo tempo tático. Em tempos de paz, deve adestrar os soldados para a guerra e garantir a ordem interna nas regiões em que atua; em tempos de guerra responsabiliza-se pelo abastecimento, adestramento e condução de manobras das tropas.

Analogamente, as unidades subordinadas aos distritos militares também possuíam finalidades tático-administrativas, sendo divididas nas três armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) e no serviço de engenharia. A infantaria se distribuía pelo território brasileiro organizada em batalhões, formados por três companhias, com efetivo de aproximadamente 425 homens; eventualmente, o agrupamento de três batalhões configurava um regimento. A cavalaria era corporificada por regimentos formados por quatro esquadrões, totalizando 405 homens. A artilharia poderia ser organizada em regimentos ou batalhões,

---

<sup>134</sup> Instituto Histórico, lata 245, doc. 10515 da Coleção Osório. Apud SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 84.

<sup>135</sup> Decreto nº 431, de 2 de junho de 1891. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>136</sup> Decreto nº 431, de 2 de junho de 1891. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 37.

ambos divididos em grupos com efetivo de 402 homens (3 grupos) e de 329 homens (2 grupos) respectivamente. Por sua vez, a engenharia, arma incipiente e minoritária, distribuía-se por batalhões de três companhias cada, com efetivo previsto de 392 homens.

Com essa reforma, esperava-se superar o problema do isolamento das unidades e unificar a cadeia de comando. Entretanto, afora o problema do isolamento das unidades, em muitos casos localizadas em pontos de difícil acesso do território brasileiro, havia um grande desequilíbrio na distribuição numérica dessas tropas pelos distritos militares. Como no Império, o Exército tendia a se concentrar nas porções centro-meridionais do território brasileiro, sobretudo no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e no Rio Grande do Sul, guarnecidos por aproximadamente 50% dos efetivos do Exército. Os Estados das atuais regiões nordeste e norte, além de São Paulo e Minas Gerais, ficavam praticamente desguarnecidos.

#### 1.10 A VOLTA DOS MILITARES AOS QUARTEIS E A QUESTÃO DA DEFESA NACIONAL

Encerradas as agitações políticas da consolidação republicana, as autoridades do Ministério da Guerra procuraram reorientar os valores institucionais para o profissionalismo, afastando seus subordinados das disputas político-partidárias. Essa reorientação política atendia aos interesses das elites civis, que assumiram as rédeas do governo federal a partir de 1894, com a ascensão ao poder do presidente Prudente de Moraes, um representante das oligarquias paulistas. Desse modo, os hierarcas do Exército passaram a atuar como sustentáculos do novo regime, sendo conscientemente cooptados com prebendas e, principalmente, ascensão funcional. Por outro lado, parte da instituição, principalmente os setores alijados na distribuição de benefícios e vantagens, também era aliciado pelos grupos opositores do *status quo* republicano para conspirações e rebeldias. Em boa medida, essa disposição belicosa da oposição refletia a falta de garantias aos grupos opositoristas, como se verá mais adiante. Entretanto, não podemos deixar de considerar que a disposição *revolucionária* de alguns oficiais eram a expressão de suas próprias ambições políticas.

Na década de 1900, as inúmeras tensões internacionais e a estabilidade do ambiente político (não obstante a Revolta da Vacina em 1904) permitiram o adensamento das discussões em torno de temas relacionado à segurança nacional. De fato, a Argentina

representava uma grande ameaça ao sul, mas na distante fronteira com o Peru e a Bolívia avultava a chamada *Questão Acreana*. Periódicos das principais cidades brasileiras alertavam a opinião pública quanto às ameaças da cobiça dos grandes monopólios internacionais em relação à soberania nacional. Diante desse quadro potencialmente perigoso, urgia rearmar o País e prepara-lo militarmente para enfrentar as ameaças estrangeira, sob pena de vê-lo humilhado ou, pior, desmembrado<sup>137</sup>.

Obviamente as lembranças do episódio de Canudos marcaram profundamente aquela geração de brasileiros. A considerar o seu desempenho naquele conflito, havia justificadas dúvidas quanto à capacidade do Exército em prover a segurança necessária para a manutenção da sua integridade territorial. Afinal, se ao enfrentar uma “turba” desorganizada de “jagunços fanáticos” passou por tantas dificuldades, o que esperar quando o confronto envolvesse um exército profissional?

A resposta a esse questionamento veio com o ingresso do Brasil na corrida armamentista, que arrastou inúmeros países da América do Sul nas décadas de 1900 e 1910. Nação tradicionalmente agroexportadora, não dispunha de uma indústria bélica digna desse nome, sendo, conseqüentemente, obrigado a adquirir no exterior as armas que não podia produzir internamente. De fato, a saída encontrada foi a aquisição de armas e a contratação assessorias técnicas das fábricas e dos exércitos europeus. Nesse aspecto, se sobressaíram os franceses e os alemães, sendo estes últimos, por razões óbvias, os alvos preferenciais.

### 1.11 A LEI DO SORTEIO MILITAR DE 1908

Ao lado das preocupações com a soberania e a integridade da nação, avultava a questão da nacionalidade. País novo, recentemente saído do regime escravista, que dia a dia recebia milhares de estrangeiros, o Brasil ainda carecia de brasileiros, isto é, cidadãos plenamente cômicos de seus direitos e, principalmente, dos deveres. A formação de cidadãos era uma tarefa atribuída a instituições como a família, as escolas e as forças armadas. Em especial as escolas e as casernas eram vistas como fatores de difusão do civismo.

Por outro lado, a abrangência restrita do sistema escolar brasileiro à época, levou muitos intelectuais a vislumbrarem no Exército a possibilidade de corrigir os mais graves

---

<sup>137</sup> PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 09.

problemas sociais brasileiros, dentre os quais se destacava o do analfabetismo. Desse modo, o Exército poderia dar a sua contribuição ao esforço de integração do caboclo interiorano, do ex-escravo ou seu filho e do filho do imigrante à comunidade nacional, adicionalmente infundiria nesses grupos a ética burguesa do trabalho, proporcionando uma maior disciplina e obediência ao proletariado nacional.<sup>138</sup>

Os militares manifestavam outra ordem de preocupações. Urgia aprimorar a operacionalidade do Exército e selecionar melhor os seus conscritos. Nesse aspecto, nenhum grupo defendeu com maior ênfase essa tese do que os *Jovens Turcos*. Tratava-se de um grupo de jovens oficiais que, em levadas sucessivas entre os anos de 1906 e 1912, foram estagiar no Exército alemão, servindo arregimentados nos corpos das várias armas daquela corporação. Esse grupo, após o retorno da última leva de estagiários, fundou no ano de 1913 a revista *A Defesa Nacional*, que havia sido precedida por um esforço anterior representado pela *Revista dos Militares*.<sup>139</sup>

Os chefes militares, por seu turno, manifestavam opiniões semelhantes. De fato, remonta ao final do século XIX, mais especificamente, à administração do marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra entre 1898 e 1902, as primeiras preocupações quanto à eficácia no manejo das armas pelos soldados brasileiros. Para superar as deficiências evidenciadas durante o conflito de Canudos, Mallet era da opinião de que oficiais e praças deveriam ser levados a acampar e praticar o tiro.<sup>140</sup>

O marechal Francisco de Paula Argolo, sucessor de Mallet (1902-1906), era um grande entusiasta do serviço militar obrigatório e, por acreditar que os oficiais, os futuros instrutores e líderes dos soldados que viessem ingressar anualmente nas fileiras, deviam estar à altura dessa tarefa, procurou introduzir mudanças na formação dos oficiais enfatizando, principalmente, a formação combatente. Para ele, o ambiente pouco afeito às lides militares encontrado na Praia Vermelha era deletério para o futuro da oficialidade brasileira.<sup>141</sup>

Outra administração bastante influente e comprometida com a transformação do Exército foi a do também marechal Hermes da Fonseca (1906-1909). Encontrou um Exército

---

<sup>138</sup> PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 10.

<sup>139</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 338.

<sup>140</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 107-108.

<sup>141</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 25.



ainda convalescente da campanha de Canudos. Faltavam munições, armas, barracas para acampamento, uniformes, mas, sobretudo, faltavam soldados e oficiais. Os existentes deixavam muito a desejar, fosse pelo seu preparo profissional, fosse pelo seu comprometimento com a instituição.<sup>142</sup> A necessária austeridade das administrações que sucederam aos governos dos perdulários e catastróficos anos 1890 tolhiam maiores ousadias por parte do Ministério da Guerra. Entretanto, a administração Hermes da Fonseca foi capaz de angariar apoio suficiente para solucionar, ao menos parcialmente, os principais desajustes da instituição.

O principal deles dizia respeito ao mau funcionamento dos distritos militares e sua inadequação para fazer frente às novas tarefas administrativas advindas da adoção do serviço militar obrigatório. Era urgente habilitar oficiais e praças de modo a torná-los aptos a receber o fluxo contínuo de recrutas que anualmente ingressariam e seriam licenciados do Exército. Para tanto, propôs, uma nova distribuição das unidades do Exército pelo território nacional, substituindo os sete distritos militares por treze regiões militares de inspeção. As regiões de inspeção, analogamente aos distritos militares, também correspondiam a uma divisão de exército e deveriam ser, preferencialmente, comandadas por oficiais generais.

Seria papel de cada inspeção garantir o preenchimento dos claros e o adestramento das tropas em sua respectiva região. Nessas tarefas seriam coadjuvados pelos oficiais subalternos e praças antigos. Nesse sentido, a força passaria a ser dividida em dois grandes efetivos: o *permanente* e o *variável*, sendo este formado pelos recrutas que anualmente ingressavam no Exército e ao final de um período fixo de tempo retornariam à vida civil, e o primeiro, preferencialmente, pelos oficiais de carreira e, secundariamente, por praças engajados.

Todos esses princípios estão consubstanciados na Lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908, a qual, não coincidentemente, também é conhecida como Lei do Sorteio Militar. O arcabouço teórico que fundamentava essa lei pressupunha que o Exército tinha a responsabilidade de preparar militarmente a nação para as futuras guerras. Sendo um exército ainda incipiente, com poucos recursos e de uma nação pacífica por índole, cabia-lhe prepará-la para uma guerra necessariamente defensiva. Essa preparação não se restringia aos quadros ingressantes nas fileiras; antes, deveria se espalhar por todo o corpo social através do número crescente dos

---

<sup>142</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 100.

recrutas que seriam licenciados do serviço militar todos os anos, passando a constituir reservas mobilizáveis para a defesa da Pátria, em caso de ameaça à sua integridade.

### 1.12 “A LEI NÃO PEGOU”

A adoção do serviço militar obrigatório apresentava inúmeras vantagens orçamentárias para o Exército e, conseqüentemente, para o governo. Entretanto, inicialmente, a Lei 1860 de 1908 teve praticamente o mesmo destino da sua antecessora, a Lei 2256 de 1874, ou seja, tornou-se letra morta. O Exército continuou dependendo do voluntariado por mais alguns anos. Isto significava que a instituição continuaria abrigando indivíduos marginalizados, desocupados ou mesmo incapazes de encontrar funções remuneradas na vida civil. Acima de tudo, a indesejada figura do soldado profissional continuaria povoando os quartéis, com todas as suas deletérias conseqüências.

Por fim, vale mencionar que o voluntariado genuíno nunca fora suficiente para atender às demandas do Exército por pessoal, assim sendo, o recurso ao recrutamento forçado também persistiu.

Cinco anos após a promulgação da Lei 1860, o então primeiro-tenente Leitão de Carvalho publicava, através de *A Defesa Nacional*, os resultados do voluntariado na sua unidade. Para o autor, as fontes de recrutas do Exército brasileiro eram principalmente quatro, a saber: a) “os nordestino afugentados pelas secas”; b) “os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego”; c) “os criminosos mandados pela polícia” ed) “os inaptos para o trabalho”.<sup>143</sup> Fosse pela resistência popular, fosse pelos receios das elites dirigentes do País quanto ao fortalecimento do Exército, o fato é que os oficiais tiveram que esperar mais alguns anos até ver em funcionamento a Lei do Sorteio Militar.

De fato, apenas a forte impressão causada pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial foram capazes de sensibilizar a opinião pública brasileira e, em especial, a sua elite política para as preocupações atinentes à defesa do território brasileiro. Não coincidentemente, a aplicação da Lei teve início a partir de 1916, em meio ao conflito e à grandiosa campanha encabeçada pelo poeta Olavo Bilac, o qual visitou diversas capitais brasileiras palestrando sobre a necessidade de o Brasil adotar o serviço militar na modalidade obrigatória. Essa

---

<sup>143</sup> CARVALHO, Estevão Leitão. “O Voluntariado no Exército”. *A Defesa Nacional*, I, 2 (nov. 1913), pp. 40-43. Apud CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 20.

campanha contou com a simpatia e apoio dos *Jovens Turcos*, de alguns dirigentes do próprio Exército, entre eles o próprio ministro da Guerra, e de industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

**Imagem II – Reunião do corpo editorial da revista *A Defesa Nacional* (grupo conhecido como *Jovens Turcos*) na década de 1910. O movimento encabeçado pela geração dos jovens turcos modernizou as práticas e os costumes nas casernas brasileira e, em consequência, deu início a uma importante inflexão nas relações civil-militares no Brasil.**



Fonte: McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 188.

## CAPÍTULO II - O SORTEIO MILITAR E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

*Sem dúvida, o Antigo Regime, reagindo em todos os domínios contra o tumulto da Idade Média, soubera dar à força militar bases racionais e prosseguir, com meios reduzidos, uma política cuidadosamente calculada. Mas a França revolucionária sentira a necessidade de levantar massas de recrutas, pois o evangelho que pregava havia coligado contra ela a Europa inteira. E Napoleão, para dominar o continente, mantivera o exército obrigatório, que lhe proporcionava tamanho número de homens por preço tão módico quando a Prússia de Bismarck e de Roon quis conquistar a hegemonia, recorreu ao mesmo sistema. Depois disso, os povos espantados em sua maioria por tais comoções, organizaram-se de tal maneira que todos os cidadãos válidos tiveram de servir durante a paz e de combater durante a guerra.*

(Paul Kennedy)

### 2.1 A REPÚBLICA E A INFLEXÃO INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO

O advento da República reorientou os destinos institucionais do Exército brasileiro. Na década de 1890, os generais e oficiais superiores que o comandavam perderam seus cargos em razão dos expurgos perpetrados pelos jovens oficiais após terem golpeado a monarquia em novembro de 1889. Consequentemente, seus quadros hierárquicos foram alterados, tendo passado por intensa renovação. Na mesma década, dois importantes acontecimentos influíram decisivamente nos destinos da organização, tornando essa década um ponto de inflexão a partir da qual a instituição passou por intensas transformações estruturais: 01) a fundação do Estado-Maior do Exército (1896-1900); 02) a Guerra de Canudos (1896-1897).<sup>144</sup>

A promulgação da Lei do Sorteio Militar (1908), na década seguinte, constituiu, nesse sentido, um importante momento do processo de transformação iniciado duas décadas antes, contribuindo para a modernização do Exército, o que naqueles tempos significava torná-lo comparável às modernas máquinas militares europeias.<sup>145</sup>

Entretanto, a lei não teve efeito prático imediato, isto é, não foi aplicada imediatamente após a sua promulgação. Tornou-se efetiva somente após o lançamento de uma

---

<sup>144</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 44-63.

<sup>145</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 22-24.

prestigiada e abrangente campanha em âmbito nacional em favor do sorteio militar. Essa campanha foi promovida pela recém fundada Liga de Defesa Nacional (07/01/1916), com o entusiástico apoio do poeta parnasiano Olavo Bilac, além de outros importantes intelectuais brasileiros, de influentes lideranças militares e de setores da burguesia paulistana. Mais importante do que todos esses esforços foi a sensação de insegurança causada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e suas destrutivas consequências para as regiões conflagradas. De fato, a abrangência do conflito e a quantidade de recursos materiais mobilizados pelos beligerantes impressionaram os dirigentes militares e civis brasileiros, levando-os a infletir os rumos da organização dos recursos defensivos da nação.

Como observamos no primeiro capítulo, desde os princípios do Império e no decorrer do século XIX, os governantes brasileiros deparavam-se com inúmeros obstáculos quanto ao preenchimento dos *claros* das tropas. Havia uma generalizada e tradicional “*aversão e resistência ao serviço das armas*” entre a “*gente comum*”.<sup>146</sup> Por outro lado, a instabilidade dos aparatos administrativos do Império inviabilizava a efetivação do recrutamento militar, organizado com base em critérios organizacionais *racionais* e *modernos*. Dessa situação, resultava que o serviço militar na condição de praça, no Exército ou na Armada, era destinado aos elementos marginalizados da sociedade ou então àqueles cidadãos excluídos das malhas de proteção clientelísticas locais. De fato, naqueles tempos, o poder central concedia aos grupos poderosos locais privilégios relacionados à concessão de isenções do serviço militar nas tropas de primeira linha.<sup>147</sup> Com o passar do tempo configurou-se uma dinâmica na qual o governo central brasileiro cedia, reiteradamente, aos interesses dos grupos dominantes locais, principalmente no que se refere ao recrutamento de efetivos para as forças armadas. O *status quo* estabelecido por essa dinâmica só viria a ser alterado a partir da década de 1910, com a aplicação do sorteio militar.

Para dobrar a resistência dessas teias clientelísticas de proteção foi necessário muito esforço administrativo, ainda que seja forçoso reconhecer que o contexto da virada nas relações entre o poder central e as forças conservadoras locais coincide com a própria crise estrutural do *coronelismo*. Com efeito, nos primeiros decênios do século XX, os dirigentes civis e militares republicanos se depararam com condições sociais favoráveis para impor uma

---

<sup>146</sup> MENDES, Fábio Faria. *A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38. São Paulo, outubro de 1998, p. 280.

<sup>147</sup> *Ibidem*, 115. A primeira linha designa os componentes do Exército e Armada. Diz-se *de linha* ou *primeira linha* em oposição às forças milicianas ou de *segunda linha*, como a *Guarda Nacional* ou as *Companhias de Ordenanças*.

nova agenda à nação. Tratava-se de modernizá-la e, para tanto, um aparelho burocrático estatal moderno era mister.

Um aspecto dessa modernização estatal se manifestaria, do ponto de vista do setor militar, por meio do estabelecimento do alistamento universal obrigatório e sorteio militar. O regime anterior havia apresentado uma proposta semelhante, tratava-se da Lei do Sorteio Militar de 1874, entretanto, ocorreu uma violenta reação da população rural aos seus desdobramentos, e em pouco tempo, ficou evidenciado que não havia condições burocráticas para a sua aplicação.<sup>148</sup> Em seus princípios, a Lei do Sorteio Militar republicana teve o mesmo destino da sua congênere monárquica.

## 2.2 O TRIUNFO DO CONCEITO DA NAÇÃO EM ARMAS

Entre os propagandistas do sorteio militar era generalizada a expectativa de que a adoção da conscrição militar obrigatória viria a erigir no país uma estrutura disciplinadora das massas. Nesse sentido, a adoção do serviço militar obrigatório seria uma etapa necessária para resolução dos problemas de organização da base social nacional. Também inquietava a muitos intelectuais a situação da mão de obra brasileira, pois em um contexto de industrialização incipiente, conquanto progressiva (marcada pela difusão das relações assalariadas de trabalho por todo o país), urgia formar cidadãos capacitados para realizar tarefas de maneira eficiente e obediente aos parâmetros impostos pelo patronato.<sup>149</sup> Na concepção de Bilac, e do grupo de intelectuais que o cercavam, as forças armadas deveriam se afigurar enquanto núcleos difusores de princípios *disciplinarizadores*, *racionalizadores* e *individualizadores* entre os jovens conscritos, conformando-os aos valores burgueses em vias de se hegemonizarem na sociedade brasileira. Ressalte-se que experiências análogas haviam alcançado resultados semelhantes aos esperados pelos intelectuais brasileiros em muitas nações do Hemisfério Norte; não por acaso, o serviço militar obrigatório tornou-se um exemplo, uma referência para as vanguardas letradas da época, um símbolo de modernidade, civilização e progresso.

---

<sup>148</sup> MENDES, Fábio Faria. *A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38. São Paulo, outubro de 1998, p. 280.

<sup>149</sup> O debate em torno do uso ou não da disciplina militar para fins de organização do trabalho provocou grande polêmica que opôs, entre outros, Olavo Bilac e Alberto Torres. Para uma sumarização desta polêmica ver COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000 e McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Entre fins de 1916 e princípios do ano seguinte, o Exército brasileiro iniciou a introdução do serviço militar obrigatório no País. Desde 1874, o governo brasileiro ensaiava a aplicação dessa medida, entretanto, só foi possível efetivá-la depois de quase três décadas do fim do regime monárquico e mais de quarenta anos após a primeira lei que a promulgou. As expectativas dos militares quanto aos benefícios trazidos pelo sorteio eram bem mais modestas do que a dos intelectuais. Para a maioria dos hierarcas e alguns oficiais subalternos do Exército, a finalidade do sorteio era preencher os *claros* das suas fileiras, favorecendo, ao mesmo tempo, a instrução militar dos cidadãos brasileiros e criando condições, igualmente, para formação de reservas mobilizáveis pelo governo brasileiro em tempo de guerra ou emergência nacional.

Mesmo uma observação superficial dos sucessivos relatórios ministeriais atinentes à força terrestre brasileira revela que os chefes militares brasileiros vinham se preocupando com o problema dos claros há muitas décadas e insistiam, veementemente, na importância de alguma modalidade de serviço militar obrigatório, em especial na técnica do sorteio militar. Dentre esses defensores, ressalte-se o general Caetano de Faria, ocupante da pasta da Guerra no período de 1914 a 1918, portanto, durante a Primeira Guerra Mundial, que era um ardoroso defensor do sorteio militar. No seu mandato à frente dos assuntos da Guerra viu a Lei 1860 de 1908 ser aplicada pela primeira vez. Para ele:

A maior necessidade do exército é a execução do serviço obrigatório; a guerra não é mais uma luta entre exércitos e sim entre nações, ou, como estamos vendo atualmente, entre grupos de nações. Isso exige que o exército seja a nação armada, quer para combater isoladamente, quer para poder fazer parte de um grupo que não aceitaria um aliado sem valor eficiente.<sup>150</sup>

Como é possível observar, as palavras acima expressam a premissa de que as guerras coetâneas eram travadas entre nações, as quais deveriam estar em condições de mobilizar uma quantidade considerável de recursos humanos, materiais e morais para fazer frente a esforços equivalentes das nações inimigas. Era a vitória intelectual da doutrina da *Nação em Armas*.

As origens da doutrina da *Nação em Armas* estão no esforço empreendido pelos dirigentes da *convenção nacional francesa*, durante os desdobramentos da queda do monarca francês Luís XVI e o estabelecimento de um regime republicano na França. Nessa época, os

---

<sup>150</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1916*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, p.6.

líderes *jacobinas* Robespierre, Danton, Hérbert e Marat, entre outros, destacaram-se à frente do *Comitê de Salvação Pública* e do *Comitê de Segurança Pública*, órgãos responsáveis pela mobilização interna da nação para conter as resistências endógenas e exógenas ao novo regime, representados, no segundo caso, pelas potências absolutistas, as quais aliadas à Inglaterra, intentavam invadir o território francês e restaurar a casa de Bourbon no trono francês.<sup>151</sup> Nesse momento de grande ameaça para a soberania nacional francesa – chegou-se a cogitar a dissolução da França e a partilha de seu território entre as monarquias europeias – a direção jacobina mostrou-se fundamental para a preservação da República e para a construção da identidade nacional francesa.<sup>152</sup>

Nesse momento, os dirigentes franceses da Convenção Nacional convocaram todos os homens válidos para o esforço de guerra necessário à defenestração das ameaças internas e externas. Era a estreia do *levée en masse*, termo que passou a designar a conscrição em massa (conquanto não universal) dos cidadãos franceses para a defesa da pátria. Com as *guerras napoleônicas* e a expansão militar delas decorrentes das conquistas militares francesas, esse princípio se disseminou pelo continente europeu, no mesmo passo em que emergiram as múltiplas nacionalidades europeias em reação ao nacionalismo francês triunfalista.<sup>153</sup>

A derrota do Império Francês em 1812-1815 não implicou na reversão dessa lógica organizacional. Antes o contrário. O Estado prussiano, um dos grandes derrotados pelas tropas napoleônicas na década de 1800, incorporou esse princípio à sua organização militar no pós-guerra. As esmagadoras vitórias do Exército prussiano nos conflitos externos que precederam a unificação alemã (1864-1871) sob o comando do diplomata alemão Otto von Bismarck projetaram internacionalmente o sistema de recrutamento daquele país, baseado no serviço militar obrigatório. De fato, muitos pensadores militares, como foi o caso do ministro Caetano de Faria, consideravam-no um dos elementos decisivos para essas vitórias. Desde então generalizou-se, inicialmente pela Europa continental, posteriormente por quase todo o espaço atlântico e até além dele, a noção segundo a qual forças armadas, além de suas

---

<sup>151</sup> FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 57.

<sup>152</sup> SHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. Cia. das. Letras, 1989, p. 581.

<sup>153</sup> HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 104.



responsabilidades quanto à defesa nacional, constituíam uma espécie de *escola da nacionalidade*.<sup>154</sup>

Idealmente, a conscrição recairia sobre os indivíduos pertencentes a todos os extratos da população, independentemente das suas origens, com o fito de infundir-lhes o sentimento de nacionalidade, a lealdade com pátria. Por outro turno, do ponto de vista eminentemente militar, o serviço militar obrigatório passou a ser visto como um elemento essencial da profissionalização dos exércitos. Com efeito, durante o século XIX, houve uma inflexão nos padrões de organização dos exércitos, que passaram a ser divididos em dois grupos principais: a) o corpo permanente (oficiais e praças profissionais); b) o corpo variável (constituído pelos praças que serviam aos exércitos por períodos limitados de tempo).<sup>155</sup>

Em decorrência, o próprio perfil do oficialato foi modificado para atender às demandas impostas por essa nova estrutura organizacional, a qual, ademais, exigia aparatos estatais altamente complexos.<sup>156</sup> Esse novo perfil resultava das novas demandas impostas aos oficiais, vistos a partir de agora como administradores da violência, em contraste com os praças, meros executores da violência.<sup>157</sup> Em suma, o advento do serviço militar obrigatório implicou na emersão do oficial profissional.

### 2.3 CIENTÍFICOS E TARIMBEIROS: OS OFICIAIS DO IMPÉRIO E DOS PRIMEIROS TEMPOS DA REPÚBLICA

Os efeitos dessa nova concepção de profissionalismo entre os exércitos ocidentais não tardaram a ser sentidos no Brasil. De fato, desde a década de 1850, os currículos das escolas militares brasileiras pouco a pouco abandonaram a ênfase no ensino das ciências exatas e os caracteres bacharelescos (que privilegiava os aspectos “teóricos” e “filosóficos” dos campos de conhecimento) tão marcantes na educação brasileira durante o século XIX, ampliando o prestígio dos conhecimentos práticos e teóricos nas questões eminentemente militares.

---

<sup>154</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005, p.421. HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996, p.65.

<sup>155</sup> CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 240.

<sup>156</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996, p. 51.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p.29.

Ainda assim, muitos pesquisadores observaram que o prestígio do cientificismo na formação dos oficiais brasileiros, com sua ênfase nas ciências exatas e grande valorização dos títulos de bacharel ou doutor em ciências físicas e naturais persistiram até as décadas iniciais do século XX. Nesse sentido, o corpo de engenheiros constituía a elite do Exército, não sendo incomum que os engenheiros militares atingissem os mais altos postos da corporação, mesmo sem terem passado pela experiência do serviço nos corpos das tropas. Com certo exagero, um cronista da época afirmou que havia generais que chegaram a esse posto após vários anos dedicando-se ao ensino da caligrafia na Escola Militar do Brasil.<sup>158</sup>

Até as décadas iniciais do século XX, a oficialidade do Exército brasileiro era dividida em dois grupos: *científicos* e *tarimbeiros*.<sup>159</sup> Esta clivagem informal refletia em boa medida o sistema de valores predominantes entre os setores letrados da sociedade brasileira, onde os diplomas das escolas superiores, mormente as habilitações para as profissões liberais rendiam um grande capital social.<sup>160</sup> Por outro lado, essa delimitação era um desdobramento da evolução do ensino nas escolas militares brasileiras, pois inegavelmente as raízes do núcleo profissional do Exército brasileiro encontravam-se nos ramos técnicos das atividades militares, isto é, nas armas de artilharia e sobretudo na engenharia.<sup>161</sup>

Não era uma especificidade brasileira. Os núcleos técnicos dos exércitos europeus e norte-americanos também tiveram uma influência decisiva nas origens do profissionalismo militar oitocentista. De fato, a ereção de fortificações, o planejamento dos acampamentos, a organização sanitária das tropas em acantonamento, cálculos balísticos, avaliação de distâncias e de consumo de víveres, entre outros aspectos, sempre exigiram a presença de

---

<sup>158</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 25.

<sup>159</sup> A expressão *tarimbeiro* vem de *tarimba*: “estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis”. Portanto designa os oficiais de perfil *troupiier*, ligados às coisas da tropa, geralmente sem estudos superiores, em contraste com os oficiais ditos *científicos* dos ramos técnicos da artilharia, engenharia e estado-maior. CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p.17.

<sup>160</sup> Sobre isto, nenhum documento é mais revelador do que os romances do escritor carioca Lima Barreto. BARRETO, Lima. *As do Dr. Bogoloff*. Rio de Janeiro : Editora Expressão e Cultura, 2001; \_\_\_\_\_ *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo : Editora Escala, s/d. Um analista entende que o tipo bacharelesco e urbano veio a tomar o lugar do antigo senhor de terras em declínio no Brasil a partir de meados do século XIX. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: José Olympio Editora, 1955.

<sup>161</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 33. Ressalte-se que a divisão atual de especialidades no campo da engenharia militar (engenharia de construção e engenharia de combate) não existia naquela época. Os oficiais engenheiros tocavam obras e atuavam em zonas de combate, como ocorreu com Benjamin Constant Botelho de Magalhães, veterano da campanha contra o Paraguai e patriarca da República. Cf. LEMOS, Renato. *Benjamin Constant – vida e história*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

especialistas habilitados no manejo de complexas e trabalhosas operações matemáticas.<sup>162</sup> A importância desses técnicos explica, portanto, o grande prestígio desfrutado por esses intelectuais no interior da corporação, sobretudo após as reformas sofridas pelo ensino militar brasileiro após 1850. Não surpreendentemente, os primeiros cursos superiores do Exército formavam artilheiros e engenheiros militares. A título de exemplo, ressalte-se que a Escola Militar da Corte era frequentada por estudantes civis em regime de externato até 1874.<sup>163</sup>

No Brasil, os oficiais do corpo de engenheiros coordenavam a construção e a manutenção das fortificações no litoral e no interior, além de terem dirigido importantes empreendimentos estruturais nas cidades e por todo o território brasileiro. Destarte, coube ao encargo dos engenheiros militares as maiores obras erigidas em nome do governo durante o Império. Os oficiais engenheiros também eram incumbidos de construir e/ou administrar minas, estradas, portos, canais, pontes e calçadas.<sup>164</sup>

Por seu turno, a formação de inúmeros oficiais combatentes (infantaria e cavalaria) era efetuada longe dos bancos escolares. Os oficiais combatentes mais destacados pelas efemérides militares brasileiras no século XIX não tiveram passagem pela Escola Militar; para esses oficiais tropeiros, seus conhecimentos profissionais eram adquiridos no dia a dia da caserna em épocas de paz e nas lides guerreiras das campanhas militares.<sup>165</sup>

Entretanto, da segunda metade do século XIX em diante, a ênfase na formação e no desempenho escolar dos oficiais aumentou. Com efeito, oficiais das armas de cavalaria e infantaria portadores de diplomas de curso superior, isto é, com passagem pela Escola Militar, passaram a desfrutar de precedência sobre os demais, não possuidores de diploma, no tocante às promoções funcionais. Ainda assim, a cultura interna do corpo de oficiais continuou

---

<sup>162</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996, p. 29. Napoleão Bonaparte, antes da queda da monarquia francesa, em que pesem suas origens aristocráticas, era um oficial de artilharia no Antigo Regime.

<sup>163</sup> MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 26.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p.25. Por sinal, até 1874 a Escola Militar abrigava a única escola de engenharia do País. Nesse ano surgiu o primeiro curso de engenharia civil, formado, inclusive, por muitos professores daquele instituto militar. CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p.42.

<sup>165</sup> Manoel Luís Osório, Joaquim de Andrade Neves e Antonio de Sampaio, generais do Império que pelos seus feitos militares atualmente são considerados patronos das armas de cavalaria e infantaria, ascenderam funcionalmente na instituição a partir das suas atuações nos conflitos internos e externos do século XIX. No Exército inglês não havia um maior apreço pelo desempenho intelectual ou mesmo pela formação do oficial profissional. Basta observar que a ascensão funcional naquele exército se dava mediante compra de patentes junto ao governo inglês. Sobre isto veja SMITH, Cecil Woodham. *A Carga da Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

marcadamente impregnada pelo *espírito civilista*, que a rigor sintetizava os valores predominantes na sociedade brasileira da época. Um sintoma disso era a composição do currículo da Escola Militar, o qual, entre 1850 e 1880, englobava um híbrido de escola superior de engenharia e curso de formação básica sobre assuntos militares. Nesse sentido, desse local saíam oficiais combatentes (que, em média, permaneciam na instituição por dois anos) e engenheiros (nem sempre militares) cuja formação demandava no mínimo sete anos.

O currículo da Escola Militar da Corte expressa bem o que se pretende afirmar com a afirmação de que o *espírito civilista* predominava no corpo técnico da oficialidade. Augusto Tasso Fragoso<sup>166</sup> frequentou a Escola Militar entre 1885 e 1890. Nesta época o curso era dividido em três fases, após as quais o concludente recebia o título de engenheiro militar. A primeira fase durava dois anos e era denominado curso de alfafa – uma alusão à conotação de rusticidade atribuída às especialidades combatentes do Exército – pois habilitava os estudantes militares a desempenhar as funções de oficial das armas de cavalaria e infantaria. A aprovação plena (aproveitamento mínimo de 60%) nas disciplinas lecionadas no decorrer desses dois anos garantia aos estudantes a promoção à graduação de alferes-alunos e continuidade nos estudos na Escola Militar. Os alunos aprovados “*simplesmente*” eram diplomados como especialistas nas armas de infantaria e cavalaria, sendo posteriormente transferidos para os copos das tropas, onde assumiam a graduação de sargento-ajudante, aguardando vaga para a promoção ao oficialato.<sup>167</sup>

A seguir, aqueles que permaneciam na Escola prosseguiram nos estudos, por pelo menos mais um ano. No final do terceiro ano de estudos os alunos aprovados “*simplesmente*” eram habilitados na arma de artilharia e os aprovados “*plenamente*” podiam prosseguir nos estudos até habilitarem-se como oficiais do corpo de engenheiros ou de estado maior.<sup>168</sup> Essa

---

<sup>166</sup> Militar de origem maranhense, Tasso Fragoso tomou parte nos principais eventos políticos que envolveram a sua corporação nas primeiras quatro décadas do regime republicano. Ainda aluno da Escola Militar conspirou contra a monarquia e participou da instauração da República em novembro de 1889. Inicialmente identificado como oficial científico por sua formação como engenheiro militar influenciou decisivamente no processo de profissionalização do Exército ao assumir a chefia do Estado Maior do Exército em dois períodos presidenciais da República Velha (1922-1929), quando a Missão Militar Francesa iniciou seus trabalhos de remodelamento da corporação. Tomou parte no movimento que derrubou o presidente Washington Luís, em outubro de 1930 – após a eclosão da rebelião iniciada naquele mesmo mês no Rio Grande do Sul, sob a direção de Getúlio Vargas e do tenente-coronel Góes Monteiro – e na junta governativa provisória que no início do mês seguinte entregou o poder a Vargas. Notabilizou-se como historiador militar ao escrever ensaios sobre a Batalha do Passo do Rosário e a Guerra da Tríplice Aliança. Para maiores informações: ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1960.

<sup>167</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1960, p. 67.

<sup>168</sup> Os possuidores do diploma de engenheiro militar também podiam atuar como engenheiros civis.

disposição curricular evidencia uma hierarquia valorativa entre uma formação considerada rudimentar (“*cursos de alfafa*”), passando por um estágio intermediário (artilharia) chegando ao ponto culminante da formação acadêmica, em que presumia-se uma maior complexidade (engenharia e estado maior). Se considerarmos que desde os anos 1850 o Exército vinha privilegiando o desempenho escolar no tocante à ascensão funcional fica claro que os oficiais dos ramos técnicos (os *científicos*) desfrutavam de significativo prestígio na instituição. Nessas condições, não é de admirar a considerável atração exercida pelo Exército sobre jovens sem posses, ou mesmo de origens humildes interessados em ingressar em um curso superior. De fato, a Escola Militar oferecia muitas vantagens aos jovens deserdados brasileiros: ensino gratuito e recebimento de uma remuneração (soldo) periódica.<sup>169</sup>

Também não surpreende a constatação do brasilianista Frank McCann segundo a qual a oficialidade oitocentista era muito mais voltada para a construção de uma infraestrutura nacional (sistema de transportes, portos, sistemas de comunicações etc) do que para a sua defesa.<sup>170</sup> Por outro lado, o menor prestígio e a menor abrangência da sua educação formal dos infantess e cavalarianos (os *tarimbeiros*) não impedia a ascensão funcional desse grupo,<sup>171</sup> notando-se que até os princípios do século XX ainda havia muitos oficiais *tarimbeiros* sem curso superior.

A convivência entre *científicos* e *tarimbeiros* estava longe de ser harmoniosa. Os conflitos entre esses dois grupos, latentes na época do Império, aparentemente se acirraram nos primeiros decênios da República.<sup>172</sup> Entretanto, interessa-nos perscrutar como esses conflitos deviam se manifestar nos ambientes de trabalho, no dia a dia da tropa ou nos momentos em que “representantes” desses dois grupos se encontravam.

As efemérides militares brasileiras possuem inúmeros registros memorialísticos a respeito desses encontros. Um deles, em especial, delimita com grande clareza as fronteiras entre os dois grupos de oficiais. Trata-se do relato sobre o encontro de Isidoro Dias Lopes – futuro comandante das forças tenentistas rebeladas no Estado de São Paulo no ano de 1924 –

<sup>169</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 34.

<sup>170</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo : Companhia das Letras, 2007, p. 41.

<sup>171</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 26.

<sup>172</sup> José Murilo de Carvalho nos informa que esses dois grupos se uniram na conspiração para derrubar a monarquia, tendo posteriormente rompido essa aliança após a concretização do golpe de 1889 e antagonizado pelo controle da instituição e dos destinos do novo regime. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 32.

com Francisco Lima e Silva – coronel comandante do 40º Batalhão de Infantaria e irmão do duque de Caxias. Corria o mês de janeiro do ano de 1889 e Lopes, recentemente declarado alferes-aluno, havia sido incluído no efetivo do 40º Batalhão de Infantaria, acantonado na cidade de São Gabriel, então província do Rio Grande do Sul.

Lima e Silva era conhecido por seu rigor e disciplina, o que naquele tempo significava recorrer aos castigos físicos para a disciplinarização dos praças. Lopes, escalado para o seu primeiro serviço como oficial de dia <sup>173</sup> no 40º BI, recebeu do brigada <sup>174</sup>, como era praxe, uma autorização para aplicar em um grupo de praças castigos físicos determinados pelo comandante da unidade. O jovem alferes recusa-se a permitir esse ato e é intimado pelo comandante para apresentar explicações. De acordo com João Batista Mascarenhas de Moraes, seguiu-se o diálogo abaixo transcrito:

[Lima e Silva] – Por que se nega a cumprir minha ordem?

[Dias Lopes] – Porque a chibata e a vara já estão proibidas por lei.

[Lima e Silva] – Procedeu muito bem o meu jovem comandado. Nem poderia ter outra conduta um oficial recém-saído da Escola Militar. Mas advirto-o de que não pode continuar a servir nesta unidade, em que a disciplina e o seu brilho são mantidos pelos castigos corporais. Aqui servem os tarimbeiros para os quais a minha palavra é uma ordem, uma definição imutável.

De fato, menos de um mês após o incidente, o sobranceiro Alferes Isidoro era transferido para o 28º Batalhão de Infantaria.<sup>175</sup> Percebe-se que o *ethos* corporativo predominante no “velho Exército”, sintetizado na figura do oficial tarimbeiro – tinha como referencial padrão o comandante truculento, avesso às normas legais e até mesmo aos regulamentos militares vigentes.

Entre os oficiais com curso superior também podia ser forte e generalizada a aversão às “coisas” da tropa. A esse respeito, Setembrino de Carvalho <sup>176</sup> relata ter ouvido, certa feita queixas de um oficial subordinado por este não concordar com a obrigação de ministrar instrução militar aos recrutas: “*Ora, Comandante, isso não é para nós, oficiais do corpo de engenheiros*”, afinal “*um bacharel em ciências físicas e matemáticas não se podia nivelar aos oficiais de tropa!*” Setembrino, também oriundo do corpo de engenheiros, era da opinião de

<sup>173</sup> Oficial encarregado de dirigir a guarda em um estabelecimento militar por um período de 24 horas.

<sup>174</sup> Sargento mais antigo de uma unidade, responsável pelas escalas de serviço e pela aplicação da disciplina aos praças.

<sup>175</sup> MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1969, v. I, pp. 73-74.

<sup>176</sup> Chefe do Estado Maior do Exército entre 1918 e 1922 e ministro da Guerra entre 1922 e 1926.

que aquele oficial seguia a corrente dos que “*entendiam ser deprimente aos oficiais diplomados o serviço arregimentado*”. À guisa de conclusão, Setembrino foi bastante esclarecedor em seu depoimento autobiográfico:

‘O bacharel não era feito para estudar tática ou estratégia’! ‘Somente trabalhos de engenharia deveriam ser o objeto de sua atividade e cultura’! O tratamento de doutor era o do agrado. Não gostavam de ser nomeados pelo posto que ocupavam na hierarquia militar. À conclusão dos cursos científicos na Escola Militar da Praia Vermelha, procuravam iniciar-se no magistério militar, não só pelas vantagens pecuniárias como porque era o meio de fugir à caserna. Lecionavam qualquer matéria, embora não fossem habilitados.<sup>177</sup>

#### 2.4 A MILITARIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS: OS SACERDOTES DO CIVISMO ASSUMEM O LUGAR DOS CIENTÍFICOS E DOS TARIMBEIROS

Celeiro de engenheiros, local de intensa efervescência cultural e intelectual, a Escola Militar do Brasil era sintomaticamente conhecida como *tabernáculo da ciência*.<sup>178</sup> Essa efervescência cultural não custou muito a extravasar em uma insatisfação política com o regime monárquico, acentuada após a Guerra do Paraguai e as dificuldades orçamentárias decorrentes nos anos que se seguiram. De fato, os alunos da Escola Militar na década de 1890 constituíam o principal núcleo da conspiração que pôs fim ao Império. Os jovens estudantes militares (se bem que alguns não tão jovens assim) reuniam-se em torno do tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de astronomia, matemática e ciências naturais do instituto militar, que era um entusiasta das ideias de Augusto Comte.

Com o sucesso da conspiração que derrubou o Império, Benjamin Constant foi alçado às mais altas instâncias do novo regime, tendo assumido a pasta do ministério da Guerra e interinamente a pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Em que pese sua formação militar e inclusive o fato de ter sido um veterano da campanha do Paraguai, Constant, em coerência com seus ideais positivistas, era um pacifista e não escondia de ninguém o ponto de vista segundo o qual num futuro não muito distante as forças armadas perderiam função e seriam eliminadas ou de que, no máximo, sua atuação seria reduzida a ações meramente

<sup>177</sup> CARVALHO, Marechal Setembrino. *Memórias* – dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: sem editora, 1950, p.65.

<sup>178</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 34.

policiais para a manutenção da ordem pública. Partindo desses pressupostos, Benjamin Constant criou a doutrina do *soldado cidadão*. Segundo essa doutrina, os oficiais, antes de serem militares, eram cidadãos e como tais deveriam agir no sentido de um esforço civilizacional para a nação e no sentido de engrandecer a República.

Portanto, a ênfase na formação de engenheiros militares e na instilação de ideais filosóficos na formação dos jovens oficiais persistiu. A esse respeito, vale recordar a anotação de Estevão Leitão de Carvalho, aluno da Escola Militar nos anos iniciais do século XX, sobre seus pendores àquele tempo: “*A ausência de espírito militar nos cursos nas Escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura, a filosofia (...)*”.<sup>179</sup> Em outras palavras, a Escola Militar era um ambiente muito distante do que seria de esperar em uma instituição destinada a preparar técnicos em fazer a guerra.<sup>180</sup>

Entretanto, a efervescência política naquela instituição e a participação dos jovens estudantes militares em rebeliões eram intensas. O período demarcado pelas décadas de 1890 e 1910 foi caracterizado por permanente mobilização política e constantes manifestações revoltosas do corpo docente do educandário militar no Rio de Janeiro. O envolvimento dos alunos da Escola na *Revolta da Vacina*, em 1904, forneceu a justificativa moral para o seu fechamento definitivo e uma mudança na própria organização do ensino militar.

O regime republicano operou uma redefinição importante na destinação institucional do Exército. Persistia a missão de estruturar o sistemas de transporte e de comunicações do País, mas abriu-se também ao Exército a tarefa de civilizar o País, o que implicava na coordenação da ocupação dos seus “*espaços vazios*”, balizando as fronteiras, materializando a presença do Estado em regiões distantes dos centros político-administrativos e, acima de tudo, incorporando e civilizando, inclusive no sentido *eliasiano*,<sup>181</sup> aqueles que se encontrassem

---

<sup>179</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962, p.109 apud CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.25.

<sup>180</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op.Cit.*, p.25.

<sup>181</sup> Para Elias, o processo civilizador se configurou na Europa Ocidental desde o final da Idade Média, tendo como pano de fundo a ascensão do poder das monarquias e a centralização política dos Estados. Entretanto, o processo civilizador não constitui apenas um fenômeno político, social e material, mas, também, um processo cultural e psicológico, no qual os indivíduos são compelidos ao autocontrole através do uso legítimo da força física pelo aparato militar e policial do Estado conjugado à imposição de códigos de posturas e etiquetas. Nesse sentido, as forças policiais e militares dos Estados estavam entre as principais ferramentas dos governos na política de pacificação interna dos diversos países. Processo análogo ocorreu no Brasil no decorrer do século XX, quando o Exército brasileiro passou por um intenso fortalecimento, não apenas em efetivos como em termos de meios de controle e substancial incremento de equipamentos bélicos. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução de Raul Jungman. Rio de Janeiro : Zahar Editor, 1993.



distantes ou marginalizados dos grandes centros por meio da instrução cívica e militar. Neste contexto, ganhou espaço no imaginário das elites dirigentes do Exército a figura do oficial como um *sacerdote do civismo*, os profissionais que, por vocação e dever de ofício, tinham como meta transformar o Brasil em uma nação.

Ganhou corpo nos meios letrados e até entre os formuladores intelectuais do Exército a noção do oficial como um sacerdote ou apóstolo e educador. Sua nobre e elevada missão consistiria em pregar e desenvolver o culto à pátria e aos seus símbolos mais sagrados: a bandeira, o hino, os “grandes homens”, a história, a geografia, a língua falada e escrita, além, é claro, do próprio uniforme, que deveria ser envergado por pessoas “*moralmente capazes*”.

Em 1912, evidenciando essa dupla perspectiva, o chefe do Estado Maior do Exército, general Caetano de Faria, proferiu um discurso em uma reunião ocorrida nas dependências do Clube Militar, do qual era presidente, onde igualmente se encontrava o próprio presidente da República, o também militar e marechal Hermes da Fonseca. Nesse discurso Faria defendeu que a caserna seria “*a escola da nação armada*” e os oficiais, além de “*educadores dos soldados*”, os “*apóstolos do civismo brasileiro*”. Mais adiante, em seu discurso, apelou para o sentimentalismo da plateia ao afirmar que o Exército não faria mais do que dar continuidade ao trabalho educativo iniciado pela família e pela escola: “*a educação militar é uma espécie de apostolado (...) nós somos encarregados de almas*”.<sup>182</sup>

Na visão de Faria – vale referir que o então chefe do Estado Maior se dirigia a uma plateia constituída majoritariamente por militares e não há indícios de que o orador tenha encontrado qualquer contestação do grupo que o ouvia – a disciplina militar é um prolongamento das disciplinas familiar e escolar. A disciplina militar devia basear-se na obediência do indivíduo para com seus pais e agir no sentido de estendê-la para todo o corpo social – forjando, assim, caracteres obedientes aos desígnios dos dirigentes da nação. O chefe militar entendia que a disciplina militar apenas daria um sentido mais racional e geral a todos os esforços educacionais da família e da nação.

No mesmo discurso, Faria ainda discorrendo sobre a missão social do oficial como educador, afirmava que havia uma distinção entre o elemento transitório do Exército (o soldado) e seus elementos fixos (os oficiais). Para o chefe do Estado Maior do Exército, o soldado ia ao quartel “*apenas aprender o que lhe é necessário quando a Pátria chama-lo à*

---

<sup>182</sup> FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social. Boletim do Estado Maior do Exército*, n. 3, p. 25, abril/1912.

*sua defesa*”, enquanto os oficiais, sendo um pequeno grupo permanente nas casernas, deviam se apresentar em condições “*para receber, educar, instruir e restituir à vida civil*” os cidadãos, como “*verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico*”.<sup>183</sup>

Era, portanto, essencial, ainda de acordo com Faria, “*fazer passar pelas casernas o maior número de cidadãos*”. Desse modo, o quartel poderia se tornar “*a escola da nação armada*”. Segundo ele, na guerra, “os fatores morais têm mais influência do que os fatores materiais”. Assim sendo, “*o soldado precisa de mais do que instrução técnica – precisa de educação moral*”. Para o general, os pais e mestres são “*agentes da sociedade*”, encarregados de iniciar a criança no asseio, na obediência, no respeito às conveniências, nos costumes e na grande lei do trabalho: “*O papel que a sociedade civil confia aos pais e mestres, o Exército confia aos seus graduados, em cuja frente estão os oficiais.*” Assim, “*o ideal seria que o regimento tivesse apenas de completar a obra iniciada pela mãe de família e continuada pelo mestre-escola*”. Desta forma o Exército nada mais seria que “*o prolongamento da escola*”.<sup>184</sup>

Era, portanto, essencial, ainda de acordo com Faria, “*fazer passar pelas casernas o maior número de cidadãos*”. Desse modo, o quartel poderia se tornar “*a escola da nação armada*”. Segundo ele, na guerra, “os fatores morais têm mais influência do que os fatores materiais”. Assim sendo, “*o soldado precisa de mais do que instrução técnica – precisa de educação moral*”. Para o general, os pais e mestres são “*agentes da sociedade*”, encarregados de iniciar a criança no asseio, na obediência, no respeito às conveniências, nos costumes e na grande lei do trabalho: “*O papel que a sociedade civil confia aos pais e mestres, o Exército confia aos seus graduados, em cuja frente estão os oficiais.*” Assim, “*o ideal seria que o regimento tivesse apenas de completar a obra iniciada pela mãe de família e continuada pelo mestre-escola*”. Desta forma o Exército nada mais seria que “*o prolongamento da escola*”.<sup>185</sup>

Não é demais lembrar que o novo modelo do oficialato surgido com a República, o do oficial instrutor, deve muito aos seus predecessores: *tarimbeiros* e *científicos*. Os do primeiro grupo, com seus interesses mais ligados aos problemas da tropa, pode-se dizer que, em geral, compartilhavam dos valores profissionalizantes do ponto de vista militar, embora fossem caudatários de procedimentos considerados arcaicos no início do século XX. Quanto aos

---

<sup>183</sup> FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social. Boletim do Estado Maior do Exército*, n. 3, p. 25, abril/1912.

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Idem.

científicos, a dar credibilidade aos analistas mais recentes, eram grandes entusiastas do papel civilizador a ser desempenhado pelos exércitos sul-americanos.<sup>186</sup>

Com efeito, é de se questionar, inclusive, essa tradicional clivagem analítica, pois afinal, é possível elencar uma série de oficiais tidos como tarimbeiros que, no entanto, tiveram formação nos ramos técnico-militares (artilharia e engenharia), com passagem pela Escola Militar e, por outro lado, oficiais tidos como científicos, inclusive positivistas, que, em suas carreiras, destacaram-se como defensores da expansão da instrução militar e da própria mudança do perfil do oficialato brasileiro. Do primeiro grupo pode-se destacar: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Sólon Sampaio Ribeiro, Sena Madureira. Do segundo: Tasso Fragoso, Setembrino de Carvalho, José Caetano de Faria, Cândido Rondon, Alfredo Malan entre outros.<sup>187</sup>

## 2.5 AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA FINALIDADE DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Em todo o caso, a necessidade da generalização da instrução militar e a preocupação com a formação da oficialidade com vistas à consecução desse primeiro objetivo parecem ter sido, grosso modo, um objetivo comum à oficialidade, conquanto perspectivas ideológicas quanto à utilidade da conscrição obrigatória possam ter sido diversas. Para Caetano de Faria, por exemplo, a adoção do serviço militar faria do Exército “*uma grande escola, cujo professorado será constituído pelo corpo de oficiais*” e “*o oficial será um educador e terá uma missão social elevadíssima*”. O primeiro dever do oficial, dentro do regime do serviço militar obrigatório, seria o de mostrar ao recruta que o quartel teria, dali por diante, uma nova e “*moderna função de escola, em contraposição à sua antiga função de lugar de repressão*”.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> A esse respeito merece bastante atenção o decreto baixado pelo governo provisório após a proclamação da República em 14 de abril de 1890, reorganizando o Exército. Foi assinado pelo presidente e pelo ministro da Guerra interinos, Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, dois dos maiores representantes das duas principais alas em que se dividiam os oficiais brasileiros na época. Para uma transcrição desse documento ver CARONE, Edgar. *A Primeira República – Texto e Contexto*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, s/d, 249-250.

<sup>187</sup> Oficiais científicos, talvez, menos entusiasmados com a carreira militar acabaram se destacando mais como políticos do que efetivamente como militares. Desse grupo pode-se citar: Lauro Sodré, Lauro Miller, Serzedelo Correia etc.

<sup>188</sup> FÁRIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social*. *Boletim do Estado Maior do Exército*, n. 3, p. 25, abril/1912.

O ponto de vista expresso por Faria, ao que tudo indica, era compartilhado pelo *príncipe dos poetas*, o parnasiano Olavo Bilac. Filho de um general médico, Bilac parecia ter aceitação entre a burguesia e os dirigentes do País. E foi justamente aos jovens bem nascidos que esse poeta dirigiu a sua campanha pela aplicação da Lei do Sorteio Militar de 1908. Numa conferência organizada na Faculdade de Direito de São Paulo, <sup>189</sup> denunciou a “*míngua de ideal*” e a “*onda desmoralizadora de desânimo*” existentes entre as “*classes cultas*” brasileiras, entre as quais “*a indiferença é a lei moral*” e “*o interesse próprio é o único incentivo*”. Por outro lado, Bilac chamava a atenção dos estudantes para as “*camadas populares*” que “*mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência*”. Para Bilac, essa situação se prendia à omissão do governo:

A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos da maioria política.

O único “*remédio*” para esta situação seria o sorteio militar:

Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória.

A caserna seria o corretivo para os “*rebotalhos da sociedade*”, “*animais brutos que de homens têm apenas a aparência e a maldade*”:

A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão. <sup>190</sup>

Bilac, por não se considerar um militarista, afirmava que os ideais da *nação armada* e do *soldado cidadão* eram as únicas maneiras de se opor à hegemonia militar no campo político:

---

<sup>189</sup> Bilac fez campanha em diversos Estados do centro-sul do País, privilegiando, na sua pregação *patriótica*, as faculdades de direito, medicina e engenharia das localidades por onde passou. Por essa razão, foi homenageado pelo Exército como patrono do serviço militar.

<sup>190</sup> BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário de Nascimento de Olavo Bilac. Rio de Janeiro, 1967, pp.24-27.

Nunca fui, não sou, nem serei militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estatocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados (...). Anti-militaristas, não arrastaremos o país a megalomanias de orgulho belicoso (...) e, ao contrário de inventar e fortalecer uma casta privilegiada de militares, empreenderemos que o Exército seja o povo e o povo seja o Exército, de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado.<sup>191</sup>

Contudo, o tipo idealmente imaginado do *cidadão soldado* se contrapõe a outro, ao do *soldado profissional*, do qual o Exército queria se ver livre:

Não queremos ter um Exército mercenário ou assoldado [sic], o que diminui o valor do soldado e da nação. Não queremos tampouco um Exército propriamente profissional em toda a sua hierarquia, profissional desde o general até o soldado raso. Queremos um Exército democrático de defesa nacional. Queremos que não haja soldados profissionais; ou melhor, que haja unicamente alguns profissionais, os oficiais de investidura profissional, os que sejam sacerdotes fardados, os educadores, os professores normais do grande Exército sem profissão militar.<sup>192</sup>

Esses novos perfis a serem exigidos do soldado (aluno) e do oficial (professor) descritos por Bilac parecem se adequar, perfeitamente, ao que era imaginado por Caetano de Faria:

Queremos que dentro de cada quartel haja uma aula primária; e que ao lado de cada quartel haja uma aula profissional. Ao cabo de seu tempo de aprendizado cívico, cada homem será um homem completo, um cidadão, com a sua inteligência adestrada, com a sua capacidade armada para o trabalho, com a sua consciência formada, com os seus músculos fortalecidos, com a sua alma enobrecida. No quartel, cada homem encontrará a sua completa cultura indispensável. O que é preciso é que esses homens encontrem no quartel oficiais dignos, capazes, entusiastas, moços, ardentes, que sejam exclusivamente oficiais, isto é, educadores e disciplinadores (...). No quartel, o oficial deve ser como o professor da escola primária: um sacerdote, um diretor de inteligências e de caracteres.<sup>193</sup>

Bilac também era sócio fundador da *Liga de Defesa Nacional*, organização criada em setembro de 1916, constituía uma grande divulgadora dos princípios de organização nacional relacionados à preparação militar. É importante destacar o sentido abrangente do seu conceito de *defesa nacional*, que foi também o da Liga, o qual se relaciona à própria organização da

<sup>191</sup> BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário de Nascimento de Olavo Bilac. Rio de Janeiro, 1967, p.27.

<sup>192</sup> FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social*. *Boletim do Estado Maior do Exército*, n. 3, p.36-37, abril/1912.

<sup>193</sup> Idem.

sociedade brasileira não apenas para a defesa do torrão natal, quanto também para o trabalho. Sobre isto, vale destacar:

A defesa nacional é tudo para a nação. É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.<sup>194</sup>

A partir do acima exposto é possível depreender que era sensível a interconexão entre as noções de defesa *nacional*, *ordem* e *trabalho*. Para Renato Lemos, os conceitos de *Ordem pública* e *segurança nacional* são derivativos de um arcabouço jurídico comum aos meios civis e militares no plano internacional a partir das décadas finais do século XIX. A ordem social e o Estado capitalista “*são objeto de elaborações defensivas no Parlamento e na caserna, e o processo político associado a estes elementos não obedece, essencialmente, a diferenciações qualitativas entre civis e militares*”.<sup>195</sup> Nesse sentido, o serviço militar se apresenta como um importante elemento de ordem e de organização da vida nacional na concepção de Bilac e da Liga de Defesa Nacional.

A campanha de Olavo Bilac certamente teve grande repercussão em todo o país, mas, ao mesmo tempo, suscitou resistências entre civis e militares. Apenas para citar, entre os civis, o mais expressivo opositor das ideias de Bilac foi o jornalista Alberto Torres, para quem:

a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e de simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel, não podendo criar tais qualidades, não chega também, por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos (...).<sup>196</sup>

Além disso, para esse político, seria errôneo supor que a democracia encontraria expressão no serviço militar obrigatório. Ao contrário, seria “*a forma menos democrática*”

<sup>194</sup> FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social. Boletim do Estado Maior do Exército*, n. 3, p.36-37, abril/1912.

<sup>195</sup> LEMOS, Renato. “A questão da defesa nacional no parlamento brasileiro (1891-1921)”. In: Maria Celina D'Araújo; Samuel Alves Soares; Suzeley Kalil Mathias. (Org.). *Defesa, segurança internacional e forças armadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras/CNPq, 2008, v. I, p. 169.

<sup>196</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Record, 2000, p.90.

que se poderia dar “à organização das forças nacionais”. Pois ela estabeleceria “um estado feudal de classe [sic]”, dada a situação em que colocaria a massa dos cidadãos perante os oficiais. A oficialidade permanente acabaria consolidando-se como uma casta, comprometendo a justiça distributiva das posições, que era o “princípio básico das democracias”.<sup>197</sup> Para o mesmo, que seguia a tradição liberal-civilista do pensamento político brasileiro, as forças armadas não tinham condições de empreender uma ação eficaz contra uma eventual agressão militar das grandes potências da época. Caberia, com efeito, à Guarda Nacional, espalhada por toda a extensão do país, essa tarefa.

Entre os militares, a oposição a Bilac fora maior do que seria de se esperar. Isto se deve, em boa medida, às demandas profissionalizantes de uma parcela da baixa oficialidade brasileira conhecida pelo epíteto de *jovens turcos*. De acordo com Edmundo Campos Coelho:

Na perspectiva de Bilac, o serviço militar pouco tem a ver com a defesa nacional, com o adestramento do cidadão no uso das armas, com sua educação no espírito marcial. Pelo contrário, Bilac insiste em atribuir-lhe uma função *pedagógica* de educação cívica, abstrata e artificial, tão inócua que a burguesia nacional, sobretudo a paulista, não hesitará em atrelar a ele as suas organizações cívicas destinadas a transmitir às outras classes a moral burguesa.<sup>198</sup>

No campo militar, as maiores resistências partiram, como foi mencionado, de um grupo de jovens oficiais comprometidos com o projeto de aperfeiçoamento profissional do Exército. Do ponto de vista estritamente profissional e institucional, o serviço militar obrigatório se prendia não apenas à necessidade do aumento dos efetivos, mas também à constituição de reservas mobilizáveis para o Exército, como se observa até mesmo nas palavras do então ministro da guerra Caetano de Faria, que ao efetuar uma breve avaliação do uso das reservas pelos exércitos beligerantes no conflito mundial que se prolongaria de 1914 a 1918, notou que:

todos os autores militares, discutindo a probabilidade de guerra entre a Alemanha e a França, entendiam que aquela iniciaria as operações apenas com suas tropas de cobertura, mobilizáveis em poucas horas, o que poderia

---

<sup>197</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Record, 2000, p.90.

<sup>198</sup>Idem.

constituir 22 corpos de exército; entretanto, a invasão foi feita com 34 corpos, sendo 13 da reserva.<sup>199</sup>

O mesmo militar observou que essa importante modificação no tocante ao uso militar das reservas na Primeira Guerra Mundial deveriam ser adaptadas às condições do Brasil:

Em um país como o nosso, o exército de campanha será composto principalmente de reservistas; a guerra atual modificou profundamente o conceito sobre as reservas; antes dela, supunha-se que as unidades de reserva, não tendo a coesão da tropa de caserna, serviria, no começo de uma guerra, para missões secundárias, como guarda de territórios, pontes e outras vias de comunicação, não tomando parte nas primeiras batalhas; por isso.<sup>200</sup>

Para o Brasil, país considerado pacífico e sem pretensões expansionistas, o ministro previa um modelo a ser seguido:

As tendências da nossa organização militar são exatamente para aproveitar, em toda a sua plenitude, o princípio da nação armada; procuramos desenvolver o mais possível a instrução militar, e portanto as nossas reservas; reduzimos ao mínimo o tempo de incorporação nas fileiras e nos aproximamos, assim, da organização suíça, tanto quanto nos permitir a nossa educação cívica e os caracteres da nossa raça.<sup>201</sup>

Assim, os jovens turcos, conquanto caudatários do sistema militar germânico,<sup>202</sup> pareciam mais inclinados a seguir, nesse aspecto mais técnico-militar, as ideias do ministro. Na condição de ferrenhos defensores da profissionalização do Exército, os jovens turcos eram completamente avessos às concepções de defesa nacional desenvolvidas por Bilac, as quais, no fundo, eram tributárias de uma filosofia civilista e liberal, oposta, portanto, a qualquer tipo de intervencionismo militar na vida civil. Nesse sentido, as concepções de Bilac eram mais próximas das de Alberto Torres do que possam parecer superficialmente, como esclareceu Edmundo Campo Coelho:

Mas é erro supor que as concepções de Bilac, o representante da intelectualidade urbana, sejam menos hostis á organização militar [que as de Alberto Torres, o representante do *movimento ruralista*], a despeito das

<sup>199</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p.10.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> Ressalte-se que ao menor um dos *jovens turcos*, Estevão Leitão de Carvalho, trabalhou diretamente com Caetano de Faria como seu ajudante de ordens, na passagem daquele general pela pasta da Guerra.



expressões de apreço. Elas se caracterizam por atribuir ao Exército um papel secundário, subalterno, essencialmente militar e apolítico na vida nacional.<sup>203</sup>

Escolados na vida arregimentada do Exército alemão, os jovens turcos não toleravam qualquer tipo de ingerência civil na formulação da doutrina de defesa nacional. Nesse aspecto o grupo possuía valores totalmente opostos aos propostos por Bilac. Por meio de editoriais publicados na revista *A Defesa Nacional*, órgão de divulgação das ideias desse grupo, rejeitavam categoricamente o princípio do *soldado-cidadão* e defendiam que a defesa nacional ficasse exclusivamente sob a supervisão de um órgão superior militar dedicado à formulação de políticas apropriadas para o adestramento das tropas, ou seja, do Estado Maior do Exército e a criação de um Conselho Superior de Defesa Nacional a ser composto pelo presidente da República, pelos ministros militares e respectivos chefes de Estado Maior.

Esse ponto de vista reflete uma perspectiva verticalizante e até mesmo autoritária na direção dos negócios públicos, com acenos, inclusive, para o totalitarismo. Nesse sentido, o próprio princípio do *apolitismo* ou da *neutralidade (grande mutte)* da instituição e dos seus componentes não encontra respaldo nessa perspectiva. Igualmente, a própria experiência histórica da corporação, desde pelo menos 1889, era marcada pelo intervencionismo político dos seus integrantes, como bem observou Edmundo Campos Coelho:

Um mínimo de conhecimento da história do Exército era suficiente para que aos oficiais se tornasse evidente a falta de precedentes que suportassem a tese [da neutralidade política]. Pelo contrário, a lição que a história ensinava era de que o correlato da abstenção política fora quase sempre a subalternidade militar imposta pelas elites civis e a ausência de qualquer compensação em termos de níveis mais altos de modernização e profissionalização do aparelho militar. Inversamente, as intervenções na área política, se não elevaram o nível profissional, não haviam deixado de render dividendos em termos de poder.<sup>204</sup>

O apolitismo não garantia o fortalecimento da instituição, pois não interessava aos oligarcas e aos dirigentes nacionais. Com efeito, as esperanças de mudança da situação dentro das *regras do jogo*, ou seja, sem a alteração do *status quo* vigente na Primeira República, foram pouco a pouco desvanecendo:

Em suma, a concepção de um Exército Brasileiro apolítico era a de uma organização desvinculada de seu contexto societal, idealizada na

<sup>203</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Record, 2000, pp.91-92.

<sup>204</sup>Idem., pp.94-95.

identificação de seus interesses com os interesses nacionais, impermeável aos seus conflitos no seu meio ambiente. A artificialidade desta concepção foi comprovada quando os mais ardentes de seus divulgadores, os “jovens turcos”, viram-se, eles próprios, no centro de conspirações políticas.<sup>205</sup>

Edmundo Campos Coelho, resume analiticamente o comportamento político do grupo de *A Defesa Nacional* como uma espécie de *tenentismo profissional* em oposição ao *tenentismo político* dos oficiais revoltosos das décadas de 1920 e 1930.<sup>206</sup> Talvez a diferença básica entre essas duas gerações de oficiais *não conformistas* dissesse respeito à predisposição dos primeiros ao respeito da cadeia hierárquica e à sua concepção conservadora de ordem social. A simples observação de alguns trechos do primeiro editorial do periódico evidencia as suas preocupações estritamente institucionais e uma forte tendência à subordinação dos interesses coletivos da sociedade brasileira às necessidades do aparelhamento militar:

(...) os interesses dos militares se acham hoje em dia, e em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo.

Se, nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército – única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.

É debalde que os espíritos liberais (...) se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

(...) o Exército precisa (...) estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.

Vasto país fértil, opulento e formoso, com 1.200 léguas de costas, abertas às incursões do lado do mar; com extensas linhas fronteiriças terrestres do outro lado das quais se agitam e progridem muitos povos também em formação –

<sup>205</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Record, 2000, p.95.

<sup>206</sup> Idem, p.96.

não seria absurdo admitir a hipótese de que o Brasil viesse um dia a encontrar um sério obstáculo às suas naturais aspirações de um desenvolvimento integral.

Um bom exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social (...)

Num momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar – o Brasil, que é um dos mais opulentos países da terra, não pode cruzar os braços indiferente aos rumores de luta que nos chegam dos quatro pontos cardeais e confiar a defesa do seu patrimônio aos azares do destino.<sup>207</sup>

Os jovens turcos também reagiram fortemente contra aqueles que queriam alfabetizar a população através do serviço militar obrigatório. De acordo com o seu ponto de vista, a instrução pública era atribuição do sistema escolar e não do Exército. Essa perspectiva foi evidenciada em um editorial publicado em junho de 1918 na revista *A Defesa Nacional*, embasado nos princípios defendidos pelo general alemão Friedrich Von Bernhardt:

Não devemos nos contentar em levantar a condição social e o conjunto das condições de vida do povo, assim preparando para a defesa nacional jovens fisicamente sãos: precisamos nos esforçar por desenvolver e aperfeiçoar a educação intelectual do povo. O meio é a escola. Trabalhar na escola pela educação militar futura e dar aos futuros defensores da pátria uma melhor preparação, é o único meio de tornar possível que a instrução militar especial realize satisfatoriamente os seus objetivos especiais, não obstante a dificuldade crescente das condições.<sup>208</sup>

A guerra moderna, na opinião dos redatores de *A Defesa Nacional*, reclamava autonomia de cada combatente e exigia de cada uma “*grande dose de julgamento e de independência, de calma, de reflexão e de intrépida energia*”. Contudo, a instrução primária, como estava sendo conduzida, não preparava para isso o futuro recruta:

Assim, a escola primária, como está, não pode servir de preparatória à educação militar. A mesma diferença se revela no espírito geral do ensino: *a educação militar visa formar individualidades morais capazes de pensar e agir com independência* e ao mesmo tempo despertar nos soldados o sentimento patriótico ao lado da instrução profissional figuram no primeiro plano do programa a educação moral e a história pátria. Em tudo se afirma o

---

<sup>207</sup> EDITORIAL. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, out. 1913, pp.1-2 apud LEMOS, Renato. “A questão da defesa nacional no parlamento brasileiro (1891-1921)”. In: Maria Celina D'Araújo; Samuel Alves Soares; Szeley Kalil Mathias. (Org.). *Defesa, segurança internacional e forças armadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras/CNPq, 2008, v.I, p.169.

<sup>208</sup> EDITORIAL. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, jun. 1918, pp.1-2.

desejo de ensinar a cada um a pensar livremente e a exprimir claramente o seu pensamento.<sup>209</sup>

## 2.6 O SERVIÇO MILITAR E A INDIVIDUALIDADE

A respeito da veiculação do sentimento individualista por instituições disciplinares tais como as forças armadas, escolas presídios e fábricas, as reflexões feitas por Michel Foucault indicam que há registros da existência de organizações disciplinares nas mais diversas sociedades. Entretanto, ainda segundo Foucault, o poder disciplinar surgido na época moderna se distingue das demais épocas por ser exercido de forma anônima, em nome da sociedade, embora continue sendo sofrido individualmente. É um poder *produtor de individualidade*.

Esse projeto disciplinar associado às organizações militares ficou bastante visível, no caso brasileiro, com a adoção de um sistema de identificação baseado na impressão datiloscópica pelo Exército. Em relatório apresentado em 1914 a respeito das atividades ministeriais desenvolvidas no ano anterior, o titular da pasta da Guerra afirmava que a execução do sorteio militar estava condicionada à observância de duas providências: cessação dos engajamentos, medida que só poderia ser alcançada, admitia, “*lenta e gradativamente*”, e a não admissão, no Exército ativo, de indivíduos que, sendo reservistas, “*verificam praça, alegando falsamente alistamento primário, burlando a lei mediante o simples estratagem de uma mudança ou alteração de nome*”. No tocante à última providência, o ministro indicava que a:

única providência capaz de obviar esse grave inconveniente, que perturba e compromete a organização da nossa defesa, é o estabelecimento no exército de um serviço de identificação, não só destinado a vedar a readmissão de reservistas, como a depura-lo dos maus elementos constituídos pelos inferiores mentais e morais; a obstar de modo seguro o ingresso daqueles que por perniciosos à disciplina e à moral tenham sido expulsos das suas fileiras; a facilitar a instrução do processo criminal e, finalmente, a permitir a confecção de uma real estatística penal militar, vazada nos hodiernos moldes científicos.<sup>210</sup>

Com efeito, nos grandes Estados europeus da era moderna, os exércitos não constituíam apenas uma força armada que garantia a paz civil e a defesa externa, mas também

<sup>209</sup> EDITORIAL. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, jun. 1918, pp.1-2. Grifos meus.

<sup>210</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardino Bormann, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1914*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p.5.

“uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social”; sendo que o “sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade”.<sup>211</sup> Para o antropólogo Celso Castro, as noções de *racionalização* e *burocratização*, como processos históricos, na obra do sociólogo Max Weber – “embora desenvolvidas numa perspectiva completamente diferente” – poderiam ser aproximadas dessa análise de Foucault. Assim, para Weber:

um dos resultados mais importantes da disciplina foi a transformação racional da estrutura estamental; seu ramo mais racional, a burocracia, seria intrinsecamente alheio ao carisma e a todas as honras sociais. Ao considerar as raízes históricas da disciplina militar: ‘A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina. (...) Nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista(...)’<sup>212</sup>

Como se pode observar, atribuíam-se grande importância às organizações militares no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento das noções de disciplina e individualismo na virada do século XIX para o XX. O Exército brasileiro, nesse sentido, passou a ser visto como fundamental agente no processo de desenvolvimento e inculcação de valores *modernos*, em meio a uma sociedade ainda imersa em valores tradicionais. Considerando aqui como “*moderno*”, como lembra Celso Castro, “*a afirmação de valores e a implementação de práticas vinculadas ao individualismo, à disciplina, à racionalidade, à organização burocrática e ao mérito*”.<sup>213</sup>

Bilac e a *Liga de Defesa Nacional*, de acordo com a concepção do *cidadão-soldado*, projetam o ideário de um Exército “educador do povo”. O Exército deveria ser, na opinião desse grupo, um instrumento do Estado na divulgação de princípios ideológicos de disciplina, ordem e nacionalidade, já que o sistema escolar não demonstrava competência para essa tarefa. Os chefes militares mais velhos, de formação ou influência positivista, a exemplo de Caetano de Faria, tendiam a ver com maiores simpatias essa tarefa. Por sua vez, os jovens turcos viam o serviço militar obrigatório como um instrumento de fortalecimento do Exército

<sup>211</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Tradução de Raquel Ramallete, 33ª edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987, p. 151-152.

<sup>212</sup> WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra, 5ª edição. Rio de Janeiro : Zahar, 1979, p.40.

<sup>213</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 41.

e, por extensão, do próprio Estado-nacional. Se possível, inclusive, gostariam de intervir na própria educação primária e secundária afim de orientá-las no sentido da preparação militar da população desde a mais tenra idade. Esses pontos de vistas conflitantes refletem, em última análise, marcantes diferenças quanto à própria função do Exército e o seu lugar na sociedade brasileira. Em ambos os casos, entretanto, a perspectiva disciplinar e racionalizadora da expansão do serviço militar não era perdida de vistas.

A história política brasileira a partir do final dos anos 1910 é geralmente interpretada à luz da observação dos eventos políticos mais superficiais e aparentes. No campo especificamente militar, evidenciou-se, comumente, eventos altissonantes como as revoltas tenentistas, a Revolução de 30, o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964.

Não obstante, pouca atenção foi dada ao aspecto *silencioso e subterrâneo* da expansão e projeção do poder militar no Brasil. E é necessário frisar que por aumento do poder militar não se entende apenas crescimento progressivo de efetivos e reservas, mas também, o potencial disciplinar e racionalizador que uma atividade tão ampla e complexa como essa é capaz de oferecer. A partir do final dos anos 1910 o Exército erigiu uma estrutura burocrática capaz de controlar mínimos aspectos da organização nacional. Cidadãos que até então poderiam ser considerados invisíveis ao Estado, passaram imediatamente a ser alvo dos oficiais e praças do Exército em busca de “material humano” para preencher as fileiras da sua organização.

O Exército, que já vinha esquadrinhando o espaço geográfico brasileiro com a organização da *Carta da República*<sup>214</sup>, passou a catalogar a sua população masculina para efeito de mobilização militar e, particularmente, apertar o cinto do controle social sobre o funcionamento do chamado *organismo nacional*.

---

<sup>214</sup> A Carta da República foi uma iniciativa do Governo Federal do sentido de organizar um mapa detalhado de todo o país. Os trabalhos iniciais ficaram a cargo de uma comissão do Exército especialmente constituída para esse fim e sua partida se deu a partir da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1903. Segundo alguns analistas, o início dos trabalhos pelo Rio Grande do Sul era uma “tendência natural, dadas as necessidades militares” do País. MALAN, General Souto. *Uma Escolha Um Destino (Vida do Gen Malan d'Angrogne)*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 1977, p. 105. MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 43. Maiores informações sobre o assunto na bibliografia citada e nos relatórios do Ministério da Guerra a partir do início do século XX.

Até o presente momento procuramos reconstituir historicamente a evolução institucional e ideológica do Exército brasileiro desde a sua criação até as duas primeiras décadas do século XX, sobretudo no que tange a uma das suas preocupações estratégicas permanentes, a saber, o aumento dos efetivos e a constituição de reservas mobilizáveis em caso de conflitos internos e externos. Nos próximos capítulos conheceremos os desdobramentos das transformações operadas nas estruturas administrativas e organizacionais do Exército nas guarnições militares abrangidas pelo alto comando da corporação no Estado de Mato Grosso. O grande questionamento a ser respondido daqui por diante é: em que medida essas medidas foram capazes de transformar as relações de poder na região?

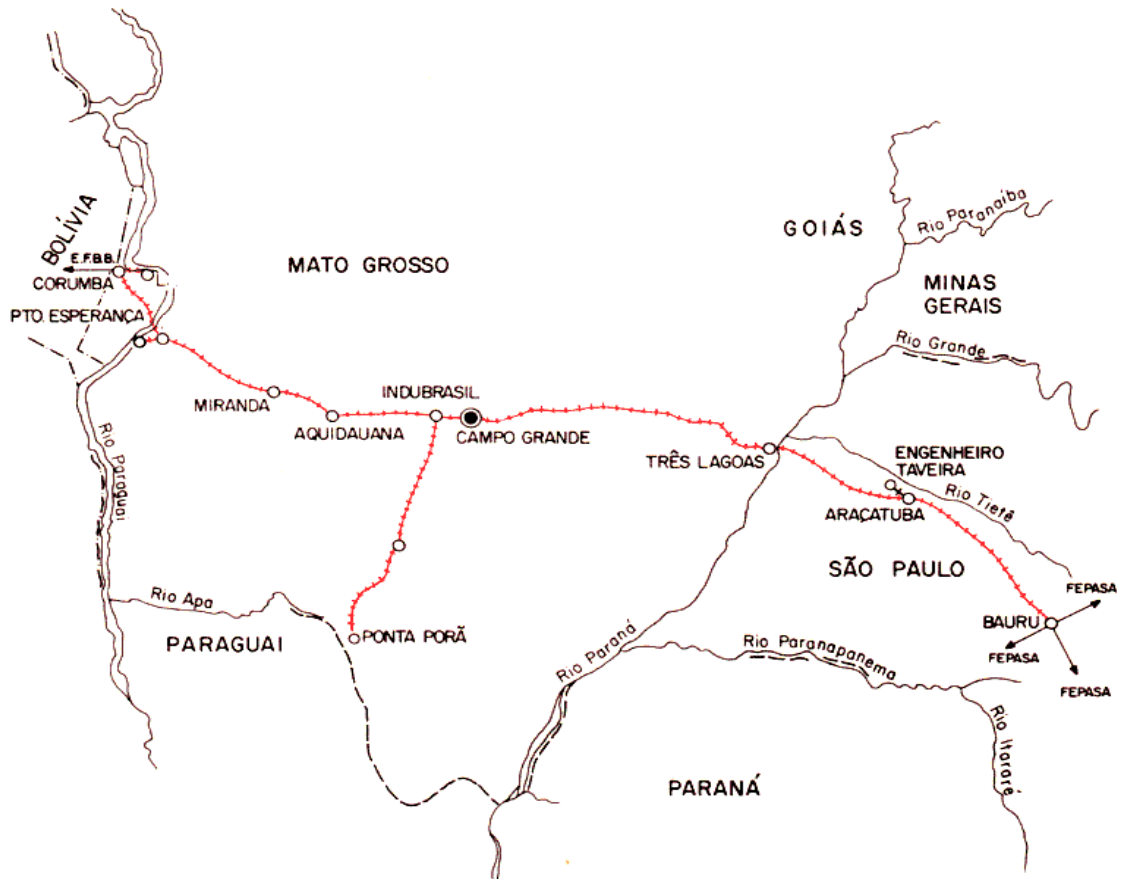
Mapa I – Bacias dos rios Paraguai e Paraná. A posse do território mato-grossense dependeu, por um longo tempo, do controle dos cursos superiores dos rios Paraná e Paraguai.



Fonte: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Joaquim Murinho, Banqueiro: sobre a experiência Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)”. Estudos Históricos, v. 23, n. 45. Rio de Janeiro, Jan/Jun de 2010, p. 5 [modificado].



**Mapa II – Traçado da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB). A construção do ramal entre Bauru e Porto Esperança em 1914 aproximou os destinos de Mato Grosso da realidade nacional projetada pelos grandes centros de decisão política e econômica localizados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Posteriormente, o Governo Federal construiu uma ponte ferroviária sobre o rio Paraná (1926), outra ponte ferroviária sobre o rio Paraguai (1947) e prolongou seu traçado em direção a Ponta Porã e Corumbá em 1953.**



Fonte: CENTRO-OESTE BRASIL. Disponível em:

<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1984rffsa04xBauru.shtml>, Acesso em 20/01/2014, às 15:34.

## CAPÍTULO III - A PRESENÇA DO EXÉRCITO EM MATO GROSSO

*Os jovens irão para o combate; os homens casados fabricarão as armas e transportarão os abastecimentos; as mulheres farão tendas e fardas e servirão nos hospitais; as crianças farão tiras com as roupas velhas; os velhos irão para as praças públicas apelar à coragem dos combatentes, pregar o ódio aos reis e a unidade da República.*

(Convenção Nacional Francesa, 23 de agosto de 1793)

### 3.1 O PROJETO NACIONAL MÍNIMO

Pelo que foi exposto até aqui, infere-se que os meios à disposição limitavam sobremaneira a margem de manobra do Estado brasileiro. País essencialmente agrícola, com industrialização ainda incipiente, com forte dependência econômica externa e convivendo com constantes oscilações orçamentárias em função da ampla variação do valor dos produtos que comercializava nos mercados internacionais, o tamanho e a complexidade das tarefas atinentes ao governo de um território tão vasto quanto o brasileiro restringiam a escala de suas decisões estratégicas. Limitavam-se as metas, pois manter o controle sobre o território herdado da colonização portuguesa era mais urgente do que envolver-se no acirramento de eventuais rivalidades internacionais.

Tendo que lidar com as ambições econômicas das potências industriais do Hemisfério Norte (Inglaterra, França, Estados Unidos entre outras) – de resto, armadas até os dentes – sobre importantes porções do seu território, e de enfrentar com relativa desvantagem a rivalidade argentina pela hegemonia na América do Sul – representado inclusive uma ameaça à integridade territorial brasileira – os dirigentes nacionais optaram por garantir a posse do já possuíam, abstendo-se de alçar-se em aventuras geopolíticas mais ambiciosas.

Sob a orientação do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, ganhou forma o “projeto nacional mínimo”, sintetizado no princípio da “*defesa da soberania do território e o [do] resguardo da honra e da dignidade nacionais*”. Ao mesmo tempo, o Brasil da virada do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte, não aceitava se submeter ao protetorado de qualquer potência estrangeira. Por essa razão

“salvaguardar e ampliar o controle sobre o território” eram consideradas metas essenciais para a sobrevivência da nação brasileira.<sup>215</sup>

### 3.2 UMA FORÇA MILITAR NO UNIVERSO DA POBREZA

A presença de forças militares no território de Mato Grosso remonta à fundação da própria capitania de mesmo nome em meados do século XVIII. De fato, a fundação de Mato Grosso como entidade político-administrativa foi uma resposta das autoridades luso-brasileiras às rivalidades advindas das disputas pela hegemonia sobre o centro do continente sul-americano com os colonos hispânicos. Região mineradora e dependente do exterior para o fornecimento dos mais triviais recursos (como instrumentos de trabalho, armas, munições e mesmo alimentos), o extremo oeste brasileiro era uma região onde a pobreza e a carestia vicejavam. Parcos recursos e as insolúveis dificuldades de comunicação interna eram as marcas estruturais de longa duração daquela região e acompanhariam as autoridades brasileiras ali instaladas por muitas décadas.

Todas essas dificuldades alcançaram os comandantes militares terrestres nas primeiras décadas do século XX e foram amplificadas pelas limitações estruturais do próprio Estado brasileiro e pela perturbação do ambiente político decorrente da intensa intervenção política dos militares após o início da República.

A manutenção de Mato Grosso na federação brasileira era encarada como um imperativo diante das ameaças internas e externas de desagregação territorial, pois aquela província/estado isolava as porções centrais do País (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) das influências platinas (Argentina, Paraguai e Bolívia), constituindo, portanto, uma espécie de tampão, que mantinha afastados elementos potencialmente hostis aos interesses nacionais. Nesse sentido, o geógrafo Demétrio Magnoli sustenta que a simples existência de Mato Grosso era uma garantia para a integridade territorial brasileira.<sup>216</sup>

Ainda no século XIX somou-se à já precária situação de Mato Grosso os resultados trágicos do conflito contra a República do Paraguai, acentuando as dificuldades do governo

---

<sup>215</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p.113.

<sup>216</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1910). São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997, p. 140. Para Magnoli, o final da Guerra do Paraguai permitiu aos dirigentes brasileiros a superação dos litígios que inviabilizavam a definição das fronteiras com as vizinhanças estrangeiras do Estado de Mato Grosso (Bolívia e Paraguai, respectivamente em 1867 e 1872).

para intervir mais decisivamente na região, devido ao desgaste financeiro decorrente do esforço de guerra e mesmo do grande número de mortes e da abrangência da destruição que desarticularam sensivelmente a economia regional.

Mesmo a abertura do rio Paraguai à navegação internacional após 1870, uma demanda brasileira anterior à guerra que só foi atendida após a sua conclusão, não proporcionou vantagens comerciais suficientes para compensar os gastos efetuados no decorrer do conflito e, além disso, apresentou um novo problema às autoridades brasileiras: Mato Grosso passou a depender dessa via fluvial platina para se comunicar com os principais centros de decisão econômica e política do País, localizados no litoral brasileiro; isto representava um grande risco para a soberania brasileira sobre a região, pois a rota fluvial mencionada atravessava nações potencialmente hostis – Paraguai e Argentina – antes de atingir seus destinos finais no litoral brasileiro.

Em vista dessa situação e da própria experiência da guerra recentemente findada, a solução encontrada foi manter na região efetivos em homens e poder de fogo suficientes para oferecer os primeiros combates ao invasor, de maneira a detê-lo pelo tempo necessário para que as forças militares de outras regiões do País pudessem ser mobilizadas para intervirem no conflito. Esse pensamento estratégico, com alguns avanços e recuos, persistiu por todo o tempo analisado no presente estudo.<sup>217</sup>

### 3.3 O FIM DA GUERRA DO PARAGUAI E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MATO GROSSO

A historiografia regional apresenta relativa convergência quanto ao fato de que a Guerra do Paraguai devastou econômica e demograficamente a província de Mato Grosso, contribuindo para a sua estagnação econômica nos anos imediatamente posteriores ao fim do conflito.<sup>218</sup> Por outro lado, seus resultados condicionaram uma profunda inflexão no tocante à ocupação, pelo elemento não-indígena, das porções meridionais do seu território, nas proximidades do rio Paraguai e da República de mesmo nome. Parte desse processo se deveu

---

<sup>217</sup> FERREIRA, Bruno Torquato Silva. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no Antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009, p. 62.

<sup>218</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 33.

a iniciativas do próprio governo, que passou a financiar, por omissão fiscal, iniciativas de povoamento, aproveitamento econômico e comércio.

O sul da província recebeu crescentes levas de migrantes originárias de diferentes regiões do território brasileiro, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Ao mesmo tempo, recebeu inúmeros investimentos de empresas brasileiras e estrangeiras. A base econômica de todas essas iniciativas era a pecuária extensiva, com a predominância da criação do gado vacum e o extrativismo vegetal, com destaque para o extremo sul da província (fronteira com o Paraguai), onde, no início da década de 1870, a erva mate começou a ser explorada por um veterano do conflito anterior chamado Thomaz Laranjeira. Houve um acahado florescimento urbano nas décadas seguintes e muitas cidades e vilas desaparecidas no decorrer do conflito ressurgiram.

Em meio a todas essas mudanças houve uma retração significativa na capacidade de repressão à criminalidade por parte do Estado. Bandos de salteadores originários do Paraguai e também da Bolívia atravessavam as fronteiras do Império promovendo arruaças, desordem, destruição e promovendo o saque às propriedades rurais da região. Por essas décadas, o monopólio da violência legítima periclitou.

As disputas pela posse da terra também se acirraram, injetando ainda mais combustível nas corriqueiras “*explosões de violência*” que passaram a abalar a região.<sup>219</sup> De fato, proprietários rurais que haviam sido obrigados a abandonar aquela região durante a invasão procuraram retomar seus lares após o encerramento do confronto. O problema é que, em muitos casos, ao retornarem encontravam a sua propriedade já ocupada por outra família, ou mesmo por algum grande proprietário rural, daí advindo confrontos que atravessaram as décadas finais do século XIX, chegando até o seguinte.

### 3.4 OS INVESTIMENTOS MILITARES NA REGIÃO

Após a guerra, com os ânimos ainda sobressaltados pelas desconfianças com o inimigo derrotado e sendo ainda maiores as reservas quanto à Argentina, sua aliada de véspera, as guarnições do Exército na província foram reforçadas. Nela foi estacionado um efetivo de

---

<sup>219</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 37. É o que este autor classifica como “institucionalização da *violência costumeira*” (grifo do autor).

soldados equivalente ao de uma divisão de exército. <sup>220</sup>Essa divisão, eventualmente, era acionada para reforçar aquela tropa de ocupação do Paraguai. <sup>221</sup>Entre 1871 e 1889 as sedes dos corpos das guarnições mato-grossenses estavam distribuídas pelos municípios de Cuiabá, São Luís de Cáceres, Nioaque e Corumbá, porto a partir de onde eram deslocadas, por via fluvial, as tropas que intervinham na política interna da República do Paraguai durante o período de ocupação brasileira, após o final do conflito até o ano de 1876. Convém informar que, consoante às atribuições corriqueiras de qualquer organismo militar, a manutenção da ordem se somava ao conjunto de atividades desempenhadas pelas unidades do Exército na província.

No tocante aos efetivos disponíveis, a dar confiança aos relatórios provinciais, é possível avaliar que tenham variado entre 1.237 e 2.481 homens no período compreendido entre 1871 e 1888, sendo a menor daquelas estimativas relacionada ao último ano do período em apreciação. Igualmente, os gastos efetuados pelo governo central na província evidenciam a priorização dos assuntos militares, uma vez que, no período supramencionado, no mínimo 40,72% e até 84,3% dos investimentos na região foram destinados ao pagamento, às obras ou então ao reparo de próprios militares, o que caracteriza o governo da província de Mato Grosso como uma administração eminentemente militar. <sup>222</sup>

Mesmo se considerarmos que houve uma tendência geral à diminuição dos investimentos militares, bem como dos efetivos no mesmo período, isto não implica necessariamente numa diminuição da importância estratégica da região, antes reflete uma tendência geral do Império em razão das dificuldades orçamentárias e fiscais com que teve que se defrontar a partir de meados da década de 1870. Ainda assim, convém observar, os gastos militares em Mato Grosso mantiveram-se relativamente altos até mesmo no ano de 1888, o último da série analisada.

Nunca é demais lembrar que o Exército, invariavelmente, ocupou plano secundário no tocante aos investimentos dos dirigentes imperiais, o que reveste de maior significado a

---

<sup>220</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 210.

<sup>221</sup> *Ibidem*. 227-228.

<sup>222</sup> FERREIRA, Bruno Torquato Silva. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no Antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009, p. 72. Essas informações também podem ser encontradas nos *Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso* no período. Não me foi possível localizar o anual relativo ao exercício administrativo do ano de 1889.

situação especial encontrada em Mato Grosso, que pode ter sido igualada, ou talvez superada, pela do Rio Grande do Sul. Por essas razões, considerando-se os orçamentos predominantemente deficitários da província no período e a sua própria dependência em relação aos investimentos do governo central, concluímos que, em boa medida, Mato Grosso existia para atender a finalidades estratégico-militares.

### 3.5 OS MILITARES EM MATO GROSSO

Não seria de se estranhar, dada a importância do orçamento militar para a economia provincial/estadual, se o elemento militar tivesse desempenhado substancial influência social e política na região. De fato, a história política e os registros sociais confirmam essa suposição. A trajetória política da região, anterior e posterior ao advento da República, nos informa que os cargos dos poderes executivo e legislativo foram repetidamente ocupados por homens de farda.<sup>223</sup>

Entretanto, a atuação política dos militares não se resumiu à ocupação de cargos, pois foram muito expressivas suas ações no sentido de materializar a presença do Estado nos setores mais isolados da região. Além das obras públicas (construção de pontes, estradas, edifícios, balizas e marcos divisórios), atuaram no mapeamento e na elaboração de cartas topográficas (é importante lembrar que muitos militares atuavam informalmente como agrimensores), na delimitação das fronteiras com Bolívia e Paraguai e com o Estado de Goiás, explorando regiões desconhecidas e promovendo sua ocupação por meio da criação de colônias militares, origens de inúmeros núcleos urbanos.

A participação militar na demografia mato-grossense era também muito significativa, em que pesem as constantes críticas quanto à falta de efetivos nas guarnições locais. No início da República, Mato Grosso contava com mais de treze militares para cada grupo de mil habitantes, enquanto regiões e locais com guarnições muito maiores do que a mato-grossense, como o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal contavam, respectivamente, com pouco mais de quatro e um soldados para cada grupo de mil habitantes. Mesmo com a passagem das décadas e o significativo aumento da população estadual, verifica-se que, ainda na década de

---

<sup>223</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, vol. I, 1961, p. 73. Jovem tenente, engenheiro militar, Estevão Leitão de Carvalho, recém chegado à guarnição de Mato Grosso, foi convidado pelo caudilho Generoso Ponce a se candidatar ao cargo de deputado federal.

1920, Mato Grosso manteve uma grande participação dos militares em relação à população civil, mantendo uma média de mais de 4 militares para cada grupo de mil habitantes.<sup>224</sup>

### 3.6 MATO GROSSO APÓS O ADVENTO DA REPÚBLICA

O grande fluxo populacional que se dirigiu a Mato Grosso e o próprio crescimento vegetativo da população reduziram, relativamente, a participação dos contingentes militares no total da população estadual. Por outro lado, as atenções do governo central focaram nos dois principais problemas macroestruturais que afligiam a região: comunicações e transportes. Nos dois casos, desde o final do conflito contra a República do Paraguai, a dependência do rio Paraguai para comunicações e transportes deixava toda a região em descompasso com os principais acontecimentos políticos e econômicos da região. Para que se tenha um exemplo, basta lembrar que a notícia da proclamação da República chegou à região com 23 dias de atraso.<sup>225</sup>

Ao que tudo indica a *Questão do Acre* (1899-1903) e as dificuldades operacionais encontradas pelo Exército e pela Armada para fazerem-se presentes na região conflagrada, alertaram as autoridades brasileiras quanto aos riscos representados pelo isolamento da região em relação aos principais centros de decisão da nação. Por essa razão, após a conclusão das negociações que resultaram na concessão do Território do Acre ao Brasil em troca de uma indenização no valor de 2 milhões de libras esterlinas, o Governo Federal iniciou, ainda na década de 1900, uma série de importantes obras visando interligar aquela Mato Grosso ao eixo político-administrativo da nação, quais sejam, a construção de linhas telegráficas ligando a cidade de Cuiabá ao Rio de Janeiro e a conexão ferroviária entre o Sul de Mato Grosso ao Estado de São Paulo; era o nascimento da ferrovia Noroeste do Brasil.<sup>226</sup> Antes do fim da

---

<sup>224</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.32.

<sup>225</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 253. O autor registou que o aniversário de Pedro Segundo (2 de dezembro) foi comemorado pelas mesmas autoridades que aderiram sem nenhuma resistência ao novo regime após a chegada da notícia menos de uma semana depois.

<sup>226</sup> Doravante NOB. Concluída apenas em 1914. Essa passou a ligar a região onde, posteriormente, foi fundado o povoado de Porto Esperança, nas adjacências do rio Paraguai, à região onde também, posteriormente, foi formado o município de Três Lagoas, próximo aos limites do Estado de Mato Grosso, ao de São Paulo, nas adjacências do rio Paraná. E a partir daí com São Paulo e Rio de Janeiro, através do mesmo tronco ferroviário, que se dirigia até a cidade paulista de Bauru. Embora a ligação ferroviária direta entre Mato Grosso e São Paulo, através de uma ponte ferroviária sobre o rio Paraná, viesse a ser construída apenas posteriormente. A ligação ferroviária entre Porto Esperança e a cidade de Corumbá foi concluída apenas na década de 1950. Finalmente, na



década seguinte, o Sul de Mato Grosso e as regiões ao redor de Cáceres e Cuiabá, já estavam interligadas ao eixo político-administrativo do País através dos fios do telégrafo, levantados pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

### 3.7 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DIVISIONÁRIO AOS CORPOS DAS TROPAS MATO-GROSSENSES

Enquanto o Governo Federal procurava contornar as omissões do regime anterior quanto às comunicações e transportes de Mato Grosso com o centro político-administrativo da nação, as guarnições do Exército começavam a ser adaptadas à nova realidade militar nascida com o regime republicano. O primeiro passo foi tomado com a separação do comando militar do executivo regional. Em 1891, o Comando das Armas da Província de Mato Grosso, subordinado à Presidência da Província, foi transformado no 7º Distrito Militar, que passou a se subordinar diretamente ao Ministério da Guerra <sup>227</sup>, formalizando, com essa medida, a criação de grandes unidades operacionais que deveriam existir em tempos de guerra e de paz. Importa mencionar que dos sete distritos militares surgidos dessa reforma, apenas o 6º (Rio Grande do Sul) e o 7º coincidiam com os limites de um único Estado. <sup>228</sup> Dessa informação é possível concluir que o isolamento da região e sua importância estratégica explicam a decisão. <sup>229</sup>

Na década seguinte, no bojo das reformas do Ministro Hermes da Fonseca de 1908-1909, houve uma nova redistribuição de forças, na qual foi mantido o *status* militar de Mato Grosso, que continuou a sediar, com exclusividade, uma divisão de exército, passando a ser denominada 13ª Região Militar, mudando apenas a sede do comando de Cuiabá para Corumbá, <sup>230</sup> devido ao aumento da importância estratégica do sul do Estado pela sua proximidade da fronteira com o Paraguai.

---

década de 1930, foi estabelecido um ramal da Noroeste do Brasil ligando a cidade de Campo Grande com a cidade de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai.

<sup>227</sup> DECRETO nº 431, de 2 de junho de 1891 Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>228</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>229</sup> DECRETO nº 431, de 2 de junho de 1891, extraído de PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>230</sup> LEI nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908 (artigo 1º).

Essas reformas refletiam uma reorientação teórica dos princípios gerais que norteavam a distribuição das forças do Exército pelo território brasileiro. Tratava-se, mais uma vez, da aplicação do princípio divisionário, o qual implicava em enfatizar a concentração de forças em regiões estratégicas ou mais vulneráveis, evitando-se a dispersão das unidades ou mesmo frações de unidades pelos territórios a serem guarnecidos.

Esperava-se, com isso, a formação de divisões militares compactas, centralizadas em torno de um comando unificado, responsável pela distribuição de alimentos, armas, munições, pelo pagamento do pessoal, pelas punições, coordenação da instrução, em suma, por administrar uniformemente as unidades a ela subordinadas. Unidades essas que materializariam brigadas, divisões de exército e, em casos extremos, exércitos e corpos de exércitos, a exemplo da experiência militar dos países europeus, capazes naquela mesma época, de mobilizar organismos militares integrados por centenas de milhares e até milhões de homens em poucas dezenas de quilômetro quadrados.

A aplicação da organização divisionária implicava, por outro lado, na adoção do serviço militar obrigatório, pois o envolvimento de um número tão grandioso de soldados só seria viável mediante a adoção do princípio da *nação em armas*. Este pressupunha que cada cidadão seria um soldado em potencial e responderia ao chamado da pátria em ocasiões de perigo. Para que tal ordem de acontecimentos se tornasse possível, a organização das divisões dos exércitos precederiam o início dos conflitos, pois, antes de tudo, aquelas grandes unidades militares deveriam funcionar, em tempos de paz, como grandes órgãos administrativos e, em tempos de guerra, seriam acrescidos de efetivos, por meio da convocação dos reservistas, os quais conheceriam previamente os locais onde deveriam se apresentar.

Não coincidentemente, as reformas de Hermes da Fonseca fizeram-se acompanhar pela aprovação, em janeiro de 1908, no Congresso Nacional, da Lei 1.860, também conhecida como Lei do Sorteio Militar, que, grosso modo, instituía o serviço militar obrigatório no Brasil. O País ingressava, com atraso, no rol das nações sul-americanas com exércitos “modernizados”. De fato, Chile (1900), Argentina (1901), Peru (1905) já haviam adotado o novo preceito, quando o Congresso Nacional brasileiro apenas dava início às suas discussões em torno do assunto.

Em meio a essas adaptações, foram, ao menos no papel, criadas novas unidades e as existentes foram reforçadas. Entretanto, as dificuldades estruturais continuavam criando óbices à intervenção estatal na região. A principal delas dizia respeito às avantajadas

dimensões territoriais e ao desafio de reunir milhares de soldados em um Estado cujos maiores municípios eram habitados por poucas dezenas de milhares de habitantes, com uma área que ultrapassava 1.200.000 quilômetros quadrados. Isto afora, as deficiências estruturais persistiam: faltavam armas, munições, animais de tração, provisões e efetivos. Nessas condições, foram criados corpos que não saíram do papel por falta de efetivos, deficiências materiais e impedimentos orçamentários. Destarte, as dificuldades de transportes e comunicações concorreram para acentuar os problemas enfrentados pela administração militar em Mato Grosso.

### 3.8 DIFICULDADES DE TRANSPORTE E OPERACIONALIDADE

Os meios de transporte disponíveis aos comandantes de tropa em Mato Grosso, além dos próprios pés, eram proporcionados pela tração animal e o transporte fluvial. A esse respeito, as observações dos comandantes regionais sobre a irregularidade e precariedade dos meios de transporte eram bastante frequentes. No caso específico dos transportes fluviais a dependência do regime de águas dos rios da bacia paraguaia agudizava essas dificuldades em razão “*da época das cheias*”<sup>231</sup>. Sobre o assunto, o general Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro da Guerra entre 1912 e 1913, concluiu que mesmo se podendo mesmo afirmar que Mato Grosso possuía rios navegáveis, muitos deles não eram utilizados pela “*impossibilidade de utilizar-se deles com segurança*”, razão pela qual a mobilização das unidades do Exército na região só poderia ser feita após muitas dificuldades e “*tempo longo e indeciso*”.<sup>232</sup>

Com unidades e subunidades espalhadas por municípios localizados às margens dos rios da bacia paraguaia (como Cuiabá, Corumbá, São Luís de Cáceres, Forte Coimbra e Porto Murtinho) o 7º Distrito Militar (a partir de 1908 13ª Região Militar) dispunha, para o transporte dos militares (que em condições ideais deveria possuir um efetivo da ordem de milhares de soldados), de um vapor, uma lancha, duas chatas, duas chalanas e um caíque.<sup>233</sup> Do mesmo modo, o acesso às porções do norte do Estado ficava dificultado por boa

<sup>231</sup>BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, pp.87-88. Ver também BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição à Mato Grosso: A Revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p.116.

<sup>232</sup> Ibidem, pp.87-88.

<sup>233</sup> Idem.

parte do ano, em função da estação das secas, comprometendo, em boa medida, a operacionalidade dos corpos do Exército.

As regiões não banhadas pela bacia paraguaia, onde o Exército instalava suas primeiras unidades, localidades sulinas como Bela Vista e principalmente Ponta Porã, apresentavam ainda maiores dificuldades de acesso, dada a ausência da opção fluvial. O 17º Regimento de Cavalaria Independente, criado na década de 1910 na cidade de Ponta Porã, além de não ter recebido imediatamente o efetivo de soldados e oficiais para a concretização da unidade também deixou de receber os recursos necessários para a construção do quartel que abrigaria as futuras tropas, para não falar no atraso do pagamento dos soldados.<sup>234</sup>

Mesmo após a conclusão da ligação ferroviária entre Três Lagoas e Porto Esperança, em 1914, as dificuldades com o sistema de transportes continuava preocupando as autoridades militares. Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra entre 1922 e 1926, afirmou, em relatório, que os recursos disponibilizados para a aquisição de meios de transportes fluviais e terrestres eram insuficientes para atender às demandas urgentes que afligiam as tropas da região em seus confrontos com os rebeldes da Coluna Prestes.<sup>235</sup> Tendo servido na região uma década depois, Nelson Werneck Sodré foi mais enfático: “*Sem barcos e sem aviões, entretanto era impossível comandar aquela Região Militar, de tropa dispersa em extenso território, a centenas de quilômetros da sede também sem recursos*”.<sup>236</sup>

### 3.9 AS REFORMAS DE 1908 E O ESTADO GERAL DOS CORPOS DAS TROPAS EM MATO GROSSO

Manoel de Almeida Lobo d’Eça, respondendo pela presidência da província de Mato Grosso, em relatório publicado no ano de 1884, informou que dos 1.595 soldados de que o Exército dispunha em Mato Grosso, 401 estavam distribuídos por 35 localidades para conter

<sup>234</sup> BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Emygdio Dantas Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p.108. Soldo era, como ainda hoje é, um componente da remuneração dos militares.

<sup>235</sup> BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Fernando Setembrino de Carvalho, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 105.

<sup>236</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.144.

“os índios em suas correrias”.<sup>237</sup> Isto significava que aproximadamente 25% do efetivo da força militar terrestre destacada em Mato Grosso estava alojada em localidades distantes das suas unidades de origem. Se por um lado essa situação demonstra a importância da corporação para a manutenção da ordem interna na região, por outro, evidencia as dificuldades encontradas pelos comandantes de tropas para criar algum tipo de rotina administrativa, ou mesmo de instrução coordenada entre os seus subordinados, que poderiam se encontrar espalhados por até dezenas de milhares de quilômetros de distância da sua unidade sede.

Eram pequenas guarnições com efetivos que variavam de 01 a 64 homens. Guarneciam fortalezas, depósitos, margens de rios em pontos considerados estratégicos, acampamentos, povoavam colônias militares e vilas. As sedes dessas micro frações de unidades eram as cidades de Cuiabá (dois batalhões de infantaria), São Luíz de Cáceres (um batalhão de infantaria), Nioaque (um corpo de cavalaria) e Corumbá (um batalhão de artilharia). Na época do Império, a grande preocupação dos chefes militares, considerando os poucos recursos de que dispunham, era manter a linha tortuosa formada pelo curso dos rios Guaporé e Paraguai na posse brasileira. O extremo noroeste do Estado (atuais Estados de Rondônia e Acre), fronteira com a República da Bolívia, não era coberta pelas tropas do Exército. Essa “negligência” possivelmente era justificada pela dificuldade de acesso à região dos dois lados da fronteira, em razão da barreira natural representada pela espessa floresta amazônica e suas ínfimas densidades demográficas.

A prioridade em relação ao extremo sul foi uma inovação republicana, possivelmente um reflexo das tensões crescentes com a Argentina nas décadas iniciais do século XX<sup>238</sup> e do próprio incremento populacional vivido pela região no mesmo período dos dois lados da fronteira.

Em resposta ao quadro geral de princípios do século XX, o Ministério da Guerra procurou manter-se em coerência com o princípio divisionário, eliminando ou diminuindo

---

<sup>237</sup>RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Senhor General Barão de Batovi, presidente da província de Mato Grosso, abriu a sessão da 25.<sup>a</sup> Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1884. Cuiabá: Tipografia de J. J. R. Calhão, 1884, p. 31.

<sup>238</sup>Sobre esse ponto, o Professor Paulo Cimó observou que o Barão do Rio Branco, em correspondência reservada, informou ao Presidente do Estado de Mato Grosso que “diversos oficiais argentinos dirigem e instruem o exército paraguaio, e que pouco a pouco os comandam, e governam, assim como a Argentina está como (sic) um polvo dominando e absorvendo o Paraguai, e em particular, comprando grandes zonas do Estado de Mato Grosso” In OFÍCIO de 18.maio de 1907, Arquivo Histórico do Itamarati. 308/2/16 apud QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

efetivos de unidades localizadas em pontos mais distantes das áreas atingidas pela malha ferroviária localizada no Sul de Mato Grosso. A finalidade dessas decisões era favorecer a concentração de forças na porção do Estado onde era esperado o conflito futuro mais provável, isto é, nas imediações da fronteira paraguaia. Desse modo, as municipalidades localizadas mais ao norte, que tradicionalmente contavam com a presença de unidades do Exército, gradualmente perderam importância militar em favor dos municípios sulinos.

Por outro lado, Corumbá, Bela Vista, Ponta Porã, Aquidauana e, principalmente Campo Grande, passaram nesse momento a ocupar as atenções dos formuladores estratégicos do Exército brasileiro. Os potenciais econômicos do Sul de Mato Grosso também eram cobiçados por grupos empresariais europeus, norte-americanos e até argentinos. De fato, um grande número de empresas estrangeiras mantinha frigoríficos, que atraíam criadores brasileiros que forneciam gado *vacum* e empresas de beneficiamento de produtos extrativistas, como era o caso do mate, no extremo sul e da ipecacuanha, na região pantaneira. Essas presenças internacionais sensibilizavam os brios patrióticos das lideranças diplomáticas e militares do Brasil e os estimulavam a aumentar suas vigilâncias sobre os passos dados por esses grupos estrangeiros naquelas despovoadas paragens fronteiriças.<sup>239</sup>

Mesmo que o regime republicano tenha apresentado uma inflexão importante no tocante aos efetivos do Exército no plano nacional,<sup>240</sup> os números referentes a Mato Grosso tenderam à uma baixa e, posteriormente, voltaram aos índices do ano final do regime anterior. Às quatro unidades já existentes em 1889 foram acrescentadas mais quatro até 1914, entretanto, muitas dessas unidades permaneceram a maior parte desse período sem pessoal ou então com efetivos drasticamente reduzidos.<sup>241</sup>

Com as reformas de Hermes da Fonseca, os três batalhões de infantaria que se distribuíram pelos municípios de Cuiabá, Corumbá e São Luiz de Cáceres deram lugar a três regimentos da mesma arma, com batalhões e companhias espalhadas por Nioaque, Corumbá, Porto Murtinho, Cáceres e Cuiabá. O regimento de cavalaria da cidade de Nioaque foi transferido para Bela Vista e, na década seguinte, isto é, 1910 em diante, outro regimento da mesma arma foi instalado em Ponta Porã. A arma de artilharia possuía um batalhão em Corumbá, que remeteu uma de suas baterias para o Forte Coimbra; também foi transferido do

---

<sup>239</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária*: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930). Cuiabá: UFMT, 2001, p. 37.

<sup>240</sup> Ainda no Governo Provisório seus efetivos foram duplicados. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 30.

<sup>241</sup> Verificar Quadro V – Efetivos conhecidos do 7º Distrito Militar(1890-1907), p. 180.

Rio de Janeiro um regimento de artilharia para servir na cidade de Campo Grande. Por fim, a engenharia era representada por um batalhão que deveria ter a sua sede na cidade de Aquidauana, o qual, não obstante, permaneceu longos anos afastado daquele local em razão do seu envolvimento na construção das linhas telegráficas que ligariam Mato Grosso ao Estado do Amazonas.

Pela mesma reforma, foi transferido o comando da Região Militar e o Hospital de 2ª Classe da Guarnição de Cuiabá para Corumbá. Por essa razão, Corumbá passou a contar com a maior guarnição militar do Estado, tornando-se, desde então, a única não-capital a sediar um grande comando do Exército. Também surgiu a 5ª Brigada Estratégica a ser instalada no centro-sul do Estado, a ser decidido ainda se operaria em Aquidauana ou Campo Grande. Desse modo, as reformas de Hermes da Fonseca confirmaram o *status* divisionário da *Inspeção Permanente da 13ª Região Militar* (ou simplesmente 13ª Região Militar), designação oficial da repartição do Ministério da Guerra correspondente ao território mato-grossense.

A boa vontade dos chefes não foi suficiente para alterar o estado das coisas. Grande parte do Exército das duas primeiras décadas do século XX havia sido dissipado em inúmeros conflitos internos e episódios de insubordinação. Os claros das tropas em termos de oficiais e praças eram uma realidade ainda longe de ser superada. Muitas unidades criadas sequer saíram do papel por ausência completa de condições materiais.

Região estigmatizada por ser vista como atrasada, violenta e incivilizada,<sup>242</sup> não apresentava grandes atrativos aos militares não-nativos.<sup>243</sup> Servir nela era encarado como castigo por muitos militares e a oficialidade, em particular, via dificultadas as suas chances de progredir na carreira ao se deslocar para regiões muito afastadas da sede do Ministério da Guerra (neste caso a cidade do Rio de Janeiro ou mesmo Rio Grande do Sul), era considerável o número de oficiais que utilizavam-se de recursos formais ou informais para verem-se livres das unidades mato-grossenses.<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre MatoGrosso*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, p. 285.

<sup>243</sup> Sobre isso cf. McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 263.

<sup>244</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 263.

Dentre os poucos que se arriscavam a servir nas paragens mato-grossenses – fosse por vontade própria, por punição ou mesmo por querer retornar aos pagos natais – as más condições sanitárias e de alimentação os aguardavam.<sup>245</sup> Nessas condições, doenças palustres e o *beribéri* campeavam pelas unidades mato-grossenses, muitas delas localizadas às margens de córregos e rios, onde mosquitos caíam sobre a população como verdadeiras enxurradas e as preocupações sanitárias eram praticamente nulas, sendo responsáveis por inúmeras mortes e constantes baixas. Para servir nessas condições, os oficiais recebiam um adicional de 20% por insalubridade, mas ainda assim, muitos procuravam evadir-se desse destino.<sup>246</sup>

Até mesmo os generais podem ser incluídos no grupo dos absenteístas, pois foram raras as ocasiões em que o comando das tropas regionais foi assumido por um general, quiçá por um general-de-divisão, que seria o ideal. Por essa razão era muito mais comum que o comando fosse assumido interinamente pelo coronel ou até mesmo tenente-coronel mais antigo da região militar, desfalcando, assim, mais uma unidade subordinada, que perdia seu comandante. De fato, as trocas de comandantes, movimentações e transferências, pelos mais variados motivos, eram excessivamente constantes.<sup>247</sup>

Os oficiais da região também viviam sobrecarregados de funções. Muitos acumulavam mais de dois cargos de chefia, sem mencionar as demais funções atinentes aos postos de oficial, como sindicâncias, IPM's, instrução militar, manobras, representações, comissões as mais variadas. Os próprios *inspetores permanentes* (designação dos comandantes das regiões militares na época) normalmente acumulavam essa função com a de comandante da brigada

---

<sup>245</sup> Encontramos fartas alusões a essa situação tanto na bibliografia atinente quanto na documentação do Exército.

<sup>246</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 142. Segundo um memorialista, “a vida, em Corumbá, é caríssima” e o “aluguel de casa é tão elevado como no Rio de Janeiro” e havia falta de casas para alugar. Por essa razão esse adicional “mal chegavam para viver com decência”. Muitos oficiais que ali chegavam com suas famílias iam residir em hotéis, “pagando diárias avultadas”. No entanto, o mais comum era que os oficiais transferidos fossem para ali sozinhos, “deixando as respectivas famílias, no Rio ou em seus Estados natais”. Cf. AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1932, p. 457.

<sup>247</sup> Um caso extremo foi o da 5ª Brigada Estratégica, que jamais saiu do papel, até ser extinta pelas reformas de 1915-1916. Por certo, a continuidade administrativa era inexistente. As Ordens do Dia nº 10, 11, 12 e 13 de 1910 da 13ª Região Militar registram a passagem da inspetoria por quatro oficiais diferentes em um espaço de três dias! Situações como a de Joaquim Justino Alves Bastos eram bastante corriqueiras. Oficial subalterno no início da década de 1920, quando servia em Campo Grande no Regimento de Artilharia Montada, recebeu autorização do Ministério da Guerra para se deslocar ao Rio de Janeiro por ocasião do falecimento de seu pai, um marechal reformado, e jamais retornou para servir novamente naquela unidade, sendo designado para outra guarnição. Aparentemente sua transferência para Campo Grande se ligava ao fato de ter se negado a cumprir ordens de disparar contra os estudantes revoltados da Escola Militar em julho de 1922. Cf. ALVES BASTOS, Joaquim Justino. *Encontro com o Tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1965, pp. 28-29.



estratégica. Um oficial que serviu na 13ª Região Militar mencionou que o serviço era “*pesadíssimo pela acumulação de cargos*”, pois era “*frequente um oficial subalterno comandar 4, 6 e até as 9 companhias de um regimento, com todas as responsabilidades materiais e morais decorrentes dos cargos acumulados*”.<sup>248</sup> Procurando contornar essa situação, o governo lançou uma lei restringindo às promoções por merecimento aos oficiais que tivessem prestado, ao menos seis meses de serviço militar nos estados fronteiriços, entre os quais se incluía Mato Grosso.<sup>249</sup>

Do lado dos praças, os *claros* das tropas ainda constituíam problema insolúvel. Apesar de duas leis sucessivas (a de 1874 e a de 1908) prescreverem o funcionamento do sorteio militar, as autoridades locais não conseguiam fazer reunir regularmente as juntas responsáveis pela seleção dos futuros conscritos nos municípios.<sup>250</sup> No interior dos quartéis, a indisciplina e a insubordinação grassavam. Mato Grosso era o destino dos incorrigíveis e, portanto, constituía o repositório dos refugos de quase todas as demais regiões militares. Tornava-se, por motivos óbvios, um excelente plantel para engrossar as massas que aderiam a motins e participavam das chamadas *revoluções*. Não por acaso, os pronunciamentos de praças pela justiça civil eram constantes e numerosos.

### 3.10 AS REVOLUÇÕES MATO-GROSSEENSES

As guarnições do Exército presentes no Estado eram um componente adicional no cadinho que condicionou a série de episódios violentos que explodiram na região entre a década de 1890 e as duas décadas iniciais do século seguinte. Em todos esses casos o envolvimento dos militares (de todos os escalões hierárquicos) articulava-se intimamente com as disputas coronelistas. Muitas vezes grupos diferentes de militares aliavam-se com as facções em luta, polarizando as relações entre os militares no interior das casernas, resultando em conflagrações violentas que incendiavam amplas regiões do Estado.<sup>251</sup>

<sup>248</sup> AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1932, p. 457.

<sup>249</sup> BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 18.

<sup>250</sup> Sobre isso conferir os relatórios anuais que os presidentes da província de Mato Grosso apresentavam ao poder legislativo.

<sup>251</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 44.

Dois resultados deletérios podem ser aferidos do envolvimento político-partidário dos militares em Mato Grosso. O primeiro diz respeito ao extravio de grandes quantidades de armamentos e munições quando explodiam as revoltas, pois os quartéis possuíam paióis de onde os militares envolvidos retiravam material bélico que era distribuído entre os rebeldes civis.<sup>252</sup> Em segundo lugar, a explosão de revoltas invariavelmente redundava em quebra de hierarquia, fenômeno fatal para a viabilidade de qualquer organização militar. Nesse sentido, generais eram desobedecidos por coroneis e oficiais desobedecidos por praças, gerando situações caóticas no interior dos quartéis.

Até o ano de 1918, contam-se ao menos quatro grandes revoltas que envolveram as guarnições do Exército na região. Em todas elas há algum grau importante de protagonismo dos oficiais envolvidos. Em 1892, oficiais do exército e alguns da Armada, fieis ao governante interino e deposto do general Antonio Maria Coelho, lideraram uma revolta em disputa pelo poder com a oligarquia comandada pelo caudilho Generoso Ponce. Foram derrotados. Importa lembrar que Ponce também possuía conexões com o meio militar, sendo irmão, inclusive, de um oficial do Exército e de outro oficial da Armada. Acrescente-se que pelo menos dez oficiais do Exército foram trucidados no final da revolta pelas forças de Ponce.<sup>253</sup>

Na Revolução de 1898-1899, o caudilho Generoso Ponce viu-se isolado dos antigos aliados com que até então dividia o comando da política estadual. Seus opositores, rebelados e respaldados em uma aliança tácita com o Governo Federal, cercaram o palácio de governo impondo a rendição aos chefes do situacionismo, ocupado por um aliado fiel ao chefe político. O comandante do 7º Distrito Militar assistiu a tudo impassível. Oficiais licenciados instruíram e comandaram *batalhões patrióticos* dos rebeldes.<sup>254</sup>

Em 1906, desentendimentos entre os vitoriosos da *revolução* precedente levaram a uma reaproximação entre Ponce e os seus inimigos de véspera, o clã da família Murtinho, contra o presidente do Estado, Antônio Paes de Barros. Desta vez, entretanto, houve uma generalizada adesão dos militares do Exército à revolta, que contou com a participação do coronel Inocêncio Serzedelo Correia, que havia sido exilado em Mato Grosso por sua

---

<sup>252</sup>Fato similar ocorreu durante a *Revolução de 1906*, quando o 19º Batalhão de Infantaria, acantonado em São Luiz de Cáceres, foi rebelado sob a liderança do segundo-tenente Clementino Paraná. BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907, p. 25.

<sup>253</sup>PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952, p. 43.

<sup>254</sup>LEAL, Joaquim Ponce. *Os Homens e as Armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1980, p. 23.

desastrosa participação na *Revolta da Vacina* dois anos antes. O situacionismo foi mais uma vez destronado, apesar de ter contado com apoio do Governo Federal. Acrescente-se que a falta de confiança da Presidência nos corpos mato-grossenses era tal, que o Ministério da Guerra deu ordens para que fosse montada uma expedição, comandada pelo general Emygdio Dantas Barreto, para intervir no conflito, o qual, entretanto, não logrou chegar a tempo de evitar um fim trágico para o presidente do Estado, que foi assassinado.<sup>255</sup>

Por fim, no em 1916 explodiu um movimento de setores das oligarquias mato-grossenses ligados ao senador Antonio Azeredo; revoltaram-se contra o presidente do Estado, general Caetano Manuel de Faria e Albuquerque. Albuquerque havia recebido o apoio dos aliados de Azeredo para chegar ao poder, entretanto, acabou entrando em rota de colisão com seus aliados políticos ao confrontar o monopólio da empresa Mate Laranjeira sobre os ervais localizados no extremo sul do Estado. Entretanto, ao agir assim, acabou recebendo o inesperado apoio das facções opositoras ao *azeredismo*. Os dois grupos antagonistas possuíam adesões no interior dos quartéis e o governo federal, na época dirigido pelo presidente Wenceslau Braz, procurando uma medida conciliatória, assim como seu antecessor, Afonso Pena, viu-se compelido a recorrer a guarnições alienígenas a Mato Grosso para pacificar a política estadual.<sup>256</sup>

### 3.11 A ALTERAÇÃO DO *STATUS* MILITAR DE MATO GROSSO

O Sul de Mato Grosso se tornou o centro das atenções das autoridades militares brasileiras desde o alvorecer da República. A fronteira paraguaia representava uma ameaça pelos fortes vínculos econômicos e políticos estabelecidos entre a república guarani e a argentina, temida antagonista dos brasileiros. Vale recordar que a mudança do traçado da ferrovia NOB, a qual estava destinada inicialmente a atingir Cuiabá, foi uma reação dos brasileiros ao acirramento das tensões diplomáticas no ano de 1905.<sup>257</sup>

Do ponto de vista militar, por outro lado, a situação mato-grossense era precária. A instalação da NOB no Sul de Mato Grosso deu um novo alento às autoridades militares brasileiras, ao proporcionar uma maior aproximação em relação ao espaço mato-grossense,

---

<sup>255</sup> Sobre o assunto veja BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907 e PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

<sup>256</sup> Ver CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969

<sup>257</sup> Sobre isso cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p. 119 e ss.

condicionando uma importante inflexão na organização das unidades do Exército no Estado, pois a ferrovia aumentava a agilidade operacional das forças terrestres brasileiras. Ao mesmo tempo, a ferrovia colocou o Sul de Mato Grosso na órbita de influência do Estado de São Paulo, para onde as viagens se tornaram muito menos demoradas.

A aludida filosofia divisionária, que implicava em uma concentração de forças no sul do Estado, não podia contar com suporte necessário na população local, ainda muito rarefeita, sendo, por essa razão, os corpos locais constituídos por muitos forasteiros, isto é, indivíduos originários de outros Estados que para lá eram transferidos.<sup>258</sup>

Após as reformas de 1915-1916, os efetivos do Exército em Mato Grosso foram drasticamente reduzidos. Um dos três regimentos de infantaria criado após as reformas de 1908 foi dissolvido, outro transferido para o interior de São Paulo e o terceiro, desmembrado em três batalhões de caçadores, sendo distribuídos pelos municípios de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. A 5ª Brigada Estratégica foi extinta, ainda que ela jamais tenha saído do papel na prática. As demais unidades foram mantidas, mas com seus efetivos significativamente reduzidos. A guarnição federal de Mato Grosso perdeu o *status* de divisão de exército, tornando-se uma brigada.<sup>259</sup> Os corpos componentes da 13ª Região Militar passaram a constituir a Circunscrição Militar de Mato Grosso<sup>260</sup>, subordinando-se administrativamente à 6ª Região Militar, com sede no Estado de São Paulo.

São Paulo ganhava importância aos olhos dos chefes militares àquele tempo. Sua pujante economia, aliada à sobrançeria política e ao forte incremento demográfico porque passou nas décadas iniciais do século XX, chamou a atenção dos hierarcas do Exército. Procurando criar um contraponto à poderosa Força Pública do Estado de São Paulo, instalaram guarnições em inúmeras cidades do interior e na própria capital. Ao mesmo tempo, procuravam tirar proveito do imenso potencial demográfico daquele Estado. De fato, os resultados obtidos pelo sorteio militar na região devem ter superado as expectativas, uma vez que, a partir da década seguinte, como veremos a seguir, operou-se uma transferência em massa de conscritos do Estado Bandeirante para o seu vizinho mato-grossense.

Com efeito, a instalação da NOB no Sul de Mato Grosso criou condições para a modificação da organização e disposição dos corpos militares, iniciando uma nova fase na trajetória do Exército na região.

---

<sup>258</sup> Sobre isso ver o capítulo V.

<sup>259</sup> Uma divisão de exército equivale a três brigadas.

<sup>260</sup> Doravante CMMT. Também conhecida como 1ª Circunscrição Militar.

**Imagem III –** Oficiais do 17º Batalhão de Caçadores, em Corumbá (década de 1910). A ausência de praças desse cenário revela um aspecto importante do relacionamento entre os ocupantes dos diferentes escalões hierárquicos à época: as esferas de convivência de graduados e oficiais deveriam ser separadas.



Fonte: CARVALHO, Apolônio. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 24.

## CAPÍTULO IV –“SOLDADOS INCORRIGÍVEIS”: OS PRAÇAS DA GUARNIÇÃO FEDERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX

*Servir, em Mato Grosso, nas condições atuais é pagar um pesado e inútil tributo ao esquecimento de si próprio, ao tédio e à melancolia, no país do Silêncio.* (Aníbal Amorim)

### 4.1 O PAÍS DO SILÊNCIO

Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX era inóspito, um verdadeiro vazio demográfico. Região de população majoritariamente rural, reduzidos e acanhados eram seus núcleos urbanos. Mesmo a maior cidade da região, Cuiabá (capital do Estado), mal chegou, em princípios da década de 1930, a ultrapassar três dezenas de milhares de habitantes. Outras duas concentrações urbanas importantes, ainda que menos populosas do que a capital, eram as cidades de Corumbá – promissor centro comercial que viria a ser alcançado pela estagnação econômica após a construção da ferrovia NOB e a posterior perda de dinamismo para a ascendente cidade de Campo Grande – e São Luiz de Cáceres, pólo comercial que devia sua projeção econômica às proximidades do rio Paraguai e à extração da ipecacuanha.<sup>261</sup>

Não coincidentemente, os três núcleos urbanos acima mencionados, até meados da década de 1910, sediavam as maiores guarnições do Exército no Estado. Entretanto, mais ao sul, havia outros núcleos urbanos que ganhavam importância estratégica e econômica na medida em que as tensões diplomáticas com os vizinhos platinos, sobretudo Argentina e Paraguai, iam se intensificando e as atividades criatórias de gado bovino nos campos da Vacaria e nos alagadiços pantaneiros geravam crescentes riquezas no Sul. Por essas razões, urbes como Nioaque, Bela Vista, Aquidauana e Campo Grande passaram por importantes incrementos populacionais a partir da década de 1910, o que, no longo prazo, acabou condicionando um desequilíbrio nas relações inter-regionais entre o Sul e a porção central do Estado, onde se localizava a capital.<sup>262</sup>

O extremo sul era explorado pela poderosa empresa Mate Laranjeira, que iniciou suas atividades extrativas do *Ilex paraguariensis* nos princípios da década de 1880, tendo se

---

<sup>261</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária*: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930). Cuiabá: UFMT, 2001, p. 48.

<sup>262</sup> ALBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 348.

tornado, em pouquíssimo tempo, um poderoso empório comercial, verdadeiro “Estado dentro do Estado” na visão de muitos memorialistas. A geração de riquezas na área foi de tal monta que a empresa chegava a emprestar dinheiro ao Estado, construiu ligações ferroviárias com o noroeste do Estado do Paraná, influiu decisivamente na criação de dois importantes núcleos urbanos na imediações da linha de fronteira (Ponta Porã e Porto Murtinho) e chegou a constituir um corpo policial próprio, que tinha a incumbência de manter na linha a mão de obra de origem predominantemente guarani, que vivia em condições de trabalho de semi-escavidão e de ser uma tropa de choque nos confrontos da empresa com posseiros de origem sul-rio-grandense que, ano a ano, se tornavam mais numerosos na região.<sup>263</sup>

Por fim, o Norte de Mato Grosso, que deveria corresponder, no mínimo, a 60% do território estadual, área praticamente intocada pelo elemento não-indígena, era a porção amazônica de Mato Grosso. Em seu quadrante noroeste, no ano de 1907, dois monumentais empreendimentos de engenharia seriam iniciados. Tratavam-se da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que ligaria a localidade mato-grossense de Guajará-Mirim a Santo Antonio do Rio Madeira (atual Porto Velho), no Estado do Amazonas; foi concluída em 1912 e tinha a finalidade de facilitar o escoamento da produção do látex (extraída das formações florestais amazônicas) e de compensar o governo boliviano, com uma via de escoamento de produção que levaria até águas oceânicas, por aquele país ter cedido o Território do Acre ao governo brasileiro após o Tratado de Petrópolis (1903);<sup>264</sup> e da construção das Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso ao Estado do Amazonas, obra que tinha por finalidade principal aumentar o controle do governo sobre aquela desabitada região, vinculando-a ao corpo geográfico da Pátria.<sup>265</sup> Os efeitos esperados desses investimentos do governo acabaram estagnados pela desvalorização da borracha nos anos seguintes e pela crise econômica dos anos 1930. No período em apreciação neste trabalho, a região permaneceu estagnada e praticamente inabitada, com exceção dos grupos indígenas.

---

<sup>263</sup>CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 46.

<sup>264</sup>FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem Fantasma, a Modernidade na Selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 23.

<sup>265</sup>MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 111.

## 4.2 SERVIR EM MATO GROSSO

Resultou do quadro acima que uma parcela considerável da guarnição federal do Estado, oficiais e praças, era formada por indivíduos exógenos ao meio mato-grossense. A falta de identificação dos oficiais com as áreas onde serviam era uma decorrência da peregrinação centro-periferia <sup>266</sup> que eram obrigados a realizar por dever de ofício e isso era até desejável pelo Governo Federal, pois era uma forma, ainda que nem sempre eficaz, de afastá-los das disputas política locais.

Por sua vez, os praças em geral eram forasteiros por duas razões principais: primeiramente, pelas dificuldades do Exército em encontrar os voluntários de que necessitava para preencher os claros dos seus efetivos na região e, secundariamente, porque esse setor da hierarquia era formado, majoritariamente, por indivíduos provenientes dos Estados que atualmente compõem a região nordeste do País. Comparando esses dois dados, conclui-se que os praças que serviam nas guarnições federais de Mato Grosso eram, em sua maioria, de origem nortista ou ao menos das regiões litorâneas brasileiras, como evidencia o relato abaixo:

A tropa era constituída de indivíduos de todos os matizes, em geral nortistas e nordestinos, vindos em contingentes, poucos filhos do Rio, voluntários e engajados. Divisava-se o caldeamento em que se ia processando a formação da raça brasileira com os seus tipos variados: crioulos, cafuzos, mulatos, cabrochas, brancos.<sup>267</sup>

Mato Grosso era o destino dos exilados da República, local para onde os indesejados eram enviados como forma de punição informal. O longo caminho a ser percorrido para vencer as distâncias que separavam os quartéis mato-grossenses da Capital Federal corroborava com a impressão de isolamento associada à região. Euclides da Cunha, em célebre passagem de sua obra *Os Sertões* de fins da década de 1890, definiu a região como “*Sibéria canicular*” do Exército<sup>268</sup>, lugar destinado aos desafetos políticos e aos subversivos do Império e da República.

---

<sup>266</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008, p. 92.

<sup>267</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, vol. I, p.159.

<sup>268</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Ed. Paulo de Azevedo, 1950, p. 298.



De fato, remonta ao século XIX o costume de as autoridades policiais do Rio de Janeiro aprisionarem “*capoeiras e vagabundos*”<sup>269</sup> enviando-os para servir arregimentados nas unidades de Estados distantes como Mato Grosso, Amazonas e Pará. Mesmo os oficiais que para essas regiões eram transferidos encaravam-na como uma forma de retaliação ou ação disciplinar informal. Demerval Peixoto, general que serviu como soldado nos anos 1900, afirmou que “*oficiais, sargentos e praças eram quase sempre [...] mandados para longe em consequência dos maus procedimentos*”<sup>270</sup>. É grande a lista dos oficiais que sofreram esse tipo informal de punição, exemplos não faltam, tendo atravessado as décadas dos séculos XIX e XX.<sup>271</sup>

Essa situação ajuda a explicar o ambiente de revolta que caracterizava o interior das unidades e os conflitos latentes em sentido horizontal (entre os componentes da mesma esfera hierárquica) e vertical (entre componentes de diferentes esferas hierárquicas). Na opinião de muitos analistas, a revolta intrínseca dos indivíduos enviados a Mato Grosso por razões políticas ou disciplinares muitas vezes os levavam a buscar expedientes para verem-se livres dessa situação:

Quando designado para servir em guarnições como as de Mato Grosso e Amazonas, o oficial, geralmente, não se faz acompanhar da família pela impossibilidade de poder mantê-la naqueles Estados; vê-se na contingência de dividir os seus vencimentos, já onerados por diferentes descontos, e fica em condições de tal modo precárias, que no fim de pouco tempo as privações porque passa, agravadas pelas preocupações morais, fatalmente determinam a moléstia que o obriga a retirar-se, e que muitas vezes é injustamente atribuída à insalubridade do clima do lugar.<sup>272</sup>

Ter bons contatos políticos no Rio de Janeiro, então capital federal, também poderia ser de grande valia. Era grande o número de oficiais que, transferidos para Mato Grosso, não chegavam a se apresentar para o serviço. Dentre os que se apresentavam, havia sempre a possibilidade de tomar parte em uma *revolução* bem sucedida e carimbar o passaporte de

<sup>269</sup> O DIÁRIO de Notícias. Rio de Janeiro, 29 abr. 1892. Apud LEAL, Joaquim Ponce. *Os Homens e as Armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1980, pp. 109-110.

<sup>270</sup> PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 27.

<sup>271</sup> Poderíamos citar, a título de ilustração, Deodoro da Fonseca, Moreira César, Serzedello Corrêa, Bertoldo Klinger, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Mascarenhas de Moraes. Vale observar que todos os exemplos citados são de coroneis e generais. Obviamente foi imenso o número de oficiais subalternos e praças que passaram pelos mesmos procedimentos.

<sup>272</sup> BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p.07.

volta do exílio. Inocêncio Serzedello Corrêa, coronel do Exército transferido para Corumbá após sua participação na *Revolta da Vacina*, teria contribuído na reaproximação dos grupos oligárquicos liderados pela família Murтинho e pelo caudilho Generoso Ponce, os quais unidos às guarnições federais de Corumbá e São Luiz de Cáceres iniciaram uma rebelião que pôs fim ao governo do presidente Antônio Paes de Barros, restabelecendo os dois grupos no executivo estadual. Após a vitória dos Ponce e dos Murтинhos, Corrêa pôde retornar tranquilamente ao Rio de Janeiro na condição de deputado federal pelo Estado de Mato Grosso.<sup>273</sup>

O general Emygdio Dantas Barreto, comandante da expedição que recebeu a incumbência de reprimir os rebeldes acima descritos, e fracassou na empreitada, apresentou um diagnóstico dessa situação em 1907:

O mal continuará, porém, com todo o seu perigo latente, enquanto durar o sistema adotado por todos os governos da República, de preencherem os quadros da força federal, ali, com pessoal incorrigível de outras guarnições e com oficiais de todas as graduações que, por quaisquer circunstâncias, caem no desagrado dos governadores a quem o cumprimento exato do dever militar impressiona mal.

Em tais condições é fácil, pelo hábito dos crimes não punidos em tempo e nos lugares onde foram praticados, ou pelo sentimento natural de vingança, a identificação de semelhante pessoal com elementos perturbadores da paz no longínquo Estado.

O exemplo da última revolução, em que oficiais e praças se envolveram com maior desembaraço, na esperança de uma anistia que não se fez tardar, é a confirmação deprimente desse fato escandaloso já crônico em Mato Grosso.<sup>274</sup>

Com efeito, boa parte dos atos de indisciplina nos corpos tinham origem nos próprios oficiais. Estes, por sua vez, deviam sua estada no Oeste a manifestações pregressas de rebeldia ou quaisquer outras atitudes que os colocavam em rota de colisão com situacionismos de outros Estados. Ao mesmo tempo, os corpos mato-grossenses eram preenchidos, como deixou claro Dantas Barreto, com “pessoal incorrigível”, avesso à disciplina castrense. Tendo oficiais e praças em pé de guerra e o farto armamento dos paíóis dos quartéis à disposição, as

<sup>273</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952 e BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

<sup>274</sup> BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907, pp.52-53.

oligarquias locais, sem grande esforço, aliciavam a tropa federal para as suas tropelias revolucionárias.<sup>275</sup>

#### 4.3 RELAÇÕES ENTRE OFICIAIS E PRAÇAS

Os vínculos afetivos, ou a ausência deles, resultantes do encontro entre oficiais e praças nos quartéis eram marcados por extremos. Oficiais poderiam manter atitudes paternalistas ou enfrentar verdadeiro antagonismo hierárquico. Poderiam emprestar dinheiro (algumas vezes a juros) aos seus subordinados, usá-los para serviços domésticos, incluindo-os muitas vezes em seus círculos familiares na condição de agregados, mas não era incomum também terem de enfrentar fortes e até violentas manifestações de rebeldia.

Um exemplo dos usos e costumes que subjaziam ao relacionamento entre oficiais e praças que beira, inclusive, o patriarcalismo, envolveu um capitão que, segundo o comandante da 13ª Região Militar “cometeu o abuso imoral de ordenar ao soldado que conduz água à casa dos oficiais empregados neste Quartel General, que a conduziu também à casa de uma tal Blaudina, mãe de sua amasia”.<sup>276</sup> Interessa observar que o inusitado disso tudo não foi o fato de um funcionário público ter-se utilizado de um subordinado – que ademais era um soldado e como tal poderia ou deveria estar recebendo alguma instrução militar no momento em tela – para atender interesses particulares. Ao contrário, fazia parte da sua rotina conduzir água à residência de todos os oficiais da guarnição de Corumbá. O escandaloso do episódio era o capitão ter ordenado que seu subordinado, um soldado do Exército brasileiro, adentrasse em uma “casa de reputação duvidosa e por demais suspeita”, demonstrando:

absoluta falta de critério e escrúpulo, em empregar soldados do nosso Exército em misteres tão baixos e repugnantes, juntando por esse modo mais esta falta de continência moral a que já há muito lhe era habitual e consistia em publicamente a luz do dia, procurar as ruas mais concorridas desta Cidade para nelas exhibir-se escandalosamente ao lado de sua concubina, ostentando assim um desprezo insolente pela opinião pública, que na sua qualidade de homem casado e chefe de família, deveria ser o primeiro a acatar e respeitar.<sup>277</sup>

<sup>275</sup> Sobre isso convém verificar os exemplos do enredamento da tropa aquartelada em Mato Grosso nos inúmeros episódios violentos verificados no Estado nas décadas de 1890 e 1900 em PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

<sup>276</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 04 de junho de 1910.

<sup>277</sup> Idem.

Para os padrões morais da época, o envolvimento extraconjugal de um oficial do Exército com uma pessoa “desqualificada” era considerado um aviltamento do bom nome da própria instituição, enquanto utilizar-se do trabalho de um funcionário público para fins particulares era considerado até corriqueiro e desejável. Acima de tudo, parecia altamente indesejável colocar um praça do Exército a serviço de tal pessoa “desqualificada”

O envolvimento de oficiais do Exército nas questões políticas locais levavam-nos a envolver seus subalternos nas disputas políticas em que tomavam parte, reforçando os vínculos mútuos e pessoais de lealdade. Entretanto, em algumas ocasiões essa aproximação produzia efeitos deletérios para a vida da população civil, que se tornava presa fácil da violência, dos desmandos e da truculência de alguns militares. Nesse aspecto negativo destacou-se o coronel João Batista Barbosa, comandante do regimento de cavalaria, aquartelado, na época, em Nioaque. Era conhecido regionalmente por sua participação na chamada *Revolução de 1892*, ocasião em que chegou a propor a separação do Estado de Mato Grosso da federação brasileira e a criação da *República Transatlântica*.<sup>278</sup>

Aliado político do general Antonio Maria Coelho, ex-presidente interino de Mato Grosso, o coronel Barbosa desfrutava de considerável projeção política sobre a cidade de Nioaque e outras mais do Sul de Mato Grosso. Entretanto, algumas notabilidades radicadas no então distrito de Campo Grande manifestaram resistências a algumas intromissões do referido militar em assuntos da comunidade. Em resposta, alguns praças do Exército, subordinados a Barbosa, iniciaram ações retaliativas. Sobre o episódio, o memorialista Hélio Serejo deixou-nos o seguinte relato:

Na sede do distrito de Campo Grande existia um pequeno destacamento militar, composto de 13 homens, cujo comandante era o sargento Ludgero Magalhães. A pequena povoação, abrigando numerosos forasteiros em seu seio, resolvera denunciar esse militar ao coronel Barbosa, sobre quem pesavam gravíssimas acusações. Os seus crimes de defloramento eram incontáveis. E havia mesmo sérias desconfiças de que andava acoitando ladrões e contumazes desordeiros.

O audacioso distrito de Campo Grande anda reclamando contra o comandante do destacamento? Pois bem. Tomaria as providências, sim. E quais foram essas providências? Deu mão forte ao indigno sargento Ludgero, aconselhando-o da maneira mais vil possível “que baixasse o relho na canalhada”. E recrudescu então no coração do monstro o seu instinto

---

<sup>278</sup>CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 129.

bestial. Surrou gente pacata. Trancafiou no xadrez pobres e indefesos republicanos.<sup>279</sup>

As razões que motivavam a transferência de alguns elementos da guarnição federal para as plagas mato-grossenses, as disposições de ânimos desses indivíduos e até mesmo da sociedade que os cercava, marcada por um “*endêmico banditismo*”, local onde imperava uma “espécie de far West, onde os crimes não despertavam estranheza, constituíam parte da rotina” tudo conspirava para a criação de um clima de aberta violência, insegurança para a vida, transigência com a criminalidade e impunidade.<sup>280</sup> O próprio Sodré dizia-se surpreendido com o fato de um vizinho, um “capitão com família numerosa”, utilizar-se “em serviços caseiros e até para levar os filhos na escola, o seu ordenança, sabendo que se tratava de facínora, responsável por várias mortes”.<sup>281</sup>

Crimes, por sinal, eram repertório frequente dos praças na região. Inegavelmente, havia uma conjunção de fatores, a qual condicionava a formação de um ambiente potencial ou efetivamente explosivo nos quartéis. Se é verdade que os oficiais faziam uso das lealdades pessoais dos praças em proveito próprio, também é certo que, frequentemente, sobretudo até a década de 1910, havia quebras nas relações hierárquicas motivadas por crimes, desobediências, resistências e até contestações.

Jornais corumbaenses, frequentemente, apresentavam informações sobre crimes praticados por praças:

Na noite de 9 para 10 do corrente, Julio de Lima, praça do 14º regimento de infantaria assaltou a casa de negócio de Câmera & Calábria, à rua do comércio desta cidade, e roubou cerca de 8 contos de réis em dinheiro e mercadorias (...) Julio acusa um outro companheiro de nome Cassiano, que ainda não foi encontrado.<sup>282</sup>

O fato de se tratar de indivíduos que portavam armas cedidas pelo Estado justamente para a manutenção da ordem pública, agudizavam a sensação de insegurança das parcelas proprietárias da população. Nesses casos, a simples presença de guarnições militares poderia

<sup>279</sup> SEREJO, Hélio. *O Homem Mal de Nioac*. Apud MACHADO, Paulo Coelho. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, p.66 (Pelas Ruas da Cidade). Ver mais a respeito em PALERMO, Miguel A. *Nioac: evolução política e revolução de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1986.

<sup>280</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 144.

<sup>281</sup> Idem., p. 145.

<sup>282</sup> CORREIO DO Estado, Corumbá, 15 dez. 1910, p.3.

representar uma ameaça para a delicada e potencialmente explosiva ordem social da região. Por essas razões, nem mesmo os oficiais possuíam boas razões para se sentirem em segurança, como é possível observar:

A bateria destacada nesta localidade [Porto Murtinho], em estado de embriaguez, sublevou-se hoje às 21/2 horas da tarde, assaltando a residência particular do comandante da bateria, sr. tenente João Manoel, onde se achavam hospedados os srs. capitão Pedro Rodrigues Bastos, e tenente José Augusto Caldas. (...) O fim dos assaltantes era assassinar a todos aqueles oficiais, pois sustentaram contra eles forte tiroteio, caindo varado por duas balas o capitão Pedro Rodrigues Bastos, que faleceu momentos depois. (...) Os tenentes José Augusto Caldas e João Manoel Pinto, comandante da bateria, foram feridos por tiro de revólver. Os revoltosos, diante da enérgica atitude dos oficiais, retiraram-se para as imediações da povoação, onde acamparam. Os soldados restantes não inspiram confiança, por isso o povo pegou em armas para defender a povoação e os oficiais em caso de novo ataque.<sup>283</sup>

Os soldados frequentemente se indispunham contra seus superiores e não era incomum incorrerem em pequenos delitos e até crimes mais graves. Os inspetores da 13ª Região Militar costumavam expressar seus descontentamentos com a indisciplina e contra o comportamento criminoso dos praças em manifestações como a que se segue:

Chegando ao meu conhecimento que praças desta guarnição banham-se no rio que margeia esta cidade, sem guardar o preciso decoro, pois o fazem de dia completamente nuas<sup>284</sup>, – afrontando assim à moral publica, declaro que tal procedimento só assenta nos desclassificados e jamais em homens que vestem a farda do exército, cuja nobre missão, desgraçadamente, muitos não querem compreender, e daí os fatos deploráveis que se têm dado nestes últimos dias e que tanto me entristecem. (...) Aproveitando esta oportunidade, eu já não recomendo nem determino, faço antes um apelo aos srs. oficiais, assim como aos inferiores e demais praças briosas que, felizmente os há, no sentido de serem inexoráveis, – denunciando esses indignos que vivem a nos envergonhar cometendo toda sorte de horrores, roubando, amordaçando, agredindo, até covardemente e *em constantes bebedeiras*, causa primordial, quase sempre, desses atos de banditismos, afim de serem expulsos das fileiras e entregues à ação da policia civil. (...) É preferível pouco pessoal, porém capaz, ou ainda ter os quartéis fechados, a vê-los cheios dessa corja de amaldiçoados. Como não sou um desiludido,

<sup>283</sup> REPRESSÃO À Vadiagem. *Correio do Estado*, Corumbá, 01 jun. 1910, p.03. Grifos meus. Encontra-se uma descrição desse mesmo fato em 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 25, de 29 de julho de 1910.

<sup>284</sup> Aqui o inspetor atribui gênero feminino à expressão “praça”, no entanto, também ocorre o inverso nos registros. Adotamos para este caso os usos atuais.

confio ser esta a ultima vez que me dirijo à guarnição sobre assunto tão ingrato.<sup>285</sup>

O alcoolismo<sup>286</sup> era um catalisador de conflitos entre militares no interior e fora dos quartéis, pois precipitava ações violentas por parte dos praças, embora não possamos descartar que tais casos ocorressem, em grau mais reduzido em relação aos oficiais – afinal a disciplina para os oficiais era mais relaxada, além disso esse escalão hierárquico constituía uma parcela diminuta da corporação militar, principalmente se considerarmos a época e o lugar. Incidentes semelhantes atingiam em cheio a sensibilidade de certos oficiais, pois, no seu entendimento, humilhavam a imagem da própria instituição a que pertenciam e, por extensão, a sua própria auto-imagem.<sup>287</sup>

As patrulhas que diuturnamente faziam rondas pela cidade de Corumbá, sede do comando da Região Militar, não contribuía apenas com a manutenção da ordem urbana, mas também fiscalizavam os praças em seus horários de lazer ou descanso quando fora de serviço. Tiroteios e incidentes violentos ocorriam com frequência. Cidade habitada por um significativo contingente de estrangeiros, era comum assistir “*paraguaios, bolivianos e correntinos(...) embriagados*” dando “*tiros para o ar*” e, não raro, a cidade amanhecia com “*pessoas mortas, nos bairros mais escusos, sem se saber quem as matou*”. Após o entardecer, “*a vida do transeunte está entregue à Divina Providência*” .<sup>288</sup> Os praças do Exército em Corumbá pareciam também não se furtar ao “*esporte predileto da população desordeira*”.<sup>289</sup> De fato, nos registros disciplinares da 13ª Região Militar abundam referências ao envolvimento de soldados, cabos e sargentos com disparos inopinados de revólveres, a esmo ou mesmo na direção de algum desafeto:

Seja preso na solitária a meia ração, por 15 dias, o soldado do 19º Batalhão de Infantaria, adido ao 21º, Jeronymo Pereira de Souza, por ter na noite de 4 do mês findo disparado três tiros de revólver no civil José Antonio Camisa,

<sup>285</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 19, de 31 de maio de 1910. Grifos meus.

<sup>286</sup>Embora os regulamentos da época estabelecessem que os praças deveriam receber uma ração semanal de cachaça e vinho, que deveria ser servido aos domingos, inúmeros foram os casos de militares, ocupantes de vários graus da hierarquia na guarnição de Corumbá, punidos em razão de bebedeira.

<sup>287</sup> Foram encontradas referências à ocorrência de bebedeiras envolvendo soldados, cabos, sargentos e oficiais respectivamente nas *ordens do dia* a seguir: 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordens do Dia nº 31, de 30 de setembro de 1913, nº 50, de 31 de dezembro de 1910 e nº 28, de 31 de agosto de 1913.

<sup>288</sup>AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 451. De acordo com Amorim, em virtude desses “*tiroteios criminosos*”, numa manhã de 1911, “*encontraram-se cinco cadáveres estendidos nas ruas de Corumbá*”.

<sup>289</sup> Idem.

que não foi atingido pelos mesmos, conforme ficou apurado no inquérito que foi mandado proceder-se.<sup>290</sup>

[Ordem] À 5.<sup>a</sup> Brigada para providenciar no sentido de serem castigados severamente, pelo comando do 13º Regimento de Infantaria, os soldados Severino Ferreira da Costa e Manoel Esteves, por andarem alta noite pelas ruas da cidade, dando tiros de revólver, conforme parte do superior de dia à guarnição.<sup>291</sup>

As rondas também dissuadiam soldados desertores ou gazeteiros, os quais eram proibidos de perambular pelas ruas desuniformizados (à *paisana*) e de frequentar casas de tavolagem e prostituição, mesmo fora dos horários de expediente.

As patrulhas eram fonte de alguns aborrecimentos aos oficiais. Muitos soldados faltavam ao serviço de ronda e quando tal não ocorria havia casos de embriaguez, agressões e assaltos, tudo isso, na grande maioria das vezes, sob a proteção da noite. Nesse aspecto, as palavras do comandante da 13ª Região Militar sobre um artigo publicado em um órgão da imprensa corumbaense, revelam-nos aspectos de uma realidade que ele pretendia esconder:

Tendo um tal sr. Octaviano de Lima publicado, pelas colunas da “Tribuna” uma violenta diatribe endereçada “Às autoridades militares”, e na qual afirmava que os soldados desta guarnição – quando de patrulha – se transformavam em verdadeiros salteadores, atacando a noite os viandantes para roubá-los em armas e dinheiro, determinei que se procedesse a inquérito policial militar, para verificar-se o que havia de verdade em tão grande acusação. Terminado esse inquérito, tive o prazer de verificar que semelhante denuncia era perfeitamente falsa e caluniosa, pois que as próprias testemunhas apresentadas pelo dito Octaviano em seu favor, foram as primeiras a desmenti-lo em seus depoimentos. E assim, resta-me apenas mandar que archive-se (sic) o referido inquérito, e lamentar que em nossa sociedade ainda se encontrem vadios e desocupados, que confiados em nenhuma imputabilidade moral, não hesitem em vomitar injúrias contra uma classe nobre e respeitada, que não pode descer de sua dignidade para respondê-las.<sup>292</sup>

Curiosamente, a mesma *ordem do dia* que registra as palavras acima nos revela que aquele oficial havia determinado uma punição severa a dois praças de uma patrulha noturna do dia anterior flagrados portando “*armas brancas não regulamentares*”<sup>293</sup>.

<sup>290</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 30, de 04 de maio de 1907.

<sup>291</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 21, de 20 de junho de 1913.

<sup>292</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.

<sup>293</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.



Até princípios da década de 1920, cidade de Corumbá sediou a maior guarnição do Exército no Estado. Ao mesmo tempo, era uma cidade portuária, vinculada aos grandes mercados europeus e sul-americanos (de fato, chegou a ser o maior porto interno da América do Sul). Essa situação especial favorecia um maior contato da população daquela cidade com ideias subversivas originárias dos grandes concentrações operárias do mundo,<sup>294</sup> entretanto, os documentos revelam que nas guarnições mais acanhadas, em núcleos urbanos como Porto Murtinho, Bela Vista e Campo Grande o clima poderia se tornar consideravelmente tenso.<sup>295</sup>

É necessário esclarecer que atrasos de mais de 12 meses no pagamento dos soldados eram comuns. Por isso, as autoridades militares procuravam coibir reuniões públicas de soldados fora do horário de expediente, de maneira a evitar que estabelecessem relações com pessoas “*desqualificadas*”. Portanto, as patrulhas deveriam agir no sentido de “*evitar conflito entre praças e coibir ajuntamento em tavernas e outros lugares prejudiciais, bem como fazer recolher aos seus quartéis praças que depois do toque de silencio vagarem pelas ruas*”.<sup>296</sup> Nos tais “*lugares prejudiciais*” ocorriam brigas, assassinatos e poderiam surgir rivalidades e inimizades em função de jogos ou mesmo mulheres, interferindo assim na própria rotina dos quartéis. Essas implicações eram repudiadas pelos chefes militares. Isto sem mencionar o fato de que poderiam facilitar a organização de motins.

#### 4.4 UM EXÉRCITO EM TRANSIÇÃO

A primeira Lei do Sorteio Militar, promulgada em 1874, tornou ilegal o recrutamento forçado para as forças armadas. Ainda que não tenha sido aplicado, o inciso 3º do Artigo 82

---

<sup>294</sup> Em 1922, dois sargentos do Grupo de Artilharia de Costa que serviam no Forte Coimbra, nas proximidades de Corumbá, foram punidos por compartilharem a leitura do livro *O que é Maximalismo ou Bolchevismo*. CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 06, de 6 de janeiro de 1922. Os autores do livro eram os anarquistas Hélio Negro e Edgard Leuenroth. Na época, a expressão maximalismo era equivalente a marxismo. CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 319.

<sup>295</sup> Verificam-se, ao menos, duas ocasiões em que praças dos corpos de infantaria acantonados em Corumbá se revoltaram e recusaram-se a cumprir o serviço ordinário por atraso no seu pagamento. A primeira delas deu-se em dezembro de 1912 e, aparentemente, foi liderada por oficiais da guarnição do 13º RI. Em março de 1919, ocorreu a segunda grande revolta de praças, a qual foi rapidamente subjugada, mas aparentemente não contou com a participação de qualquer oficial. Informações a respeito podem ser verificadas em 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 44, de 10 de dezembro de 1912 e CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 74, de 25 de março de 1919. Esses documentos contêm trechos das sindicâncias mandadas apurar pelo comando. Invariavelmente, os participantes nesses incidentes disciplinares eram anistiados.

<sup>296</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 177, de 5 de agosto de 1914.

da Constituição republicana de 1891 aboliu o recrutamento forçado, determinação reforçada pela nova Lei do Sorteio Militar de 1908. Apesar desses esforços legislativos persistiram os costumes coloniais quanto ao recrutamento e o sorteio acabou se tornando sem efeito. Nesse sentido, o Exército continuou dependente do voluntariado e, como indicam algumas fontes bibliográficas, do recrutamento forçado quando o voluntariado se mostrava insuficiente para o preenchimento dos claros.

Em resposta a essas dificuldades, o exército procurou dar efetividade à Lei 1860, muito embora sem grande sucesso, até que a forte impressão causada pelos desdobramentos violentos da *Primeira Guerra Mundial* e a campanha nacional em favor do serviço militar obrigatório liderada pelo poeta Olavo Bilac conseguiram demover a opinião pública brasileira do seu congênito antimilitarismo, e o sorteio pôde alcançar seus primeiros sucessos a partir de dezembro de 1916. Nesse sentido, o período compreendido entres os anos de 1908 e 1916 constituem um período de transição entre o chamado *Velho Exército*, formado por “voluntários” e o *Novo Exército*, constituído majoritariamente por recrutas e soldados sorteados.

Entretanto, dadas as condições legais da época, o Exército não reconhecia formalmente o recurso ao procedimento coercitivo no recrutamento. Oficialmente todos os recrutas eram “voluntários”. Do mesmo modo, os documentos administrativos gerados pelo comando militar, fosse do 7º Distrito Militar, fosse da 13ª Região Militar, não fazem quaisquer referências a esse procedimento ilegal.

Não obstante, considerando os dados empíricos à disposição, muitos alistados eram efetivamente voluntários, pois as memórias de militares referentes ao período indicam essa constatação. As fileiras, como foi afirmado anteriormente, se serviam de muitos indivíduos originários dos Estados nortistas, tradicionais dispersores populacionais, constituindo a atividade militar uma alternativa de ocupação num contexto de oportunidades econômicas restritas. A respeito do tipo humano que se destinava à carreira das armas naquela época, o *jovem turco* Estevão Leitão de Carvalho registrou que muitos voluntários chegavam às suas unidades:

(...) combalidos pela malária, verminose, alimentação inadequada ou insuficiente, analfabetos, tristes. (...) Os que sentavam praça faziam-no como meio de vida, ou impelidos pelos pais, como castigo. Não se pretendia

selecionar, devido à falta de gente (...) Rejeitá-los, seria deixar sem efetivo a unidade.<sup>297</sup>

Dentre as maiores cidades do Estado, Corumbá se destacava por ser uma cidade comercial, portuária e altamente internacionalizada. Em razão disso, as relações de trabalho eram marcadamente assalariadas, diferentemente das demais localidades do Estado, onde variações do regime de parceria ainda predominavam. A própria presença de unidades da Marinha e do Exército favoreciam o desenvolvimento de atividades nos setores secundários e terciários da economia. Era, além de tudo, o principal entreposto comercial do Estado, vinculando-o aos demais Estados e países da região platina e do resto do mundo e, por isso, era a porta de entrada das forças *modernizadoras* do capitalismo internacional, representando, nesse sentido, o ápice do progresso e da civilização ao qual aquela sociedade poderia atingir, segundo a concepção burguesa hegemônica naquela época.<sup>298</sup>

Reunia, portanto, importantes condições para prover o Exército dos recrutas de que a organização carecia, pois além de sediar o comando regional da força, possuía a segunda maior população do Estado, conquanto houvesse um grande número de estrangeiros na localidade.<sup>299</sup> Embora a cidade carecesse de mão de obra especializada, o serviço militar poderia se apresentar como uma possibilidade de ocupação, justamente pelo fato de que não exigia maiores saberes técnicos ou mesmo intelectuais, até porque as suas ruas contavam com a presença de um grande número de “desocupados”<sup>300</sup>. Havia uma facilidade adicional: muitos ex-praças da Armada e do exército residiam na cidade.

Pelas razões acima, a maior parte dos registros de incorporação de recrutas eram originários da cidade de Corumbá. Aquidauana, Cáceres e Cuiabá (esta com uma participação

---

<sup>297</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, vol. I, p.159.

<sup>298</sup> OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, pp. 186-187.

<sup>299</sup> ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 325. Neste documento é afirmado que o “elemento estrangeiro” compunha então “a maioria” da população de Corumbá, orçada em 15.000 habitantes em seu setor urbano (p. 326). Aníbal Amorim apresentou números ligeiramente diferentes para 1910-1911. Segundo o memorialista militar, a população urbana de Corumbá era constituída por 3.000 “naturais”, 2.000 paraguaios, bolivianos e correntinos, 1.000 alemães, ingleses, italianos e portugueses, 1.000 soldados, 2.000 “nacionais de varia procedência” e cerca de 1.000 turcos. Totalizando cerca de 10.000 pessoas vivendo no setor urbano do município. Mais adiante informa que o município de Corumbá não contava “mais de 14 mil habitantes”. AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1929, pp. 446-447.

<sup>300</sup> Cf. OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 67.

sensivelmente maior) enviavam muitos recrutas, entretanto, nenhuma dessas cidades superava a contribuição oferecida pelo porto pantaneiro.

Mato Grosso abrigava a 13ª das 13 regiões militares nas quais o Exército dividiu o território brasileiro a partir de 1908. Cabia-lhe a menor densidade demográfica. Por essa razão o Exército era constantemente obrigado a recorrer a transferências de praças de outras regiões do País para as unidades mato-grossenses.<sup>301</sup> A expressão *vazio demográfico* cabia muito bem para caracterizar Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX. Possuindo dimensões avantajadas (aproximadamente 1.200.000 quilômetros quadrados) era habitado por menos de 200.000 almas, incluindo índios e não-índios.<sup>302</sup> A consequência disso era que a população do Estado não era capaz de atender às demandas por recrutas das unidades do Exército ali instaladas, o que resultou num desequilíbrio entre a população e o tamanho das guarnições federais ali instaladas. Donde se conclui que a efetividade mínima das referidas unidades militares dependia da transferência de grande número de militares de outras guarnições federais do Brasil para Mato Grosso, incluindo praças e oficiais. O Quadro I esclarece com maior precisão o que se tem afirmado até o momento.

<b>Quadro I – Divisão Territorial Estabelecida pela Lei Nº 1860 de 4 de Janeiro de 1908</b>		
Regiões	População	Tropa equivalente a batalhões
1.ª Região [Amazonas e Acre]	430.000	2 batalhões
2.ª Região [Pará e Aricari]	650.000	3 batalhões
3.ª Região [Maranhão e Piauí]	1.085.000	2 batalhões
4.ª Região [Ceará e Rio Grande do Norte]	1.400.000	1 batalhão
5.ª Região [Paraíba e Pernambuco]	2.600.000	2 batalhões
6.ª Região [Alagoas e Sergipe]	1.130.000	1 batalhão
7.ª Região [Bahia e Espírito Santo]	2.550.000	3 batalhões
8.ª Região [Rio de Janeiro e Minas Gerais]	5.500.000	3 batalhões
9.ª Região [Distrito Federal]	850.000	17 batalhões
10.ª Região [S. Paulo e Goiás]	2.840.000	3 batalhões
11.ª Região [Paraná e S. Catarina]	730.000	18 batalhões
12.ª Região [Rio Grande do Sul]	1.350.000	14 batalhões
13.ª Região [Mato Grosso]	160.000	16 batalhões
CARVALHO, Mário Clementino de. “O Estado Atual do Exército”. <i>O Comércio</i> , Cuiabá, 13 jul. 1911, pp. 02-03.		

<sup>301</sup> Ver capítulo V.

<sup>302</sup>CARVALHO, Mário Clementino de. “O Estado Atual do Exército”. *O Comércio*, Cuiabá, 13 jul. 1911, pp. 02-03.

Transferir praças em levadas irregulares de outros locais do País demandava grande esforço administrativo, gerava razoável dispêndio de recursos orçamentários (que o Exército, por razões óbvias, não dispunha em quantidade suficiente) e era altamente contraproducente do ponto de vista da instrução militar. Por outro lado, o número de voluntários angariados no Estado sempre se mostrava aquém das necessidades correntes, como nos esclarece o Quadro II.

<b>Quadro II – Engajamentos e alistamentos entre 1907 e 1914 nas guarnições mato-grossenses*</b>				
Ano	Engajamentos**	Alistamentos (civis)	Alistamentos (ex-praças)***	Total
1907	40	16	39	95
1909	36	12	46	94
1910	31	23	40	94
1911	17	23	57	97
1912	36	4	17	57
1913	21	73	0	94
1914	10	95	0	105
1915	19	47	0	66
1916	09	4	0	13

\* Informações extraídas das *Ordens do Dia* ou *Boletins Diários* do 7º Distrito Militar (para o ano de 1907), da 13ª Região Militar (entre 1909 e 1915) e da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Acuso falta dos registros relativos ao ano de 1908.

\*\* De soldados, músicos, ansepeçadas, cabos e sargentos.

\*\*\* Incluindo ex-praças da armada e excluindo ex-praças das Forças Públicas.

Infelizmente, os registros entabulados acima não informam os municípios de origem dos recrutas incorporados, entretanto é notável a reduzida capacidade de arregimentação do Exército. Percebe-se, igualmente, que o número de civis incorporado oscilou de 16 a 4 homens, tendo passado por dois importantes picos de 73 e 95 homens. A média de incorporações de civis no período foi de 33 homens por ano. Contudo, convém observar que a partir de 1912 ficou proibida a incorporação de ex-praças, como forma de evidenciar que o número de voluntários não era suficiente para preencher os claros das unidades do Exército, forçando assim os dirigentes brasileiros a tomar uma atitude mais resoluta quanto à aplicação da Lei do Sorteio. Portanto, é provável que boa parte dos indivíduos incorporados na condição de civis fossem, na verdade, ex-praças apresentados com nomes ou documentação falsos. De resto, os boletins regionais revelam que essas práticas eram muito corriqueiras, tendo, inclusive, levado as autoridades militares brasileiras a incorporarem a identificação datiloscópica aos seus procedimentos administrativos no momento da incorporação.

Veio, nesse sentido, do próprio Ministério da Guerra uma recomendação para que as juntas de saúde das regiões militares procedessem com

o maior escrúpulo e severidade na inspeção de saúde a que submetiam os indivíduos que se apresentassem ao serviço militar, a fim de evitar que ex-praças excluídos por sofrerem de moléstias incuráveis e contagiosas voltem novamente às fileiras pouco tempo depois da exclusão.<sup>303</sup>

Buscava-se, como foi afirmado acima, a efetividade dos princípios contidos na Lei do Sorteio Militar de 1908. Ex-praças eram reservistas do Exército e como tais deveriam permanecer, sob pena de não se verem acrescidas anualmente as reservas da corporação. A esse respeito, no ano de 1913, o comandante da 8ª Região Militar, diante do reduzido número de civis e da não efetividade do sorteio, consultou o Ministério da Guerra sobre a possibilidade de autorizar a inclusão de ex-praças nas unidades sob o seu comando, tendo recebido como resposta o que se segue:

(...) que tudo que determinar modificação no Regulamento para o Alistamento e Sorteio Militar ou seu completo abandono, deverá ser lançado à margem ou não ser aprovado por quem de direito e como o engajamento de praças já está perfeitamente regulamentado, o caso em questão não se justifica, visto poder perturbar o mecanismo do referido sorteio.<sup>304</sup>

Os limites da ação recrutadora do poder central na região se relacionam à sua impotência diante do poder e influência ainda desfrutado pelas forças do *coronelismo*, como ocorria em boa parte do interior brasileiro. Em alguns casos, mesmo os indivíduos que a *priori* seriam indesejáveis ao serviço no Exército, por terem caído nas malhas do banditismo profissional, não estavam disponíveis por desfrutarem da proteção dos poderosos locais.<sup>305</sup> Estes tinham poder e influência o suficiente para mobilizar seus pequenos exércitos pessoais, atuando como autênticos *senhores da guerra* nas *revoluções* locais e contribuindo para a perpetuação da violência endêmica na região, tão claramente manifestada nas rebeliões

---

<sup>303</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 28, de 31 de dezembro de 1914. Telegrama do Departamento da Guerra de 23 daquele mesmo mês.

<sup>304</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 01, de 9 de janeiro de 1913.

<sup>305</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 30.

que caracterizaram a alternância política entre as décadas de 1890 e 1910. Com efeito, essas rebeliões faziam parte do estilo de vida dos mato-grossenses.<sup>306</sup>

A porção mais ruralizada do Estado pouco tinha a oferecer em termos de recrutas ao Exército, pelo fato de que naqueles espaços ainda reinava a força do tradicionalismo, do mandonismo local. Daí concluir-se que a maioria dos praças em serviço nos corpos da 13ª Região Militar, tal como ocorria com os oficiais, eram originários dos meios urbanos do próprio Estado ou então forasteiros, isto é, ingressavam nas fileiras em outros Estados, principalmente os do atual nordeste brasileiro, sendo posteriormente transferidos para a guarnição mato-grossense, muitas vezes na condição de “*exilados*”.<sup>307</sup>

A burocracia do Exército possuía reduzida capilaridade, o que influía na sua impotência diante das missões que lhe eram atribuídas, sobretudo no tocante à arregimentação de conscritos. Por essas razões, mesmo se desconsiderarmos o constante envolvimento de oficiais e praças nas revoluções e as grandes dificuldades com o transporte e em que pese o grande número de soldados e recursos militares deslocados para a região, era reduzida a capacidade de intervenção da guarnição federal de Mato Grosso nos conflitos internos daquela sociedade, que muitas vezes descambavam para a barbárie.

A intervenção federal nesses conflitos invariavelmente envolvia deslocamento de forças de outras guarnições para a região, até porque a confiança do governo nas tropas aquarteladas em Mato Grosso era quase nula. Mesmo a intervenção armada do governo federal brasileiro na Questão Federal Acre, levada a efeito no ano de 1902, envolveu deslocamento de forças militares aquarteladas nas guarnições sul-rio-grandenses.<sup>308</sup>

---

<sup>306</sup>CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 30.

<sup>307</sup> A esse respeito, vale destacar o caso de Totó Paes, que, em 1901, por intermédio de Joaquim Murinho, a época ministro da Fazenda, conseguiu que um recruta, que lhe devia e fugira de uma de suas propriedades rurais, fosse desligado do Exército para voltar à sua propriedade, onde costumava reduzir os trabalhadores à escravidão por dívidas. Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 264, e PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952, p. 374.

<sup>308</sup> O que explica a passagem do então terceiro-sargento Getúlio Dorneles Vargas pela cidade de Corumbá em 1902. McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 155. As unidades federais do Rio Grande do Sul utilizavam-se dos rios da Bacia do Prata para intervir na região.

#### 4.5 A SITUAÇÃO DOS PRAÇAS

Os praças não possuíam estabilidade na instituição. É interessante observar que certas infrações disciplinares, quando cometidas por oficiais, poderiam resultar em paternais admoestações, repreensões em boletim interno, prisões disciplinares de até 90 dias (muitas vezes cumprida em casa ou no próprio local de trabalho do militar). Para os praças, as mesmas infrações poderiam resultar em exclusão das fileiras, embora essa decisão dependesse das circunstâncias e do local onde se davam. Influía muito nessas decisões o discernimento do comandante, o “clima” interno do quartel, vínculos afetivos entre praças e oficiais ou a situação política.

Ressalte-se que a dependência dos praças em relação aos oficiais era considerável, uma vez que os graduados só alcançavam estabilidade – e conseqüentemente a possibilidade da reforma – <sup>309</sup> após pelo menos vinte anos de serviços com “*bom comportamento*”. <sup>310</sup> O afastamento do serviço ativo após tão pouco tempo de atividade, comparando-se aos padrões atuais, talvez se explique pelo fato de que na época a expectativa de vida era muito mais reduzida do que hoje em dia. No caso da reforma por invalidez, fosse o militar solteiro, podia ser recolhido ao Asilo dos Inválidos da Pátria, no Rio de Janeiro. Com efeito, alcançavam o direito de serem pensionistas do Exército, a meio soldo, até o fim da vida. Praças excluídos *a bem da disciplina*, isto é, por razões disciplinares, não podiam assumir cargo público, pois eram considerados incapazes para qualquer serviço.

A permanência dos praças na corporação dependia muito da boa vontade dos oficiais, ainda mais se considerarmos que o personalismo ainda era, como ainda hoje é, um aspecto marcante das relações entre oficiais e praças. Não era, portanto, incomum que praças com longos anos de serviços prestados fossem arbitrariamente licenciados após alguma desinteligência com um superior hierárquico ou mesmo por qualquer deslize provocado por escândalos como envolvimento com prostitutas, pessoas desqualificadas ou ainda bebedeiras. Dessa conclusão, é possível inferir duas observações importantes: 01) para alguns membros da corporação, o ingresso e a permanência era um ato genuinamente voluntário, em vista das “vantagens” pecuniárias oferecidas; 02) a exclusão disciplinar era uma constante ameaça, que

---

<sup>309</sup> Reforma era a maneira pela qual os militares da época se referiam à aposentadoria. Atualmente, usa-se o termo *reserva remunerada* para os militares de carreira, enquanto o termo *reforma* é atribuído aos militares afastados do serviço por algum motivo de saúde. Uma espécie de aposentadoria por invalidez.

<sup>310</sup> Isso também valia para os oficiais.



pesava sobre os ombros da soldadesca, constituindo decisivo instrumento de ação disciplinar.

311

O ambiente, marcadamente tenso no interior dos quartéis, tinha como pano de fundo a insegurança dos praças na corporação, as condições a que estavam submetidos, os constantes atrasos no pagamento dos soldos (quase sempre corroídos pela inflação), a estrutura hierárquica rígida, más acomodações nos quartéis e a aplicação de castigos físicos. Resultava dessa tensão latente antagonismos e ressentimentos entre oficiais e praças.

#### 4.6 AS CONDIÇÕES DOS QUARTEIS

As condições de acomodação e higiene dos quartéis da guarnição federal do Estado de Mato Grosso eram análogas às das guarnições de outros Estados, isto é, deixavam muito a desejar, quanto mais não fosse porque havia a intenção de selecionar jovens para cumprir um serviço militar na modalidade obrigatória – jovens esses que, ao contrário da experiência até então vigente, deveriam pertencer a classes sociais mais respeitáveis. Para o brasilianista Frank D. McCann:

Os soldados eram mal alojados. Muitos quartéis eram improvisados, com instalações sanitárias inadequadas. Em 1902, algumas unidades, como as de Curitiba, ocupavam propriedades alugadas, enquanto as do Recife aguardavam verba para poder construir seu quartel.<sup>312</sup>

Corumbá, sede da maior guarnição do Estado, era servida por quartéis construídos na época do Império, ou então por edifícios alugados e adaptados para essa finalidade. Nas décadas de 1900 e 1910, com a finalidade de contornar as limitações quanto às suas instalações, o comando militar regional procurou tocar um programa de construções militares e conserto dos antigos aquartelamentos da cidade, ainda que o orçamento destinado não tenha se mostrado suficiente para atender às demandas.<sup>313</sup> Nas demais guarnições do Estado, apenas Cuiabá, Campo Grande e Bela Vista apresentavam condições mínimas para receber tropas; nas restantes o Exército teria que contar com alugueis de edifícios ou mesmo com a boa

<sup>311</sup> Até 1908 havia prêmios em dinheiro para os voluntários quando assentavam praça e após o licenciamento.

<sup>312</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.112-113.

<sup>313</sup> Há uma ligeira descrição da situação dos quartéis em Corumbá no final da década de 1900 em AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1932, pp. 456-457.

vontade das autoridades municipais, o que não chegava a ser incomum como veremos nos próximos capítulos. Incluíam-se neste caso as cidades de Aquidauana, Ponta Porã e Porto Murtinho. A partir de meados da década de 1910, os quartéis de Cáceres, Cuiabá e Nioaque foram desativados, permanecendo semiarruinados e sendo guarnecidos por frações de tropa de pouco mais de dez homens, sob o comando de graduados.

Entre 1909 e 1914, foram construídos quartéis em várias localidades do Sul de Mato Grosso, como o quartel do 5º RAM, em Campo Grande, o do 17º RC, em Ponta Porã e o do 3º Regimento de Cavalaria Independente de Bela Vista, estas duas últimas localidades relativamente isoladas e de grandes dificuldades de acesso, pelo seu maior distanciamento em relação ao rio Paraguai, como do traçado da NOB.

Embora tenham sido encontradas poucas críticas contundentes à situação dos quartéis nos registros oficiais do comando militar de Mato Grosso – possivelmente por razões corporativistas – abundam inúmeras referências ao péssimo estado das casernas na imprensa corumbaense. Apesar disso, um diligente e incomum comandante regional que passou por Mato Grosso em 1910, apresentou um circunstanciado relatório sobre os quartéis de Corumbá em que afirmou que *inexistiam acomodações e requisitos indispensáveis a uma boa instalação* das suas unidades federais, avaliação que incluía até mesmo o Hospital Militar que ali funcionava. Esse mesmo oficial aludia ainda à “*carência de recursos e dificuldades administrativas que este estado de coisas acarreta*”.<sup>314</sup>

Outro comandante, em 1912, relatou que o 14º Regimento de Infantaria ocupava “*uma casa alugada e além de tudo velha e sem as condições requeridas para o fim a que é utilizada*” ainda que o seu quartel passasse por “*constantemente obras de adaptação que têm melhorado as condições de conforto do soldado e concorrido para o estado satisfatório que hoje apresenta*”.<sup>315</sup> No mês de maio do mesmo ano, aquele chefe militar acrescentou que na cidade de Cuiabá, capital do Estado, o velho edifício do Arsenal de Guerra e da Fábrica de Pólvora de Coxipó havia sido:

reformando, quase reconstruindo, (...), aproveitando as abandonadas máquinas desse Estabelecimento e da antiga Fábrica de Pólvora de Coxipó e mandado buscar na Europa novas máquinas; isso tudo apenas com os

<sup>314</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 40, de 10 de novembro de 1910.

<sup>315</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 15, de 21 de abril de 1912.

próprios recursos do referido Arsenal que tão sabia e economicamente dirige.<sup>316</sup>

Tendo visitado os prédios da 5ª Brigada Estratégica, do Hospital Militar, da Sociedade de Tiro da cidade, do 3º Batalhão de Infantaria de Posição, do 13º e 14º Regimentos de Infantaria e do depósito de materiais observou que as instalações militares de Corumbá eram:

(...) prédios pertencentes ao Ministério da Guerra os quartéis do 3º de Artilharia e 13º de Infantaria, estabelecimentos estes que, apesar de acanhados, velhos e impróprios, são, entretanto, dos melhores que na localidade se encontram, estando já há alguns anos ao serviço do Ministério da Guerra.<sup>317</sup>

Procurou amenizar a má impressão do seu relato sem ter conseguido, entretanto, deixar de revelar o péssimo estado dos quartéis:

Longe dos muitos recursos que favorecem os que mais aproximadamente se acham da Capital da República, em nada aliás essas unidades lhe são inferiores, nesse particular, gozando a força aqui aquartelada do *possível conforto relativo* oferecido pela nossa situação. Usando dos meios que me são facultados vou envidar esforços para que seja feito o suprimento do que falta às unidades da Região, indo assim ao encontro do desejo dos meus camaradas.<sup>318</sup>

Instalado na cidade de Campo Grande, o quartel do 5º RAM, construído entre 1909 e 1914, era um prédio formado por quatro pavilhões cobertos de zinco, com paredes feitas de madeira. Foi descrito por Valério de Almeida, memorialista local, como um “*verdadeiro pardieiro*”. Em fins da década de 1910, com o funcionamento do sorteio militar, chegou a abrigar anualmente cerca de 400 soldados, conquanto não apresentasse condições razoáveis de higiene e conforto, livrou-se “*de surtos epidêmicos que pudessem colocar a tropa em perigo*” “*graças à amenidade do clima*”.<sup>319</sup>

Data de maio de 1910 uma exposição sobre as condições que levaram à morte por asfixia de um soldado que cumpria prisão disciplinar em uma cela adrede à guarda do 13º Regimento de Infantaria. De acordo com o médico militar, chefe do Serviço de Saúde Regional, a morte do referido militar, tinha como causa a:

<sup>316</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>319</sup> ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de Outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 23.

falta de ar no referido xadrez, por ser este servido inicialmente por janelas de vidraças e ter um forro que por sua construção impedia a necessária e indispensável renovação do meio ambiente, o que tudo e ainda mais julgava agravado pela ausência de outras condições higiênicas e insuficiência de espaço para manter os 25 presos contidos aí.<sup>320</sup>

Das condições acima expostas, infere-se que, mesmo contando com efetivos deficientes em quase metade do que era previsto para guarnecer os quartéis da região, estes, ainda assim, apresentavam más condições de comodidade e higiene, o que certamente era agravado pela inclemência do sol e das altas temperaturas características das regiões ribeirinhas do Estado. Se assim se dava quando a corporação apresentava efetivos desfalcados, o que seria dos corpos da região quando o sorteio militar apresentasse seus primeiros resultados?

#### 4.7 A SAÚDE DA TROPA

Os engajamentos e reengajamentos também dependiam de um prévio exame de saúde. Seu resultado era transcrito nas *ordens do dia* da 13ª Região Militar. Podiam ser considerados “*aptos*” ou “*inaptos*”. Caso o interessado fosse considerado “*inapto*”, normalmente a razão dessa classificação aparecia nas ordens, ainda que, em alguns casos, fosse laconicamente registrada a expressão “*inapto*”.

Os voluntários e os soldados deveriam permanecer do Hospital Militar, em Corumbá, até a realização da inspeção, ainda que as unidades a que se destinassem não tivessem sede na mesma cidade. Ocorre que sendo Corumbá sede da maior guarnição federal do Estado, pressupunha a presença daquela unidade hospitalar para oferecer atendimento ao efetivo que lhe era correspondente. Por outro lado, as guarnições espalhadas pelas demais cidades mato-grossenses conviviam com uma falta crônica de médicos e enfermeiros, inviabilizando, portanto, a realização dessa praxe administrativa nas localidades afastadas da sede do comando.<sup>321</sup>

<sup>320</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 04 de maio de 1910. Esse *memorandum* deve ter causado grandes transtornos ao coronel Clarindo, já que o inspetor, engenheiro militar, interpretou essa ação como uma tentativa de denegrir a imagem dos engenheiros militares. Assim, o envio desse documento ao inspetor da 13ª RM iniciou uma série de conflitos entre esses dois oficiais que resultou na prisão do médico e no seu afastamento de Mato Grosso.

<sup>321</sup> Os regulamentos do Exército prescreviam a existência de enfermarias militares em todas as suas unidades. Entretanto, a falta de efetivos (médicos e enfermeiros militares) e de material inviabilizava o cumprimento desse dispositivo regulamentar.

A classificação de “apto para o serviço do Exército” era indispensável para a concessão do engajamento ou da verificação de praça. Com efeito, sendo uma etapa necessária para a concessão, ou não, do engajamento ou da inclusão na força (no caso dos voluntários), o deslocamento dos futuros soldados e dos graduados para Corumbá constituía uma prévia e necessária naqueles tempos. Não por acaso, a grande maioria dos engajamentos e das inclusões de voluntários se davam na sede do comando, onde funcionava a Junta Médica da 13ª Região Militar.

É difícil auferir a eficácia e até mesmo seriedade da Junta Médica da 13ª Região Militar, entretanto, é muito provável que a falta de efetivos determinasse um menor rigor na avaliação dos graduados e voluntários. A julgar pela experiência da Junta Médica que avaliou as condições físicas dos praças engajados na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial (1943-1945), adiantada em mais de trinta anos após o período em foco, esse procedimento carecia de maiores critérios e atenções. De fato, de acordo com o Professor Dennison de Oliveira, o reservista Gerd Emil Brunckhorst, mesmo tendo sofrido uma fratura no fêmur esquerdo – sendo, em decorrência, diagnosticado como portador de uma instabilidade no joelho correspondente<sup>322</sup> – afirmou que os exames pelos quais passou “*não poderiam ter sido mais sumários*”.<sup>323</sup> O exame a que foi submetido o reservista foi descrito como “*rápido e superficial*”, tendo sido posteriormente classificado como fisicamente apto e habilitado para servir na FEB.<sup>324</sup> Importa informar que o reservista Gerd Emil Brunckhorst foi incorporado no 9º Batalhão de Engenharia, com sede original na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.<sup>325</sup>

As avaliações médicas anuais também eram impostas aos oficiais, que deviam ser examinados por uma *Junta Militar de Saúde*. Entretanto, devido à sua estabilidade na instituição, os oficiais não dependiam do resultado desse exame para continuar no serviço ativo. Era muito incomum que os oficiais fossem considerados inaptos para o serviço ativo. Depreende-se que, no geral, a saúde dos praças era mais precária do que a dos oficiais. Além disso, é muito provável que a junta médica fosse menos rigorosa em relação aos oficiais, em detrimento dos praças.

---

<sup>322</sup> OLIVEIRA, Dennison de. *Os Soldados Alemães de Vargas*. Juruá Editora, 2008, p.126.

<sup>323</sup> *Ibidem*, p.129.

<sup>324</sup> *Idem*.

<sup>325</sup> *Idem*. Entretanto, convém referir que o reservista Gerd Emil Brunckhorst não chegou a ser empregado em combate, pois a instabilidade de seu joelho resultou em um grave acidente quando este saltou no interior de uma fossa séptica, tendo sido, em decorrência, afastado do serviço na linha de frente, p.133.

Em geral, quando apresentavam alguma “*moléstia grave*”, os oficiais eram encaminhados para a realização de tratamento mediante licenças, que poderiam durar de vinte a cento e vinte dias, ainda que o mais comum fossem licenças de trinta dias. Neste particular, os sargentos recebiam tratamento semelhante ao dos oficiais. Conquanto nem sempre os soldados enfermos apresentassem quadros clínicos mais graves que os dos oficiais nas mesmas condições, “*moléstias*”, que para um praça poderiam implicar em exclusão do serviço – constatação feita por meio da ubíqua sentença “*incurável e incapaz para o serviço do Exército*” – para um oficial, ou até para um sargento, resultavam em licença para tratamento custeada pelo governo, em geral em outro Estado.

Em maio de 1909, a junta médica da 13ª Região Militar avaliou um sargento-ajudante do 39º Batalhão de Infantaria do 13º Regimento da mesma arma, tendo-o diagnosticado com uma “*tuberculose pulmonar*”, considerada “*incurável*”, o que levou a mesma a considerá-lo “*incapaz para o serviço do Exército*”. Esse procedimento contrasta com o adotado em relação a um oficial que passou pela mesma junta, julgado “*sofrer de astenia pulmonar [diagnóstico muito comum entre os oficiais que serviam na 13ª Região Militar naquela época], curável e precisar de 90 dias para seu tratamento*”.<sup>326</sup>

As baixas por “*incapacidade física*” eram constantes e as condições físicas dos soldados muito sofríveis, o que não diferia do estado geral da tropa em âmbito nacional. O *jovem turco* Estevão Leitão de Carvalho, em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional*, no ano de 1913, caracterizou a situação encontrada em um grupo de jovens soldados recentemente incorporados às fileiras do Exército, afirmando que aquele contingente era composto, na sua quase totalidade, por homens analfabetos e sem profissão, sendo muitos os “*vadios criados sem pais*”, com organismos fragilizados por “*uma infância sem pão, passada à gandaia*”.

Partindo do referencial estabelecido por trabalhos antropométricos alemães, Leitão de Carvalho selecionou dados sobre os soldados considerados “*mais raquíticos*” ou “*menos aptos*” para o serviço militar. Eram onze recrutas, o que equivalia a 20,8% do total do efetivo à sua disposição. Provinham de vários Estados brasileiros (sobretudo do *Norte da República*) e apresentavam os índices evidenciados no Quadro III:

---

<sup>326</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 29, de 09 de maio de 1909.

Quadro III – Antropometria de um Grupo de Conscritos					
Recrutas	Idade	Altura (m)	Circunferência do tórax	Peso em KG	Estados
A	20	1,45	0,74	43,900	Sergipe
B	19	1,53	0,72	43,800	Alagoas
C	18	1,54	0,73	44,900	Bahia
D	18	1,55	0,80	51,400	Amazonas
E	20	1,55	0,82	48,300	Capital
F	18	1,56	0,75	46,500	São Paulo
G	23	1,57	0,71	44,100	Capital
H	16	1,60	0,75	50,600	Pernambuco
J	21	1,60	0,74	49,100	Pernambuco
K	19	1,63	0,78	48,900	R. G. Norte
L	17	1,64	0,76	47,100	Pernambuco

Fonte: A DEFESA Nacional, 10 dez. 1913, pp. 41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 111.

Destarte, dos onze recrutas analisados pelo articulista, apresentados ao serviço ativo do Exército no período de um ano, apenas um possuía a estatura média definida pelo referencial alemão, ou seja, 1,63 metro, e outro atingia a circunferência torácica definida como padrão mínimo (isto é, 0,82 metro). Resulta disso que dez indivíduos se encontravam abaixo do índice mínimo nos dois casos, representando mais de 90% do efetivo considerado.

Considerando ainda os onze recrutas, apenas dois tinham massa corporal superior a 50 quilos, havendo ainda dois com massa inferior a 44 quilos. Sobre esses dados, o jovem militar concluiu que:

Esses números seriam desoladores para nossa raça e valeriam por sua irremediável condenação, se representassem de fato o nosso tipo normal. Eles são porém o produto de uma seleção invertida, que deixando às várias profissões seus melhores elementos, trouxe às fileiras os que não acharam lugar certamente na vida (...).

Pode-se dizer que o tipo do homem robusto e de saúde é hoje excepcional entre os recrutas do Exército.

Como, pois, com tal matéria-prima formar soldados de porte marcial, destros no manejo das armas, resistentes às marchas e às fadigas do combate e a quem sobre energias para a luta corpo a corpo, à baioneta, com que se selam as vitórias?<sup>327</sup>

<sup>327</sup> A DEFESA Nacional, 10 dez. 1913, pp.41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, pp.111.

Entretanto, em terras mato-grossenses, as doenças e contágios eram distribuídos democraticamente entre os oficiais e os praças, refletindo as péssimas condições sanitárias, de alimentação e de acomodação da tropa, em geral, não muito diferentes do encontrado na maior parte da população do Estado. Havia doenças mais manifestas entre os oficiais, normalmente relacionadas a dificuldades respiratórias (como astenia pulmonar, bronquites asmáticas, tuberculose etc.), hérnias, problemas cardíacos (hipertensão arterial), atrofias musculares (reumatismos, artrites), complicações renais e escleroses (polinevrites, poliúria nervosa). Outras, como parasitismos (plasmodiose) e doenças sexualmente transmissíveis (blenorragia e sobretudo a sífilis) eram mais corriqueiras entre os praças. Os dois grupos também sofriam em decorrência de complicações gástricas, epilepsias, doenças hepáticas (decorrentes de consumo exacerbado de bebidas alcoólicas), tifos, caquexias, etilismos, malárias e, principalmente, doenças “de fundo palustre”, como o beribéri.

Em decorrência da falta de atendimento médico adequado, o agravamento desses quadros clínicos provocava o óbito de muitos militares. As obras empreendidas durante a construção das *linhas telegráficas* do Estado de Mato Grosso ao Amazonas, particularmente, também foram responsáveis por grande número de mortes de oficiais e praças, vitimados, na maior parte dos casos, pelo beribéri.<sup>328</sup>

Por sinal, o grande número de militares que sofriam com o beribéri preocupou a tal ponto as autoridades do Ministério da Guerra, que estes aprovaram uma proposta da 13ª Região Militar para a criação de uma enfermaria militar na localidade do Urucum, local que distava aproximadamente 20 quilômetros da sede daquele comando regional, nas imediações do maciço de mesmo nome, formação rochosa com 1065 metros de altitude. De acordo com o *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, o Exército e a Armada utilizavam, desde 1890, a propriedade rural de um imigrante italiano para o tratamento dos beribéricos, tendo conseguido curar centenas de militares. A mesma fonte nos informa que:

Em vista do favorável resultado, em 1910 o ministro da Guerra mandou que se efetuasse um contrato com os proprietários da fazenda, para receberem em tratamento nesse local todas as praças afetadas de beribéri. O local, onde ultimamente, foi construído um novo Hospital militar (sic), em substituição do primitivo, provisório, é incontestavelmente para o Governo uma escolha

---

<sup>328</sup> O Professor Carlos Martins relacionou essas ocorrências às más condições de trabalho e de vida dos militares na *Comissão de Linhas Telegráficas*, provocando baixas que atingiram cerca de 25% do efetivo nela empregado. Ver mais em MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 153.



feliz, sendo, por médio, o número de doentes de 80. Os médicos militares, da marinha e os clínicos civis têm remetido os seus doentes e reconvalescentes para Urucum, reconhecendo assim praticamente as propriedades salutareas do clima e das águas do Urucum.<sup>329</sup>

Por sua vez, o médico militar Leopoldo Felix de Souza, em artigo publicado no hebdomadário corumbaense *Tribuna*, era da opinião de que a solução para o caso dos beribéricos em Mato Grosso passava pela alimentação “*racional e substanciosa*” com a predominância de leite “*da melhor qualidade*” distribuída diariamente na localidade. Na opinião do articulista, a salubridade do clima e as boas condições de higiene apresentadas pela localidade proporcionavam uma rápida recuperação por parte dos militares internados na enfermaria do Urucum, donde concluía que a presença da guarnição militar federal em Corumbá dependia da existência daquela unidade de saúde:

(...) seria impossível a sua parada em Corumbá se não houvesse esta Enfermaria de beribéricos de Urucum, onde também tantas vezes vêm, por outras moléstias, degenerantes caquetizantes (sic), se restabelecer praças e oficiais do nosso Exército e Armada. As estatísticas dos mapas diários da Enfermaria, mostrando há anos o movimento das entradas e saídas de doentes polinevríticos de toda a forma, não deixam margem à contestação do que acima ficou dito: a impossibilidade do Exército ou Armada neste clima de Corumbá, sem um sanatório para os atacados de beribéri, incuráveis na própria zona infecciosa a despeito das melhores condições terapêuticas.<sup>330</sup>

O memorialista Aníbal Amorim também era um grande entusiasta da Enfermaria Militar do Urucum, para quem o “*clima petropolitano*” da região contribuía significativamente para a cura das doenças que atacavam dos habitantes de Corumbá, em razão da sua salubridade superior. É válido recordar que por essa mesma época as parcelas financeiramente mais abonadas da população carioca tinham o costume de se dirigir à região de Petrópolis, no interior do Estado do Rio de Janeiro, nas estações mais quentes do ano, procurando evitar as frequentes endemias de doenças tropicais que atingiam a então capital federal. Nesse sentido, Urucum representaria o que Petrópolis era para o Rio de Janeiro. Tinha, portanto, potencial para se tornar “*o seleiro de Corumbá*” caso houvesse “*homens, inteligentes e empreendedores, que saibam aproveitar as [suas] virtudes*”. Era imprescindível,

<sup>329</sup> ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p.348. A formalização do acordo de aluguel, “mediante pagamento da diária de cinco mil réis”, entre o Ministério da Guerra e os proprietários da Fazenda Urucum através de contrato foi registrada na Ordem do Dia nº 38, de 20 de outubro de 1910.

<sup>330</sup> JORNAL TRIBUNA, Corumbá, 01 abr. 1913, nº 313, pp.2-3.

portanto, construir naquela localidade uma enfermaria “*ainda mesmo que seja de alvenaria de taipa*” e que faltasse “*ao soldado o mais elementar conforto*”.<sup>331</sup>

No dia a dia, os convalescentes eram tratados e vigiados por “*meia dúzia de praças ali destacadas*” e mensalmente recebiam visitas dos médicos do Hospital Militar de Corumbá. Amorim entendia que essas medidas eram insuficientes “*para uma guarnição longínqua, onde o beribéri dizima uma boa parte da soldadesca, mal alimentada e muito trabalhada pelo clima e pela agrura do serviço*”.<sup>332</sup> Os doentes eram “*colocados sobre girões toscamente feitos*”. A alimentação fornecida aos pacientes pelo hospital era adquirida pela enfermaria junto a um fazendeiro da localidade.

Em que pesem as limitadas condições com que os serviços médicos eram oferecidos pela enfermaria do Urucum aos convalescentes, era generalizada a opinião de que o clima do lugar era “*tão benéfico*” que os “*praças que saem de Corumbá carregadas nos braços dos companheiros, para ali regressam, completamente curadas, em menos de um mês*”.<sup>333</sup>

Apesar dos bons resultados alcançados pela Enfermaria Militar do Urucum, os praças nela internados acabavam se envolvendo em infrações disciplinares, conflitos, tentativas de deserção, alcoolismo e insubordinação – causando dores de cabeça aos oficiais. Com o tempo, alguns praças passaram a simular a doença com a finalidade de se ausentar do serviço. Por essa razão, o contrato de aluguel do terreno em que funcionava a enfermaria, formalizado pelo Ministério junto ao fazendeiro Maximiliano Carcano,<sup>334</sup> foi subitamente cancelado pelo comandante da 13ª Região Militar em junho de 1914.<sup>335</sup> O referido comandante expressou sua insatisfação com os efeitos da Enfermaria do Urucum sobre a disciplina da soldadesca nos seguintes termos:

Tendo observado que as praças acometidas de beribéri, que baixam a enfermaria do Urucum, pouco ou nenhum resultado satisfatório colhem, pois muitos têm dado entrada ali diversas vezes outros permanecem longo tempo contraindo até moléstias de caráter grave, e parecendo que a ideia que ditou

---

<sup>331</sup> AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1932, pp. 451-452.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Ibidem, pp. 452-453. Convém esclarecer que os médicos daquele tempo, sobretudo os que atuavam nas regiões mais remotas do Brasil, desconheciam o fato de que o *beribéri* é uma polineurite derivada da carência de vitamina B<sub>1</sub> (*tiamina*). Em decorrência, os acometidos sofriam com distúrbios sensitivos e motores, especialmente de paralisia nos membros inferiores e problemas circulatórios, cardíacos e até no aparelho secretor.

<sup>334</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 12, de 20 de março de 1913.

<sup>335</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 30 de junho de 1914.

o estabelecimento daquela enfermaria não foi outra se não sujeitar as praças afetadas a um pequeno estacionamento ali, de modo a não agravar-se o mal, dando sê-lhes, então, outro destino de acordo com o aviso circular do Ministério da Guerra de 14 de Abril de 1910; considerando que tal estado de cousas não deve persistir, porquanto além de não produzir o efeito que seria para desejar, onera sobremaneira os cofres públicos; e considerando que, a investidura do cargo que exerço tem por objetivo cuidar, veladamente, não só pelo que diz respeito aos misteres profissionais, mas também aos interesses da União – a menos que não queira ser increpado (sic) por [incompreensível]; determino que d’ora em diante os Srs. facultativos que fazem serviço no Hospital tão logo reconheça em qualquer praça sintoma da referida moléstia devem dar disso ciência ao Sr. Dr. Chefe do Serviço de Saúde Veterinária, afim de que ele providencie sobre a imediata inspeção da praça, cuja ata será remetida a este Quartel General para fins convenientes.<sup>336</sup>

Nessa época, os chefes militares da 13ª Região Militar começaram a remeter os militares adoentados para Campo Grande, que se tornou um local de repouso preferencial. Daí por diante, as transferências, por motivo de licença médica, para os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e até para a Capital Federal foram se tornando mais raras.<sup>337</sup>

#### 4.8 A (IN)DISCIPLINA DA TROPA E OS CASTIGOS FÍSICOS

O estado disciplinar da tropa aquartelada era sofrível e literalmente tirava o sono dos oficiais. Incidentes envolvendo indisciplina eram frequentes, atos de desobediência pura e simples, comezinhos. Era grande o número dos praças que mensalmente entravam e saíam do Forte Coimbra<sup>338</sup> para iniciar ou por ter concluído pena de detenção por crime civil ou militar. A incidência dos pronunciamentos de soldados e graduados pela justiça civil sugere que alguns indivíduos implicados não manifestavam apenas dificuldades de adaptação à vida castrense, mas eram, em graus variados, antissociais ou até mesmo possuíam sociopatias. Por outro lado, é forçoso reconhecer que em muitos dos casos de indisciplina ou de conduta criminosa, relacionava-se ao fato de que o serviço arregimentado nos quartéis matogrossenses era uma punição informal dentro do Exército, aplicada aos praças e graduados oriundos de outras guarnições federais.

<sup>336</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 21, de 20 de junho de 1913.

<sup>337</sup> Para alguns oficiais em serviço arregimentado em Mato Grosso, o diagnóstico de beribéri apresentava uma oportunidade de se verem livres do “exílio”, já que muitos eram autorizados a convalescer na região sul do País ou mesmo no Rio de Janeiro, em gozo de licença médica.

<sup>338</sup> O Forte Coimbra, além de abrigar uma bateria do 3º Batalhão de Artilharia de Posição, funcionava igualmente como um presídio militar.

Importa mencionar que, conforme os regulamentos militares, penas superiores a dois anos de prisão implicavam no desligamento automático dos militares. As penas inferiores eram cumpridas em prisões militares, como era o caso de Coimbra, para onde eram enviados muitos praças.

Nem todos os praças implicados em transgressões e pequenos delitos eram disciplinados com tanto rigor. No cotidiano dos quartéis, a resposta dos oficiais aos atos de indisciplinas, desobediências, infrações e crimes era a chibata ou a prancha da espada. Desde o Império, o que foi confirmado pelas leis republicanas, havia proibição ostensiva a aplicação de castigos físicos. Por essa razão, os registros burocráticos do Exército brasileiro – dentre os quais estão incluídos os boletins e as ordens do dia do 7º Distrito Militar/13ª Região Militar – não apresentam quaisquer referências a essas práticas, as quais, entretanto, eram corriqueiras, a dar confiança aos registros dos memorialistas militares.

A explosão da revolta dos praças da Armada em 1910, sugestivamente conhecida como *Revolta da Chibata*, evidencia o emprego recorrente a esse recurso disciplinar ilegal, pois uma das mais expressivas reivindicações dos baixos escalões da Armada foi a abolição das chibatadas nos conveses dos navios da força.<sup>339</sup>

Por analogia, é possível concluir que nos quartéis do Exército, especialmente na guarnição federal de Mato Grosso, as tensões e os conflitos entre praças e oficiais levavam os dois polos dos escalões hierárquicos a atitudes extremadas. Entretanto, é forçoso reconhecer que não foram encontrados registros documentais (fossem do Exército brasileiro, fossem nas páginas dos periódicos mato-grossenses de época) da ocorrência de castigos físicos nas unidades acantonadas no Estado. Demerval Peixoto, general que serviu como soldado nas décadas iniciais do século XX, no Rio de Janeiro (na época, a maior cidade brasileira), publicou um importante registro sobre as práticas disciplinares da instituição na época:

Começava a cena sem quaisquer preâmbulos. Um preto voluntário fora colocado por dois cabras na frente dos demais soldados em semicírculo. Estava seminu e com aspecto de dura noitada, depois de grande borrasca alcoólica, passada no piso frio e soturno da enxovia celular. Nem palavras nem ordens. Tão pouco quaisquer explicações sobre o que iríamos

---

<sup>339</sup> Apesar da confirmação da abolição dos castigos físicos em princípios da República, por iniciativa dos próprios oficiais do Exército, seus colegas da Armada fizeram-nos voltar atrás. Cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Entre o Convés e as Ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 315-342. Ver mais a respeito em: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

presenciar... O clarim-mor recebia as varas das mãos de um cabo e ia castigando, cruelmente, o desgraçado voluntário. Cada vergastada, assoviando no ar, cortava o silêncio sob a estupefação de todos e enroscava-se no dorso robusto do soldado. Resistia apenas o infeliz com ligeiras contorções do tórax e surdos gemidos, ao receber as navalhadas pelas pontadas finas que se quebravam nas suas costelas... O feixe não estava todo utilizado quando o castigado dera um ronco e jogara-se de joelhos para logo projetar-se pesadamente no solo... Na porta do alojamento um “tarol” da banda ruflava para abafar os gritos ou gemidos que não deveriam ser ouvidos... o que não ouvimos... mas víamos bem de perto. O capitão queimava um charuto, calmamente, olhando com descaso o desgraçado voluntário defensor da República que na véspera embebedara-se e roubara o relógio de um civil. Um banho de “salmoura” nas costas do infeliz, ali mesmo no local onde tombara, completara o ato.<sup>340</sup>

Desde pelo menos 1910, o comando da guarnição federal de Mato Grosso tinha autorização para transferir os praças mais avessos à vida militar para o 5º Batalhão de Engenharia,<sup>341</sup> unidade subordinada ao comando do então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que, à época, coordenava a Comissão construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.<sup>342</sup>

Um mês após a referida autorização, dois soldados e um cabo corneteiro<sup>343</sup> do 17º Regimento de Cavalaria (Ponta Porã) foram transferidos para o 5º BEa *bem da disciplina*.<sup>344</sup> Pelo mesmo motivo, ainda no mês de junho, um terceiro-sargento e outro soldado tiveram o mesmo destino.<sup>345</sup> Entre 1907 e 1916 o comando militar regional recorreu muitas vezes a esse expediente (o que leva a crer que muitos comandantes recorriam a esse expediente antes mesmo de haver qualquer autorização expressa do Ministério da Guerra).

Mensalmente, os boletins da 13ª Região militar registravam mortes, doenças e incapacitações físicas que afligiam os militares envolvidos no serviço nas obras das linhas telegráficas no noroeste de Mato Grosso. Nessas condições, até mesmo os oficiais tentavam se evadir desse destino, como é possível observar no excerto abaixo:

<sup>340</sup> PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, pp.208-209.

<sup>341</sup> Doravante 5º BE.

<sup>342</sup> O coronel Onofre Moreira de Magalhães, inspetor da 13ª RM, informou a todos os corpos aquartelados em Mato Grosso que estava, a partir daquele momento (23 de maio de 1910), “*autorizado a transferir para o 5º Batalhão de Engenharia, afim de servir na Comissão de Linhas Telegráficas, as praças incorrigíveis dos corpos desta Região*”. 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 23 de maio de 1910.

<sup>343</sup> Praça responsável por tocar esse instrumento, usado para demarcar os horários e rotinas de um quartel: alvorada, café da manhã, início de expediente, parada para o almoço, fim do expediente etc.

<sup>344</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 23, de 23 de junho de 1910.

<sup>345</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 26, de 30 de julho de 1910.

Mandei recolher preso ao Quartel do 14º Regimento de Infantaria o 1º Tenente do 5º Batalhão de Engenharia Sebastião Pinto da Silva, à ordem do Sr. General Chefe do D.G., porque tendo tido ordem de reunir-se, o quanto antes, ao seu corpo em 16 de Maio ultimo, conforme determinou o sr. General ministro da Guerra, deixou de o fazer, desobedientemente, não obstante dispor para isso, no mínimo, de duas conduções regulares. O mesmo oficial ficará nesta situação até embarcar, devendo o Regimento fazê-lo acompanhar até a bordo, por um oficial, o qual só se retirará no momento de zarpar o navio que tiver de conduzi-lo.<sup>346</sup>

Com efeito, muitos soldados transferidos para os trabalhos nas linhas telegráficas estavam classificados dentro do grupo dos “incorrigíveis”, isto é, daqueles que nem mesmo os castigos físicos eram suficientes para mantê-los dentro do enquadramento disciplinar da caserna. Comprimidos pela carência de efetivos, insuficiências materiais, inospitalidade, grandes distâncias em relação à sede do comando militar regional, e principalmente, da capital da república, para os oficiais engajados nessas atividades, a rotina do serviço e o perfil dos soldados que compunham o grupo de trabalho na Comissão de Linhas Telegráficas impunham tratamento ancorado em uma disciplina rigorosa, em que o recurso à coerção física era o principal argumento. Amílcar Botelho de Magalhães e Cândido Mariano Rondon, ainda que moralmente contrariados, estavam entre esses oficiais:

Muitos de nós (...), pelo feito e pela concepção da dignidade humana (...) imaginávamos mil formas de o evitar (...) depois de reconhecer inúteis e improdutivos todos os outros processos; examinando a índole de certa espécie de homens, que era impossível expulsar do serviço, porque escasso era já o pessoal preciso para os trabalhos, forçados a utilizar o elemento mau e a evitar a contaminação do elementos bom: a fazer votos íntimos para que, pelo bem, pelo exemplo e pelo sentimento, fosse possível sempre obter a obediência, a disciplina e o trabalho útil e regularizado; a pregar sermões inúteis (...) no desespero do amor próprio em xeque; a maior parte de nós (...) tomávamos do dilema a ponta que antes condenávamos e, ao contrário das teorias belas, mas inaplicáveis, com as quais nem obtínhamos o serviço e a disciplina, nem salvávamos a moralidade de nossa autoridade, enveredávamos pela aplicação do castigo corporal, contrariados, mas vencidos pela eloquência dos fatos.<sup>347</sup>

<sup>346</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 26, de 30 de julho de 1910.

<sup>347</sup> MAGALHÃES, Amílcar Botelho. *Impressões da Comissão Rondon [Episódios Inéditos ou Pouco Conhecidos Ocorridos Durante as Explorações e nos Acampamentos da Comissão]*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1929, pp.35-36. Apud MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, pp.159-160.

Obviamente, o envolvimento direto de oficiais superiores com a aplicação informal da disciplina era bastante incomum, dado o seu distanciamento funcional desses assuntos mais comezinhos. Cabia, portanto, aos oficiais subalternos e principalmente aos praças graduados a aplicação dos castigos físicos. Entretanto, é certo que esses militares contavam com o apoio tácito e informal dos seus superiores quanto a esses procedimentos. Nesse sentido, a ausência de registros a respeito dos castigos físicos resulta da sua natureza ilegal e, fatalmente, a publicidade sobre esses atos restringia-se aos muros das guarnições federais espalhadas pelo Estado de Mato Grosso.<sup>348</sup>

Ainda assim, convém mencionar que a recorrência com que ordens do tipo “*castigue*” e “*castigue severamente*” eram registradas nos boletins constituem fortes indícios de que a instrumentalização disciplinar da coerção física era chancelada pelo alto comando da instituição. É claro que praças graduados e oficiais faltosos não eram punidos com o mesmo rigor e as palavras usadas na caracterização das penalidades eram diferentes. No caso dos soldados, a ambiguidade era proposital, pois não comprometia o oficial emissor da ordem, como pode ser observado no registro a seguir: “*Mandei que a 5ª Brigada castigasse severamente o soldado do 13º Regimento de Infantaria (...) por ter se ausentado do serviço em que se achava no Hospital Militar*”.<sup>349</sup>

Há poucas referências a castigos físicos nos registros da 13ª Região Militar. Um dos poucos casos expostos foi aparentemente coibido pela autoridade militar que respondia pelo comando regional:

Havendo o Senhor Capitão Octaviano de Souza Gomes, mandado abrir inquérito de um fato de que tem ciência e consciência de estar sob a ação jurídica deste Comando e portanto talvez responsabilizado, parece ter se servido de tal artifício para anarquizar as averiguações policiais que mandei fazer e escapar-se da responsabilidade que por ventura possa atingi-lo; tal procedimento capcioso, dando uma cópia bem triste da capacidade intelectual e de comando de que é ornado o repreendo severamente e determino que fique de nenhum efeito o ato de nomeação do inquérito das duas praças constantes de seus ofícios nº 782 e 783 ambos de 30 do mês

<sup>348</sup> Cesar Maximiano demonstra que a coerção física não desapareceu completamente do conjunto das ações disciplinares do Exército após o advento do sorteio militar. O autor nota que em plena Segunda Guerra Mundial, o general Zenóbio da Costa, comandante de uma das brigadas da FEB, aconselhou os seus subordinados a estaquear soldados indisciplinados. Cf. MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da Memória: brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, pp. 70-71. Entrevista concedida ao autor em São Paulo no ano de 1999, p. 315.

<sup>349</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 20 de maio de 1913.

findo. *Outrossim, determino que esse qualquer castigo infringido às ditas praças por aquele Comando arbitrado, as quais se acham na Enfermaria pelo fato criminoso de que tive denuncia e mandei abrir inquérito.*<sup>350</sup>

É possível que esse caso tenha chamado a atenção do comandante pelas suspeitas de que o referido oficial tenha tentado “*anarquizar as averiguações policiais*” sobre o fato e porque as possíveis vítimas da sua ação truculenta foram encaminhadas à enfermaria da unidade, denotando excessiva violência.

Surpreendentemente, os registros de deserção nos documentos da 13ª Região Militar não eram muito comuns. Pela legislação então vigente, essa infração disciplinar deveria ser apenada com até seis meses de detenção. Em situações normais, ou seja, em épocas em que não havia conflagrações internas na região, era mais frequente a deserção por parte de soldados, anspeçadas e cabos. Em condições normais, oficiais e praças dificilmente desertavam.

Essa situação contrasta com as tendências mais gerais do Exército brasileiro naquela época, pois a instituição convivia com altas taxas de deserção. O grande número de forasteiros que serviam nas guarnições federais de Mato Grosso deve ter contribuído de forma ponderável para esse diferencial.<sup>351</sup> As maiores taxas de deserção eram verificadas em alguns setores específicos da guarnição, como no serviço de construção das Linhas Telegráficas e na prisão militar do Forte Coimbra. O Professor Carlos Martins observou, por exemplo, que o índice de deserções nas Linhas Telegráficas chegou a 10% do efetivo de praças empregado naquele serviço.<sup>352</sup> Vale ressaltar que essas regiões (Corumbá, Coimbra e noroeste de Mato Grosso) eram cercadas por densas florestas, o que deveria desencorajar o absenteísmo por parte dos praças. Nessas condições, distanciar-se dos núcleos urbanos da região poderia se revelar extremamente arriscado.

Considerando-se que ser praça do Exército e da Armada poderia ser considerado uma punição, servir em Mato Grosso na condição de praça constituía uma punição dentro da

<sup>350</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 15, de 05 de maio de 1910. Grifos meus. Embora não esteja muito claro o que de fato ocorreu, é certo que houve algum tipo de agressão com objetivo disciplinar.

<sup>351</sup> Hendrik Kraay notou que a guarnição do Exército na província da Bahia, na segunda metade do século XIX, apresentava altos índices de deserção em razão do fato de que muitos praças eram nativos da região do Recôncavo Baiano (arredores da cidade de Salvador), para onde se evadiam com frequência. KRAAY, Hendrik. “O Cotidiano dos Soldados na Guarnição da Bahia (1850-89)” In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.241.

<sup>352</sup> MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p.153.



punição.<sup>353</sup> Os praças transferidos para essa região, desembarcavam no porto de Corumbá estigmatizados, como é possível depreender a partir das observações do comandante da 13ª Região Militar a respeito de um segundo-sargento, punido com rebaixamento por 60 dias e prisão por 25 por ter sido flagrado em estado de embriaguez “*pelas ruas da cidade [de Corumbá]*”. O referido oficial reafirmava o caráter punitivo do serviço arregimentado na região ao se lamentar pelo fato de que aquele praça dava:

tão triste atestado de sua conduta, no dia mesmo do seu desembarque nesta guarnição, o que me leva a crer que a sua vinda para esta Região prende-se a transgressões, como as que vem de cometer, é bom que saiba porem, que agirei de acordo com a lei no sentido de expurgar do Exército, que é uma escola de educação, aqueles que não trepidam enxovalhar a farda que vestem.<sup>354</sup>

A maior parte das detenções eram aplicadas pelos comandantes de unidades (batalhões, regimentos, baterias) e subunidades (esquadrões ou companhias), atingindo sobretudo militares de menor graduação (soldados, anspeçadas e cabos). Fazia parte dos costumes do Exército anistiar militares encarcerados por infrações de menor gravidade em datas festivas, como o dia do aniversário da Batalha de Tuiuti. Praças reincidentes em transgressões disciplinares eram declarados *incorrigíveis*. O último recurso para lidar com os praças *incorrigíveis* era a exclusão disciplinar das fileiras.

Muitos praças sofriam prisões preventivas e quando detidos, mesmo que fosse apenas para “*averiguações*”, ficavam sem receber vencimentos (soldo e gratificações). Em caso de condenação, pela justiça militar ou civil, os presos sentenciados não tinham “*direito a soldo e gratificação durante o tempo de prisão*” e os praças presos “*sem cláusula*” eram obrigados a cumprirem o “*serviço que lhes tocar por escala*”.<sup>355</sup> Em caso de absolvição, os praças tinha direito à restituição de vencimento e a frequência com que pedidos nesse sentido eram feitos revela que muitos conheciam seus direitos. Ressalte-se que muitos condenados também solicitavam restituição de vencimentos atrasados não percebidos durante o período de cumprimento da pena.

<sup>353</sup> FERREIRA, Bruno Torquato Silva. *Apontamentos para uma Leitura da Presença Militar no Antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009, p.141.

<sup>354</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de outubro de 1913.

<sup>355</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 30, de 14 de maio de 1909. Resposta do Chefe do Estado-Maior do Exército à consulta feita pelo comandante do 7º Distrito Militar, então extinto, de 14 de outubro de 1908.

A disciplina imposta aos praças, principalmente aos de menor graduação, era bastante severa. Razão pela qual muitas punições não tinham relação com insubordinação ou atos violentos. Praças flagrados fora do horário de serviço sem uniforme, que não usassem bigodes (obrigatório de acordo com os regulamentos da época) ou em situação julgada inconveniente com a situação de militar, poderiam ser detidos pelas patrulhas do Exército, da Armada ou mesmo da Força Pública que circulavam pelas municipalidades mato-grossenses. Com efeito, muitas punições resultavam de pequenos deslizes cometidos pelos jovens militares. Outro grande motivo de retaliação disciplinar se relacionava à proibição de contrair matrimônio, sem a autorização dos seus comandantes, imposta aos praças. Em decorrência, muitos soldados, anspeçadas, cabos e inclusive sargentos eram punidos quando constatado que haviam incorrido nesse delito.

#### 4.9 A FORÇA DE UMA TRADIÇÃO SETECENTISTA: ASPECTOS DAS RELAÇÕES ENTRE OFICIAIS E PRAÇAS

Em princípios do século XX, o Exército brasileiro, em que pesem as reformas e modernizações até aqui referidas, era uma estrutura social arcaica. Preservava aspectos setecentistas no tocante às relações internas da instituição. A expressão *setecentista* quer aqui significar que as relações entre os militares eram caracterizadas por razoável distanciamento, elevado grau de protocolos sociais e, sobretudo, arbítrio e truculência no relacionamento entre os extremos do escalão hierárquico, isto é, entre os oficiais e os praças.

Importa referir que desde a época da formação dos exércitos modernos, o *status* dos praças, sobretudo dos soldados rasos, era o que havia de mais baixo e degradado no universo das sociedades em que então se formaram. O surgimento da hierarquia nos exércitos europeus ocidentais, que acabaram por servir de molde para a maioria dos exércitos atuais, resultou de um amplo processo de imposição da autoridade real em face de uma nobreza que via o seu poder gradual e inexoravelmente declinar. Os setores da nobreza que confrontaram os exércitos reais, via de regra, foram derrotados, submetidos e até eliminados fisicamente. Entretanto, muitos nobres foram cooptados pela monarquia e inseridos, na condição de funcionários, na administração real.<sup>356</sup>

---

<sup>356</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização* (vol. II). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, pp. 115-116.

Grupos numericamente importantes da nobreza ingressaram nos exércitos reais, tendo contribuído indelevelmente para a transmissão de valores aristocráticos para o interior das fileiras daqueles exércitos ainda incipientes. De fato, não havia carreira militar e tampouco profissionalismo. O ofício das armas era apenas uma atividade diletante a que a nobreza se dedicava, com variadas intensidades de comprometimentos, do mesmo jeito que se entregava ao carteadado, ao galanteio de mulheres, aos duelos de espada e pistola e mesmo às competições simbólicas em torno da figura do rei nas cortes europeias.<sup>357</sup>

Muitos nobres oficiais atuavam ao mesmo tempo como cortesãos do rei.<sup>358</sup> Nesse grupo estavam incluídos os grandes cabos-de-guerra Turenne, Belle-Isle e Schomberg, destacados líderes militares da época moderna. Desse modo, no século XVIII, em face da concorrência da ascendente burguesia pelos cargos disponibilizados na estrutura estatal absolutista, houve uma grande reação por parte da nobreza no sentido de criar uma reserva de ofício, tornando-se o oficialato um privilégio exclusivo da nobreza. Dentre os exércitos que passaram por esse processo, encontra-se o português.

Por outro lado, os escalões inferiores dessas formações militares absolutistas eram ocupados por elementos das camadas plebeias, sobretudo pelos mais baixos extratos sociais. De fato, o ofício das armas, ao contrário do que ocorria com os oficiais, não se mostrava muito atraente para muitos súditos dos reis europeus. Desse modo, era expressivo o número dos súditos europeus recrutados à força para o preenchimento dos *claros*. Resulta disso que nos exércitos do Antigo Regime se encontravam os extremos das sociedades: nobres e plebeus dos mais baixos extratos sociais. O relacionamento entre os oficiais e praças dos exércitos absolutistas era, portanto, marcado por grande distanciamento social. Desentendimentos, eventuais reivindicações e conflitos eram resolvidos com o recurso à coerção física e às inúmeras modalidades de castigos físicos por parte dos oficiais.<sup>359</sup>

Herdeiro da tradição militar portuguesa, o Exército brasileiro manteve em suas rotinas e procedimentos aspectos societários das organizações militares do Antigo Regime – principalmente no tocante ao relacionamento entre os ocupantes dos diferentes escalões hierárquicos. Embora as reformas da década de 1850 tenham aberto à carreira do oficialato,

---

<sup>357</sup> Sobre esse aspecto ver ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>358</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1996, pp. 23-30.

<sup>359</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 25-26.

em seus ramos técnicos (sobretudo nas armas de artilharia e engenharia), ao ingresso de numerosos candidatos oriundos dos extratos sociais intermediários e baixos da sociedade brasileira, o relacionamento entre oficiais e praças manteve uma profunda clivagem social.

Mesmo não tendo e nem mantendo quaisquer vínculos políticos ou sociais com a aristocracia ou com a camada senhorial, os oficiais brasileiros reproduziam em sua rotina de trabalho uma estrutura hierárquica que mantinha rígida distância entre seus componentes, segregando os praças do seu convívio social, tratando-os, muitas vezes, com arbitrariedade, recusando-lhes direitos e impondo-lhes a sujeição a uma disciplina draconiana nos quartéis. Considerando-se a estrutura escravista que cercava e sustentava a instituição, a analogia da situação dos praças, particularmente dos soldados não graduados, com a escravidão não era fortuita.

Até o início do século XX a disciplina nos corpos e nos navios das forças armadas brasileiras era regida pelos *Artigos de Guerra do Conde de Lippe*, originalmente publicado em 1763. Constituíam um arrazoado contendo descrições acerca das transgressões disciplinares e as punições atinentes, as quais incluíam desde trabalhos forçados, prisões “*rigorosas*” até castigos corporais, manifestados em pancadas com a prancha das espadas, arcabuzamento<sup>360</sup> e pena de morte. Dos 29 artigos que compõem o documento de Lippe, ao menos 9 contêm a possibilidade da aplicação da pena capital.

Entretanto, os registros indicam que no cotidiano dos corpos do Exército, a aplicação de surras e outras coerções físicas faziam parte da rotina.<sup>361</sup> Nesse sentido, o *marche-marche* – marchar sem descanso por horas a fio –, os golpes de palmatória nas mãos ou nos pés, o confinamento isolado a pão e água<sup>362</sup> ou a suspensão da refeição diária eram instrumentos constantemente acionados para a disciplinarização dos soldados, como exemplifica a ordem do dia abaixo:

Determinei que o 3º Batalhão de Artilharia transferisse do xadrez para a célula por 8 dias, com a supressão do almoço, o soldado preso para sentenciar Pedro Bezerra da Silva, por ter se embriagado, promovido

---

<sup>360</sup> “*Argola de ferro que se adaptava ao tornozelo do condenado, à qual se prendia uma corrente*” In.:CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, pp. 126-128.

<sup>361</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 112.

<sup>362</sup> PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, pp. 108-112. Em campanha aplicava-se o “*estaqueamento: o infrator, deitado de costas, pernas e braços abertos, era amarrado a estacas fincadas no chão defronte às tendas.*”

algazarra, perturbando o silêncio, quando na Enfermaria do Urucum se achava em tratamento.<sup>363</sup>

Lidos aos recrutas, quando da sua incorporação, os *Artigos de Guerra do Conde de Lippe* constituíam uma reminiscência das forças armadas portuguesas. Dionísio Cerqueira, veterano da campanha contra o Paraguai, registrou um esclarecedor testemunho sobre as fortes impressões causadas pela leitura do referido código disciplinar:

Segui para a Praia Vermelha com outros recrutas, todos das camadas mais baixas da sociedade. Compreendi, então, a sobranceira com que os mártires cristãos afrontavam a cólera da turba de pagãos na arena ensanguentada do anfiteatro de Flávio. Era o entusiasmo da fé. Não tinha laço algum a me prender ainda à vida militar e, se quisesse, nada mais fácil do que me libertar daquilo que me parecia humilhação; mas não só estava resignado, como me sentia satisfeito de já estar sofrendo pela minha pátria. Chegando à Praia Vermelha fomos apresentados ao oficial de estado. Subimos à secretaria do batalhão, onde juramos a bandeira, depois de lidos os 29 artigos de guerra do Conde de Lippe. O ato, longe de ter a solenidade que eu esperava e que ainda hoje acho que o deve decorar, passou-se em tom jocoso-sério, porque o oficial que lia os célebres artigos, mirava-me de soslaio, com ar de mofa, como que dizendo: – “Vê, desgraçado, o que te espera”.<sup>364</sup>

Legislação à parte, o autoritarismo e a arbitrariedade eram as marcas registradas, tratamento conferido pelos oficiais aos praças. Em muitos casos, as punições eram represálias dos chefes aos seus subordinados em função de contrariedades pessoais sofridas no dia a dia dos quartéis. Por sinal, resalte-se que o personalismo nas relações entre oficiais e praças se manifestava inclusive na confecção dos registros administrativos, escritos em primeira pessoa. Nas décadas de 1910 e 1920 houve um esforço institucional por parte do Exército para adaptar os códigos e práticas disciplinares à realidade a ser instaurada pelo sorteio militar. Nesse diapasão, o *Código Penal Militar*, o *Regulamento Disciplinar do Exército* (RDE) e *Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos* (RISG) vieram substituir as truculências legais dos *Artigos de Guerra do Conde de Lippe*<sup>365</sup>. O objetivo explícito dessas mudanças refletem os ânimos das lideranças militares brasileiras quanto ao objetivo de alterar a imagem

<sup>363</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 20 de maio de 1913.

<sup>364</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai(1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.50. O autor era então aluno da Escola Central, único curso de engenharia existente no País e havia seguido o exemplo dos demais colegas ao procurar se alistar para seguir para frente de batalha em janeiro de 1865. No entanto, como se observa, passou por uma série de “humilhações” até conseguir alcançar o seu intento.

<sup>365</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 29.

do Exército como instituição punitiva.<sup>366</sup> Urgia alterar a imagem do soldado brasileiro e, por extensão, do próprio Exército e dos oficiais que o comandavam.

#### 4.10 O PERSONALISMO DOS OFICIAIS E A INSEGURANÇA DOS PRAÇAS NA INSTITUIÇÃO

Na 13ª Região Militar, a maneira pela qual os comandantes militares se dirigiam aos seus subordinados denota um grande poder de interferência na sua rotina diária, inclusive no seu regime alimentar. Muitas ordens de reclusão em célula prisional a meia ração eram impostas aos soldados indisciplinados e mais resistentes ou infensos aos aspectos comezinhos da vida militar.

De fato, a ação discricionária dos oficiais sobre os praças era inegavelmente constante. É possível que, em locais mais distantes dos principais centros urbanos brasileiros, onde a opinião pública era menos atuante, como nas guarnições federais mato-grossenses, o arbítrio fosse ainda mais manifesto. Os praças dependiam dos oficiais no tocante aos *engajamentos* e *reengajamentos* nas fileiras<sup>367</sup> e às promoções funcionais.<sup>368</sup> Compadrios, assédios, barganhas e chantagens, evidentemente, constituíam elemento essencial da *economia moral* no relacionamento entre oficiais e praças. Em 1910, por exemplo, um oficial foi denunciado por assédio sexual a um praça, uma importante evidência da amplitude da dependência funcional dos setores mais subalternos do Exército em relação aos chefes:

Tendo o Tenente-Coronel Joaquim Gomes da Silva, Comandante interino do 15º Regimento de Infantaria [Nioaque], submetido à minha consideração um inquérito policial que mandou proceder para sindicância de fatos ocorridos naquele Regimento e tendo verificado cabalmente por esse inquérito, que o 2º Tenente José Clarindo de Queiroz, procurou atentar contra o pudor de um seu subordinado— o soldado do mesmo Regimento Joaquim Sant’Anna da Costa —, e induzi-lo, com promessas falazes de promoção, à pratica de atos libidinosos, contrários à natureza e à própria dignidade humana, reprimindo severamente esse oficial, por este seu procedimento indecoroso e vil, tão

---

<sup>366</sup> BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 29. Ressalte-se que a perspectiva expressa pelo autor, na referida obra, não é a mesma deste trabalho.

<sup>367</sup> Após o período inicial de serviço militar (que poderia durar até um ano e meio) a permanência dos praças no Exército passava a ser regulada por contratos de trabalho que poderiam durar de um a três anos. O primeiro contrato era chamado de *engajamento* e os contratos subsequentes eram chamados de *reengajamentos*.

<sup>368</sup> As graduações subsequentes a de soldado eram as de anspeçada, segundo e primeiro cabo, furriel, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e sargento-ajudante.

contrário ao nobre preceito da honra e disciplina militares, e chamo sua atenção para os dispostos (...) pois ao em vez de tratar seus subordinados “com todas as considerações devidas à homens dignos”, procura arrastá-los para a desonra e para o vício, com o intuito de satisfazer seus desejos perversos e bestiais.<sup>369</sup>

Ainda que Lei do Sorteio Militar de 1908 prescrevesse a sua imediata aplicação, a dependência dos voluntários persistiu até meados da década seguinte. Pela legislação da época, os voluntários poderiam permanecer no Exército por até três anos, ao final dos quais os interessados poderiam solicitar sucessivamente engajamento e reengajamento por períodos de tempos variáveis entre um e três anos. Para soldados, anseçadas e cabos, as graduações mais baixas do Exército, os contratos de trabalho dificilmente ultrapassavam dois anos. Os sargentos, por sua vez, quando reengajados, em geral assinavam contratos de trabalho por até três anos.

O recrutamento dos civis e ex-praças e os engajamentos dos praças eram atribuições e prerrogativas dos comandantes das unidades (batalhões, regimentos, grupos de artilharia etc.), entretanto, autoridades superiores – como generais e comandantes regionais – também interferiam no processo, influenciando igualmente com maior frequência nas promoções dos praças. Nesse sentido, todo o processo deveria resultar de soluções negociadas entre os comandantes de unidades e os comandantes regionais, além de depender do aval do Ministério da Guerra, até porque as autoridades superiores poderiam invalidar decisões tomadas pelos primeiros.

Até o início do século XX, os critérios de engajamento e reengajamento eram pouco precisos – personalismos e arbitrariedades condicionavam os procedimentos administrativos, entretanto, os ajustes do Exército às novas condições trazidas pelo funcionamento do sorteio levaram as autoridades militares brasileiras a estabelecerem normas mais impessoais para a seleção, aperfeiçoamento e ascensão funcional dos quadros permanentes da base da corporação. Desse modo, além de cair nas boas graças dos oficiais, os soldados e graduados não podiam incorrer em infrações disciplinares, como dirigir-se de forma pouco respeitosa aos seus superiores, envolverem-se em desordens, ser flagrados em estado de embriaguez, ser flagrados participando de jogos ilegais, ser flagrados em atos “*ofensivos à moral*” e reincidir

---

<sup>369</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 31, de 30 de setembro de 1910. Como se pode observar, a possibilidade do *ato libidinoso* causou mais repugnância do que a possibilidade da barganha.

em faltas que sugerissem “*ausência de compostura, zelo ou competência*” para o exercício das funções dos posto que eventualmente ocupassem.<sup>370</sup>

As promoções dos praças também dependiam de um número sempre restrito de vagas, reforçando inegavelmente a arbitrariedade com que os comandantes tratavam seus subordinados empenhados em ascender na hierarquia da instituição. A situação dos praças, nesse particular, contrapunha-se a dos oficiais, pois estes deviam sua progressão hierárquica aos critérios de antiguidade e merecimento, os quais eram quantificados e qualificados em função do tempo de serviço e do desempenho intelectual nas escolas de formação e especialização militar, tendo, portanto, a sua carreira controlada pelo Ministério da Guerra, embora não estivessem totalmente imunes às arbitrariedades e favoritismos dos seus chefes. Com uma ligeira e descontínua exceção, até o ano de 1916, o Exército brasileiro não possuía escolas para a formação de sargentos.<sup>371</sup>

A inexistência de escolas de formação de soldados e de sargentos no Exército deslegitimava quaisquer pretensões profissionais e de estabilidade desses setores da hierarquia, resultando em uma insegurança institucional que os acompanharia por muitas décadas. A dependência dos praças no tocante à avaliação funcional era, portanto, considerável.

As avaliações funcionais dos praças eram baseadas na análise das chamadas *folhas de assentamentos* ou *assentamentos militares*, os quais continham informações genéricas acerca dos trabalhos realizados e das funções ocupadas, dos elogios e das punições recebidas, ou, conforme o próprio jargão militar, das *alterações* do graduado. Nos boletins eram frequentes observações do tipo: “*Negado o engajamento do soldado (...) do 3º Regimento de Cavalaria por não preencher as condições para engajar-se, conforme informa por telegrama o Comandante do dito Regimento*”.<sup>372</sup> Neste caso, embora a decisão fosse do comandante regional, a interferência do antigo comandante do soldado requerente foi decisiva para a negativa à requisição de engajamento.

As incorporações de civis, os engajamentos e os reengajamentos dos soldados antigos e dos graduados espaçavam-se ao longo dos anos em função do ritmo da apresentação dos “voluntários”. Todos os meses de todos os anos cujos registros respectivos foram analisados,

---

<sup>370</sup> Cf. 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1913.

<sup>371</sup> Na República, a primeira experiência se deu no final do século XIX, quando da criação de *escolas práticas* para as quatro armas combatentes (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia) e da Escola de Sargentos da Vila Militar do Rio de Janeiro. Essas escolas não sobreviveram até o alvorecer do século seguinte.

<sup>372</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 20, de 04 de abril de 1909.



isto é, entre 1907 e 1916, apresentaram essas ocorrências.<sup>373</sup> A evolução dos engajamentos e dos alistamentos no período em apreciação evidencia que, nos anos mais recuados, as ocorrências de engajamentos eram maiores do que nos anos finais; ao mesmo tempo, o alistamento voluntário de civis e ex-praças alcançou expressiva ampliação em meados da década de 1910.<sup>374</sup>

Essas inflexões refletem, por um lado, as mudanças na legislação referente ao recrutamento e ao engajamento dos praças operadas na década de 1910, as quais visavam criar condições para que o Exército pudesse receber os jovens sorteados. Nesse sentido, era importante desencorajar e até proibir, em alguns casos, a permanência dos soldados e graduados antigos nas fileiras; o mesmo valendo para a reincorporação de ex-praças e mesmo para a incorporação de voluntários. É que pela legislação vigente, o voluntariado deveria ter precedência sobre o sorteio.<sup>375</sup> Outro aspecto dessa redução dos engajamentos e dos alistamentos de voluntários (civis e ex-praças) deviam-se à redução dos efetivos e das unidades do Exército em Mato Grosso em decorrência das reformas operadas em 1915.

A remuneração dos militares compunha-se do *soldo* – valor básico dos vencimentos equivalentes ao posto/graduação ocupado e à função exercida, correspondendo, geralmente, a pouco mais do que a metade do valor percebido – da *etapa* – gratificação diária percebida por oficiais e praças para arcar com os gastos com alimentação, caso o quartel não possuísse rancho<sup>376</sup>; do *extraordinário* – pecúlio pago aos praças para cobrir eventuais despesas com viagens, uniformes, reparos, alimentação, pois o Exército não possuía um serviço logístico regular para apoiar as tropas; e, eventualmente, do *socorrimento* – concedido quando os praças se encontravam em diligência através de caminhos terrestres. Oficiais e sargentos também tinham direito a, pelo menos, uma cavalgadura e, para mantê-la, recebiam o *arroçamento*, que era composto pela *ferragem* (para cavalo ou mula) e pela *forragem* (alfafa).

<sup>373</sup> Acrescente-se que na época em que as *ordens do dia* eram semanais ou quinzenais inexistem ordens do dia que não apresentem registros de incorporações, engajamentos e reengajamentos.

<sup>374</sup> Cf. Quadro II, p. 132.

<sup>375</sup> Nesse sentido, nos casos em que as regiões militares apresentassem um número de voluntários suficientes para preencher os claros das tropas, não haveria necessidade de colocar o sorteio em funcionamento.

<sup>376</sup> Demerval Peixoto, soldado de princípios do século XX, informa-nos que os soldados, em geral, preferiam receber a etapa na forma monetária do que se submeteram às duvidosas habilidades culinárias dos rancheiros (cozinheiros no jargão militar). PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, pp. 50-51. Os oficiais, por seu turno, poderiam obter maiores vantagens orçamentárias obrigando seus subordinados (sobretudo os praças) a alimentarem-se nos ranchos, uma vez que a sua confecção poderia ser barateada, proporcionando, assim, a utilização dos valores economizados em reformas ou na manutenção dos espaços físicos dos quartéis, como nos informa Estevão Leitão de Carvalho no seu CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1964, vol. III, p. 33.

A dependência em relação aos meios de transporte hipomóveis determinava a incorporação dos valores dispendidos para a aquisição dos recursos necessários à alimentação dos animais de seu uso pessoal à remuneração dos militares.

Obviamente, os valores variaram significativamente no período abarcado pela presente pesquisa. A instabilidade orçamentária do governo aliada às constantes crises econômicas que abalaram o a economia do País e ao crescente processo inflacionário que corroía a capacidade aquisitiva dos assalariados nacionais motivou, nem sempre com a frequência desejada, constantes reajustes ao longo do período considerado. Entretanto, para sanar eventuais dúvidas com relação à remuneração dos militares, nos valeremos das importantes conclusões do brasileiro Franck McCann, para quem

O soldo e as gratificações chegavam apenas para prover às necessidades mais básicas (...) Os oficiais evidentemente, eram mais bem remunerados, recebendo gratificações, ajudas de custo para viagens e alimentação (...) As gratificações para os oficiais eram determinadas por suas atribuições. A lista é demasiado longa e variada para ser reproduzida aqui, mas uma amostra já indica que o comando trazia privilégios financeiros e de outros tipos.<sup>377</sup>

Eram muito comuns e até frequentes atrasos de mais de doze meses no pagamento dos vencimentos e cabia ao interessado cobrar as autoridades competentes pelos abonos, gratificações e salários não recebidos. Não coincidentemente, essa situação contribuía para o acirramento do descontentamento da tropa, em especial dos praças, que, em geral, não dispunham de *capital social*, como era o caso dos oficiais, que permitisse a superação de eventuais dificuldades financeiras (seja no Exército ou mesmo fora dele). Nesse sentido, ressalte-se que da parte dos militares enquadrados disciplinarmente, muitos atos de desobediência eram motivados e justificados pelos constantes atrasos no pagamento dos soldos.

Os praças deixavam as fileiras do Exército por três motivos: exclusão disciplinar, exclusão por incapacidade física ou invalidez e exclusão por reforma – desconsiderando-se, neste caso, os desertores que jamais retornavam às fileiras e aqueles que davam baixa a pedido. Dentre os que abandonavam o Exército pelos dois últimos motivos, muitos encontravam-se incapacitados para buscar ocupação remunerada fora da corporação.

---

<sup>377</sup>McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo : Companhia das Letras, 2007, pp. 114-115.

Igualmente, inexistia montepio militar <sup>378</sup> para amparar os dependentes dos praças, ou seja, benefício concedido aos oficiais após o advento da República. Na década de 1930, explodiram inúmeras revoltas de praças que buscavam esse benefício social. <sup>379</sup>Ainda assim, e contraditoriamente, as esposas e os filhos de praças, entre dois e dezesseis anos, que estivessem em diligência ou comissão, faziam jus ao recebimento de meia etapa para razão. <sup>380</sup>

A instituição oferecia oportunidades aos praças desejosos de ascensão funcional, permitindo-se que atingissem ao oficialato. Duas delas se davam mediante concurso público para as funções de intendente e farmacêutico. Outra maneira possível era seguindo na tropa ocupando os postos iniciais do oficialato nas armas combatentes, como a infantaria e a cavalaria, pois era considerável a carência de oficiais com essa especialidade nos corpos das tropas, pois a Escola Militar do Brasil – posteriormente Escola Militar do Realengo – dava ênfase à formação de oficiais em ramos mais técnicos (engenharia e a artilharia). Entretanto, após as rebeliões tenentistas que estouraram na década de 1920 – as quais deram um grande impulso às promoções de oficiais aos postos iniciais do oficialato – o Exército restringiu consideravelmente a ascensão funcional dos praças. Ainda assim, não foram poucas as experiências de militares que, tendo ingressado na corporação na condição de simples soldados, chegavam aos mais altos postos da hierarquia, superando a degradação social atribuída aos ocupantes dos mais baixos escalões do Exército.

---

<sup>378</sup> Os oficiais reformados tinham direito a perceber metade do soldo pago quando ocupavam o último posto no serviço ativo.

<sup>379</sup> Ver a respeito em COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Com Rancor e com Afeto: rebeliões militares na década de 30”. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1985.

<sup>380</sup> Aviso Ministerial nº 331, de 4 de maio de 1907. MINISTÉRIO DA GUERRA. BOLETIM DO EXÉRCITO, 1907.

**Imagem IV – Bateria do Forte Coimbra (1910). Essa antiga fortificação havia perdido o seu valor militar, mas, pela importância da posição, pela tradição e pelo isolamento do local, uma pequena guarnição de artilharia e um presídio militar eram ali mantidos.**



Na Bateria «Ricardo Franco»

**Fonte: ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914, p. 340.**

## CAPÍTULO V - A ORGANIZAÇÃO DOS CORPOS DAS TROPAS NO ESTADO DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX

*E, se me permitem, minha opinião sincera, ouvi-a; o povo que, no momento atual, descurar o desenvolvimento de suas ciências e indústrias de guerra, arriscar-se-á, curto prazo, a encontrar-se um dia materialmente desarmado, como uma tribo primitiva face de civilizados, se em sua rota surgir uma grande nação aparelhada à moderna (General Maurice Gamelin)*

### 5.1 A RECEPÇÃO DA LEI DO SORTEIO MILITAR PELA IMPRENSA MATO-GROSSENSE

A Lei do Sorteio Militar, de janeiro de 1908, não parece ter sofrido grande oposição da imprensa mato-grossense.<sup>381</sup> O mais notável a esse respeito foi a aprovação geral à medida. Os militares do Exército, e, em menor escala, os da Marinha, gozavam de grande prestígio na sociedade do antigo Estado de Mato Grosso. Por sinal, há indícios de que membros de famílias socialmente projetadas acabavam abraçando a carreira das armas.<sup>382</sup> Em contraste com os grupos dirigentes de outras unidades da federação brasileira, tudo indica que a sociedade mato-grossense manteve uma relação bastante próxima com os destinos dos militares que serviam no seu Estado.

De fato, os vínculos pareciam bastante intensos e profundos. Em fevereiro de 1919 o periódico cuiabano *O Mato Grosso*, órgão do Partido Republicano Mato-grossense, noticiava a partida para Corumbá do 39º Batalhão de Infantaria, que até então ficava aquartelado em Cuiabá, com bastante pesar:

---

<sup>381</sup> Foram pesquisadas edições dos jornais *Correio do Estado*, de Corumbá, *O Comércio*, de Cuiabá, *O Mato Grosso* de Cuiabá, *O Republicano*, de Cuiabá, *O Progresso*, de Ponta Porã, *O Brasil*, de Corumbá, *A Cidade*, de Corumbá, *Correio do Estado*, de Cuiabá, *Correio do Sul*, de Campo Grande, *A Razão*, de Cáceres, *Tribuna*, de Corumbá, *O Debate*, de Cuiabá, *A Razão*, de Cáceres, *Gazeta do Comércio*, de Três Lagoas, *A Reação*, de Corumbá, *A Capital*, de Cuiabá e *O Estado de Mato Grosso*, de Campo Grande. A maior parte arrolada na Biblioteca Pública Isaias Paim. Também foram consultados os arquivos da Fundação Barbosa Sobrinho, do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Campo Grande e do Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>382</sup> A esse respeito vale verificar compêndios como *Varões Ilustres de Mato Grosso e Pelas Ruas da Cidade* (MACHADO. Paulo. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990; MACHADO. Paulo. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991; MACHADO. Paulo. *A Rua Barão*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991; MACHADO. Paulo. *A Rua Alegre*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997 e MACHADO. Paulo. *A Grande Avenida*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2000). Além de PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: 1952.

É de se lamentar que o Governo Federal tenha tomado essa medida, retirando da nossa Capital essa unidade do Exército que, desde a primeira reorganização do mesmo aqui está aquartelado.

É a única capital de Estado que fica privada da força federal, acarretando essa medida, *além de grandes prejuízos para o nosso comércio, grandes dificuldades para o serviço do sorteio militar, com relação à incorporação dos vastíssimos e populosos municípios do Norte.*

Estamos certos que o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, cuja competência sobre assuntos militares é reconhecida por todos, considerando a melhor situação da nossa capital e da nossa praça tome outras medidas em ordem a evitar que fiquemos de todo privados de uma unidade do Exército nestas longínquas paragens.

Estamos informados de que o digno e honrado Presidente do Estado, Exmo. E Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa, já dirigiu-se ao Governo da República pedindo reconsideração desse ato.

Os esforços empregados pelo ilustrado Presidente, nesse sentido, serão, estamos certos, secundados pelos nossos representantes federais, que ainda ligam algum interesse à causa do Estado que representam.<sup>383</sup>

Menos de um ano após o fato narrado acima, o Governo Federal emitia ordem para que fosse organizado, novamente na cidade de Cuiabá, o 16º Batalhão de Caçadores. Até o momento não foi possível determinar com exatidão as forças políticas mobilizadas pelas autoridades cuiabanas, mas fica patenteado o esforço feito por um editorialista do mesmo hebdomadário *O Mato Grosso*, o qual, triunfantemente, tratou de noticiar o regresso da presença militar na Capital mato-grossense, não esquecendo de apontar os seus “*benfeitores*”:

Segundo nos pronunciamos destas colunas, esse acantonamento de força federal, em nossa capital constitui uma medida que há muito vinha se impondo, por isso que, incontestavelmente, encerra um valor inestimável para o meio social em que vivemos.

Hoje, com se vê, tornou-se ela efetivada, e isto graças à ação patriótica do exm. Sr. d. Aquino, que com a sua palavra prestigiosa junto ao honrado governo da República, demonstrou como se fazia preciso a sua perfeita procedência.

Assim, pois, coroados de êxito, como se acham, tais esforços despendidos pelo honrado presidente do Estado e que foram secundados eficazmente por aqueles que filiados ao nosso partido representam Mato Grosso no Congresso Nacional, necessário se nos depara agora que a população da nossa capital, representada por todas as classes sociais, demonstrando a sua melhor satisfação por esse justo motivo que ora salientamos, acorra daqui mais algumas horas ao porto de desembarque, afim de receber condignamente os bravos soldados da nação cuja digna convivência sempre nos é grata.<sup>384</sup>

<sup>383</sup> *O Mato Grosso*. “Segue para Corumbá o 39º Batalhão” de 06/02/1919, p.1. Grifos meus.

<sup>384</sup> *O Mato Grosso*. “16 de Caçadores” de 05/02/1920, p.1. Para maiores informações a respeito desse episódio ver *Mensagem (D. Francisco de Aquino Corrêa) dirigida à Assembléia Legislativa do Estado ao Instalar-se a 2ª sessão ordinária da 11ª Legislatura em 7 de setembro de 1919*. Cuiabá, Tipografia Oficial, 1919, pp.22-23.

Situação semelhante já havia ocorrido entre 1908 e 1910, quando o Exército retirou da cidade de Cáceres o 19º Batalhão de Infantaria. A reação, por parte das autoridades estaduais e federais mato-grossenses, foi imediata e também surtiu efeito:

Como em tempo noticiamos, o dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, digno deputado federal por este Estado, apresenta ao sr. presidente da República e ao general ministro da Guerra, um memorial expondo as grandes vantagens do aquartelamento de um batalhão de força federal na cidade de S. Luiz de Cáceres, já evitando futuras invasões ou conflitos na zona fronteiriça, *já velando pela ordem interna, contribuindo enfim para a realização mais viva do progresso que ora se manifesta em todo o Norte do Estado.*

Levando em consideração aquelas judiciosas ponderações o governo da República resolveu ali fazer estacionar força federal e, para isso, telegrafou ao sr. general Henrique Guatimosim, inspetor desta região, no sentido de fazer seguir para aquela localidade um dos batalhões do 13º [RI].

O sr. general Guatimosim, dando cumprimento àquela determinação, ordenou que o 38º batalhão se conservasse pronto para seguir à sua nova sede.

É esta uma justa medida que certamente despertará intensa alegria no seio da população cacerense.

Felicitemo-la por isso bem como ao dr. Costa Marques, esforçado propugnador de tão nobre causa.<sup>385</sup>

Como já foi observado, desde a primeira década do século XX foi notória a disposição do comando do Exército para a concentração das suas forças no Sul de Mato Grosso, particularmente voltadas para o sudeste da Bolívia e fronteira com o Paraguai. A principal ameaça à integridade do território mato-grossense, na concepção das autoridades do governo central, era representada pela fronteira com o Paraguai, pela sua maior proximidade com a República da Argentina.<sup>386</sup> A esse respeito vale destacar que a própria mudança do traçado da ferrovia Noroeste do Brasil, originalmente destinada a atingir a Capital do Estado, Cuiabá, foi desviada para Corumbá, junto à fronteira boliviana e não muito distante da paraguaia, com o objetivo de estreitar o controle do Estado sobre a porção meridional do território mato-grossense.<sup>387</sup> Ao que parece os chefes militares em Mato Grosso e na Capital Federal não pareciam satisfeitos com a ordem de remoção de um batalhão de Corumbá para Cáceres, a

<sup>385</sup> *Correio do Estado*. “Batalhão de Caçadores” de 09/03/1910, p.2. Grifos meus.

<sup>386</sup> Aliás, alguns periódicos mato-grossenses da época alertavam para os riscos de uma aliança entre aqueles dois países platinos para a integridade territorial do Brasil.

<sup>387</sup> Sobre isso cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, p. 119 e seguintes.

julgar pelas palavras do ministro da Guerra em seu relatório relativo às atividades de 1911: “O 38º batalhão de infantaria, que faz parte do 13º regimento, foi mandado estacionar em S. Luiz, *apesar de sua estadia ali não corresponder às necessidades do serviço*”.<sup>388</sup>

No entanto, para os dirigentes locais, as preocupações de ordem defensiva não eram as principais a serem consideradas pela presença militar na fronteira ocidental. Está bastante explicitada, pelos excertos citados, a relação entre a presença militar, a ordem interna e a atividade comercial nos núcleos populacionais da região.

Em todo caso, a situação financeira e dos efetivos do Exército em Mato Grosso era tão precária que, passados alguns anos, o inspetor da 13ª Região Militar ordenou o retraimento daquela organização militar novamente para Corumbá como “*medida de ordem administrativa e econômica*”. Segundo os registros do próprio Exército, quando o referido batalhão desembarcou na cidade de Corumbá contava com um efetivo de apenas 16 praças.<sup>389</sup>

Enfatize-se que para as autoridades locais e estaduais de Mato Grosso, uma convivência no mínimo cordial com os chefes militares ali aquartelados era, mais que uma necessidade política, uma questão de sobrevivência. As chamadas *revoluções*, confrontos armados empreendidos pelas lideranças oligárquicas do Estado desde que a República havia sido instaurada, sempre contaram com a participação de oficiais do Exército. Em pelo menos uma ocasião a falta de apoio de considerável parcela da oficialidade foi fatal para um presidente de Estado: Antônio Paes de Barros, executado após ter sido apeado do poder em 1906 por uma rebelião que envolveu, além de muitos elementos da plutocracia local, todas as unidades militares federais acantonadas no Estado.<sup>390</sup>

As lideranças das cidades que já contavam com a presença militar agiam no sentido de mantê-la, as que ainda não contavam procuravam incentivar a instalação de organizações militares em seus limites. Essa parece ter sido a regra no tocante às autoridades dos municípios de Campo Grande, Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Três Lagoas e Aquidauana (que passaram a contar com a instalação de aquartelamentos nas décadas de 1900 a 1920), embora muitas vezes suas instâncias em favor da instalação de forças militares

---

<sup>388</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912, p. 54. Grifos meus.

<sup>389</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 04 de 28 de fevereiro de 1914. Deve-se considerar que o efetivo regular de um batalhão de infantaria naquela época deveria ser de 425 praças.

<sup>390</sup> Sobre isso cf. BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.



dependessem do beneplácito do governo estadual. Para que tenhamos uma ideia de que modo o Exército poderia ser incentivado a instalar suas forças nos municípios basta assinalar que era muito comum a doação de terrenos à instituição ou mesmo que a intendência do município interessado se incumbisse de providenciar o aluguel de imóveis para servirem improvisada e temporariamente como quartéis até que fossem concluídas as obras militares das unidades em criação.<sup>391</sup>

Com efeito, entre as autoridades municipais que mais se notabilizaram pela mobilização de esforços em favor da instalação de forças militares em suas cidades, nenhuma superou as de Campo Grande. Desde a década de 1910 cortejavam as autoridades militares e, sendo do conhecimento geral que havia a intenção de transferir a sede do comando militar para uma localidade central do Sul do Estado, foram generosos na concessão de benefícios e vantagens ao Ministério da Guerra caso a transferência de forças se concretizasse.<sup>392</sup>

Desde o alvorecer do século XX havia a previsão da concentração das forças militares federais na região central do Sul de Mato Grosso, “entre Coxim e Corumbá”, mais precisamente no “Vale do rio Aquidauana”.<sup>393</sup> Nesse sentido, Aquidauana, sendo então a maior concentração populacional na região supracitada, se apresentava como a localidade preferida pelas autoridades militares da Velha República. Não por acaso foi escolhida para sediar o comando da 5ª Brigada Estratégica, que, no entanto, jamais saiu do papel.

Campo Grande possivelmente começou a ser cogitada para essa finalidade a partir da doação daquele lote de terras e, também, quando foi designada para aquartelar o 5º Regimento de Artilharia Montada<sup>394</sup>. Entretanto, essa unidade não pôde ser instalada definitivamente em Campo Grande até idos de 1914 e, ainda assim, em função das insistências de algumas

---

<sup>391</sup> Em 1909, por exemplo, o governo estadual havia cedido 3.600 hectares de terras devolutas contíguas ao rio do município de Campo Grande para servirem de internada, linha de tiro e outros serviços logísticos para o Exército. Corumbá, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 51 de 18 de dezembro de 1909. Há também o registro de que a Empresa Mate Laranjeira doou um lote de terras medindo 10.000 metros quadrados na região de Porto Murtinho à União por volta de 1910. Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912, p. 82.

<sup>392</sup> Remonta ao ano de 1909 as iniciativas para a doação do lote de terras de 3.600 hectares daquele município para o Ministério da Guerra no “lugar denominado Piraputangas, para servirem de internada, linhas de tiro e mais serviços do Exército”, como se pode verificar em Corumbá, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 51 de 18 de dezembro de 1909.

<sup>393</sup> BRASIL, Ministério da Agricultura – CNPI – *Relatório dos Trabalhos Realizados de 1900 – 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, Apresentado às Autoridades do Ministério da Guerra pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como Chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, p. 15. Essas informações foram retiradas pelo autor do relatório das instruções gerais remetidas pelo Ministério da Guerra em 11 de julho de 1900.

<sup>394</sup> Doravante 5º RAM.

lideranças políticas da localidade. Com efeito, nesse interregno, o 5º RAM foi dividido em dois grupos, permanecendo um em Aquidauana, acampado às margens do rio de mesmo nome, e o outro permaneceu em Campo Grande, envolvido nas obras de construção do seu próprio aquartelamento.<sup>395</sup>

A tradição memorialista local atribui a transferência da sede do comando militar em Mato Grosso de Corumbá para Campo Grande à visita do general Eduardo Sócrates, na época comandante da Escola Militar,<sup>396</sup> contudo, Campo Grande apresentava condições que a colocavam numa situação bastante favorável em detrimento dos demais municípios sulinos: a própria centralidade geográfica no Sul do Estado (equidistância em relação às fronteiras com o Paraguai e Bolívia e em relação às bacias hidrográficas dos rios Paraná e do Paraguai), o município se localizava em altitudes relativamente superiores aos das regiões em redor (superiores a 700 metros), clima considerado “*salubérrimo*” (o que deveria ser bastante atraente às autoridades militares da época, preocupadas com os prejuízos causados ao Exército pelo excesso de pessoas internadas por doenças atribuídas ao clima, como o beribéri), grande quantidade de campos e pastagens (ideais para a organização de internadas militares, uma das principais carências do Exército na época, que ainda dependia em boa medida da tração hipomóvel para a condução de tropas e suprimentos), era, desde 1914, atravessado pela ferrovia Noroeste do Brasil (o que o colocava em proximidade com a maioria das localidades do Sul de Mato Grosso e, sobretudo, com o eixo político-econômico-administrativo do País),<sup>397</sup> tinha boas condições para o abastecimento de água (uma das grandes dificuldades do comando militar em cidades como Corumbá e Cuiabá), tinha maiores facilidades de ligação com os dois grandes centros populacionais da fronteira com o Paraguai

---

<sup>395</sup> Convém mencionar que, segundo Paulo Coelho Machado, a definitiva transferência do 5º RAM para Campo Grande se deveu à atuação de “*todo o povo nos trabalhos de transporte da tropa e do material da ponta dos trilhos para cá [Campo Grande]*”. Ou seja, a definitiva transferência da primeira unidade militar a se instalar do município teria sido, ao menos em parte, o resultado da iniciativa do seu “*povo*”. Delongas à parte, importa mencionar que a ferrovia e o quartel de artilharia na cidade são indicados como fatores de aumento vertiginoso dos preços dos bois e das terras. A conclusão do autor dispensa maiores comentários: “*toda gente ganhava dinheiro*”. MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas Ruas da Cidade: A Rua Alegre*. Campo Grande : Prefeitura Municipal de Campo Grande, 1997, p. 130.

<sup>396</sup> Sobre isto cf. CONGRO, Rosário. “*Outras Ruínas – Como decorre a História. Crônicas e Alguns Poemas*. São Paulo: Saraiva, 1957, pp. 14-39 apud. BRAZIL, Maria do Carmo. “Sobre a transferência da sede da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande” [no prelo], p. 4.

<sup>397</sup> A própria transferência da sede do comando possivelmente se prenda ao objetivo de oferecer maior segurança à ferrovia, evitando assim um eventual “*golpe de mão*” partido da fronteira com o Paraguai. Cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, pp. 143-144.

(Bela Vista e Ponta Porã) do que Aquidauana<sup>398</sup> e, enfim, apresentava boas perspectivas de crescimento que, ao fim e ao cabo, significavam incremento populacional e econômico, que futuramente poderiam implicar em boas condições de recrutamento militar e abastecimento das forças ali aquarteladas.

Para Pandiá Calógeras, na época em que esteve à frente do Ministério da Guerra, “*Campo Grande*” era “*a zona natural de concentração das tropas*” no Estado de Mato Grosso, embora entendesse que Corumbá fosse a “*principal cidade do Estado*”. Se referindo a Campo Grande registrou:

situada a 20°2'15'' de latitude sul e 11°36'55'' de longitude oeste do meridiano do Rio de Janeiro e à uma altitude de 735 metros, Campo Grande pela sua privilegiada situação geográfica, constitui um ponto estratégico e está naturalmente escolhido para estação inicial dos ramais férreos que em futuro não remoto, deverão ser construídos para alcançar Bela Vista e Ponta Porã na fronteira sul e Cuiabá, passando por Coxim. O clima de Campo Grande é ameno; as estações são bem diferenciadas; não há quedas bruscas de temperatura e consequentemente a cidade é salubérrima, sendo diminuta a porcentagem de óbitos.<sup>399</sup>

Em maio de 1920, o mesmo ministro autorizou o comandante da CMMT a aceitar oferecimento feito pelo intendente municipal de Campo Grande de “*um prédio para a instalação provisória, por tempo que necessário for, do quartel general dessa Circunscrição, mediante algumas adaptações e reparos a que a respectiva Municipalidade se obriga a fazer*”.<sup>400</sup> Em março do ano seguinte, o capitão Aristides Paes de Souza Brazil, do 11° RAM,<sup>401</sup> representou o comando da CMMT na assinatura do contrato entre o Ministério da Guerra e a Intendência Municipal de Campo Grande para a ocupação do prédio destinado àquele Quartel General.<sup>402</sup> Neste mesmo Boletim há a transcrição do contrato de locação do edifício a ser usado para constituir a sede do comando da CMMT, localizado na avenida Mato Grosso nº 2. Segundo as cláusulas desse contrato, o prédio havia começado a passar por modificações desde o mês de junho do ano anterior. O edifício foi alugado diretamente pelo proprietário à intendência, que se responsabilizou pelo pagamento do aluguel no valor de 500\$000

<sup>398</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, p.372.

<sup>399</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1920*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, pp.17-18.

<sup>400</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 139 de 15 de junho de 1920.

<sup>401</sup> Antigo 5° RAM.

<sup>402</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 56 de 05 de março de 1921.

(quinhentos mil reis) mensais e o Ministério da Guerra ficaria alheio a esse contrato. O mesmo contrato dava ainda liberdade ao comando da CMMT para efetuar obras de reparos de acordo com as suas necessidades.<sup>403</sup>

Em meio a todo esse empenho, ressalte-se que a imprensa campo-grandense não manifestou, até onde foi possível apurar, oposição à Lei do Sorteio Militar de 1908. O mesmo se notando com relação a outros núcleos populacionais importantes como Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas. A falta de oposições à medida possivelmente se deve à inexpressividade do movimento operário no Estado, o qual nos grandes núcleos populacionais do País, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre levantavam, com bastante veemência, a bandeira do anti-militarismo e constituíram o principal foco de resistência popular urbana ao serviço militar obrigatório nas décadas iniciais do século XX.<sup>404</sup>

Os periódicos corumbaenses, em particular, foram bastante enfáticos na sua defesa da Lei e ao expressarem sua opinião positiva a respeito dos benefícios que a sua aplicação traria ao Brasil. A esse respeito o jornal corumbaense *O Brazil*, que chegava ao ponto de veicular em suas páginas excertos dos próprios boletins administrativos do 7º Distrito Militar, era o que mais se destacava como defensor da lei de conscrição obrigatória:

O telégrafo trouxe-nos a consoladora notícia de que, em breve, será convertida em lei a obrigatoriedade do serviço militar entre nós.

Mal conhecido do povo o princípio do serviço militar obrigatório, tem despertado prevenções e desconfianças; estas, porém, hão de desaparecer logo que a essência de seu princípio fundamental seja amplamente divulgada.

*Para galgarmos a culminância que almejamos no concerto das nações mundiais, não basta tão somente alardeamos a imponência de nossas riquezas naturais; o grande expandir de nossas forças econômicas; a extensão de nosso território; as belezas emocionantes que encerra nosso privilegiado solo, e a bravura e inteligência proverbial de nossos concidadãos. Para atingirmos o alto grau de respeito e consideração que nos é devido, faz-se mister a demonstração eloquente de um exército moderno, onde o sentir e o poderio de nossa pátria se reflitam.*

Se a ordem interna e os respeitos às instituições de um país assentam na vigilância dos defensores de seus estatutos básicos, a externa, concretizada a integridade e soberania da pátria, só se pode assentar num exército regular, perfeitamente disciplinado e aguerrido, plenamente convencido de sua sublime missão no cenário da vida humana.

<sup>403</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 56 de 05 de março de 1921.

<sup>404</sup> A respeito da resistência do movimento operário nos grandes centros do País ao serviço militar obrigatório, sobretudo no Rio de Janeiro, cf. CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, pp. 240-246.

Para nós o serviço militar obrigatório será uma medida altamente patriótica e benfazeja; dela nos hão de advir os mais caros ensinamentos afetivos, vindo também desenvolver os nossos predicados cívicos de amor à pátria.<sup>405</sup>

Note-se que, acima de tudo, o serviço militar obrigatório (ou *sorteio militar*, como era designado à época) é arrolado, ao lado da chegada do telégrafo, da ferrovia e mesmo da imprensa, como um dos elementos de modernidade, que colocariam a nação brasileira em pé de igualdade com as nações consideradas “mais adiantadas” do “concerto mundial”. De fato, as manifestações a respeito do sorteio militar revelam que o seu funcionamento estava associado às concepções contemporâneas de modernidade e racionalidade no tocante ao recrutamento militar. Nesse sentido, conquanto não tenha, de maneira geral, se manifestado explicitamente contra o serviço militar obrigatório, as críticas contundentes da imprensa mato-grossense com relação ao seu funcionamento a partir de 1916 são importantes fontes para se perscrutar aspectos reveladores da dinâmica da burocracia militar em terras mato-grossenses.

Assim como na maior parte do Brasil, no antigo Mato Grosso o imaginário social em torno do serviço militar sempre foi maculado como uma espécie de pena, castigo ou instituição disciplinar das mais violentas destinada à escória da sociedade, àqueles indivíduos considerados incorrigíveis e, ainda por cima, desprotegidos das teias da proteção clientelista, representadas no Brasil pelo compadrio e pelo coronelismo.

A esse respeito vale verificar os sucessivos relatórios dos presidentes do Estado de Mato Grosso durante a Primeira República, nos quais os mesmos se mostravam surpresos diante dos elevados claros verificados nos batalhões e regimentos da Força Pública quando se notava, nos municípios, grande número de “*desocupados*” e mesmo “*delinquentes*” “*infestando*” ruas e estradas do interior e da Capital.<sup>406</sup> Com efeito, o 1º vice-presidente, Pedro Leite Osório, em sua mensagem presidencial de 1907, ao se referir à facilidade com que o recrutamento era efetuado em Corumbá, uma exceção que na sua opinião deveria se tornar regra nos demais municípios do Estado, utilizou a expressão “apreensão de voluntários” para se referir ao preenchimento dos claros.<sup>407</sup>

<sup>405</sup> *O Brazil*. “O Sorteio Militar” de 29/12/1907, p.1. Grifos meus.

<sup>406</sup> A esse respeito ver especialmente a *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa pelo Cel. Generoso Paes de Souza Ponce Presidente do Estado ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª Legislatura em 13 de Maio de 1908*. Cuiabá, 1908, p. 12.

<sup>407</sup> *Mensagem apresentada pelo Exm. Sr. Cel. Pedro Leite Osório 1º vice-presidente à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da sua 7ª Legislatura no dia 13 de maio do corrente ano*. Cuiabá, 1907, p. 11. O corpo policial acantonado em Corumbá era quase completo em efetivos enquanto o da Capital, Cuiabá, apresentava *déficit* superior a 100 praças.

Destarte, como a expressão utilizada pelo primeiro vice-governador ilustra, o recrutamento forçado era uma prática corriqueira em Mato Grosso até as primeiras décadas do século XX. Tanto as chamadas forças regulares (Exército, Marinha e Força Pública) quando as “irregulares”, colocadas a serviço dos coronéis, sobretudo durante os conflitos armados, também conhecidos como *revoluções*, eram parcial ou totalmente formadas, ao menos em sua base, por indivíduos de uma forma ou de outra coagidos. Aliás, nessa época, periódicos mato-grossenses de diferentes colorações partidárias estão repletos de queixas e acusações de parte a parte a respeito desse procedimento.

É o que se pode depreender das páginas do jornal oposicionista *A Reação* no período que vai de junho de 1902 a janeiro de 1903. Os seus redatores, Generoso Ponce e Antônio Correia da Costa, se diziam impossibilitados de se manifestarem no seu Estado natal por “*falta de garantias*” e o faziam na capital do Paraguai por meio do veículo de divulgação do seu próprio partido, o Partido Republicano de Mato Grosso, que fazia oposição ao governo do presidente Antônio Paes de Barros. Assim, em junho de 1902, em editorial, os seus redatores denunciavam que os

moradores ribeirinhos do Cuiabá, S. Lourenço e Paraguai, até a cidade de Corumbá, estavam sendo vitimados pelo desbragado recrutamento que vinha procedendo o Coronel Severo J. da Costa e Silva, com várias lanchas e chatas armadas em guerra e guarnecidas por legionários da caserna do Itaicy. Os feitos do Coronel Severo nessa diligência foram viçosas flores para o triunfo da facção assassina que domina em Mato Grosso: o grande Coronel sabia remover óbices e dificuldades, ordenando friamente o assassinato daqueles que se negassem a engrossar as fileiras da *Legalidade* ou que pudessem opor obstáculos à sua negrada empresa.<sup>408</sup>

Em novembro do mesmo ano, os oposicionistas voltaram novamente à carga denunciando os “*verdadeiros atropelos e violências*” praticados na região de Vacaria “*e outras zonas do sul do Estado*” por uma escolta expedida pelo coronel gaúcho Felipe de Brum com o fim de “*recrutar gente para formar o corpo de polícia de Ponta Porã*”. Segundo o articulista

Homens trabalhadores, pais de famílias, e menores sob a tutela paterna, tem sido de modo brutal e violento arrancado de suas casas para esse fim. E não é só isso. As escoltas que andam nessas diligências nenhum respeito tem tido, segundo informações fidedignas que nos têm sido enviadas, pela propriedade alheia.

---

<sup>408</sup> *A Reação*. “Editorial” de 30/06/1902, p.2. Grifo do autor.

Dirigindo as suas palavras a uma região cuja principal atividade econômica era a pecuária extensiva, como era o caso do Sul de Mato Grosso, o missivista apelou ainda para um aspecto que deveria ser bastante sensível a uma parcela significativa dos moradores letrados daquela faixa meridional da fronteira oeste, a propriedade:

Assim é que esse bando de forasteiros, ao passo que afugentam os moradores, lhes carneavam as suas rezes e os prejudicavam. *Ora o recrutamento está abolido por nossas leis* e o Sr. Felipe Brum que se inculca amigo da ordem, não deve consentir nestes desmandos, nem tão pouco nos repetidos atentados contra o direito de propriedade. Supomos que esses fatos são praticados sem ciência sua, servindo-se do seu nome incumbidos de tal missão.<sup>409</sup>

Segundo os mesmos, o presidente do Estado reunia forças na sua usina de Itaici e os fazia serem instruídos por um oficial do Exército licenciado. Afirmavam ainda que a finalidade desse “aparato bélico” era “intimidar a oposição e impedir que o Senador Ponce” seguisse para Cuiabá “para pleitear sua reeleição”.<sup>410</sup> Em edição subsequente da mesma publicação, os redatores afirmaram continuar recebendo “as mais justas queixas a respeito do desbragado, violento e ilegal recrutamento que por ordem do governo se está procedendo no sul do Estado para formar-se o corpo de polícia” de Ponta Porã. Segundo os mesmos, a população do sul andava “alarmada com esses atropelos; as propriedades estão abandonadas e a cata de gente para a tal polícia vão os apaniguados do Sr. Totó Paes praticando todos os crimes”.

Após a enumeração de todas as arbitrariedades cometidas pelos recrutadores da Força Pública, os redatores fizeram transcrever uma carta, a qual, segundo os mesmos, havia sido enviada à redação do jornal e demonstraria aos leitores a “situação anárquica, a falta de segurança individual, o nenhum respeito à lei, e aos direitos dos cidadãos e especialmente da classe laboriosa, dos lavradores e fazendeiros” vivida pela população mato-grossense naqueles tempos. Tratava-se de um comerciante mineiro residente no distrito de Miranda, na época município de Aquidauana, que havia presenciado o recrutamento de seu único filho pelas “hostes” arrematadoras da Força Pública do Estado na região das Sete Voltas.

---

<sup>409</sup>A *Reação*. “Editorial” de 30/11/1902, p.20. Grifos meus. O autor provavelmente se referia à Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891 que efetivamente tornou ilegal essa prática, embora ela continuasse a ser recomendada pelas autoridades estaduais de Mato Grosso, incluindo nesse rol o futuro presidente Generoso Ponce.

<sup>410</sup>A *Reação*. “Editorial” de 30/12/1902, p. 2.

No seu entender, sendo o seu filho arrimo de família, estando o pai “*velho*”, “*doente*” e “*só*”, com todos os seus “*interesses abandonados, porque aqui não se encontra ninguém para ajustar*” e, acima de tudo, não estando o País ou o Estado em guerra e sendo o seu filho “*bom, morigerado e trabalhador*” e lhe fazendo “*tanta falta*” ao passo que as autoridades deixavam livres “*tantos vagabundos e desocupados*” se sentia deveras injustiçado e prejudicado.<sup>411</sup> Está bastante claro, por essas últimas expressões, a quem deveria caber a pena do serviço militar. Para a *economia moral do recrutamento*, então vigente naquelas paragens e em boa parte do Brasil, homens *bons e trabalhadores* não podiam ser castigados com o serviço militar, quando havia tantos indivíduos *desocupados* e mesmo *vagabundos* transitando pelas ruas das cidades e estradas rurais.

## 5.2 A LEI DO SORTEIO MILITAR DE 1908: UMA INFLEXÃO NA ECONOMIA MORAL DO RECRUTAMENTO

A Lei do Sorteio Militar de 1908, assim como as demais leis, decretos e regulamentos que vieram normatizar o seu funcionamento previam a superação do estado de coisas descrito nas páginas do jornal *A Reação*, pelo menos no plano federal. Na opinião dos defensores do sorteio militar, essa medida constituía um grande avanço institucional. A lei do sorteio substituiria as “caçadas humanas” do recrutamento forçado por procedimentos mais racionais e equitativos de distribuição dos encargos militares.

O primeiro artigo da Lei do Sorteio Militar, de 1908, previa a universalidade do serviço militar para todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino, desde a idade de 21 aos 44 anos completos, sendo que os indivíduos que houvessem sofrido condenação por crime previsto no parágrafo único do artigo 46 do código da Armada e os que, por qualquer razão, fossem privados dos direitos de cidadania do País não poderiam pertencer ao Exército.

Ao mesmo tempo, a duração do serviço militar era de até dois anos no serviço ativo e dois anos na reserva (os voluntários não sorteados poderiam obter uma diminuição de até seis meses no seu tempo de serviço ativo). Em oposição à lei anterior, da época imperial (de 1874), a lei de 1908 estabelecia que o serviço militar era obrigatório e pessoal.<sup>412</sup> Contudo, o serviço militar nas regiões mais afastadas dos grandes centros do País ainda não perderia o

---

<sup>411</sup> *A Reação*. “Editorial” de 10/01/1903, p. 1.

<sup>412</sup> O artigo 94 da referida lei era ainda mais enfático: “Não serão admitidos substitutos para o serviço militar obrigatório e nem haverá isenção alguma mediante contribuição pecuniária”.



seu aspecto punitivo. É que a lei estabelecia que os indivíduos que tivessem sofrido mais de uma condenação, ou uma só, à pena mínima de três meses, serviriam nos territórios federais e nos destacamentos de fronteira.

Além disso, a nova lei procurava tornar mais atrativo o serviço militar por meio da explicitação da proibição dos castigos corporais, os quais, a rigor, já vinham sendo proibidos desde os tempos do Império. Contudo, como já foi demonstrado, as memórias de oficiais e as próprias fontes oficiais do Exército revelam que essas práticas persistiram até as décadas iniciais do século XX. De fato, como notou Celso Castro, o deputado federal pelo Rio de Janeiro Alcindo Guanabara, ferrenho defensor da adoção do sorteio militar, ao afirmar que o “novo” Exército, a ser criado pela adoção do sorteio, não seria “*uma prisão, um lugar de torturas*” ou mesmo “*uma sucursal do Inferno dantesco*”, acabou revelando, por um ato falho, o que, pelo menos em sua opinião, era o “*velho*” Exército.<sup>413</sup>

A única isenção digna de nota prevista pela lei de 1908 se referia aos indivíduos considerados como arrimo de família. Nesta categoria se encontravam aqueles que conseguissem comprovar que: 1) eram viúvos e responsáveis por filho menor de idade legítimo ou legitimado, inválido ou interdito ou que provesse o sustento de filha solteira ou viúva que vivesse em sua companhia; 2) fossem casados com mulher considerada incapaz física ou “*mentalmente*”; 3) fossem filhos de viúva ou aquele que ela escolhesse, caso tivesse mais de um filho; 4) tivessem um ou mais irmãos menores de idade a quem sustentassem; 5) fossem filhos de pais considerados decrépitos, valetudinários ou incapazes para “qualquer ocupação”.

Em cada município, as juntas de alistamento deveriam ser compostas por dois oficiais de 1ª linha, reformados ou da reserva do Exército de 2ª linha (Guarda Nacional) ou mesmo honorários, todos nomeados pelo comandante do Distrito Militar a que pertencessem e pelos chefes dos executivos locais. O presidente e o secretário da respectiva junta seriam escolhidos dentre os próprios membros da junta municipal de sorteio. Haveria ainda uma junta estadual de sorteio a ser composta pelo juiz seccional (presidente), pelo comandante superior da Guarda Nacional no Estado, pelo auditor de guerra ou o procurador da República, na falta daquele, por três oficiais da 1ª linha e por um médico militar, sendo que todos deveriam ser nomeados pelo comandante do distrito militar ou inspeção militar respectivos.

---

<sup>413</sup> GUANABARA, Alcindo. *Serviço Militar Obrigatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907 apud. CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, p. 241.

Não há condições de se afirmar como reagiu a população mato-grossense a essa nova lei. É grande a possibilidade de que muitos sequer tenham tomado conhecimento dela. Por outro lado, em algumas localidades do País foram verificadas manifestações populares contrárias à conscrição obrigatória, como foi o caso dos sindicalistas dos grandes centros e, inclusive, assassinatos dos membros da junta de alistamento do município de Mar de Espanha e Carangola, além da invasão dos recintos onde se reuniam as juntas dos municípios de Uberaba e Sacramento por um grupo de senhoras que inutilizou documentos referentes ao sorteio. Todos municípios mineiros.<sup>414</sup>

A lei de 1908 também previa que as juntas municipais deveriam elaborar listas contendo os nomes dos rapazes que poderiam ser convocados para o cumprimento do dever militar. Essas listas de recenseamento deveriam abarcar os nomes daqueles indivíduos que tivessem completado 20 anos de idade no ano anterior, contudo, o atendimento desse preceito criava um problema de difícil solução. O registro civil, que só passou a ser utilizado no País a partir da Proclamação da República, não era muito difundido. Os registros paroquiais, únicas formas de controle dos nascimentos e óbitos da população pelo Estado, não se mostravam confiáveis para as autoridades. Além disso, o último recenseamento confiável dirigido pelo governo, o de 1872, estava defasado. Assim, localizar os indivíduos com idades de 20 a 30 anos se tornava tarefa assaz complicada.<sup>415</sup>

A lei estipulava como procedimentos para a identificação desses indivíduos: a sua própria declaração, a de seus pais ou tutores; a verificação de listas de recenseamentos da população ou mesmo registros de estado civil; por meio de listas em branco enviadas, para serem preenchidas, aos diretores de repartições e estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais, aos chefes de estabelecimentos comerciais, industriais ou agrícolas, aos ministros de quaisquer religiões, aos inspetores de quarteirões etc; em último caso, apelava-se para quaisquer documentos que pudessem fornecer informações.

Do ponto de vista da racionalidade burocrática, pode-se dizer que o principal benefício da reforma seria indireto: a eliminação das perniciosas influências do recrutamento sobre os pleitos eleitorais e o estabelecimento de regras e normas precisas e claras a respeito dos procedimentos administrativos concernentes ao recrutamento. Dessa forma, o Estado

---

<sup>414</sup> CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, p. 252.

<sup>415</sup> *Ibidem*, pp. 248-249.

procurava romper com a *economia moral do recrutamento* vigente na sociedade brasileira até aquela altura.

Na interpretação de Fábio Faria Mendes, o Brasil da virada do século XIX para o XX vivia, muito além de uma transição do trabalho escravo para o assalariado, um processo intenso de racionalização das estruturas econômicas e burocráticas, fenômeno que, em diversas ocasiões, gerou conflitos e resistências da parte das populações mais humildes, pois essas mudanças alteravam drasticamente as “*representações*” e “*expectativas*” desses indivíduos sobre a própria “*natureza da ordem social*”, as quais, de resto, eram as mais duramente atingidas pelas inflexões mais radicais do ordenamento estatal.

Com efeito, movimentos de resistência a medidas como o sorteio militar, a vacinação obrigatória e a imposição de padrões de pesos e medidas, tidos como mais racionais, encontram-se num amplo contexto de ruptura das expectativas tradicionais quanto ao funcionamento do próprio organismo social, gerando sentimentos de incerteza até certo ponto intoleráveis. Os casos das diversas manifestações de desagravo popular verificadas nas décadas de 1870, 1880, 1890, 1900 e 1910 e, efetivamente, nos conflitos de caráter social ocorridos em Canudos e no Contestado explicitam uma radicalização extrema e uma tomada de posição marcadamente contrária a essa mesma racionalização.<sup>416</sup>

Ainda, segundo Mendes, a modernização era interpretada pela população livre e humilde da sociedade imperial e republicana como uma ampliação “injustificada” dos encargos exigidos pelo Estado, tornando-se uma ameaça aos homens pobres, aproximando sua condição a de um cativo, dada a degradação social representada pelo serviço militar e sua disciplina, considerada brutal. Contrastados com as terríveis realidades do serviço nas linhas, os apelos à virtude cívica e à honra militar deviam soar absurdos. Ainda segundo Mendes:

Os alistamentos reduziam, ademais, os *horizontes de invisibilidade da população*, garantia fundamental de proteção frente às demandas extrativas do Estado. Do ponto de vista da plebe livre, maior eficiência nas operações do recrutamento resultaria em maior capacidade de *tiranyizar* o cidadão comum.

---

<sup>416</sup> MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o Sorteio Militar”, Rio de Janeiro, v. 24 p. 273. Devo frisar que, quando uso a palavra racionalidade, emprego-a sem o fito de estabelecer juízo de valor. Procuro seguir a perspectiva indicada pelo sociólogo alemão Max Weber que enxergava nas estruturas burocráticas, tanto estatais quanto empresariais, o desenvolvimento de uma lógica *suis generis*, nem “superior” nem “inferior”, por exemplo, à lógica das estruturas governamentais tradicionais, apenas praticamente mais adequada às demandas do capitalismo em escala industrial. Para uma análise mais apropriada, ver WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 68-73.

Não por acaso, a Lei do Sorteio Militar de 1874 era conhecida como “*Lei do Cativo*”.<sup>417</sup> O recrutamento forçado, como já observado, idealmente cumpria importantes funções de controle social e seu funcionamento obedecia à lógica subjacente da “*economia moral*” no plano local, punindo “*seletiva e preferencialmente indivíduos turbulentos, pequenos criminosos, maridos infiéis, filhos ingratos, trabalhadores pouco diligentes*”.<sup>418</sup> O modo altamente discricionário pelo qual eram produzidas as levas de recrutas era equilibrado pelas extensas redes de isenções consensuais que, embora nem sempre respeitadas, “*atribuíam sentido às decisões*” das lideranças localistas.<sup>419</sup>

A introdução da loteria para fins de conscrição rompia com esse modo *tradicional* de convivência com as práticas cotidianas de recrutamento. Numa perspectiva abstrata, o sorteio, “*independentemente de suas propriedades circunstanciais*”, possibilitava “*probabilidades idênticas*” de disputas por “*um bem ou cargo*”. Nesse sentido, as loterias seriam o mecanismo que mais se aproximaria do ideal de igualitarismo.<sup>420</sup>

Dessa forma, o governo federal, através do sorteio, procurava impor um mecanismo impessoal de seleção de conscritos, ao mesmo tempo em que se esquivava de qualquer responsabilidade direta pelos destinos dos indivíduos que caíam nas malhas do recrutamento compulsório:

As loterias dramatizam as ambiguidades e tensões inerentes à ideia de desigualdade. Quanto menos diferenças relevantes são reconhecidas entre os recipientes, maiores as probabilidades de resultados que sejam vistos como absurdos de algum ponto de vista substantivo. Operacionalmente, as loterias reduzem drasticamente os custos de informação e decisão de determinada escolha. Elas evitam os problemas de complexidade moral das comparações relativas de escalas de mérito, direitos e consequências. As loterias, sendo procedimentos de decisão mecânicos, limitam também as possibilidades de corrupção e parcialidade dos distribuidores. Por todas essas razões, podem ser preferidas como mecanismo de alocação quando há elevada desconfiança com relação à honestidade dos responsáveis pela alocação.<sup>421</sup>

Por outro lado, na perspectiva da população, o sorteio representava uma ameaça imprevisível, combinando elementos de chance e compulsão. Da análise das propriedades

<sup>417</sup> MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o Sorteio Militar”, Rio de Janeiro, v.24 p.273.

<sup>418</sup> MEZNAR, Joan E. 1992. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in northeast Brazil, 1830-1875”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, no 3, p.335-351.

<sup>419</sup> MENDES, Fábio Faria. Op. Cit. p.274.

<sup>420</sup> *Ibidem*, p.275.

<sup>421</sup> *Idem*.

formais das loterias, pois, emergiriam três pontos críticos relacionados ao sorteio militar nas circunstâncias peculiares da sociedade brasileira da transição do século XIX para o XX:

Primeiro, o problema de *confiança* com relação à eficácia das sanções disponíveis aos refratários, de um lado, e à honestidade dos responsáveis pela alocação, de outro. Sérias dúvidas seriam levantadas, durante as discussões da lei no parlamento, acerca das possibilidades de manipulação discricionária oferecidas pela composição das juntas e pelo modo de produção dos alistamentos.

O segundo problema era a intransitividade entre a contingência e impessoalidade dos resultados (potencialmente absurdos, de qualquer ponto de vista substantivo) e as concepções correntes do significado de uma distribuição ‘justa’ ou ‘equitativa’, corporificados nos ‘hábitos e costumes’ do país. Por fim, considerando-se que o sorteio supõe *n* decisões de *local justice* realizadas de forma descentralizada, especialmente na preparação dos alistamentos, importariam decisivamente as diferenças no desempenho das várias agências locais de alocação da prestação militar, com possíveis resultados agregados de *global in justice*.

Tanto os refratários quanto mesmo os não premiados com um número ‘ruim’ se viam agora sob ameaça permanente de captura. A nova lei exponenciava a incerteza, já crônica, produzida pelas levas [do recrutamento]. A lei determinava que no sorteio seriam tirados números correspondentes ao triplo do contingente designado (...) O número adicional de sorteados tinha em vista considerações de prudência, visto que as isenções requeridas, substituições, dispensas médicas, evasão dos refratários etc. precisavam, de algum modo, ser compensadas por novas designações. Parecia óbvio, entretanto, que o resultado de tal dispositivo seria pôr em movimento sucessivas ondas de refratários em fuga, colocando praticamente toda a população masculina em perigo de se ver chamada às bandeiras a qualquer tempo. A incerteza, que no recrutamento forçado se concentrava em certos momentos críticos, tornava-se permanente, e sempre renovada.

As garantias de equidade e honestidade nos alistamentos, ademais, não pareciam suficientes a ninguém. O arsenal das possibilidades de manipulação dos alistamentos poderia ser tão extenso quanto o das tricas eleitorais. Temia-se que isenções antes obtidas pelo reconhecimento legal de imunidades, privilégios ou utilidade social se tornassem objeto de mercado.<sup>422</sup>

Desse modo, não obstante a presença de elementos políticos locais na organização das listas de conscritos (oficiais da Guarda Nacional e intendentes municipais) o advento do sorteio representaria “*uma perda fundamental para o controle local sobre o recrutamento e as possibilidades de tradução local*”. Do ponto de vista dos muitos opositores à lei do sorteio militar, a presença da principal autoridade municipal na constituição das juntas era

<sup>422</sup> MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o Sorteio Militar”, Rio de Janeiro, v.24, pp.276-277.

interpretada como uma brecha que dava margem às perseguições por parte destas em relação aos seus desafetos políticos.

No entanto, a própria legislação estabelecia sanções bastante rígidas para punir os eventuais fraudadores das listas do recenseamento militar: era prevista pena de um a seis meses e multa para os indivíduos implicados e condenados por semelhante acusação, além da suspensão no caso dos funcionários públicos.

Além disso, o sorteio reduzia drasticamente as possibilidades de negociação e barganha características da dinâmica do recrutamento forçado, impondo a presença de um Estado distante e impessoal. Os laços pessoais estruturados em redes de parentelas, clientes e amigos, até então prevaletes na sociedade brasileira, ofereciam proteção contra as ameaças do recrutamento. O sorteio, em tese, ameaçava eliminar as linhas de demarcação entre protegidos e desprotegidos.<sup>423</sup>

Analisando as razões sociológicas das revoltas populares em oposição à primeira lei do sorteio de 1874, Mendes conclui:

Os alistamentos [baseados no sorteio] reduziam drasticamente os *horizontes de invisibilidade da população*, que até então indisponibilizavam grande parte dela para fins militares. De outro lado, o sorteio evocava uma ideia de equidade na distribuição dos encargos que procurava eliminar as possibilidades de tratamento discricionário. Paradoxalmente, as fontes do ódio popular à lei baseavam-se precisamente na crença na justiça da distribuição *desigual* do encargo e no temor de sua distribuição *incerta*.<sup>424</sup>

### 5.3 A POPULAÇÃO DO ESTADO DE MATOGROSSO E A DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS DO EXÉRCITO PELO SEU TERRITÓRIO

Entre 1890 e 1920, a população do Estado de Mato Grosso saltou de 92.827 habitantes para 246.612, sendo que a população masculina teve um acréscimo considerável em comparação com a feminina: enquanto a primeira teve um incremento na ordem de 73.349 habitantes, a segunda aumentou em cerca de 55.238 habitantes entre os anos de 1900 e 1920. Observa-se, igualmente, que houve forte incremento populacional nas faixas etárias de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 30 a 39 anos, só perdendo quando em comparação com as faixas

---

<sup>423</sup> MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o Sorteio Militar”, Rio de Janeiro, v.24 pp.277-278.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p.279.

etárias mais jovens. Em todo caso, a população masculina vinha se mantendo superior à feminina desde, pelo menos, a época em que foi realizado o censo de 1872.

Lamentavelmente, não é possível determinar, dentro do universo masculino da população mato-grossense, quantos eram nacionais e quantos eram estrangeiros, entretanto, dos totais gerais (incluindo homens e mulheres) apurados pelos censos de 1890 (92.827), 1900 (118.025), 1920 (246.612) e 1940 (432.265) nota-se que a população de origem nacional era de 91.869 brasileiros natos e 958 brasileiros naturalizados em 1890; 105.820 brasileiros natos, 11.072 brasileiros naturalizados, 95 estrangeiros e 1.038 pessoas sem declaração de nacionalidade em 1900; 220.948 brasileiros natos, 235 brasileiros naturalizados, 25.086 estrangeiros e 343 pessoas sem declaração de nacionalidade em 1920; e, finalmente, em 1940, 408.953 brasileiros natos, 953 brasileiros naturalizados, 22.264 estrangeiros e 105 pessoas não declararam sua nacionalidade.<sup>425</sup>

Poucas concentrações populacionais chegavam a uma única dezena de milhar de habitantes e a maior parte das pessoas vivia nas zonas rurais dos municípios. Segundo informações encontradas no *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, os três maiores núcleos urbanos do Estado eram: Cáceres, com 8.000 habitantes (sendo 15.000 em toda a área do município), Corumbá, com 15.000 habitantes, e Cuiabá, com 22.000 habitantes. Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, apresentava a surpreendente cifra de 35.000 habitantes em toda a área do município, embora apenas 3.000 pessoas desse total efetivamente residissem em seu setor urbanizado.

Outros municípios que apresentavam efetivos populacionais importantes para o contexto mato-grossense eram Porto Murtinho (12.000), Paranaíba (35.000, sendo apenas 1.000 no setor urbano), Campo Grande (50.000, sendo 5.000 no setor urbano), Rosário (1.500), Poconé (cerca de 4.500), Mato Grosso (1.000), Nioaque (5.000), Aquidauana (6.000, sendo 2.000 no setor urbano), Três Lagoas (cerca de 1.000) e Miranda (cerca de 1.000).<sup>426</sup>

Como se pode notar, embora dois dos três maiores municípios do Estado, incluindo a Capital, fossem *nortistas*, a maior parte dos municípios importantes e mais povoados se localizavam no Sul. Nesse sentido, a tendência à concentração das forças do Exército nesta

---

<sup>425</sup>IBGE – Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento. *Série Regional*. Volume XXIX. Estado de Mato Grosso. Censos Demográfico e Econômicos. Rio de Janeiro, 1956, p.1.

<sup>426</sup>ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914. Todas essas informações estão contidas entre as páginas 320 e 421 do documento citado.

última porção do Estado, além de respeitar a uma postura estratégica orientada para a defesa de regiões de fronteiras consideradas mais críticas, era uma decorrência da própria distribuição populacional no espaço mato-grossense.

Ainda considerando a questão da proporcionalidade da distribuição das forças do Exército pelo território nacional e mato-grossense, é de se considerar as informações a respeito das principais características demográficas apontadas pelos censos relativos aos anos de 1890, 1900 e 1920 que, embora sejam reconhecidamente deficientes em informações e até pouco confiáveis, nos oferecem algumas pistas acerca do “*material humano*” a ser procurado pelas autoridades militares federais em terras mato-grossenses naqueles princípios do século XX, para efeito do recrutamento, sobretudo em termos quantitativos.

Segundo o articulista Mário Clementino de Carvalho, o serviço militar era, “*indubitavelmente*”, um tributo e se seu peso não se fazia sentir sobre os ombros do cidadão brasileiro, sob a forma tangível de uma verdadeira servidão, era porque o Brasil não possuía “*organização militar digna desse nome*” e o Exército brasileiro era, “*em sua quase totalidade*”, constituído por “*mercenários*”, cujo o “*único interesse*” era o de “*se conservarem indefinidamente alistados para se furtarem aos azares da luta pela vida*”.<sup>427</sup> Assim, numa “*organização normal, o serviço militar será um tributo real*”. Nessas condições, o mais “*rudimentar espírito de justiça estabeleceria que ele [o serviço militar] fosse proporcional, isto é, que ele não pesasse mais sobre uma parte do que sobre outra ou outras*”.<sup>428</sup>

A primeira consequência desse estado de coisas ideal seria o fenômeno, que se observava nos “*países regularmente militarizados*”, da coincidência das unidades mais fortes com os focos “*mais densos de população e vice-versa*”.<sup>429</sup> Decorreria disto que o primeiro princípio daí decorrente era o de que as unidades de um exército bem organizado deveriam estar distribuídas pelo território “*proporcionalmente*” e na “*razão direta*” da “*proporcionalidade da sua população*”.<sup>430</sup>

Para o mesmo articulista, tomando como unidade de comparação o batalhão de infantaria de três companhias, unidade básica da organização militar terrestre brasileira de então, um exame superficial das forças distribuídas em algumas das regiões militares dava uma ideia da absoluta desproporcionalidade existente entre a força militar relativa a cada uma

<sup>427</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército. *O Comércio*. Cuiabá, 13 de jul. de 1911, p.2.

<sup>428</sup> Idem.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> Idem.



e a população respectiva dos Estados nelas compreendidos, fato que constituía, segundo o seu modo de ver, uma das “*maiores infrações contra o princípio da organização regional e, por conseguinte, um dos maiores defeitos da organização*” do Exército brasileiro.<sup>431</sup>

A força estacionada na 4ª Região Militar (que compreendia os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte) tinha uma população de 1.400.000 habitantes, sendo que os seus efetivos não alcançavam o de um único batalhão de infantaria. No entanto, a tropa sob as ordens da 11ª Região Militar (compreendendo os Estados de Santa Catarina e Paraná) daria, “*sem exagero*”, 18 batalhões de infantaria, sendo que a população desses dois Estados, juntos, era de aproximadamente 739.000 habitantes.<sup>432</sup> Enquanto a 10ª Região Militar (São Paulo e Goiás), que defendia uma população de 2.840.000 habitantes, tinha uma força que atingiria, no máximo, a proporção de três batalhões de infantaria, a 9ª (compreendendo apenas o Distrito Federal), com uma população de 850.000, tinha o bastante para 17 batalhões.<sup>433</sup>

Finalmente, a 8ª Região Militar (que compreendia os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais), com uma população de 5.500.000 habitantes tinha apenas efetivos para completar três míseros batalhões, enquanto a 13ª Região Militar (Mato Grosso), com uma população de 160.000,<sup>434</sup> possuía efetivos equivalentes a 16 batalhões de infantaria. Nessas condições, a desproporcionalidade para mais da concentração de forças em Mato Grosso só sairia perdendo para o Rio Grande do Sul que, com uma população de aproximadamente 1.350.000 habitantes, poderia organizar, com os efetivos do Exército presentes naquele Estado, um contingente composto de 44 batalhões de infantaria.<sup>435</sup>

Está bastante caracterizada a tendência geral do Exército de se concentrar, não apenas em Mato Grosso, mas num sentido mais amplo, para a defesa das porções meridionais do espaço territorial brasileiro. Contudo, ainda aproveitando as ideias desenvolvidas por Mário Clementino de Carvalho, percebe-se que, dentre as consequências mais imediatas dessa política, evidencia-se que esta situação constituía um “*obstáculo à militarização completa da Nação*”, infringia o “*princípio da militarização proporcional*”, “*perturbava*” e “*anarquizava*”

---

<sup>431</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército. *O Comércio*. Cuiabá, 13 de jul. de 1911, p.2.

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> O autor não informou suas fontes acerca dos dados demográficos apresentados.

<sup>435</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. *Op. Cit.*, p.02.

a administração, especialmente no concernente à aplicação do sorteio militar, além de contrariar os interesses individuais dos cidadãos.<sup>436</sup>

Destarte, para Carvalho, decretar o serviço militar obrigatório não era o bastante, se tornava também necessário dividir o País em regiões racionais de recrutamento e, em segundo lugar, colocar nas regiões mais densas do mesmo núcleos da força federal, incluindo todas as armas e serviços, para tornar efetiva a lei do sorteio militar em cada região brasileira. O desequilíbrio e, conseqüentemente, a concentração de forças em alguns pontos do País comprometiam o bom funcionamento do sistema de conscrição no nível nacional. Assim, para o autor, o princípio da *militarização proporcional* era

gravemente infringido, é por demais evidente. Ninguém diria, por exemplo, que seria equitativo e justo obrigar o Estado de Mato Grosso, com uma população de 160.000 habitantes, a fornecer o equivalente a 16 batalhões de infantaria, enquanto que a 5.<sup>a</sup> região (Pernambuco e Paraíba) com 2.600.000 habitantes, forneceria apenas o efetivo de dois batalhões.

A conseqüência disso são os fatos seguintes: ou as regiões que não podem *nutrir em homens* as suas forças, tem-nas perpetuamente reduzidas ao *esqueleto*, como é o caso de Mato Grosso, ou o Ministério da Guerra é forçado a manter uma contínua circulação de homens das regiões escassas em pessoal.

O princípio fundamental da *Nação Armada* estabelecia que a tropa deveria ser eminentemente local e regional, isto é, deveria ser organizada em torno do lar dos conscritos.<sup>437</sup> A esse respeito, os defensores dos princípios de proporcionalidade na distribuição das forças do Exército pelo território nacional, utilizavam um argumento emocional bastante recorrente entre os militares:

Mas a questão tem ainda um outro aspecto que os tratadistas militares não deixaram de tomar em consideração: é que o homem é *melhor* soldado em sua terra do que em outras: colocados sob as vistas dos parentes e conhecidos, uma simples questão de amor próprio faz nascer a emulação individual, o espírito de classe e até o espírito de corpo – sentimentos que reagem favoravelmente sobre a quantidade da tropa.<sup>438</sup>

Essa maneira de pensar, na época da publicação desses artigos, não era exatamente nova nos meios militares brasileiros. Desde, pelo menos, princípios daquele século, os sucessivos relatórios ministeriais eram bastante incisivos na argumentação acerca da

<sup>436</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército. *O Comércio*. Cuiabá, 13 de jul. de 1911, p.2.

<sup>437</sup> Idem.

<sup>438</sup> Ibidem, pp..02-03.

necessidade da constituição de reservas e forças baseadas nos elementos humanos locais e regionais. Essa necessidade militar, inclusive, ajuda a entender o grande esforço feito pelo Exército no sentido de estimular a formação de *Linhas de Tiro* ou *Tiros de Guerra*: o seu objetivo era a constituição de reservas locais e regionais prontas para atuarem em eventuais mobilizações militares. Nas palavras do então ministro Caetano de Faria era, pois, “*indispensável a instrução militar obrigatória, e que os cidadãos venham aos quartéis aprender a defender seus lares, a honra e a soberania da Nação*”.<sup>439</sup>

Segundo Mario Clementino, embora o Ministério da Guerra fixasse anualmente o contingente anual que cada Estado era obrigado, por lei, a fornecer, ressaltando assim o princípio da representação proporcional no Exército, mesmo que essa contribuição fosse “*escrupulosamente paga por todos os Estados da República*”, o que, na sua opinião, estava muito longe de ser o caso, ainda assim a distribuição desigual da tropa pelo território nacional conservaria todos os inconvenientes. Na prática, o tributo do serviço militar era, de maneira geral, pago *voluntariamente* apenas pelos nortistas, que eram conduzidos, com grandes “*embaraços administrativos*”, para o Sul e Oeste do País. Essa contínua circulação de homens do Norte para o Sul e Oeste do País, custeada pela União, era, no seu entender, contrária aos interesses individuais dos cidadãos, afetados que eram com o seu “*afastamento forçado do lar e os deslocamentos contínuos longe da sua terra natal e dos seus*”.

O estado “*deplorável*” em que se achavam os corpos do Rio Grande do Sul e, sobretudo, de Mato Grosso atestavam, ainda segundo esse autor, que esse “*fluxo de homens do norte para o sul*” eram “*completamente insuficientes para atender às necessidades do Exército*”.<sup>440</sup> A situação verificada no Exército, àquela época, era bastante precária: havia ainda por organizar, no ano de 1911, 41 unidades já previstas na Reforma de 1908.<sup>441</sup>

Em Mato Grosso, as dificuldades estruturais do Exército eram ainda mais dificultadas pelas distâncias avantajadas que separavam as concentrações militares, pela distância dos próprios centros de decisões, pela recalcitrância dos oficiais em irem servir naquelas paragens, enfim, pela falta de materiais que incluía desde armamentos (especialmente no tocante ao material

---

<sup>439</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1915*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 5.

<sup>440</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército [continuação]. *O Comércio*. Cuiabá, 15 de jul. de 1911, p. 02.

<sup>441</sup> Idem.

bélico essencial ao funcionamento das armas de artilharia e cavalaria) e, sobretudo, meios de transporte terrestres e fluviais.<sup>442</sup>

#### 5.4 OS MEIOS DE DEFESA DO EXÉRCITO NO ESTADO DE MATO GROSSO

Segundo o relatório ministerial relativo aos trabalhos efetuados em 1912, na 13ª Região Militar, então comandada pelo coronel de infantaria Francisco Flarys, a instrução militar havia sido “*quase incompleta*”, em razão da “*deficiência de pessoal*”, pois era rara a folga “*nos serviços de guardas, patrulhas e outros*”, constatando-se a mesma dificuldade com relação aos “*oficiais que acumulam dois e mais cargos; no serviço de escala a folga é pequena, devido aos trabalhos de expediente e justiça*”.<sup>443</sup>

Os meios de transporte fluviais eram “*precários e indecisos*”, pois dependiam “*sempre da época das cheias, tornando-se as viagens irregulares*”. Além disso, Mato Grosso, na opinião do autor do relatório, possuía “*diversos rios navegáveis porém não navegados*” devido à “*impossibilidade de utilizar-se deles com segurança*”.<sup>444</sup> No tocante à malha de transportes terrestres, mesmo na área cortada pelos trilhos da Noroeste do Brasil, ficava impedido parcialmente o trânsito, na região do pantanal, na época das cheias.

Do ponto de vista militar, observa-se que pelo “*traçado dessa via férrea*”, a locomotiva percorria “*insignificante parte desse grande Estado, sendo de supor-se, portanto, que por muitos anos ainda as viagens por terra sejam feitas em carretas e cargueiros, só cessando, quando da linha tronco partirem ramais para os pontos essenciais*”. Infere-se, a partir do exposto, que a mobilização militar nessa área seria feita com “*muitas dificuldades*” e depois de “*tempo longo e indeciso*”.<sup>445</sup> O autor ainda considerava conveniente estabelecer, para fins militares, a ligação ferroviária e telegráfica entre Ponta Porã e Nioaque, Bela Vista e Campo Grande e desta última localidade a Aquidauana.<sup>446</sup>

<sup>442</sup> A esse respeito vale verificar os relatórios ministeriais de 1905 em diante, que passaram a incluir tópicos referentes a cada uma das regiões militares, que nada mais eram do que a transcrição dos relatórios dos seus próprios comandantes, como se pode notar.

<sup>443</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p.86.

<sup>444</sup> Ibidem, p.87.

<sup>445</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p.87.

<sup>446</sup> Ibidem, pp.87-88.

A presença militar institucionalizada em Mato Grosso, como se viu, tradicionalmente vinha respeitando, desde os tempos coloniais, a perspectiva estratégica que indicava a distribuição das forças de terra ao longo das faixas de fronteira mais meridionais e no sentido de fixar os pretensos oponente hispano-americanos para além da margem direita do sistema fluvial do Paraguai-Guaporé. Contudo, para a nova concepção de organização militar que estava ganhando corpo no País nas primeiras décadas do século XX, baseada na concepção *divisionária* da distribuição dos corpos do Exército e sustentada pela aplicação do serviço militar obrigatório, aquela perspectiva estratégica contrastava com o que era visto como moderno, que, no fim das contas, era à feição dos exércitos francês, alemão, japonês e russo.

Em relatório relativo às atividades desenvolvidas no ano de 1914 pelo Ministério da Guerra, Caetano de Faria, descrevendo suas intenções com relação à reforma do Exército que pretendia implementar no quadriênio ministerial que se estava iniciando informa qual objetivo se pretendia atingir com a organização divisionária e o serviço militar obrigatório:

Duas considerações fundamentais serviram de base àquele trabalho [de remodelação do Exército]: a primeira é que o efetivo de um exército deve ser tal que permita, sem destruir a coesão da tropa, incorporar reservistas em número bastante para que a primeira linha tenha força suficiente para opor-se às primeiras operações do adversário, em caso de guerra, impedindo assim a violação do território da Pátria; a segunda é que o exército do tempo de paz deve ser constituído de modo que possa passar ao pé de guerra pela inserção de reservistas, sem criação de unidades ou órgãos novos; *é esta uma fórmula clássica cujo desprezo constituiu uma das razões principais do insucesso da Rússia na guerra contra o Japão.*

Mas, se a primeira linha é destinada aos primeiros embates com o inimigo, e a levar a guerra ao seu território, é indispensável dispor-se de outros elementos para guarnecer as fortificações, garantir a segurança dos caminhos de ferro, a ocupação de territórios e ainda preencher as faltas que se forem dando na primeira linha; a guerra atual é feita com o levantamento em massa da população válida e, portanto, ‘todos devem, pelo menos, estar em estado de resistir a uma invasão inimiga por uma defesa local, e combater o adversário sob a forma de uma guerra nacional, se ele transpuser as fronteiras do país’ (general von Bernhardt, *A Guerra hoje*).<sup>447</sup>

Essa tentativa de assemelhar a feição do Exército brasileiro aos grandes exércitos do momento, contudo, não condizia, exatamente, com uma postura defensiva no plano político internacional. A verdade é que os países em questão estavam envolvidos numa guerra (a de 1914-1918), cuja principal causa é atribuída a uma *corrida armamentista* e às disputas de

<sup>447</sup>BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1915*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p.5.

cunho imperialistas. Assim sendo, a organização militar desses países nada tinha de defensiva, antes funcionava como uma ponta de lança da ação imperialista no plano internacional. É possível questionar, com efeito, o verdadeiro sentido da *modernização* militar e da *racionalização burocrática* do seu aparelho administrativo no longo prazo. Em outras palavras, cabe verificar se os resultados atingidos por esse processo foram, ao fim e ao cabo, propriamente militares ou, num sentido mais amplo, modernizadores e racionalizadores da própria estrutura burocrático-econômica do País.

Igualmente, seria o caso de se colocar em questão o próprio conceito de *defesa nacional*. A preocupação em se constituir um exército “*verdadeiramente nacional*” talvez reflita uma preocupação bastante cara aos militares de qualquer país ocidental ou ocidentalizado: anular ou atenuar as forças centrífugas no interior das nações e reforçar o poder central. No tocante ao caso brasileiro das primeiras décadas do século XX, é sintomática a preocupação em marcar a presença da principal instituição do poder central à época, o próprio Exército, em regiões onde a sua manifestação física era relativamente fraca. A presença do Exército, como já visto, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo (os mais populosos da União) era precária. Tratavam-se, por outro lado, dos Estados mais ricos, populosos e industrializados do País, além de ocuparem, geograficamente, os seus pontos mais centrais.

Assim, a preocupação em manter o Exército em estado de *meia concentração* sobre o sul da República e sobre o sul de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, era contrária às ideias de organização militar mais “*adiantadas da época*”.<sup>448</sup> A preocupação em tornar o Exército uma força “*genuinamente nacional*” e não apenas uma “*organização antiquada*”, tributária de uma concepção militar que vinha de “*um tempo em que o exército permanente era uma organização a parte no corpo nacional, uma espécie de **gerdarmeira** destinada ao policiamento da fronteira*” implicava em uma postura acerbamente crítica com relação à “*inércia*”, “*obstinação*” e “*teimosia*” em “*conservar*” aquele estado de coisas. Isto, numa época de “*ideias inteiramente modernas*”, poderia “*custar-nos decepções amargas e irremediáveis*”.<sup>449</sup>

A defasagem brasileira, no concernente à sua organização militar, era evidente não apenas quando comparada aos exércitos das grandes potências. Não era sequer necessário

<sup>448</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército [continuação]. *O Comércio*. Cuiabá, 15 de jul. de 1911, p. 02.

<sup>449</sup> Idem.

atravessar o Atlântico, bastava “lançar os olhos para o mapa da distribuição da força na Argentina”:

O observador mais superficial compreenderá à primeira vista que o perigo que há para nós de sermos invadidos pelos Argentinos é o mesmo que existe para a Argentina ser invadida pelos Brasileiros. No entanto, veja-se como os dois povos procedem diferentemente: enquanto que a estratégia argentina, inspirada nos moldes europeus, consiste em deixar cada divisão, cada brigada e cada regimento, em seu lugar, isto é, no lugar que lhe compete na organização regional, e fazer convergir para a fronteira brasileira o seu formidável sistema ferroviário a estratégia brasileira consiste em [a]grupar nos pontos ameaçados dezenas e dezenas de corpos que as regiões ocupadas não pode[m] nutrir em homem[ns], e cujos claros, por conseguinte tem de ser preenchidos por elementos vindos de outras regiões – o que impede a militarização gradual de umas e de outras, e destrói por completo a harmônica e proporcionalidade que caracteriza a organização regional.<sup>450</sup>

Restringindo a escala de observação às plagas mato-grossenses, o mesmo articulista observa que, a região militar correspondente ao seu território, não obstante possuir uma população de 160.000 habitantes, a força que lhe fora assinalada pela distribuição de forças correspondia a um forte contingente de 16 batalhões de infantaria, os quais a mesma população:

*não pode absolutamente nutrir em homens, e que está destinada a viver perpetuamente em um estado de miséria orgânica, a menos que o Ministério da Guerra não dirigir para essa região um fluxo regular de homens de outros pontos do país.* Como isso não se dá, se não intermitentemente, o resultado é que os corpos de Mato Grosso viveram sempre e ainda vivem em estado de absoluta desorganização. Por conseguinte, uma força mantida nessas condições de força só tem o nome e a realidade é que, não obstante as numerosas unidades distribuídas pelo sul do Estado, a fronteira está quase tão indefesa como se lá não existisse força alguma.<sup>451</sup>

Essa preocupação com a concentração de forças no Sul de Mato Grosso, bem como nos Estados do Sul do País, era resultado da experiência brasileira na campanha da Tríplice Aliança:

Se se perguntar a um oficial do Exército o que é que justifica a aglomeração em Mato Grosso de um número tão grande de unidades em absoluto desacordo com os princípios básicos da organização regional e com os recursos da região em pessoal – ele se voltará

<sup>450</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército [continuação]. *O Comércio*. Cuiabá, 15 de jul. de 1911, p. 02.

<sup>451</sup> C Idem.

profundamente admirado da pergunta e responderá simplesmente: que isso é assim – *porque Mato Grosso é fronteira com o Paraguai*.

Ora, a campanha do Paraguai deixou-nos na alma vestígios indeléveis... A série de espantosos acontecimentos que se desenrolam nas regiões limítrofes da terra brasileira e da terra paraguaia, os horrores da invasão, o saque e o incêndio das cidades, a devastação dos campos brasileiros – tudo isso nos produziu uma impressão tal que nós, vencedores embora na gigantesca peleja, ficamos sofrendo do que se pode chamar – *a obsessão Paraguai*.

Essa obsessão repercutiu na própria organização do Exército: “*Tomados por um pavor de crianças, o Paraguai se nos apresenta ainda hoje como um ‘papão’ formidável, calçado de botas de sete léguas*”. Com efeito, na preocupação de assegurar “*à Nação um sono tranquilo*”, pontilharam “*as verdes campinas do Apa de batalhões, regimentos e brigadas que só existem no papel*”.<sup>452</sup>

Contudo, para Mário Clementino, a ocupação militar das campinas do Apa era um erro estratégico. No seu entender o acesso ao “*remoto Estado do oeste*” poderia ser levado a efeito por via fluvial ou terrestre. Portanto, uma boa defesa naval e a reorganização do forte de Coimbra trancariam as “*portas dos rios*”. Além disso, a transformação de Corumbá em praça forte afastaria as probabilidades “*bem discutidas e admissíveis*” de uma agressão ao oeste brasileiro.<sup>453</sup>

A posição geográfica ocupada por Corumbá, com acesso “*fácil*” a qualquer ponto do Estado, seria a “*base natural de nossas operações, a nossa chave estratégica, fosse qual fosse a região atacada*”. Sem apresentar qualquer justificativa, afirma: “*A invasão do sul do Estado pela fronteira do Paraguai é muito pouco provável – por motivos de ordem estratégica – quer pelos paraguaios, quer pelos argentinos*”. Por isso, embora isso não quisesse dizer que deixariam “*o sul indefeso*”, algumas unidades ali aquarteladas teriam que desaparecer. Com efeito, a natureza pastoril da porção sul de Mato Grosso, com campos ligeiramente ondulados, excelência das suas pastagens e o “*caráter da sua população*” em que predominava “*o elemento rio-grandense*” indicavam a região como “*um habitat natural de cavalaria*”. Por essa razão não haveria necessidade de “*forçar os princípios da organização regional*” e Mato

---

<sup>452</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército [continuação]. *O Comércio*. Cuiabá, 15 de jul. de 1911, p. 02. Grifos do autor.

<sup>453</sup> Idem.



Grosso deveria contar, para a sua própria defesa, com tropas levantadas dentro “*dos recursos da sua população*”.<sup>454</sup>

Portanto, o problema defensivo de Mato Grosso dependia muito mais do sistema ferroviário brasileiro do que do levantamento de tropas locais. Com a chegada da via férrea a Mato Grosso, então em construção, esse problema teria solução e a “*questão*” da sua defesa seria reduzida às suas “*verdadeiras proporções*”.

Um regimento de cavalaria completo, algumas metralhadoras e canhões de tiro rápido, além de alguma tropa subsidiária, tudo dentro dos recursos da população do Estado, inspecionariam eficazmente a fronteira do Apa. No caso pouco provável da invasão, essa força, apoiada nos *numerosos elementos militarizados da população local*, fará bravamente frente ao inimigo até a chegada, talvez desnecessária de uma ou duas das nossas divisões de leste.<sup>455</sup>

Como se pode notar, os chamados *elementos militarizados* da população que ocupava o Sul de Mato Grosso, tidos como numerosos, eram também considerados como fator de mobilização defensiva. Consequentemente, a capacidade de arregimentação dos coronéis de baração e cutelo era, além de elemento indelével da própria constituição da ordem naquelas plagas, um recurso de defesa a ser considerado.

Constituindo a política de concentração de forças militares federais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso um erro orgânico, administrativo e estratégico, a defesa do território brasileiro deveria se apoiar em quatro princípios: 1) militarização tão completa quanto possível da massa combatente da Nação; 2) militarização proporcional; 3) simplicidade administrativa; e 4) obediência aos princípios da *Grande Guerra*. Na prática, isso queria dizer que as regiões militares deveriam constituir divisões em tempo de guerra, com tropas de primeira linha e suas reservas, e a distribuição das forças do Exército se ordenariam de acordo com as proporções relativas da população. O que, do ponto de vista do autor, significava

retirar corajosamente do Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso as unidades que excedem à dotação proporcional à população, e distribuí-las equitativamente pelas regiões militares de São Paulo, de Minas Gerais, do

---

<sup>454</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército [continuação]. *O Comércio*. Cuiabá, 15 de jul. de 1911, p.02.

<sup>455</sup> *Ibidem*, pp.02-03. Grifos meus.

Estado do Rio e do Norte, para servirem de núcleo à organização das nossas futuras divisões de exército.<sup>456</sup>

Mário Clementino de Carvalho pertencia ao grupo de jovens oficiais empenhados em reformar o Exército nas décadas iniciais do século XX com base na organização militar alemã, mais conhecidos como *Jovens Turcos*. Essa série de artigos, publicadas no jornal *O Comércio* entre os dias 13 e 18 de julho de 1911, foi originalmente publicada no *Boletim do Estado Maior do Exército*, órgão, na época, chefiado pelo general-de-divisão José Caetano de Faria que manifestava grande entusiasmo pela ação dos jovens turcos.<sup>457</sup> Caetano de Faria exerceu profunda influência sobre a organização do Exército naqueles anos, pois tendo inicialmente ocupado a função de chefe do Estado Maior do Exército no quadriênio de 1910-1914 foi, no seguinte, alçado ao cargo de ministro da Guerra (1914-1918).

Com efeito, durante a sua administração no Ministério da Guerra, além de ter visto em prática o sorteio militar, encetou reforma na distribuição das forças do Exército que seria muito pouco modificada nas suas bases nas décadas seguintes. Tratava-se da Reforma de 1915, que era a concretização dos planos que o próprio Caetano de Faria havia elaborado no quadriênio anterior, quando era chefe do Estado Maior, onde era assessorado pelo primeiro-tenente Mário Clementino.<sup>458</sup>

## 5.5 OS EFEITOS DA REFORMA DE 1915 EM MATO GROSSO

No que diz respeito a Mato Grosso, essa reforma foi bastante drástica. Até 1908 sediava o 7º Distrito Militar, composto por três batalhões de infantaria (aquartelados nas cidades de Cuiabá, Cáceres e Corumbá), um batalhão de artilharia de posição (Corumbá) e um regimento de cavalaria (em Nioaque). A Lei 1860 do mesmo ano, transformou o 7º Distrito Militar na 13ª Região Militar, equivalente a uma divisão do Exército em tempo de guerra, o que havia representado, pelo menos no papel, uma expansão considerável dos corpos de tropa do Exército na região.

---

<sup>456</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. O Estado Atual do Exército [continuação]. *O Comércio*. Cuiabá, 15 de jul. de 1911, p.03.

<sup>457</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo : Companhia das Letras, 2007, p. 218.

<sup>458</sup> Idem.

Essa transformação fez-se acompanhar pela criação de três regimentos de infantaria (com três batalhões cada, criados em Corumbá, Cáceres e Cuiabá), um regimento de cavalaria (mantendo-se o já existente, que foi transferido de Nioaque para Bela Vista), um regimento de artilharia (em Campo Grande), um batalhão de engenharia (em Aquidauana), uma companhia de caçadores (infantaria), uma bateria de obuses, um parque de manutenção, um esquadrão de trem, um pelotão de estafetas, uma companhia de metralhadoras, sem falar na brigada estratégica, que seria um órgão superior de comando, subordinada apenas ao comandante da Região e ao Ministério da Guerra.<sup>459</sup> As unidades então existentes foram mantidas.

Desnecessário dizer que a Reforma de 1915, que se seguiu à de 1908, implicou em uma substancial diminuição dos efetivos federais terrestres em Mato Grosso. Até aquele momento, o sorteio militar ainda não havia vingado e, dada a deficiência crônica de oficiais naquele Estado, muitas das organizações militares previstas sequer haviam sido organizadas quando foram extintas, sete anos após terem sido criadas. Com efeito, dos três regimentos de infantaria previstos pela Reforma de 1908, apenas um, o 13º RI, apresentava-se “*completo*”, ou seja com três batalhões. Os demais, o 14º e o 15º, estavam com efetivos desfalcados e tinham organizados apenas 2 batalhões cada quando da sua transferência de Mato Grosso para outras regiões, respectivamente em 1915 e 1914.<sup>460</sup>

Apenas um dos dois regimentos de cavalaria previstos para funcionar em Mato Grosso existia em 1914: o 3º Regimento de Cavalaria, de Bela Vista, sendo que esboçou-se a criação de outro, com a transferência de um esquadrão daquele para a cidade de Ponta Porã. Em todo o caso, essa intentona foi suprimida também pela reforma de 1915. O 5º Regimento de Artilharia de Campanha e o 3º Batalhão de Artilharia de Posição foram suprimidos e deram lugar ao 13º Grupo de Artilharia Montada, com efetivos equivalentes à metade de um regimento.<sup>461</sup>

---

<sup>459</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, pp. 103-104.

<sup>460</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1915*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 88.

<sup>461</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1916*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, p. 64.

O 5º Batalhão de Engenharia, ainda sob o comando do coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, persistia nos trabalhos de levantamento das linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas, trabalho concluído apenas décadas adiante.<sup>462</sup> Contudo, para fins de operacionalidade militar, essa unidade não chegou a se organizar. Apenas na década de 1920, seria organizada uma unidade de engenharia no Estado.

A 5ª Brigada Estratégica, órgão essencialmente operacional, como o seu próprio nome revela, jamais encontrou condições de organização. Estava prevista a sua instalação no município de Aquidauana, contudo, o seu comando sempre foi cumulativamente exercido com o da 13ª Região Militar. A Reforma de 1915 também eliminou a existência administrativa desse órgão. Em 1915, portanto, a 13ª Região Militar foi extinta e, em seu lugar, foi criada a Circunscrição Militar de Mato Grosso, também denominada 1ª Circunscrição Militar a qual, na década de 1930, viria a dar lugar à 9ª Região Militar.

Inicialmente a CMMT, juntamente com a 2ª Circunscrição Militar (Paraná e Santa Catarina) e o Estado de Goiás, foi incorporada à 6ª Região Militar (sede na cidade de São Paulo). Contudo, na década de 1920 essa organização, que tinha nível de brigada, passou a responder diretamente ao Ministério da Guerra. Com efeito, durante as operações militares encetadas contra os tenentes entre, 1924 e 1927, o comando da CMMT já agia de forma autônoma, embora as comunicações com o comandante da 6ª RM não deixassem de ser frequentes.

A diminuição dos efetivos do Exército em Mato Grosso, como se viu, respondeu a uma tendência geral de o Exército reduzir a concentração de suas forças em áreas tradicionalmente militarizadas e aumentar sua presença em áreas pouco militarizadas e, por outro lado, com contingentes populacionais relativamente maiores. Contudo, cabe questionar, ao menos em parte, a percepção das lideranças militares com relação à realidade demográfica do Estado de Mato Grosso.

---

<sup>462</sup> Cf. MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

## 5.6 DEMOGRAFIA E RECRUTAMENTO EM MATO GROSSO

Embora, em termos comparativos, a população mato-grossense fosse deveras rarefeita,<sup>463</sup> a análise numérica dos seus efetivos populacionais masculinos permite, pelo menos, colocar em questão a afirmação de que o Estado não poderia “*nutrir em homens*” as unidades nele aquarteladas. Num primeiro momento, nos anos imediatamente posteriores à Proclamação da República, observa-se uma tendência geral à diminuição dos efetivos militares no Estado, embora as organizações militares ali presentes continuassem as mesmas, apenas com uma ligeira modificação: é que o antigo Corpo de Cavalaria, aquartelado em Nioaque, foi transformado no 7º Regimento da mesma arma e transferido daquela cidade para Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, provavelmente com o objetivo de coibir o contrabando e as recorrentes *tripulias*<sup>464</sup> de paraguaios que, eventualmente, cruzavam a fronteira para cometer toda a sorte de crimes em território brasileiro.

Quadro IV – Efetivos e <i>Claros</i> conhecidos do 7º Distrito Militar (1890-1907)*												
Unidades	2º BAP		7º RC		8º BI		19º BI		21º BI		7º DM (Total)	
	E	D	E	D	E	D	E	D	E	D	E	D
Ano												
1890	350	+21	172	233	371	54	294	131	383	42	1.570	439
1891	277	52	229	176	329	96	231	194	325	100	1.391	618
1895	182	147	221	184	268	157	142	283	210	215	1.023	986
1898	176	153	191	214	210	215	196	229	149	276	922	1.087
1899	193	136	79	326	190	235	190	235	112	313	764	1.245
1900	161	168	87	318	164	261	100	325	113	312	625	1.384
1901	184	145	93	312	203	222	118	307	205	220	803	1.206
1902	191	138	105	300	224	201	130	295	119	306	769	1.240
1903	203	126	164	241	205	220	176	249	223	202	971	1.038
1904	170	159	148	257	195	230	189	236	159	266	861	1.148
1905	157	172	115	290	204	221	117	308	160	265	753	1.256
1906	232	97	129	276	213	212	208	217	220	205	1.002	1.007
1907	326	3	114	291	305	120	287	138	336	89	1.368	641

Convenções: E: efetivos e D: déficit. 2º BAP: 2º Batalhão de Artilharia de Posição; 7º RC: 7º Regimento de Cavalaria; 8º BI: 8º Batalhão de Infantaria; 19º BI: 19º Batalhão de Infantaria; 21º BI: 21º Batalhão de Infantaria e 7º DM: 7º Distrito Militar.

Informações extraídas dos Relatórios do Ministério da Guerra nos respectivos anos.

\* Excluídos os efetivos da Fábrica de Pólvora de Coxipó e do Arsenal de Guerra de Cuiabá.

<sup>463</sup> O Professor Paulo Cimó Queiroz arrola entre as dificuldades vividas pelos empreiteiros responsáveis pela construção da NOB em Mato Grosso a incapacidade de se arrebanharem mão-de-obra suficiente. Cf., por exemplo, QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, p. 66 e 89.

<sup>464</sup> O termo não é dicionarizado, entretanto, é mantido em razão de sua frequente utilização por parte das autoridades civis e militares da região no período em foco. O sentido é de bagunça, mazorca, ausência de ordem; aproximando-se, com efeito, da significação do vocábulo *estripulia*, conforme HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva, 2009. Consulta eletrônica.

Assim, como é possível observar no quadro supracitado, os efetivos dos praças ficavam muito abaixo do que era previsto pelos regulamentos militares. A situação do Exército em Mato Grosso nas décadas iniciais da República, como se vê, piorou consideravelmente. O cruzamento dessas informações com os dados censitários disponíveis, entretanto, permitem-nos constatar que, do ponto de vista exclusivamente matemático, a população masculina mato-grossense seguramente poderia arcar com as obrigações militares relativas ao número de corpos acantonados no Estado pelo menos até a Reforma de 1908. A esse respeito, vale observar as informações contidas nos Quadros II e IV:

**Quadro V – Efetivos populacionais masculinos de Mato Grosso segundo os censos de 1890, 1900 e 1920: idades apropriadas para o cumprimento do serviço militar**

Faixa Etária	Censos		
	1890	1900	1920
20 a 24 anos	3.959	4.890	7.946
25 a 29 anos	4.081	4.645	11.160
30 a 39 anos	6.425	6.808	16.672
Total	14.465	16.343	35.778

O censo de 1920 inclui as pessoas de 20 anos na faixa etária de 15 a 19 anos.  
 Fonte: IBGE – Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Volume XXIX. Estado de Mato Grosso. Censos Demográfico e Econômicos. Rio de Janeiro, 1956, p. 1.

**Quadro VI – Proporção relativa da população masculina em idade militar no Estado de Mato Grosso nos anos de 1890, 1900 e 1920: 1%, 5% e 10%**

Proporção	Anos		
	1890	1900	1920
1%	144	163	357
5%	723	817	1.788
10%	1.446	1.634	3.577

Fonte: IBGE – Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Volume XXIX. Estado de Mato Grosso. Censos Demográfico e Econômicos. Rio de Janeiro, 1956, p. 1.

O cruzamento das informações contidas nos Quadros I, II e III, considerando apenas a necessidade do preenchimento dos claros, permite-nos constatar que, no tocante à década de 1890, os efetivos requeridos pelas unidades do Exército foram inferiores a 10% do total da população masculina, isso se considerarmos estático o índice populacional masculino da

referida década no Estado. No ano de maior claro verificado (1899), o seu preenchimento significaria a mobilização de apenas 8,6% total da população masculina, excluída a faixa etária de 15 a 19 anos.<sup>465</sup>

Na década de 1900, quando o déficit de efetivos chegou a níveis alarmantes, o maior registro desse índice (relativo ao ano de 1900) correspondia a 8,3% da população masculina estimada para o respectivo ano. A sensível diminuição dos efetivos, verificada a partir de meados da década de 1890 até meados da década seguinte, possivelmente tem relação com a necessidade de mobilização de homens para as regiões conflagradas durante a guerra civil de 1893-1895,<sup>466</sup> com o conflito de Canudos e com o próprio efeito desses eventos sobre os orçamentos da República, obrigando-a diminuir os seus gastos militares em fins do século XIX e princípios do século seguinte.<sup>467</sup>

Quaisquer conclusões a respeito do que se passou durante a década de 1910 tornam-se comprometidas diante da inexistência de dados censitários e mesmo de informações seguras a respeito dos efetivos aquartelados no Estado de Mato Grosso. Contudo, a serem considerados os dados censitários de 1920, tudo indica que a população masculina seguiu um ritmo ininterrupto de crescimento na década anterior, que foi a mesma em que se esboçaram as primeiras tentativas de aplicação do sorteio militar na região.

Por outro lado, levando-se em consideração o número de unidades previstas para organizarem-se em Mato Grosso até 1915, há fortes razões para crer que o procedimento de conduzir recrutas de outros Estados para Mato Grosso estava nos horizontes do alto comando do Exército. Entretanto, é certo que até o final de 1916, a lei não pegou em nenhum lugar do Brasil. Assim, se os efetivos previstos para o Estado não puderam ser completados pela população masculina local, sequer os puderam preencher recrutas originários de outros Estados. Para efeito de comparação, vale notar que, enquanto os efetivos de praças necessários para preencher as fileiras das unidades do Exército em Mato Grosso, de 1890 a 1908, era da ordem de 2.009 homens, após a Reforma de 1908, esse número se elevou para

---

<sup>465</sup> Optei por esse procedimento com o fito de ser coerente em relação às exigências da Lei do Sorteio Militar de 1908. Contudo, a lei anterior, de 1874, previa o alistamento de indivíduos a partir dos 19 anos de idade. Cf. MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta contra o Sorteio Militar”, Rio de Janeiro, v. 24 p. 274.

<sup>466</sup> Curiosamente, as informações relativas aos anos de 1892, 1893 e 1894 não foram encontradas nos relatórios ministeriais.

<sup>467</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo : Companhia das Letras, 2007, p. 102.

irreais 3.580 homens, excluídos os oficiais. De fato, no concernente a Mato Grosso, a Lei do Sorteio Militar estava fadada ao fracasso.

**Imagem V – O Quartel do 13º Regimento de Infantaria, posteriormente 17º Batalhão de Caçadores (construído entre 1908 e 1914). Um dos poucos aquartelamentos da guarnição mato-grossense a apresentar condições razoáveis de acomodação aos soldados.**



**Fonte: 17 BATALHÃO DE FRONTEIRA. Batalhão Antonio Maria Coelho. Disponível em: <http://www.17bfron.cb.mil.br/historico17bfron.php>, Acesso em: dia 25/01/2014, às 17:11.**



## CAPÍTULO VI - A APLICAÇÃO DO SORTEIO MILITAR NO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

*Executando o sorteio, o exército terá em seu seio os representantes mais legítimos e pujantes da nossa nacionalidade e adquirirá o caráter de uma instituição eminentemente nacional, sob o tríplice aspecto moral, físico e intelectual; terão constituição definitiva as diversas reservas do exército e a nação uma permuta constante de elementos, necessária à confiança que entre ambos deve existir (Marechal Hermes da Fonseca)*

### 6.1 OS PRIMEIROS ESBOÇOS DO SORTEIO MILITAR

O primeiro sorteio, que deveria ter sido realizado ainda em 1908, deu resultados pouco animadores. Dos 17 municípios mato-grossenses existentes nessa época, o inspetor da 13ª Região Militar havia conseguido efetuar o alistamento em apenas três, sem maiores resultados para o recrutamento.<sup>468</sup> Um delas era Corumbá.

Contudo, até mesmo na própria sede da 13ª Região Militar, isto é Corumbá, o serviço de alistamento foi instalado com atraso. Nesta última foram publicados editais que convocavam os cidadãos de 21 a 30 anos de idade para inscreverem-se na relação dos alistados, tendo-se observado que “*se não havia entre os mesmos nenhuma aversão contra o alistamento militar, não existia também o entusiasmo necessário para virem voluntariamente inscrever-se como alistados para o serviço do exército*”. Destarte, a referida junta procurou distribuir as listas de recenseamento<sup>469</sup> pelas casas comerciais, estabelecimentos públicos e industriais, bem como procurou acumular informações sobre “os indivíduos cujas idades estivessem compreendidas dentro dos limites da lei, para alista-los *ex-officio*.”<sup>470</sup>

Conseguiram alistar 366 indivíduos, numa população de 8.000 habitantes, sendo excluídos apenas dois por incapacidade física. Para o ministro da Guerra, Corumbá não havia se mostrado hostil “*ao alistamento, encontrando boa vontade da parte de toda a população*”. Segundo o mesmo, haviam ainda se apresentado naquele ano 51 indivíduos para servirem voluntariamente ao Exército, sendo 30 em Corumbá, 16 em Cuiabá e 5 em Cáceres,

---

<sup>468</sup> 13ª Região Militar, Corumbá, Ordem do Dia Nº 46 de 3 de novembro de 1909.

<sup>469</sup> Conhecidas como listas modelo 13.

<sup>470</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1909*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909, pp. 30-31.

ultrapassando-se, assim, as exigências estabelecidas para o contingente a ser fornecido pelo Estado de Mato Grosso naquele ano, que era da ordem de 48 homens.<sup>471</sup>

Haviam, ainda, se apresentado cerca de 40 indivíduos para servirem como voluntários especiais,<sup>472</sup> sendo que o número fixado era da ordem de 12, havendo, segundo o ministro “*grande desejo por parte da mocidade de servir por este modo*”.<sup>473</sup> Por outro lado, a 13ª Região Militar não havia organizado as juntas de alistamento de outros municípios do interior do Estado, como era o caso de Diamantino, Rosário, Poconé, Mato Grosso, Melgaço, Coxim, Paranaíba, Aquidauana, Nioaque, Miranda e Bela Vista. Isto se devia, ainda segundo o ministro, à “*falta de informações que não foram prestadas no devido tempo e às grandes distâncias e dificuldades de transporte da sede do distrito [sic] para os referidos municípios*”.

<sup>474</sup>

Aliás, a dificuldade com os transportes era o principal óbice ao funcionamento administrativo e operacional da 13ª Região Militar. Os meios de transporte de que dispunham as unidades daquela Região eram considerados “*precários e indecisos*” por dependerem “*sempre da época das cheias*”, o que tornava as viagens bastante irregulares.<sup>475</sup> Na opinião das autoridades militares, à exceção do Rio Araguaia e alguns de seus afluentes, se poderia mesmo afirmar que Mato Grosso “*possui rios navegáveis, porém não navegados, donde a impossibilidade de utilizar-se deles com segurança*”. Daí a conclusão de que a mobilização das forças federais no Estado só poderia ser feita após muitas dificuldades e “*tempo longo e indeciso*”.<sup>476</sup>

O acesso ao Norte do Estado era basicamente fluvial e, para comunicar-se com esses pontos, o comando militar dispunha de um vapor, uma lancha, duas chatas, duas chalanas e um caíque.<sup>477</sup> Contudo, ao que tudo indica o acesso às regiões mais setentrionais era interdito, dada a falta de condições de navegabilidade de alguns rios, sobretudo durante a

---

<sup>471</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1909*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909, pp. 30-31.

<sup>472</sup> Para servirem apenas durante as épocas de manobras.

<sup>473</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Op. Cit.* pp. 30-31.

<sup>474</sup> Idem.

<sup>475</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, pp. 87-88. A esse respeito, o general Emygdio Dantas Barreto, deixou relato assaz contundente no seu *Expedição à Mato Grosso: A Revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 116.

<sup>476</sup> Idem.

<sup>477</sup> Ibidem, pp. 87-88.

estação das secas. A esse respeito, basta verificar que, na década de 1920, quando o sorteio já esboçava um funcionamento relativamente regular, os sorteados de alguns municípios nortistas, como por exemplo, de Rio Madeira, ao invés de seguirem rumo ao Sul, por vias internas de comunicação, eram enviados à Manaus, capital do Estado vizinho, para dali seguirem ao Rio de Janeiro.<sup>478</sup> Ainda assim, vale observar que mesmo regiões cujo acesso teoricamente mais fácil apresentavam certas dificuldades em determinadas épocas do ano, como ainda observava Nelson Werneck Sodré referindo-se ao período em que serviu em Mato Grosso na década de 1930: “*A navegação do rio Paraguai é muito difícil; sem prático, é arriscadíssima. O rio muda de leito constantemente, ora o ‘canal’ está num lugar, ora noutra*”.<sup>479</sup>

Localidades sulinas como Bela Vista e, sobretudo, Ponta Porã também se mostravam de difícil acesso, uma vez que as vias fluviais não eram uma opção razoável. Esta última localidade, para onde desde a década de 1910 estava prevista a instalação do 3º Regimento de Cavalaria Independente, passava por sérias dificuldades no tocante ao recebimento, não apenas de efetivos, como também de numerários e recursos até para a construção do próprio aquartelamento.<sup>480</sup> Nas décadas seguintes, o problema dos transportes persistiu, ao que indicam as opiniões dos chefes militares e dos memorialistas. Segundo Relatório do Ministério da Guerra datado de 1926: “*A dotação orçamentária de transportes, quer fluviais, quer terrestres, tem sido insuficiente, embora dispondo a circunscrição [militar de Mato Grosso] de uma seção de auto-caminhões, para mobilização*”.<sup>481</sup> A esse respeito a conclusão de Sodré é bastante edificante: “*Sem barcos e sem aviões, entretanto era impossível comandar aquela Região Militar, de tropa dispersa em extenso território, a centenas de quilômetros da sede também sem recursos*”.<sup>482</sup>

Por outro lado, a organização regional do Exército, que era o próprio pressuposto da aplicação do sorteio militar, constituía além de uma opção administrativa para a organização

<sup>478</sup> Circunscrição Militar de Mato Grosso, Campo Grande, Boletim Interno Nº 212 de 06 de setembro de 1921.

<sup>479</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p. 169.

<sup>480</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Emygdio Dantas Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, p. 108.

<sup>481</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Fernando Setembrino de Carvalho, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1926*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, p. 105.

<sup>482</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p. 144.

da defesa da pátria brasileira em termos nacionais, uma medida de economia no tocante ao alistamento, como se pode verificar:

O grupamento do Estados da República em regiões militares de inspeção permanente, consoante o disposto no artigo 118 da lei reorganizadora do exército precisa ser alterado, afim de que se possa distribuir as diversas unidades pelo território nacional, de modo que o preenchimento dos claros nelas verificado seja feito pelas próprias regiões, o que trará facilidade à execução do sorteio e evitará o dispêndio com o transporte de praças de umas para as outras unidades pertencentes a regiões diferentes. A divisão do território nacional em regiões militares deve ater-se simultaneamente à situação geográfica de cada Estado, sua superfície, população e vias de comunicação.<sup>483</sup>

Por outro lado, como se verá a seguir, a opção de concentrar as forças militares na porção meridional do Estado não era coerente com a necessidade de se evitar gastos com o transporte dos indivíduos sorteados, sobretudo daqueles originários dos municípios nortistas.

No ano seguinte à aprovação da Lei do Sorteio Militar, isto é, 1909, as “*juntas dos diversos municípios*” haviam alistado 1.874 cidadãos e nenhum voluntário de manobras. Ainda não existiam sociedades de tiro no Estado, mas, mesmo assim, sete alunos de dois estabelecimentos de ensino concluíram o curso de reservistas de manobras e tiveram direito a requerer suas respectivas cadernetas naquele ano.<sup>484</sup>

A frequência desses poucos indivíduos às linhas de tiro indicava, em muitos casos, a preocupação de se ver livre do sorteio militar. A posse das supracitadas cadernetas isentava os indivíduos do serviço militar obrigatório, embora a Lei de 1908 previsse a obrigatoriedade da presença dos mesmos às manobras anuais das regiões militares a que estivessem vinculados. Por outro lado, ao Exército interessava a constituição de reservas mobilizáveis, as quais os seus quadros de instrutores não eram capazes de formar, dado o seu reduzido efetivo. Com efeito, a formação de linhas de tiro vinha atender ao princípio da *Nação Armada*, através da implementação da instrução militar obrigatória:

---

<sup>483</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1914*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p.6.

<sup>484</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardino Bormann, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em maio de 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, pp. 103-104.

Quando não se podem manter, como é o nosso caso, grandes efetivos no tempo de paz, a influência do serviço obrigatório na formação das reservas não se resume na incorporação. Temos atualmente um efetivo de 18.000 homens, com o serviço de 2 anos; a incorporação dos sorteados, abatidos os voluntários e engajados, não excederia portanto de 7.000 homens.

Ficaria assim a maior parte da classe<sup>485</sup> sem instrução, se a lei não tivesse previsto para os alistados e não sorteados diversas obrigações tendentes à sua educação militar, como sejam a presença obrigatória em linhas de tiro, convocação para manobras, etc.

O problema, pois, que realmente temos de resolver é o da instrução militar obrigatória, empregando os métodos estabelecidos na lei, isto é, incorporando uma parte, mínima, da classe e fazendo o resto frequentar as linhas de tiro e comparecer às manobras.<sup>486</sup>

As linhas de tiro apresentavam ainda uma outra facilidade: instruir os indivíduos a baixo custo. Muitos arcavam pessoalmente com as despesas com fardamento e munições.<sup>487</sup>

Havia suspeitas, contudo, de que as mesmas poderiam ser usadas para fins político-eleitorais.

<sup>488</sup> A primeira linha de tiro do Estado foi inaugurada em 1909 em Corumbá.<sup>489</sup>

Posteriormente, em 1912, foi inaugurado, para fins de instrução, o Tiro de Guerra número 212, ou, simplesmente, o Tiro 212, como então passou a ser conhecido.<sup>490</sup> A sempre bajuladora imprensa corumbaense registrou aquele primeiro fato com razoável entusiasmo:

Um grupo de distintos oficiais do nosso exército, a cuja frente se acha o infatigável tenente-coronel Abílio Augusto de Noronha e Silva, projeta a fundação, nesta cidade, de uma sociedade de tiro.

Aplaudindo sinceramente essa ideia, porque vemos nela o desejo de bem servir a Pátria, coadjuvando o governo federal no afã glorioso de dar ao povo brasileiro a instrução militar e a educação cívicas compatíveis com a nossa civilização, devotamos-lhe todo o nosso fraco apoio, e, em nome da sociedade corumbaense, profundos reconhecimentos.

---

<sup>485</sup> A classe era o conjunto de indivíduos nascido em um determinado ano e passíveis de serem alistados e incorporados às fileiras. Portanto, os documentos do Exército na época constantemente remetem à classe de 1889, 1890, 1891 e assim por diante.

<sup>486</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em maio de 1916*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, p.6.

<sup>487</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p. 9.

<sup>488</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 3.

<sup>489</sup> “Linha de Tiro”. *Correio do Estado*. Nº 3, Ano I, de 19 de maio de 1909, p. 1. Órgão ligado ao Partido Republicano Conservador.

<sup>490</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 34 de 7 de setembro de 1912.

A guerra moderna não admite mais as delongas na preparação do soldado, quando estes se tornem necessários para a defesa imediata da integridade da Pátria.

A ciência, aprofundando os conhecimentos humanos, descortina ao homem um campo vastíssimo, onde ele emprega a sua atividade, servindo-se em cada uma das suas especialidades da profundeza rija das funções.

A indústria, acompanhando pari passu a ciência, produz essas bocas de fogo formidáveis e esses projéteis de uma penetrabilidade e alcance admiráveis, e que parecem levar em seu bojo a própria alma da Pátria revoltada.

As comunicações rápidas por meio das vias férreas e os exércitos instruídos e de efetivos numerosos das nações civilizadas, fazem com que os movimentos de hostilidade sejam encetados muitas vezes no próprio momento em que é assinado o ato que lhes dá origem.

A guerra moderna elabora-se nos gabinetes confortáveis, e tem a sua execução pronta e imediata nas fronteiras inimigas.

Para isso concorre a permanência dos exércitos modernos empregando armamentos colossais, que originam a ‘paz armada’, que tem causado tantos temores, mas que é o prenúncio certo da estabilidade nas relações internacionais, e a sua mais forte garantia.

Tais exemplos induziram os nossos homens públicos a voltarem as vistas para a defesa do país, daí os atos do nosso governo incentivando a criação das sociedades de tiro, instituindo a lei do sorteio militar, reorganizando o nosso exército e facilitando a construção de vias férreas estratégicas; aparelhando a nação para defender-se com vantagem, e fazendo, enfim, de cada cidadão um soldado.

O povo patriota não se mostrou indiferente a esse movimento promissor, e, pela iniciativa particular, as linhas de tiro vêm se fundando em todas as cidades do Brasil.

Chegou a vez de Corumbá, e, em breve, terão os nossos jovens patrícios, aqui residentes, uma linha de tiro, onde, em meio aos folgedos de um esporte agradável, aparelhar-se-ão para bem servir à Pátria; cumprirão um dever cívico e educarão o físico em um divertimento encantador.

O soldado educado nas linhas de tiro vê crescer a sua força moral na ocasião do perigo, tem consciência de sua superioridade, e daí, a certeza da vitória.

Os fatores morais têm uma influência extraordinária na luta armada; e o coronel Ardant du Picq disse que, num combate, duas ações morais estão em presença; a mais forte vence.

Rejubilemo-nos, pois, com a fundação da linha de tiro nesta cidade, e façamos votos para que outras se fundem nas diversas localidades do Estado, em lugar de continuarmos descuidosos e fracos, para, assim, não sermos absorvidos, ao confirmar-se mais uma vez a grande lei de Darwin.<sup>491</sup>

Esse pequeno libelo enfeixa em poucas linhas todo o conjunto de crenças, valores e preconceitos característicos do período que se convencionou chamar de *belle époque*, quando se definiu um processo de reconfiguração dos princípios do liberalismo que vigoraram na Europa Ocidental até a década de 1870. Essa nova perspectiva liberal englobava novos

---

<sup>491</sup> “Linha de Tiro”. *Correio do Estado*. p.1. Nº 3, Ano I, de 19 de maio de 1909, p.1. Órgão ligado ao Partido Republicano Conservador.

conceitos que se foram consolidando no cenário político europeu ocidental ao longo do século XIX, tais como o nacionalismo, democracia de massa, civilização, evolucionismo e progresso.<sup>492</sup>

Nele veem-se perfeitamente destacados os ícones do progresso (“*comunicações rápidas*”, “*ferrovias*”, “*indústrias*”, “*armamentos colossais*” etc.), da civilização (“*paz armada*”, “*força moral*”, “*ciência*” etc.), do evolucionismo (“*aprofundando os conhecimentos humanos*”), do nacionalismo e da democracia de massa que pode ser vislumbrado por meio da preocupação com a formação moral e física dos jovens, com objetivo de torná-los úteis, não apenas para a defesa da Nação, como, também aptos ao trabalho assalariado, embora nem tudo tenha sido afirmado de forma explícita.

É importante destacar que um dos pontos-chave da análise do chamado liberalismo ético inglês, encetado por Richard Bellamy, é a sua contradição com relação ao liberalismo econômico, marcado por um profundo senso nacionalista, em que a pacificidade estava relegada às esferas comerciais e produtivas. Assim, para o liberalismo ético, deveriam existir: “(...) cidadãos autoconfiantes e responsáveis, que livremente entram em acordo um com o outro para proveito mútuo (...) eram movidos por uma ‘mão invisível’ rumo a um aperfeiçoamento individual, social, material e moral”.<sup>493</sup> A nação do liberalismo ético para além de ser pensada como um campo de ações não conflituosas, ainda carrega consigo características muito próprias, como modernidade, industrialização, evolução física e moral, entre outras que advêm, certamente, da liberdade individual.

Contudo, segundo o mesmo autor, esse liberalismo ético passa por modificações circunstanciais, ou seja, acompanha o próprio contexto econômico, o qual funcionava como vetor de mudanças no pensamento liberal: “A harmonia dos objetivos individuais anunciados pelo liberalismo ético clássico deu lugar a um liberalismo econômico caracterizado pelo choque de interesses materiais antagônicos.”<sup>494</sup>

O liberalismo econômico ganha espaço devido à conjuntura econômica do capitalismo, que se tornou mais agressivo, representado, sobretudo, pelas grandes corporações. Era então necessário pensar a nação, a participação do homem em sociedade de uma outra maneira. Para o liberalismo econômico, a identidade do sujeito às vezes se confundia, por exemplo, com a de um agente moral e a de um trabalhador produtivo.

<sup>492</sup> BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo : Unesp, 1994, p. 12.

<sup>493</sup> Idem .

<sup>494</sup> Ibidem, p.17.

Civilização, agressividade, industrialização, modernidade e progresso constituíam assim facetas de um mesmo processo que redundaria no fortalecimento da Pátria. Iniciativas como a da criação da Linha de Tiro em Corumbá eram, nesse sentido, fundamentais para se atingir a meta do aperfeiçoamento dos cidadãos corumbaenses para essa realidade belicosa.

Não coincidentemente, a realização de *raides*<sup>495</sup> e competições de tiro em Corumbá, sobretudo em datas comemorativas (7 de Setembro, 15 de Novembro etc.) eram eventos bastante significativos naquela sociedade e contavam com ampla publicidade por parte da imprensa.

A diretoria da Sociedade de Tiro de Corumbá deveria ser eleita, mas contava com ampla participação dos militares do Exército, sobretudo os oficiais:

Acha-se marcada para amanhã, às 9 horas da manhã, nos salão da Intendência Municipal, uma nova reunião, que terá de eleger a primeira diretoria para a florescente sociedade [de Tiro]  
Estamos informados que, para o cargo de presidente, uma cerrada votação recairá sobre a pessoa do coronel João Maria de Paiva, digno comandante do 3º batalhão de artilharia de posição.<sup>496</sup>

A julgar pelo resultado da eleição, todos os membros da Sociedade de Tiro ou eram do Exército ou da Guarda Nacional.<sup>497</sup> Esse mesmo jornal ao menos demonstrou algum comprometimento com a causa ao publicar, gratuitamente, constantes convocações para o alistamento militar. A 29 de setembro de 1909 era noticiada a inauguração do Tiro Brasileiro de Corumbá:

Esse ato que revestiu-se de muito brilhantismo, não passou despercebido no nosso meio social, pois a ele compareceram distintas famílias que foram levar com a sua presença muita graça e bazarria a essa festa de inauguração de uma sociedade, digna de toda a proteção pública, porque concilia perfeitamente a intenção assaz louvável de servir conscientemente à Pátria com um meio de educar-se fisicamente em um *esporte* agradabilíssimo.<sup>498</sup>

Segundo esse mesmo encarte, estiveram presentes a essa solenidade inúmeras personalidades e autoridades civis e militares da cidade de Corumbá. A diretoria da Sociedade de Tiro de Corumbá, como passou a ser conhecida a organização responsável pela

---

<sup>495</sup> Competição desportiva de caráter marcadamente militar. Consistia numa corrida por terrenos acidentados, com o objetivo de desenvolver o vigor físico dos envolvidos.

<sup>496</sup> *Correio do Estado*. p.2. Nº 34, Ano I, de 29 de setembro de 1909.

<sup>497</sup> *Correio do Estado*. p.2. Nº 31, Ano I, de 25 de agosto de 1909.

<sup>498</sup> *Idem*.



manutenção da linha de tiro da cidade, foi formada em agosto daquele mesmo ano. Contava em seus quadros, pretensamente eleitos, com uma ampla maioria de oficiais do Exército e, secundariamente, com oficiais da Guarda Nacional. Destarte, considerando-se que naquele momento, sendo o segundo maior núcleo populacional do Estado, com uma população em que o elemento estrangeiro se não era predominante era bastante ponderável, essa iniciativa tinha a marca indelével da iniciativa da alta cúpula do Exército ali residente. Não é de surpreender, pois, que o primeiro presidente da organização fosse o coronel João Maria de Paiva, comandante do 3º Batalhão de Artilharia de Posição.<sup>499</sup>

Posteriormente, a Sociedade de Tiro de Corumbá teve o seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Guerra e foi incorporada à Confederação Brasileira de Tiro, sendo considerada uma organização de 3ª categoria e recebendo o número 212.<sup>500</sup> Entre as vantagens da instalação de linhas de tiros nos municípios brasileiros poderiam ser destacadas: a dispensa de incorporação no Exército ativo dos seus sócios (após prestarem os exames legalmente exigidos para a obtenção do título de reservista) e o recebimento gratuito de munição para todos os seus sócios ou reservistas de primeira linha (à razão de 200 cartuchos por ano) e empréstimo gratuito do armamento necessário ao treinamento.<sup>501</sup>

O curso da Sociedade de Tiro de Corumbá era dividido em duas fases: curso para habilitação de atiradores livres e curso de tiro e evoluções militares até a escala de companhia ou batalhão.<sup>502</sup> O primeiro, consistia em noções básicas de nomenclatura de armamentos, do funcionamento do mecanismo e da alça de mira, de noções rudimentares sobre o tiro e dos exercícios preparatórios para a execução do tiro. O segundo, versava sobre um programa de ensino com pouco mais complexo, que incluía um curso de tiro com o fuzil Mauser, a nomenclatura dos seus acessórios e munições, limpeza e conservação do cano, funcionamento geral do mecanismo de explosão, funcionamento da alça de mira, regras de pontaria e posição dos atiradores, municiamento e atuação sobre a tecla do gatilho, tiro com cartuchos durante a manobra, tiro ao alvo com carga reduzida, tiro ao alvo com cartuchos de guerra, avaliação de distâncias e emprego da alça de mira, iniciação no exercício de pontaria por detrás de abrigos (muros, árvores etc.), curso de evoluções, instrução de ordem unida armada e desarmada,

---

<sup>499</sup> *Correio do Estado*. p.1. Nº 30, Ano I, de 21 de agosto de 1909, p.2.

<sup>500</sup> Corumbá, Ordem do Dia Nº 16 de 30 de abril de 1913.

<sup>501</sup> *ÁLBUM GRÁFICO* do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914, p.340.

<sup>502</sup> *Idem*.

instrução de combate unido em nível de esquadra, pelotão e companhia, esgrima de baioneta, ginástica de flexão, corridas, saltos e marcha de resistência de até 30 quilômetros.<sup>503</sup>

Os sócios das sociedades, depois de “*examinados*” e considerados “*aprovados*”, seriam incluídos na reserva do Exército. Segundo o *Álbum Gráfico* de 1914, a Sociedade de Corumbá possuía uma “excelente linha de tiro com 600 metros de extensão, um estande para fuzil e outro para revolver ou pistolas de guerra”. Essa mesma fonte indica que, no mesmo ano, aquela organização possuía 155 sócios, sendo 61 matriculados no curso de tiro e evoluções.<sup>504</sup>

No período que medeia os anos de 1908 e 1916 os resultados atingidos pelas linhas de tiro, em Mato Grosso, foram pífios. A não aplicação do sorteio militar era a principal razão desse estado de coisas. De fato, a inexistência de uma ameaça plausível à “liberdade” dos jovens entre 21 e 30 anos, representada pelo funcionamento do sorteio militar, era diretamente proporcional à procura pelos *stands* de tiro e campos de instrução militar. Com efeito, enquanto o sorteio militar não foi efetivado, a formação de reservas pelas sociedades de tiro também ficava comprometida.

As informações a respeito da instrução militar na Sociedade de Tiro de Corumbá são bastante incompletas e descontínuas. Os registros burocráticos do comando militar em Mato Grosso, ou mesmo nos relatórios ministeriais da Guerra deixam bastante a desejar quanto ao controle regular da entrada e saída dos indivíduos naquela organização. Por outro lado, os poucos resultados divulgados evidenciam, se não o pouco entusiasmo da sociedade mato-grossense pela instrução militar, ao menos a incapacidade da burocracia militar para lidar com o grande número de conscritos advindos de um modelo de alistamento fundamentado no serviço militar obrigatório. A esse respeito, vale destacar que a primeira turma de reservistas de 2ª categoria formada na escola de instrução militar anexada ao Liceu Cuiabano, em 1910, que totalizava quatro instruendos, ficou sem receber sua caderneta por falta de recursos do oficial instrutor para confeccioná-la.<sup>505</sup>

Os grupos de reservistas formados eram geralmente diminutos, raramente ultrapassando a casa decimal. O único grupo de reservistas formados antes de 1916 no Tiro

---

<sup>503</sup> *ÁLBUM GRÁFICO* do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914, pp.339-340.

<sup>504</sup> *Idem*.

<sup>505</sup> GUERRA, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardino Bormann, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em maio de 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, pp. 103-104.

212, e cujo registro consta nos boletins da 13ª Região Militar, por exemplo, era de 11 indivíduos: Antônio Gomes Monteiro, Julio Augusto Câmara, Francisco Rabelo Júnior, José Pierre, Aníbal Feitosa Rodrigues, João Francisco de Brito, Justiniano Gonçalves Soares, Victorino Moralles, GenezRostey, Murilo Gomes Pedroso e César Adolfo Josetti João Francisco de Brito.<sup>506</sup>

Cruzando-se os sobrenomes constantes no boletim referido com os nomes das casas comerciais e firmas corumbaenses, cujas propagandas podem ser verificadas no Álbum Gráfico de Mato Grosso, observa-se, sem surpresas, grande número de coincidências. Obviamente, não é possível auferir o grau de patriotismo desses jovens reservistas, tampouco é a intenção deste trabalho, entretanto, não há como deixar de notar as facilidades que cercavam os sócios do Tiro 212, ou mesmo os alunos do Liceu Cuiabano e do Liceu Salesiano no tocante ao enxoval necessário para se frequentar as linhas de tiro e até mesmo os seus horários de instrução, já que, em geral, respeitavam o horário de expediente dos quartéis, em que a maioria dos jovens em idade militar era obrigada a trabalhar para ganhar a vida.

Assim, mesmo nesse contexto geral de racionalização da burocracia estatal, onde o seu funcionamento procurava apresentar-se com uma face impessoal e neutra, a faculdade de se livrar da ação recrutadora do governo central continuou a constituir um privilégio dos filhos da plutocracia urbano-rural da sociedade mato-grossense. O caráter excludente da instrução militar nos tiros de guerra e escolas de instrução militar ajuda, com efeito, a explicar os resultados medíocres alcançados por essa via de formação de reservas para o Exército na década de 1910.

Por outro lado, verifica-se na metade final da década de 1910 e durante a década de 1920, uma transformação importante no estado de coisas acima descrito. A esse respeito, vale destacar, mais uma vez, as palavras do ministro Caetano de Faria a respeito das atividades desenvolvidas até o segundo ano da sua administração:

As sociedades de tiro aumentaram de um modo prodigioso, havendo atualmente em atividade [em todo o País] 350, mais ou menos; as academias, colégios, associações de educação adotaram a instrução militar; pode-se afirmar, sem medo de exageração, que atualmente 50.000 pessoas preparam-se para reservistas do exército, independentemente de incorporação.<sup>507</sup>

---

<sup>506</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 11 de 15 de junho de 1914.

<sup>507</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p.10.

Mato Grosso não fugiu a essa tendência geral. Vários municípios, incluindo alguns que não contavam com a presença do Exército, começaram a organizar linhas de tiro com a finalidade de livrar alguns dos seus jovens, sobretudo os das “boas famílias”, da obrigação de servirem nos corpos arregimentados. Entre os municípios que passaram a contar com essas organizações, nas décadas de 1920 e 1930, pode-se apontar: Cuiabá (Tiro de Guerra 623), Cáceres (Tiro de Guerra 651), Maracaju (Tiro de Guerra 292) e Miranda (Tiro de Guerra 215). Além disso, algumas escolas do Estado passaram a solicitar ao comando regional do Exército a presença de instrutores. Entre estas, vale destacar o Instituto Pestalozzi (Campo Grande), o Ginásio Municipal de Campo Grande, o Internato Oswaldo Cruz (Campo Grande), o Liceu São Gonçalo (Cuiabá), o Liceu Cuiabano (Cuiabá), a Escola de Aprendizes Artífices (Cuiabá), o Ginásio Municipal Maria Leite (Corumbá), a Escola Republicana (Corumbá), o Colégio Salesiano Santa Tereza (Corumbá), o Colégio Ateneu Rui Barbosa (Ponta Porã).

De fato, as cadernetas de reservistas de 2ª categoria parecem ter se tornado um item indispensável àqueles cidadãos, preocupados em manterem-se distantes das garras dos agentes do Estado. Basta observar que o curso de instrução militar para essa finalidade passou a figurar no material de divulgação das escolas particulares mato-grossenses nos jornais da época.

## 6.2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SARGENTOS

A partir de 1916, houve uma explosão de solicitações de instrutores pelos municípios e escolas secundárias. Tanto assim, que o aumento nessas demandas foi atendido com grande dificuldade pelo Ministério da Guerra, uma vez que dentre os principais entraves enfrentados pela instituição no tocante à expansão da instrução militar obrigatória encontrava-se a substancial carência de instrutores. Estes, como já foi visto, deveriam ser, preferencialmente, oficiais oriundos da Escola Militar, de acordo com o modelo então estabelecido do oficial instrutor e sacerdote da nacionalidade. Contudo, era o próprio Ministério da Guerra quem reconhecia a inviabilidade da aplicação desse princípio:

[Transcrição de aviso] Ministério da Guerra. – Nº 606. – Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1917. – Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra. – Nesta data expeço circular aos Comandantes das Regiões Militares e da Circunscrição Militar de Mato Grosso autorizando-os, em vista da falta cada vez maior de oficiais efetivos e de aspirantes a oficial para serem designados

instrutores das sociedades de tiro e de colégios, a utilizar para esses serviços oficiais reformados até o posto de Capitão, devidamente habilitados, os quais perceberão além dos vencimentos da reforma a gratificação de 2º Tenente da ativa, o que vos declaro para os fins convenientes (...) José Caetano de Faria.<sup>508</sup>

Com o tempo, porém, a solução proposta por Caetano de Faria não se mostrou à altura do volume de trabalho demandado pela instrução militar. Sobre a instrução militar e a necessidade de formar sargentos instrutores para dar conta da necessidade da constituição de reservas para o Exército, o próprio Caetano de Faria acabou dando o seu braço a torcer poucos meses antes do final de seu quadriênio como ministro:

Era impossível encontrar, em número suficiente, oficiais para instrutores; a princípio, lançou-se mão dos pertencentes aos corpos que não tinham efetivo de praças; com a organização desses corpos e o aumento do número das sociedades, recorreu-se aos sargentos das unidades e aos oficiais atingidos pela compulsória, ainda em condições de prestarem esse serviço; reconhecendo-se que nada disso era suficiente, foi necessário criar o curso de aperfeiçoamento de infantaria, para fazer instrutores.

Esse curso passou a funcionar na Vila Militar do Rio de Janeiro. Nele, eram matriculados sargentos dos corpos de infantaria, escolhidos entre os de “*melhor conduta*”, os quais se exercitavam durante seis meses com o fito de aperfeiçoarem-se para tornarem-se instrutores. O curso era então dirigido por um capitão, auxiliado por subalternos, dispondo de “*todo o material para instrução*”. Os alunos, na saída, recebiam o título de instrutores e formavam um quadro especial, destinado à instrução das sociedades de tiro e de estabelecimentos civis.<sup>509</sup> Era o início da profissionalização dos sargentos.

Tendo precedido a introdução do sorteio militar, a profissionalização dos sargentos produziu uma situação bastante inusitada e contraditória no interior da hierarquia do Exército. Os sargentos compunham o grupo dos *praças*, a base da organização militar. Sob o regime do serviço militar obrigatório, os *praças* compunham a parcela transitória da instituição, enquanto os *oficiais* compunham a parcela permanente. Não haveria, segundo esse princípio, a figura do praça profissional. As levas de recrutas seriam anualmente repostas por meio do alistamento voluntário ou do sorteio.

<sup>508</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 183 de 14 de agosto de 1917.

<sup>509</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1918*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, p. 16.

Entretanto, as lideranças do Exército cedo se deram conta de que necessitavam dos praças profissionais para cumprir certas tarefas específicas. Abrir mão da sua experiência significaria, em muitos casos, interromper os serviços básicos das organizações militares (burocracia e instrução). Por essa razão, foram criados artifícios para se condicionar a permanência desses militares subalternos nas fileiras. Assim, por exemplo, segundo a Lei de Fixação de forças para o ano de 1916, ano do início do sorteio, o tempo de serviço ativo para sorteados e voluntários seria de um ano na infantaria e dois anos nas demais armas.<sup>510</sup> Havia a suposição, como se pode notar, de que o aprendizado dos recrutas nas demais armas (cavalaria, artilharia e engenharia) demandava maior tempo.

Os engajamentos e reengajamentos dos militares concludentes do seu tempo de serviço, por sua vez, só seriam permitidos àqueles que não fossem “*maiores de 29 anos*”, que tivessem “*boa conduta militar*”, além de necessariamente ostentarem a “*graduação de cabo*” e fossem “*artífices, condutores, músicos e corneteiros*”. Por outro lado, o reengajamento exigia a idade máxima de 31 anos, “*boa conduta militar*”, a graduação mínima de cabo e o “*curso para sargentos*” e a especialidade de “*artífices, músicos ou corneteiros*”. Além disso, os praças com mais de 4 anos de serviço que tivessem “*serviços de guerra*” (provavelmente esse decreto estivesse se referindo aos veteranos da campanha do Contestado), também poderiam requerer seu engajamento.<sup>511</sup>

O curso da Escola de Aperfeiçoamento de Instrução de Infantaria se tornou exigência obrigatória aos que viessem pleitear a função de instrutores, quisessem atingir as graduações de sargento e tivessem a intenção de permanecer nas fileiras. Os graduados formados nessa escola passavam a integrar o quadro dos *sargentos instrutores*, uma evidência de que a instrução militar ministrada aos sorteados e candidatos a reservistas de 2ª categoria ficava a cargo de praças graduados e não dos oficiais como seria de supor, contrariando, portanto, o discurso oficial e as afirmações dos entusiastas do serviço militar obrigatório. Destarte, quando o serviço militar se tornou uma realidade palpável, foram os sargentos que se transformaram nos autênticos sacerdotes do patriotismo.

---

<sup>510</sup> Extraído de Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 27 de 02 de fevereiro de 1916.

<sup>511</sup> Idem.

### 6.3 AS INTERFERÊNCIAS OLIGÁRQUICAS NOS TIROS DE GUERRA

O uso das sociedades de tiro para “*finalidades políticas*” também era uma realidade preocupante.<sup>512</sup> Esta preocupação afligia sobremaneira as altas autoridades militares. Sabemos que os militares participaram ativamente das disputas que dividiam as oligarquias regionais. O apoio ou aliança com grupos de militares muitas vezes implicava em suporte bélico de guarnições inteiras ou mesmo, em alguns casos, de toda a tropa federal do Estado a favor de uma facção em luta pelo poder por ocasião das *revoluções*, o que justifica uma maior atenção por parte dos historiadores com relação à participação dos militares nas disputas oligárquicas em Mato Grosso no primeiro terço do século XX.

As sociedades de tiro, por seu turno, dada a sua condição especial de serem muitas vezes geridas por autoridades civis locais (como intendentes municipais e até mesmo vereadores), não obstante estarem subordinadas aos comandos militares regionais e ao Ministério da Guerra, e por terem, conseqüentemente, acesso a armazéns, depósitos de armamentos, munições e até fardamentos, eram alvos constantes das investidas dos líderes políticos por ocasião das conflagrações armadas. De fato, arrecadar material bélico do governo federal fazia parte da “rotina” dos “revolucionários” em terras mato-grossenses.<sup>513</sup>

A esse respeito, em meio aos conflitos armados que assolaram o Estado entre os anos de 1916 e 1918, é importante dar destaque às justificativas utilizadas pelo então ministro Caetano de Faria ao negar a autorização para a constituição de uma sociedade de tiro no município sulista de Campo Grande:

Conforme me participou o Sr. General Comandante da Circunscrição Militar, o Sr. Marechal Ministro da Guerra comunicou em telegrama de 5 do corrente, que, tendo recebido telegrama de Campo Grande sobre a organização ali de uma sociedade de tiro e notando que desde a primeira reunião não poderem evitar a manifestação de sentimentos partidários, declara que, enquanto não estiver completamente restabelecida a ordem neste Estado, não permite a organização de linhas de tiro, ficando porém, franqueados os quartéis federais aos cidadãos que quiserem receber instrução

<sup>512</sup> Sobre o uso das sociedades de tiro como “instrumentos de partidos e grupos políticos” ver Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 3.

<sup>513</sup> A esse respeito verificar as obras: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1969, pp. 579-616; LEAL, Joaquim Ponce. *Os homens e as armas*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1980 e PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro :Pongetti, 1952.

Militar afim de prepararem-se para a obtenção de cadernetas de reservistas, na forma das últimas disposições sobre o assunto. Em vista da resolução do Sr. Marechal Ministro, não pode ser atendido o pedido do presidente do tiro 212 sobre a entrega do armamento que se acha no depósito desta Circunscrição e onde deverá continuar até ulterior deliberação.<sup>514</sup>

Entretanto, as autoridades militares do Estado ainda esbarravam com outros problemas técnicos e burocráticos no tocante à instrução militar nas linhas de tiro. Um dos principais dizia respeito aos resultados a serem atingidos pelos campos de instrução. Isto porque, como se viu, havia grande carência de instrutores. Além disso, a descontinuidade administrativa era a grande marca do Exército brasileiro naqueles tempos. Em decorrência, a falta de instrutores ou mesmo a descontinuidade dos seus trabalhos era um fator ponderável de comprometimento dos resultados da instrução militar em algumas localidades:

Aos exames para reservistas do Exército, no Tiro de Guerra nº 651, realizados em São Luiz de Cáceres, de 15 a 17 de Dezembro findo, apresentaram-se [?] candidatos, que foram reprovados, declarando a respectiva comissão examinadora que os mesmos revelaram ignorância quase completa dos assuntos que constituíram os pontos sobre que foram arguidos, de par com o aspecto bisonho que mostraram e que deixou-lhe a maior das impressões, o que atribui a dita comissão ao fato de ter sido a instrução, diversas vezes interrompidas, não só devido a epidemia de gripe, como ao afastamento, em virtude de ordem superior, do sargento instrutor respectivo.<sup>515</sup>

A instrução militar nos corpos e guarnições do Estado também deixava bastante a desejar na opinião do alto comando. De acordo com o relatório ministerial apresentado em 1913 a respeito dos trabalhos realizados no ano anterior pela pasta da Guerra, na 13ª Região Militar, à época comandada pelo coronel de infantaria Francisco Flarys:

A instrução profissional foi quase incompleta, em vista da deficiência de pessoal, pois rara é a folga nos serviços de guardas, patrulhas e outros, notando-se o mesmo quanto aos oficiais que acumulam dois e

<sup>514</sup> Boletim Interno Nº 113 de 09/05/1917. No ano seguinte, o então comandante da CMMT, coronel Egydio Tallone, não atendeu à solicitação da empresa Wanderley Bais e Cia. para autorizar o despacho de 6 caixas contendo “*cartuchos carregados de bala, dos calibres 32 e 38*”, 2 caixas “*contendo dinamite*” e “*um encapado contendo estopim marca JDC*” na Alfândega da cidade de Corumbá e trazidos pelo vapor Miranda entre outubro de 1915 e janeiro de 1918. A justificativa do comando para essa negativa se devia à “*exaltação dos ânimos reinante nesta Circunscrição*”. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 09 de 11 de janeiro de 1918.

<sup>515</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 12 de 13 janeiro de 1922.



mais cargos; no serviço de escala a folga é pequena, devido aos trabalhos de expediente e justiça.

A mesma falta se nota quanto aos oficiais dos corpos de saúde e de intendentes, tendo este ministério providenciado para que sejam sanadas todas estas irregularidades.<sup>516</sup>

As supracitadas “*irregularidades*” administrativas, em que pesavam o excesso de atividades atribuídas a oficiais e sargentos, também eram fator de comprometimento do funcionamento do sorteio militar, uma vez que a própria existência das juntas de alistamento e sorteio dependia da presença de oficiais do Exército, quiçá da Guarda Nacional. Um exemplo do quanto poderiam ser comprometidas essas atividades é observado no relatório ministerial relativo aos trabalhos realizados pela pasta da Guerra no ano de 1909. Segundo este, naquele ano haviam sido nomeadas as respectivas juntas de alistamento para 14 dos 17 municípios que compunham a 13ª Região Militar. Nos municípios restantes – Mato Grosso, Melgaço e Santana do Paranaíba – havia sido “*impossível nomeá-las, devido à ausência de oficiais reformados e honorários do Exército e da Guarda Nacional nessas localidades longínquas e de difícil comunicação com a sede da inspeção*”.<sup>517</sup>

Aliás, as dificuldades de comunicações com os pontos mais distantes da sede da guarnição militar regional constituíam, na opinião da autoridades militares do Estado, os maiores óbices ao bom funcionamento dos vários ramos administrativos daquela repartição do Exército. Por essa razão, tornava-se fisicamente impossível a presença de oficiais da ativa nesses pontos mais remotos do território mato-grossense. A ida desses militares para essas localidades significava, na grande maioria das vezes, a perda de um auxiliar imprescindível ao funcionamento de algum serviço. Por outro lado, mesmo a distância que separava Corumbá da capital, Cuiabá – vencida através de vias fluviais – impedia que o referido comando acompanhasse com maior proximidade as atividades da junta de alistamento e sorteio daquele importante município.<sup>518</sup>

---

<sup>516</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p.86.

<sup>517</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Bernardino Bormann, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, p. 104.

<sup>518</sup> Deve-se aqui esclarecer que os relatórios dos ministros da Guerra eram um apanhado geral dos vários relatórios de repartições e comandos militares a eles subordinados. Em outras palavras, constituíam um simples trabalho de corta e cola. Por outro lado, uma observação mais apurada dos mesmos permite, inclusive, identificar algumas queixas dos chefes e comandantes no tocante à falta de recursos que viviam suas respectivas repartições.

Em 1910, o resultado foi semelhante ao alcançado no ano anterior. Ou seja, o comando militar em Mato Grosso conseguiu reunir juntas somente nos mesmos 14 municípios. Chama a atenção, por outro lado, a preferência dada aos oficiais do Exército, mesmo quando reformados, em detrimento dos da Guarda Nacional. Nesse sentido, os membros daquela milícia assumiam funções nas juntas de alistamento apenas na falta dos militares profissionais. Um exemplo disso é a relação dos membros das Juntas de Revisão e Sorteio do Estado de Mato Grosso e das Juntas de Alistamento dos demais municípios do Estado:

REVISÃO E SORETIO: Presidente, Coronel da Guarda Nacional João Pedro de Arruda; membros: Procurador da Republica Dr. Amâncio Rodrigues, General de Divisão reformado Affonso Pinto de Oliveira, Major Medico reformado Dr. José Marques da Silva Bastos e 2.º Tenente Octavio Pitaluga.

JUNTA DE ALISTAMENTO: AQUIDAUANA: Intendente Augusto Olympio; membros, Capitão Candido Pinto de Carvalho Junior e 2.º Tenente Manoel de Oliveira Braga.

COXIM: Intendente, Themistocles M. de Oliveira; membros: Capitão da Guarda Nacional Francisco de Assis Graça e Tenente-Coronel da Guarda Nacional Manoel Marcelino de Araujo.

ROSÁRIO: Intendente, Argemiro Ramos; membros, Tenente-Coronel da Guarda Nacional Antonio Tolentino de Almeida e Capitão da mesma milicia João Calixto Bernardo.

LIVRAMENTO: Intendente, Salvador Antunes Maciel; membros: Coronel Filippe Carlos Antunes e Tenente-Coronel Felismino José da Silva, ambos da Guarda Nacional.

CORUMBÁ: Intendente, Capitão Dr. João Baptista de Oliveira Brandão Junior; membros: 2.ºs Tenentes Fausto Ferraz d'Elly e Roberto Mendes Malheiros.

BELA VISTA: Intendente, Marinho Fernandes Tico; membros: 1.º Tenente André d'Albuquerque e 2.º dito Adalberto Diniz.

DIAMANTINO: Intendente, Emiliano Paes; membros, Major Gregorio Jostes Ferreira Garcez e Capitão João Augusto Pereira Ferro, ambos da Guarda Nacional.

SANTO ANTONIO DO RIO DE BAIXO: Intendente, Luiz Antonio Ribeiro Fontes; membros, Tenente-Coronel Francisco Pinto de Oliveira e Virgínio Nunes Ferraz, ambos da Guarda Nacional.

MIRANDA: Intendente, Hyppolito Pereira de Moraes Jardim; membros, Coroneis da Guarda Nacional José Alves Ribeiro e João de Almeida Castro”

NIOAC: Intendente, Felismino Ramos Nazareth; membros, 1.º Tenente José Mamede da Silva Rondon e 2.º Tenente Pedro José de Carvalho.

POCONÉ: Intendente, Luiz Lemos do Nascimento; membros, Tenente-Coronel Salvador da Costa Marques e Capitão Jovino Nunes da Cunha, ambos da Guarda Nacional.

CAMPO GRANDE: Intendente, José Santiago; membros Capitão da Guarda Nacional José Emygdio de Campos e 2.º Tenente Constantino de Souza.

CUIABÁ: Intendente, Tenente Coronel da Guarda Nacional, Avelino de Siqueira; membros, 1.º Tenente Manoel Ribeiro da Fonseca e 2.º Tenente Olynto Nunes Sardemberg.

S. LUIZ DE CÁCERES: Intendente Coronel da Guarda Nacional, Diogo Nunes de Souza; membros, Major reformado João Henrique Bueno Deschamps e 2.º Tenente Francisco da Silva Junior.<sup>519</sup>

Naturalmente, nas cidades que contavam com a presença de corpos do Exército (Cuiabá, Cáceres, Campo Grande, Aquidauana e Bela Vista) a organização das Juntas de Revisão eram facilitadas. Nos anos seguintes essa tendência foi mantida.<sup>520</sup> Por outro lado, as cidades mais afastadas do eixo do comando militar no Estado ficavam também distantes e esquivas das suas decisões. Também é possível observar que, se as autoridades militares não confiavam nas lideranças políticas civis, não pareciam dar grande crédito aos chefes milicianos. Ademais, em muitos casos, os chefes da Guarda Nacional eram também lideranças políticas.<sup>521</sup> Aliás, as lideranças militares eram acerbamente críticas ao comportamento dos políticos civis no tocante ao funcionamento do sorteio militar:

O elemento partidário local, representado pelos chefes dos Executivos municipais, tem igualmente perturbado a plena execução da lei [do sorteio militar]. Ora recusa-se a alistar os moços, sob o pretexto de que a medida é impopular e lhe fere o prestígio. Ora inclui tão somente os seus adversários políticos e os desprotegidos. Ora, ainda, vicia as listas pela inclusão de nomes de fantasia, de indivíduos inexistentes, ou pelo arrolamento de defuntos. Para corrigir tais falhas morais, uma longa educação cívica se torna indispensável.<sup>522</sup>

<sup>519</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 34 de 05 de outubro de 1910.

<sup>520</sup> No período de 1908 a 1916, e até bem depois, jamais foi alcançada a meta de organizarem-se juntas em todos os municípios do Estado no mesmo ano.

<sup>521</sup> Não obstante, convém mencionar que alguns oficiais da Guarda Nacional se apresentavam como candidatos à oficial da 2ª linha do Exército, sobretudo após a extinção daquela milícia entre 1918 e 1920. A aceitação estava condicionada à realização de exames médicos e exames práticos específicos da formação dos oficiais de 1ª linha. A condição de oficial de 2ª linha oferecia a oportunidade de pleitear um cargo junto a uma das juntas de alistamento e sorteio das cidades mato-grossenses, o que poderia representar um substancial acréscimo na renda daqueles milicianos, pois tratava-se de um serviço remunerado pelo governo federal. No entanto, os comandantes da CMMT davam preferência, neste caso, aos oficiais do Exército reformados. Os oficiais do Exército, fossem da ativa ou reformados, quando pertencentes aos quadros do Serviço de Recrutamento da CMMT tinham direito a um acréscimo de 25% sobre as gratificações às quais tinham direito, cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 13 de 15 de janeiro de 1921. Ainda em 1921, ficou resolvido que os oficiais do Exército reformados que participassem dos trabalhos dessa Junta receberiam como se da ativa fossem, ou seja, vencimento integrais, cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 246 de 17 de janeiro de 1921.

<sup>522</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo sr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1920*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, p.23.

Do ponto de vista do Exército, as dificuldades vividas em função da “falta de pessoal” criava um verdadeiro ciclo vicioso em que as tarefas administrativas consumiam uma parcela substancial da rotina de trabalho das unidades militares e acarretava em tempo demasiadamente curto para a instrução militar, atividade fim, como era então entendido, das instituições armadas terrestres.

Os efetivos exigidos pelo Exército em Mato Grosso naquela época não eram de grande monta, tão pouco eram proporcionais aos claros abertos nos corpos ali estabelecidos. Assim, por exemplo, considerando-se os déficits em termos de efetivos nos anos anteriores à lei do sorteio (que chegavam às centenas e até à casa do milhar)<sup>523</sup>, o contingente de 151 homens requerido pelo governo federal no ano de 1911, pode ser até considerado modesto.<sup>524</sup> Mesmo assim, como seria de se esperar, o número de voluntários apresentados ao Exército naquele ano ficou aquém dessas exigências e o comando da 13ª Região Militar se viu na contingência de “*prorrogar por mais 30 dias o prazo de aceitação dos voluntários*”, que deveriam completar aquele contingente estabelecido para o Estado.<sup>525</sup> Quando as autoridades do Exército se deram por vencidas, haviam conseguido angariar apenas 59 voluntários, restando ainda 92 vagas de praças a serem preenchidas.<sup>526</sup> Situações semelhantes se repetiam todos os anos, até mesmo após 1916.

Não era incomum, também, que proprietários rurais se dirigissem ao comando da 13ª Região Militar para tentar invalidar o alistamento dos seus empregados. Esse parece ter sido o caso de João Loureiro de Almeida, fazendeiro no município de Bela Vista, que encaminhou ao referido comando a solicitação de “*anulação de praça de camaradas seus*” no 3º Regimento de Cavalaria.<sup>527</sup> Com efeito, as áreas não urbanizadas representavam um importante foco de resistência às iniciativas modernizadoras do Estado. A *modernização*, em muitos casos, constituía uma ameaça ao *status quo* construído nas comunidades localizadas, bem como à dominação dos grupos locais, como já foi visto.

Entre os elementos apontados como causadores de óbices ao bom desempenho profissional das forças militares em Mato Grosso, coligidos nos vários documentos oficiais, a falta de conforto, a “*comunicação*” “*difícil e morosa com a Capital do País*” levavam à conclusão de que, entre as inspeções militares permanentes nas quais eram divididas as forças

<sup>523</sup> Cf. p. 34.

<sup>524</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 6 de 20 de março de 1911.

<sup>525</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 11 de 10 de maio de 1911.

<sup>526</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 20 de 20 de julho de 1911.

<sup>527</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 52 de 18 de dezembro de 1909.

do Exército, a 13ª era a que mais de ressentia “*da falta de elementos para a formação completa da boa instrução militar*”.<sup>528</sup> Tal quadro levava, inclusive, à suspensão temporária das baixas do serviço militar por conclusão de tempo.<sup>529</sup> Mesmo quando vinham ordens para a suspensão da aceitação de voluntários, os corpos de Mato Grosso acabaram constituindo uma exceção, dados os elevados claros nas tropas.<sup>530</sup> Em 1916 chegou-se ao extremo da “*suspensão*” do embarque de praças para “*qualquer ponto*” devido à “*falta de praças nesta Guarnição*”.<sup>531</sup>

O ano de 1916 se mostrou particularmente trabalhoso para a oficialidade que servia nas guarnições mato-grossenses. Cabia, além das atividades então rotineiras da burocracia militar, iniciar as ações com visos a implementar o primeiro sorteio. Uma das providências mais importantes nesse sentido era o recenseamento militar do Estado de Mato Grosso, que deveria estar concluído até setembro daquele ano, para fins de um funcionamento regular dos serviços de alistamento e incorporação. Para tanto, era necessário que as autoridades militares estivessem em sintonia com as lideranças políticas locais e estaduais.

Contudo, 1916 também foi o ano em que estourou um conflito armado que dividiu as lideranças políticas do Estado. Divisão essa gerada por um “desentendimento”, cujas origens se encontram em “questões econômicas da Mate Laranjeira”, que acabou “por romper” o arranjo da dominação oligárquica no Estado durante o governo do general Caetano de Albuquerque.<sup>532</sup> Eram os desdobramentos da controvertida *Caetanada*.<sup>533</sup> Certamente, esse período conturbado da vida política e social do Estado constituiu um fator de desestabilização

<sup>528</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 18 de 18 de agosto de 1914.

<sup>529</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 21 de 30 de setembro de 1914.

<sup>530</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Ordem do Dia Nº 25 de 30 de novembro de 1914.

<sup>531</sup> CORUMBÁ, 13ª Região Militar, Boletim Interno Nº 60 de 09 de março de 1916.

<sup>532</sup> NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988, p. 102. As “questões” da empresa Mate Laranjeira parecem estar no fundo de todos os conflitos intra-oligárquicos ocorridos em Mato Grosso até o triênio 1916-1918. Os desentendimentos envolviam desde a delimitação das terras a serem utilizadas pela empresa até o tempo de arrendamento a ser concedido pelo Estado. Veja mais sobre o assunto em CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

<sup>533</sup> O general Caetano de Albuquerque, oficial do Exército ligado à política mato-grossense desde o final do Império, foi indicado pela liderança do Partido Republicano Conservador, chefiado pelo senador Antônio Azeredo, para concorrer ao cargo de presidente do Estado de Mato Grosso em 1915. Contudo, ao assumir o governo estadual no ano seguinte, suas posições com relação à Empresa Mate Laranjeira o levaram a se afastar cada vez mais da política dominante naquela unidade federativa, ao mesmo tempo em que se aproximou da oposição, na época liderada por Pedro Celestino Corrêa da Costa e representada pelo Partido Republicano Conservador. A partir disso, iniciou-se uma série de incidentes entre os poderes Executivo e Legislativo do Estado (totalmente situacionista) que redundaram em conflitos armados que posteriormente foram finalizados através de intervenção federal ainda por ocasião do governo do presidente Wenceslau Brás. Sobre esse assunto cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, pp. 132-138.

do funcionamento da burocracia militar, sobretudo no concernente às práticas do alistamento militar. Naquele momento, as forças militarizadas a serviço dos coronéis conflagrados se tornaram prioridade.

A própria Força Pública do Estado ainda não fora capaz de abandonar os métodos tradicionais de recrutamento, como se pode observar:

Como é moda e costume, entre nós, desde muito tempo, ocasião houve em que para se fazer o batalhão de polícia, depois de uma dessas revoluções que nos visitam periodicamente, o governo lançou mão do recrutamento, *mas de um recrutamento feroz e violento... Para isso expediu cartas a diversos chefes locais, recomendando que fizessem agarrar os vadios e desocupados, os desordeiros e farristas para preencher os claros e se reorganizar a milícia que deveria zelar pela ordem, tranquilidade e sossego públicos.*<sup>534</sup>

Por outro lado, as intervenções militares, que inclusive exigiram a mobilização de forças de outros Estados para a região,<sup>535</sup> inviabilizaram ainda mais o funcionamento regular do incipiente sorteio. Nessa mesma época, também ocorreram movimentações de forças para diferentes pontos de Mato Grosso. Assim, por exemplo, na mesma época em que chegaram forças de São Paulo, o 38º Batalhão do 13º Regimento de Infantaria recebeu ordens para deslocar-se para Cuiabá, para efeito da manutenção da “ordem” naquelas paragens.<sup>536</sup>

Logo em seguida, o Serviço de Material Bélico da Circunscrição recebeu ordens de embarcar para Campo Grande, curiosamente por via fluvial, 4 canhões L 24 “*com os respectivos armões*”, destinados ao 13º Grupo de Artilharia.<sup>537</sup> Essa mesma unidade, juntamente com o 54º Batalhão de Caçadores e mais dois batalhões do 13ª Regimento de Infantaria “*auxiliou o Governo de Mato Grosso a restabelecer a ordem no Sul do Estado, perturbada pelo Major de Polícia Antônio Ferreira Gomes da Silva*”.<sup>538</sup> Esses dois corpos vieram a constituir, em seguida, a “*Linha de Segurança*”, baliza destinada a guarnecer o

---

<sup>534</sup> *O Mato Grosso* – Órgão democrata, dedicado aos interesses do povo. “Noivado Gorado”. 05/09/1915, p.7. Grifos meus.

<sup>535</sup> A esse respeito cabe destacar que, em julho de 1916, chegava a Corumbá o general Carlos Augusto de Campos, comandante da 6ª Região Militar (São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso) à frente do 53º Batalhão de Caçadores, contando com o efetivo de 30 oficiais e 220 praças. Cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 171 de 21 de julho de 1916.

<sup>536</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 175 de 25 de julho de 1916.

<sup>537</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 179 de 29 de julho de 1916.

<sup>538</sup> FREIRE, Elias Americano (tenente-coronel). 3º Grupo de Artilharia de Dorso – “Resumo Histórico da Unidade”. Campo Grande : 21 de maio de 1945, p. 2. O comandante geral dessa força era o coronel Alfredo Reveilleau, que estabeleceu sua sede em Campo Grande. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 188 de 09 de agosto de 1916.

trecho mato-grossense da ferrovia Noroeste do Brasil até janeiro do ano seguinte.<sup>539</sup> Nos meses subsequentes, chegaram ainda de São Paulo uma seção de metralhadoras e um piquete de cavalaria, forças essas consideradas “*em expedição neste Estado*”.<sup>540</sup>

Unidades e frações de unidades se dirigiram à diversas outras localidades, como Porto Murtinho, Miranda, Coxim Cáceres, Nioaque, Paranaíba, Três Lagoas e inclusive Cuiabá. Convém recordar que nessa mesma época ocorria o conflito do Contestado e, ainda assim, o comandante da Circunscrição Militar do Paraná recebeu ordens para destacar “*um dos seus batalhões afim de tomar parte na expedição militar no Estado de Mato Grosso*”.<sup>541</sup> Destarte, segundo o ministro da Guerra na época, a mobilização de forças para estes dois Estados foram reconhecidas como as maiores do seu quadriênio ministerial.<sup>542</sup>

#### 6.4 1916: O INÍCIO DO SORTEIO MILITAR

O Ministério da Guerra estabeleceu para o período administrativo de 1916-1917, o contingente de 276 homens, sendo 10 voluntários especiais<sup>543</sup> para a infantaria, 95 para a engenharia, 60 para a artilharia de posição, 30 para a artilharia montada e 69 para a cavalaria.<sup>544</sup> Além disso, Mato Grosso deveria enviar 12 conscritos para outro Estado. A prioridade era para que esses indivíduos fossem voluntários, porém, na falta destes, o mecanismo do sorteio militar deveria começar a funcionar. A aceitação de voluntários deveria ser iniciada a partir do primeiro dia útil do mês de novembro. Contudo, o mês de novembro passou e pouquíssimos voluntários se apresentaram. Em seguida, ou seja, no início do mês de dezembro, o presidente da Junta de Revisão e Sorteio, tenente-coronel da Guarda Nacional Américo Caldas, recebeu

<sup>539</sup> FREIRE, Elias Americano (tenente-coronel). 3º Grupo de Artilharia de Dorso – “Resumo Histórico da Unidade”. Campo Grande : 21 de maio de 1945, p. 2..

<sup>540</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 186 de 07 de agosto de 1916.

<sup>541</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 241 de 14 de outubro de 1916.

<sup>542</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 34.

<sup>543</sup> Os voluntários especiais eram pessoas interessadas em efetuar o serviço militar em um tempo mais curto nos corpos da tropa (6 meses). Porém, suas vagas eram restritas. Havia também a possibilidade de se voluntariar para manobras, o que permitia ao interessado manter-se nas fileiras apenas enquanto durassem as manobras regionais. No entanto, tanto os voluntários especiais quanto os de manobra só poderiam se alistar em unidades da infantaria ou, em raras ocasiões, da cavalaria. Cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 165 de 09 junho de 1917.

<sup>544</sup> Havia em Mato Grosso nessa época, sem contar as unidades “*expedicionárias*” 2 unidades e 2 frações de unidades do Exército, a saber: 13º Regimento de Infantaria, 3º Regimento de Cavalaria, 1 companhia formada do 3º Batalhão de Artilharia e o 13º Grupo do 5º RAM. Unidades desfalcadas pela deficiência em efetivos de praças e oficiais.

telegrama informando o número de sorteados requisitados pela circunscrição: “10 voluntários especiais e 95 sorteados para o 13º Regimento de Infantaria, 69 sorteados para o 3º. Regimento de Cavalaria, 60 para o 3º Batalhão de Artilharia de Posição e 30 para o 13º Grupo de Artilharia Montada”.<sup>545</sup>

Entretanto, no mês seguinte, o comando militar em Corumbá recebeu ordens para encaminhar 169 recrutas (fossem voluntários especiais, simples voluntários ou mesmo sorteados) para a tropa expedicionária do 53º Batalhão de Caçadores, originária de São Paulo. Era o tributo em homens a ser pago pelo Estado em função do deslocamento de tropas de outro Estado para aquelas “*distantes paragens*”.<sup>546</sup> Como se pode notar, era o início da primeira grande contradição que iria marcar o funcionamento do sorteio militar em Mato Grosso. Ora, se a intenção era a de que as tropas fossem constituídas por “*elementos*” locais, por que alistar mato-grossenses em forças originárias de São Paulo? Esse procedimento se mostra ainda mais incoerente se for considerado que tratava-se de um dos Estados menos povoados da federação cedendo contingente para um dos de maior população. Por outro lado, como veremos, essa contradição será muito mais marcante no sentido inverso nos anos que se seguiram.

Em todo o País, grande número dos sorteados convocados não se apresentou. Por essa razão, o ministro da Guerra declarou que

terminado o prazo arbitrado pelo Ministério da Guerra para apresentação dos cidadãos sorteados nos termos do art/190 do Regulamento para alistamento e sorteio Militar deve se providenciar para a captura dos insubmissos entendendo-se para isso com os Governadores e presidentes dos Estados.<sup>547</sup>

Mas foi efetivamente em princípios de 1917 que começam a surgir os primeiros registros de exame de saúde aos quais deveriam ser regularmente submetidos os sorteados para efeito de verificação da sua aptidão para o serviço militar. Alguns sorteados ainda conseguiam se evadir das escoltas formadas para transporta-los do seu lugar de residência (em geral as cidades do Norte do Estado) até Corumbá, onde os exames médicos eram efetuados. Uma forma identificada de procurar evadir-se do serviço militar era a de alegar problemas oftalmológicos para assim ser dispensado. No entanto ainda assim os chefes militares procuravam verificar a veracidade dessas informações. Era grande o número de dispensas temporárias (“*incapaz temporariamente para todo o serviço do exercito*”) ou definitivas

<sup>545</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 286 de 08 de dezembro de 1916.

<sup>546</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 5 de 05 de janeiro de 1917.

<sup>547</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 27 de 31/01/1917.



(“*incapaz definitivamente*”) do cumprimento do serviço militar por razões de saúde, o que pode indicar duas hipóteses não necessariamente excludentes: a) o estado de saúde da população masculina mato-grossense era calamitoso; b) havia elevado número de fraudes no processo de seleção dos conscritos.<sup>548</sup> Sobre o funcionamento do sorteio militar em Mato Grosso, o relatório ministerial da Guerra referente aos trabalhos realizados no ano de 1917 afirmou que:

Bastante tem sido as dificuldades com esse serviço devido à fraude, com que foi feito em todo o estado o alistamento, e ainda pelos processos de que lançavam mão os sorteados, para conseguir a isenção de serviço, favorecidos pelas juntas médicas e de revisão sorteio, que facilmente aceitavam justificação de isenção. Muito se tem esforçado o comandante da circunscrição, para, de algum modo, anular o mau efeito causado por essas exceções odiosas e está apurando a responsabilidade dos culpados.<sup>549</sup>

Os assuntos relacionados ao sorteio (exames de saúde, transporte e apresentação dos sorteados às localidades onde deveriam servir, retificação de nomes, julgamento de pedidos de dispensa, dentre outros) começaram a ocupar grande espaço da rotina burocrática da CMMT. Estes ficavam a cargo de uma repartição denominada 20ª Circunscrição de Recrutamento. Em consequência do rigor com que passou a ser aplicada a legislação referente à lei do sorteio, muitos ex-praças começaram a procurar as guarnições militares para receber as suas cadernetas de reservistas de modo a comprovar a sua condição.

Muitas das dispensas do serviço militar assinaladas nos registros da CMMT não são justificadas,<sup>550</sup> o que deu vazão a inúmeras críticas por parte de alguns articulistas em periódicos mato-grossenses de época, os quais levantam dúvidas quanto à idoneidade dos membros das juntas de revisão e sorteio. É o que se pode notar a partir da leitura do humorístico e ao mesmo tempo didático “*Diálogo de Esquina*”, publicado alguns anos após o início do funcionamento do sorteio militar no periódico três-lagoense *Gazeta do Comércio*:

<sup>548</sup> Aliás, fraudes também ocorriam no que toca à expedição das cadernetas de reservistas de segunda categoria (Tiros de Guerra).

<sup>549</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1918*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, p.102.

<sup>550</sup> Cf., por exemplo, Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 69 de 13 de março de 1917 em que se lê: “*O presidente da junta de Revisão e sorteio Militar em Ofício de 28 de Fevereiro, comunicou haver sido dispensado do serviço militar ativo, em tempo de paz, [...] os sorteados Benedito do Couto, do Município desta Capital e Maméde Viégas de Pinho de Livramento. (Bol. Circ. Nº 50-5-3-17)*”.

O Barriga: Então, você viu quanto homem velho está na lista [de sorteados pelo município] de Três Lagoas, para servir nas fileiras do exército?

O Patriota: Vi sim e estou triste diante de tal imoralidade.

O Barriga: Imoralidade? Então todos nós não somos iguais?

O Patriota: Não é isto, seu Barriga: os jovens são os que, dentro de certa idade militar, devem servir nas fileiras e não homens fora da idade militar e até vovôs, como vemos numa das colunas das colunas da ‘Notícia’. É o caso do sr. General Malan mandar abrir inquérito, pois colocam na lista homens já reservistas, homens de quase 50 anos e deixam de lado umas dúzias de moços, que vivem pelas fazendas, pelos Patrimônios e na cidade.

Barriga: Então é negligência da junta de alistamento, não é?

O Patriota: O nosso mal é a falta de educação cívica e falta de amor pelo Brasil. Somos um organismo letárgico, sob o ponto de vista de sentimentos patrióticos.

O Barriga: Mas pra que soldados? Não haverá mais guerra! A Liga das Nações não consentirá em lutas.

O Patriota: Nada de ilusões, seu Barriga. A guerra é uma instituição de Deus. Ela nos visitará sempre. E a questão do desarmamento é uma *blague*. A Argentina está reformando seu exército. A Inglaterra mata 10 mil cães em experiências com gases asfixiantes e jogou mais 100 submarinos no mar. A América do Norte está entupindo o Atlântico com couraçados e construindo tanques fantásticos. A China está se armando tanto quanto a Rússia. A Itália está imperialista como nunca e Mussolini quer o mundo para a Itália. Os países balcânicos e a Turquia armaram-se até os dentes e metem-se em questões cada vez mais complicadas. A Índia e o Egito estão dando mostras do que serão daqui a pouco mais. França e Espanha, em plena guerra. Não acredita na futura Guerra do Oriente contra o Ocidente, que arrastará a América toda? Não acredita na guerra da Europa contra a América unida? Não acredita numa coligação das nações sul-americanas contra o Brasil, colossal e amedrontador, futuramente? Precisamos deixar da mania de sermos aquecedores crônicos de cadeiras, em conferências de paz, segundo lamenta Escobar. País novo, potente, rico, grande, com mania de pacifismo, é ridículo.

O Barriga: Se assim é, é.

O Patriota: Aos quartéis, mocidade!! O moço que na idade militar recusa servir nas fileiras do Exército Nacional, é um sibarista, um inútil, um ente desprezível. O problema mais sério para o Brasil é o do serviço militar obrigatório. Se nossos canhões falarem alto e bem alto, a Inglaterra e alguns países mais não achariam que o Brasil *portou-se atrevidamente, perturbando o ponto de vista harmônico da Europa*; na Liga das Nações. Se da atitude de Melo Franco resultasse um conflito armado como se [ilegível] sem reservas e somente com um formidável exército de insubmissos? Precisamos ser fortes nas armas. Deixemos a diplomacia para o glacialismoesquimau. Se os nossos *quartéis são os primeiros do mundo* é para que alojemos neles o primeiro exército do mundo. E para isso precisamos de conscritos. Guerra atroz aos insubmissos e as juntas de alistamento relapsas.<sup>551</sup>

<sup>551</sup> Brasileiríssimo do Brasil. “Sorteio Militar – Dialogo de Esquina”. *Gazeta do Comércio*. Três Lagoas, 09/05/1926, p.4. Grifos do autor.

Esse excerto é rico em várias questões em voga naquela época. A principal delas, por vir ao encontro dos argumentos até aqui defendidos, é a de que as fraudes foram uma constante no tocante ao funcionamento dos mecanismos administrativos que regulavam o sorteio militar. Este fato, como já foi observado, era reconhecido até mesmo pelas próprias autoridades militares. Há inúmeros indícios disso na documentação militar e, inclusive, houve muitas suspeitas com relação à idoneidade de certos oficiais e, sobretudo, dos que compunham as juntas médicas que avaliavam a aptidão física dos sorteados.

A esse respeito chamaram a atenção deste pesquisador duas ocorrências de maio de 1918, as quais refletem a maneira como as coisas possivelmente se davam àquela época (e certamente ainda se dão). A primeira delas envolveu um sobrenome bastante prestigiado da sociedade campo-grandense, quiçá do antigo Sul de Mato Grosso. Trata-se da repreensão sofrida pelo capitão João de Paula Dias por ter, na condição de comandante interino do 5º RAM, substituído o nome do sorteado Julio Baís da lista dos convocados pelo município de Campo Grande para incorporação no ano seguinte, *“por pedido de terceira pessoa”*, como foi reconhecido pelo próprio oficial.<sup>552</sup>

Pouco depois, foi a vez do capitão Arsênio Ferreira Prestes, comandante do 39º Batalhão do 13º Regimento de Infantaria, destacado à época em Cuiabá em função da intervenção federal, ser também repreendido e preso por 15 dias, por tentar, através de *“subterfúgios”*, *“ilaquear as ordens deste Comando [CMMT], revelando falta de zelo, no cumprimento de seus deveres e pouca sinceridade em suas informações”*, após ter recebido ordens para remeter daquela cidade até a sede da Circunscrição, Corumbá, um grupo de sorteados dispensados do serviço militar, após inspeção médica, por terem *“sido julgados incapazes por sofrerem dos órgãos visuais”*.<sup>553</sup>

Muitos eram os indivíduos dispensados por serem considerados incapazes para o serviço militar.<sup>554</sup> Algumas guarnições, como a de Cáceres, Aquidauana, Campo Grande,

---

<sup>552</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 105 de 01 de maio de 1918. A família Baís era das mais ricas no Sul do antigo Estado de Mato Grosso. Sua posição e prestígio vinha principalmente da atividade comercial: importação e exportação.

<sup>553</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 121 de 22 de maio de 1918. O mesmo comandante se dizia “constrangido” por ter que impor esse tipo de “corretivo” a um capitão do Exército. De fato, não eram comuns prisões de oficiais dessa envergadura hierárquica, sinal de que o procedimento daquele militar foi considerado uma falta muito grave.

<sup>554</sup> Dada a falta de médicos militares, as juntas médicas muitas vezes eram compostas por médicos civis. Com efeito, em 1919, Vespasiano Barbosa Martins, que era médico, compôs uma dessas juntas ao lado do médico militar Júlio Mário de Castro Pinto. Não há como saber se tal situação se repetiu nos anos seguintes, mas na década de 1920, quando explodiu a rebelião tenentista lá esteve o dr. Vespasiano, comissionado no posto de

Ponta Porã, Coimbra e Porto Murtinho encaminhavam os sorteados para Corumbá para efeito de inspeção médica no Hospital Militar da mesma cidade. Outro fato bastante corriqueiro era o chamado “*sorteio em duplicata*”, quando um jovem era sorteado duas vezes, como foi o caso de Joaquim do Amaral Freire em março de 1917.<sup>555</sup> Muitos indivíduos que não eram sorteados acabavam acompanhando os sorteados nas levadas e posteriormente ficavam “*encostados*” nas unidades de Corumbá (geralmente o 13º RI) aguardando as providências do comando da CMMT, que geralmente os colocava no lugar dos sorteados dispensados do serviço militar por razões de saúde ou quaisquer outras.

Foram numerosos os casos de sorteios de reservistas, ou mesmo de pessoas não exatamente enquadradas nas exigências legais estabelecidas para o serviço militar naquela época: menores, idosos e, inclusive, mulheres. Segundo um articulista do semanário *O Progresso*, aqueles que já houvessem prestado o serviço militar, deveria “*apresentar-se à autoridade competente do lugar onde vier fixar residência, para não ser o seu nome incluído no alistamento*”.<sup>556</sup>

O Cônego Jacomo Vicenzi, quando em viagem de São Paulo para Cuiabá no ano de 1918, de passagem pelo porto de Corumbá, deixou uma elucidativa descrição da impressão causada pelos sorteados que aguardavam os exames e as verificações documentais da Junta de Alistamento da CMMT:

Em assunto de movimentos patrióticos e militares, nunca vi um quadro tão prosaico e desenhado (...) Não é com processos artificiais que, da noite para o dia, se mudam os costumes de um povo. Entremos na realidade dos fatos. Ao ver aquele rapazio de todas as cores, tamanhos, idades e feitios, sem farda, e cada qual com trajos ao seu sabor, correu-me à língua aquela frase da Escritura: *Bestia et universa pecora, serpentes et volucres pennatae* (...) Era uma mistura informe e inexpressiva (...) Basta dizer que as autoridades militares de Corumbá censuraram acemente a ausência de critério na remessa, para as fileiras, de elementos fisicamente inadequados e incapazes. Asseguraram-me que trinta ou quarenta por cento dessa primeira remessa foi devolvido para o ponto de partida e ainda bem se fosse só isto! (...) A mania de fazer número foi arrebanhando moços e velhos, solteiros, casados, negociantes, criadores e fazendeiros, perturbando, com isto, profundamente a vida econômica e da família. A maior praga foi a politicagem desbraçada [sic], à qual, para poupar os de seu partido, sacrificou duplamente as famílias do partido oposto. Eis aí em poucas linhas,

---

oficial, atuando novamente como médico na linha de frente da região de Três Lagoas. Cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 68 de 18 de março de 1918.

<sup>555</sup> Cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 66 de 09 de março de 1917.

<sup>556</sup> *O Progresso*. “Sorteio Militar”. Ponta Porã, 05/07/1927, p. 1.

o que foi, em Mato Grosso, a conscrição, cujos maléficis efeitos se não fizeram esperar”.<sup>557</sup>

Assim, fica evidenciada a inabilidade das estruturas administrativas do Exército para selecionar os seus conscritos e para controlar o destino dos seus reservistas, o que num caso de necessidade de mobilização deveria trazer grandes transtornos para os chefes militares. De fato, na década de 1920, tais situações se repetiram em incontáveis ocasiões e serão analisadas logo adiante.

As questões políticas locais também interferiam no processo de recrutamento. É o que se pode observar a partir do testemunho dado por um membro da junta de alistamento militar do município de Rosário Oeste em meados da década de 1920:

Não se nega [...] que o alistamento militar, em algumas juntas, padece da carência de escrúpulos por parte do seu presidente, no geral, pessoas de compromissos políticos que por isso mesmo partidários como são, submetem este impotente serviço a paixões subalternas, alistando e mandando alistar, pelos inspetores de quarteirões, rapazes seus desafetos, com mais ou menos idade, dando assim margem à represália dos mesmos pelo recurso do hábeas corpus, fatos que presenciamos constantemente.<sup>558</sup>

Por outro lado, a própria Circunscrição Militar de Mato Grosso não se mostrava capaz de controlar os reservistas dentro da sua própria área de atuação, sobretudo aqueles que retiravam-se do seu município de origem, mesmo que fossem residir dentro do mesmo Estado. Convém destacar, a esse respeito, outro protesto do mesmo periódico ponta-porense, divulgado por meio de um artigo intitulado “*Surpresas do Sorteio Militar*”:

Há tempos fora sorteado um octogenário num dos Estados do Norte, que ao apresentar-se com suas respeitáveis barbas brancas causou apenas hilaridades, sendo ‘despachado’, e tudo ficou por isso.

Agora no Estado da Paraíba, dá-se outro fato que revela o pouco zelo das juntas de alistamento. É o caso de ter sido sorteada uma senhorita da alta sociedade paraibana, professora diplomada na Escola Normal, que também se apresentou à sede do 22 BC para aguardar a ‘passagem’ do sexo!

**Não terão valor as cadernetas de reservistas dos estabelecimentos de ensino equiparados ao Colégio Pedro II?**

Um caso ocorrido ultimamente com um sorteado neste município, dá a interrogação constante do título acima.

<sup>557</sup> VICENZI, Cônego Jacomo. *Paraíso Verde*: Impressões de uma Viagem a Mato Grosso em 1918. Sem editora e sem data, pp.79-80.

<sup>558</sup> *O Republicano* – Órgão do Partido Republicano Conservador. “Serviço Militar”. Cuiabá, 15/04/1926, p.2.

Trata-se de um moço que fez seu curso no Ginásio Campo-grandense, onde recebeu caderneta de reservista, devidamente visada em tempo pelo comandante da Circunscrição e em que em se apresentando com seus documentos, fora-lhe declarado não terem eles valor e assim foi obrigatoriamente incorporado.

Ora, ao que nos conta, o Ginásio de Campo Grande foi incorporado ao Colégio Pedro II, para todos os efeitos e inspecionado pelo governo federal e dispõe de instrutor militar, tudo de acordo com as regras legais estabelecidas para que goze das vantagens a que tem direito.

Nestas condições, a incorporação do moço em questão se nos afigura ilegal.<sup>559</sup>

Considerando o tipo de clientela interessado na prestação do serviço militar por meio das sociedades de tiro ou tiros de guerra,<sup>560</sup> torna-se bastante compreensível a revolta do autor das linhas supracitadas. Essas incoerências da burocracia militar aumentavam ainda mais o grau de incertezas com relação à prática do recrutamento já tornado excessivo por ocasião da aprovação e implantação da Lei do Sorteio Militar. Se antes servir na condição de praça era uma degradação imposta aos marginalizados, os desafetos políticos e até, em casos extremos, os desafetos familiares, o sorteio tornava as coisas igualitárias de uma forma pouco tolerável para a sensibilidade da plutocracia mato-grossense. Os tiros de guerras e as sociedades de tiro eram procurados justamente pelos *filhos família*, interessados em não se verem igualados ao populacho. Nesse sentido, o sorteio militar alterou muito pouco o perfil social dos componentes dos extratos mais subalternos da hierarquia militar.

Embora os defensores do sorteio militar salientassem, performática e perfunctoriamente,<sup>561</sup> o caráter “*democrático*” e “*igualitário*” dessa modalidade de alistamento, o fato é que, na prática, ele visava atender duas necessidades institucionais: uma “*melhor*” seleção dos ingressantes nas fileiras e a formação de reservas para o Exército. Indiretamente, o sorteio militar constituiu a primeira iniciativa ponderável de catalogação dos cidadãos do sexo masculino pelo poder central brasileiro, isto porque os registros censitários, cartoriais e eleitorais, por exemplo, tinham pouca capilaridade naquela sociedade.

Por essa razão, à medida que o sorteio foi se tornando uma realidade palpável, começaram a surgir as primeiras regulamentações referentes à seleção dos sorteados. Um exemplo disso pode ser observado nas especificações expedidas pelo Ministério da Guerra, através de Aviso Ministerial publicado no Diário Oficial da União, no tocante à aceitação de

<sup>559</sup> *O Progresso*. “Surpresas do Sorteio Militar”. Ponta Porã, 15/10/1927, pp.1-2. Grifos do autor.

<sup>560</sup> Sobre isto cf. p. 41.

<sup>561</sup> Nesse aspecto se destacou o parnasiano Olavo Bilac.

voluntários e sorteados nas fileiras do Exército no biênio de 1916-1917. Entre as exigências estabelecidas como critério de seleção constavam: a) aptidão física para o serviço do Exército, a ser provada “*em inspeção de saúde*”; b) estatura compreendida entre 1 metro e 58 centímetros e 1 metro e 80 centímetros para as armas de infantaria e engenharia e 1 metro e 60 centímetros e 1 metro e 85 centímetros para a artilharia e cavalaria; c) “*robustez*” física, ou seja, a “*estatura*” deveria “*guardar para com o perímetro torácico e o peso do indivíduo, uma relação tal que lhe assegure um índice numérico de robustez suficiente*”;<sup>562</sup> d) ter mais de 17 e menos de 28 anos antes da inspeção de saúde; e) saber ler e escrever, na seguinte proporção: 1/3 do contingente destinado à infantaria, 1/2 do contingente da cavalaria e 2/3 do contingente destinado às armas de artilharia e infantaria.<sup>563</sup>

## 6.5 O SERVIÇO MILITAR E OS ANALFABETOS

Como se pode notar, ao Exército não interessava a incorporação de sorteados analfabetos. Melhor dizendo: a partir do advento do sorteio o Exército incorporaria o menor número de analfabetos possível. Essa realidade contrasta com o discurso dos mais destacados defensores do sorteio, sobretudo aqueles que atribuíam ao serviço militar uma missão civilizadora e regeneradora dos costumes nacionais, além de fator da organização nacional. Entre esses defensores, destacou-se o poeta Olavo Bilac, para quem o serviço militar, acima de tudo, teria uma função pedagógica: educar o corpo e a mente dos jovens brasileiros.

Por outro lado, como reconheceu o brasilianista Alfred Stepan, no final dos anos 1960, a “*política de recrutamento do Exército brasileiro tem sido tradicionalmente a de selecionar homens oriundos de uma área tão próxima quanto possível de cada guarnição, cuja grande maioria se localiza em áreas urbanas*”. Em outras palavras, isto quer dizer, que na prática, “*o grande número dos convocados provêm das cidades e servem numa unidade a menos de*

<sup>562</sup> Índice determinado pela fórmula  $E - (P + P) = I$ , em que E indica estatura, P o perímetro torácico, P o peso expresso em quilos e I o próprio índice. Deveriam ser rejeitados os homens cujos índices fossem inferiores a 21 e superiores a 25. Contudo, segundo consta no referido registro, esse índice de robustez não excluía “*(...) a constatação de energia vital, apreciada pelo exame minucioso dos diferentes órgãos, conhecimento dos antecedentes de família, harmonia das partes constituintes (...) expressão de saúde indicativa de uma boa constituição*”, deixando transparecer critérios eugênicos de seleção.

<sup>563</sup> Extraído do Aviso Ministerial da Guerra Nº 177 A, de 19 de agosto de 1916 e publicado no Diário Oficial de 27 de agosto de 1916 apud. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 187 de 08 de agosto de 1916. Infelizmente, não me foi possível localizar os registros das juntas médicas organizadas no Estado naquela época. Caso ainda existam, esses documentos oferecerão uma importante fonte para se investigar alguns aspectos antropométricos da população masculina do Estado de Mato Grosso na primeira metade do século XX.

*quinze quilômetros de suas residências*”.<sup>564</sup> Segundo esse mesmo autor, esse procedimento de recrutamento local se deve ao desejo de reduzir despesas com o transporte dos recrutas de sua casa para um quartel de uma área geograficamente diferente. Ademais, esse modelo de recrutamento também facilitaria a convocação, em caso de emergência, dos recrutas residentes próximos às unidades onde serviram.<sup>565</sup>

Além disso, a preocupação em satisfazer as necessidades do Exército de “*elementos qualificados e cultos que possam absorver rapidamente certo grau de instrução*” levava as autoridades militares a rejeitar sistematicamente os analfabetos.<sup>566</sup> Contudo, a realidade mato-grossense do início do século não deveria oferecer muitas escolhas às juntas de sorteio militar, dado um quadro geral de analfabetismo na massa da população brasileira.<sup>567</sup>

Resta saber quais eram as reais condições de alfabetização dos alistados no interior das fileiras. As informações a esse respeito em termos documentais são reduzidas, para não dizer precárias. Com efeito, resta-nos indicar alguns elementos bibliográficos disponíveis, relacionados à história social do Exército no século XX, e cruzá-los com os indícios recolhidos dos documentos da Circunscrição Militar de Mato Grosso na década de 1920. Para começar, será útil citar as afirmações de Henrique Dufles Teixeira Lott acerca das possibilidades de acesso à educação formal no interior das fileiras na época em que este militar era um simples oficial de tropa.

Ao ser questionado, em entrevista concedida a pesquisadores do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no final dos anos 1970, sobre as possibilidades de aquisição de “*formação de caráter geral*” nas famosas *Escolas Regimentais* por parte dos recrutas, Henrique Lott afirmou ser possível, porém, “*difícil*”, pois os recrutas, em sua opinião, “*tinham de possuir inteligência muito viva e ser muito ativos para conseguir conciliar seus afazeres no Exército com o estudo*”. Embora reconhecesse que “*alguns faziam*

<sup>564</sup> STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro : Editora Artenova, 1975, p. 16.

<sup>565</sup> Idem.

<sup>566</sup> A esse respeito convém dar destaque à opinião de um oficial quando questionado a respeito por Stepan: “Não somos obrigados a aceitar nenhum analfabeto, já que existe um número suficiente de alfabetizados em idade de recrutamento. Aceitamos alguns analfabetos como nossa quota de sacrifício”. STEPAN, Alfred. *Op. Cit.*, pp.17-18.

<sup>567</sup> De acordo com os dados do censo de 1920, dos 30 milhões de habitantes existentes no País até aquele ano, apenas 24 % sabiam ler e escrever. Destes, os maiores de idade do sexo masculino “*não passariam de 1 milhão*”. CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro : 2005, p. 65. Infelizmente, não há dados censitários para o período compreendido entre os anos de 1920 e 1930. Em todo caso, partindo-se do último dado disponível a respeito da alfabetização geral do povo brasileiro, é possível concluir que as exigências militares no tocante à seleção dos conscritos estavam bem acima da média geral dos brasileiros, sobretudo no tocante à escolaridade formal.



isso” e que houvesse “*casos dos que tenham conseguido*”, sua conclusão a esse respeito é que apenas os “*mais persistentes e inteligentes é que poderiam fazê-lo*”.<sup>568</sup>

Outra importante testemunha a respeito desse aspecto da vida arregimentada dos praças nas décadas de 1920 e 1930 foi o ativista político esquerdista Gregório Bezerra. Ingressou nas fileiras do Exército como voluntário, pois era necessário “*tirar carteira de reservista para ser marítimo*”, como era seu sonho.<sup>569</sup> Tendo ingressado no Exército em dezembro 1922, na Companhia de Carros de Combate, unidade da elite do Exército à época, e concluído o seu tempo de serviço obrigatório em dezembro do ano seguinte, saiu das fileiras exatamente como entrara: analfabeto ou “*semi-analfabeto*”.<sup>570</sup> Após ter passado por algumas dificuldades para encontrar ocupação remunerada na vida civil, tendo, inclusive, sido negado o seu ingresso na Marinha Mercante, Bezerra engajou-se novamente no serviço militar.<sup>571</sup>

Após decidir-se pela carreira militar, concluiu que a única maneira de nela permanecer e ascender seria pela via dos estudos. Contudo, a sua alfabetização dependeu muito mais de esforço pessoal do que de oportunidades oferecidas pela instituição nesse sentido. Ademais, considerando-se a descrição feita pelo militante a respeito de toda a sua vida militar, não há qualquer menção à existência de escolas regimentais nas unidades onde serviu, pois Gregório Bezerra supriu sua carência educativa com aulas particulares e em escolas noturnas, por sua própria conta.<sup>572</sup> De fato, tudo indica que uma política mais sistemática de educação dos praças pelos oficiais ou demais praças dependia muito mais de iniciativas individuais do que de quaisquer outros fatores.

A rotina dos quartéis não devia oferecer grandes facilidades para atividades que não se relacionassem diretamente com as necessidades do serviço. Assim, as principais preocupação das autoridades militares eram relacionadas à rotina burocrática, à disciplina e à instrução. Apolônio de Carvalho, por exemplo, quando oficial em início de carreira, esperava o fim do

---

<sup>568</sup> LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDC, 2002. 4ª Entrevista, realizada em 7 de novembro de 1978, fita 4 B, p.45. Extraída de <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> às 23:30:31 do dia 18/04/2009. Devo informar que esta entrevista foi realizada em clima aparentemente tenso. O entrevistado parecia esquivo e preocupado em não deixar transparecer seus desafetos entre os colegas oficiais e em apresentar um tom laudatório às suas avaliações sobre o comportamento dos militares na política brasileira. Portanto, essa afirmação foi arrancada à *fórceps* pelo entrevistador.

<sup>569</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias(primeira parte: 1900-1945)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979, p. 186.

<sup>570</sup> Ibidem, p.190.

<sup>571</sup> Ibidem, p.192. Este fato demonstra que a falta de efetivos ainda abatia o rigor dos selecionadores de pessoal para o serviço militar àquela época.

<sup>572</sup> Ibidem, p.195.

expediente no primeiro quartel em que serviu, em Bagé no Rio Grande do Sul, “*para ministrar aulas de português, história e matemática a soldados, cabos e sargentos em busca de promoção*”.<sup>573</sup>

Igualmente, na Circunscrição Militar de Mato Grosso, o combate ao analfabetismo esteve em geral relacionado à atuação isolada e intermitente de alguns oficiais. Entre estes, o general-de-brigada Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, comandante da CMMT de 1921 a 1922,<sup>574</sup> ativo participante dos conflitos finais entre a oficialidade do Exército e o regime monárquico, que culminaram na Proclamação da República, ex-aluno de Benjamin Constant e de orientação positivista.

Logo ao assumir o cargo, expediu ordens para que os comandantes de unidades informassem o número de analfabetos nelas existentes, ao mesmo tempo em que solicitava que os mesmos declarassem que medidas haviam adotado para o “*decremento dos mesmos analfabetos*”.<sup>575</sup> Indicava, ainda, um exemplo a ser seguido. Segundo aquele oficial, quando deixou o comando da 7ª Região Militar, existiam nos corpos que a compunham “*apenas 36 analfabetos, sendo que no 26º BC e 4º GAC, ambos de guarnição no Pará, naquela data, não contavam um só analfabeto, exemplo do que espero seja seguido na Primeira Circunscrição*”.<sup>576</sup>

De fato, as instâncias do general Cardoso surtiram algum efeito. Em telegrama datado de 16 de agosto de 1921, o comandante do 16º Batalhão de Caçadores, informou “*haver conferenciado com o Exmo. Revmo. Senhor Bispo Governador do Estado no sentido de ser por essa autoridade designado um professor normalista para ministrar o ensino aos 30 analfabetos existentes no batalhão*”.<sup>577</sup> Entretanto, as informações sobre o número de analfabetos anualmente alistados nos corpos da CMMT ou são inexistentes ou bastante vagas. A esse respeito, o curto período de comando do general Cardoso também deixou úteis informações:

<sup>573</sup> CARVALHO, Apolônio. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997, p. 51.

<sup>574</sup> Afastado desse cargo por ter sido acusado de incitar à rebelião militar os seus comandados no Estado de Mato Grosso, de acordo com BENTO, Cláudio Moreira. “As Raízes Familiares do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Exército” In: Revista do Instituto Histórico Brasileiro Nº 410, p.1. Cf. <http://www.ahimtb.org.br/fhc.htm>. Acessado em 2 de maio de 2009, às 03:46. Joaquim Inácio era avô do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

<sup>575</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 192 de 13 de agosto de 1921.

<sup>576</sup> Idem.

<sup>577</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 196 de 18 de agosto de 1921.

De acordo com as informações recebidas, os analfabetos existentes, nas unidades da Circunscrição, estão assim distribuídos: 11° R A M em um efetivo de 201 praças 42; 10° R C I 62, em um efetivo de 198 praças; 5° GA de Costa, 6, em um efetivo de 64 praças; 16° B C 30, em um efetivo de 382 praças e 17° B C 25, em um efetivo de 226 praças. Há, portanto, num total de 1071 a que se eleva o numero de praças de pré da Circunscrição, 176 analfabetos.

Conhecendo o interesse que esse magno problema nacional, que é o combate ao analfabetismo, ligam os senhores comandante e oficiais dos corpos da Circunscrição que me orgulho de comandar, nutro as mais fundadas esperanças de que, ao terminarem o seu tempo de serviço, aqueles nossos jovens camaradas, que, analfabetos, o voluntariado e o sorteio trouxeram a caserna educadora, possam voltar a vida civil com a instrução, que em seus lares não puderam receber, além de outros conhecimentos, que o preparo e o patriotismo dos senhores oficiais lhes ministrem e que ser-lhes-ão de suma utilidade em qualquer dos ramos da atividade social a que se destinam.

Que a primeira Circunscrição, inspirada no belo exemplo da Sétima região, seja lícito afirmar, no encerrar-se o corrente ano, que, nas unidades que a compõem, não exista um único analfabeto.

Eis os meus votos.<sup>578</sup>

Infelizmente, não houve continuidade na prática de publicar essas informações nos boletins da CMMT nos anos que se seguiram. Contudo, esses dados efêmeros ajudam a demonstrar que, de alguma forma, os critérios de seleção do Exército conseguiram algum resultado. A proporção de recrutas analfabetos em relação aos letrados era muito menor do que a apontada pelos dados censitários relativos ao ano de 1920 para a população em geral. Mesmo nas especialidades que exigiam menor número de recrutas alfabetizados, como a infantaria e a cavalaria, o número de recrutas alfabetizados era relativamente alta, a dar confiança às informações apresentadas por pelos comandantes.

Resta saber os resultados atingidos pela iniciativa do militar positivista. Segundo boletim interno, publicado em fins de outubro de 1921, não havia, naquele momento, um único praça que não soubesse “*ler, assinar o nome e copiar*” na 3ª Companhia do 16º Batalhão de Caçadores, acantonado em Porto Murtinho. O mais interessante disso tudo é que tal resultado foi atribuído à atuação do anspeçada João Camindo Pereira, “*instrutor dos analfabetos*”. Foi recompensado com um louvor em boletim e dispensado do serviço por 8 dias.

Segue a descrição dos resultados atingidos nas demais unidades mato-grossenses:

---

<sup>578</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 200 de 23 de agosto de 1921.

Dos analfabetos existentes na I/5º G.A.C., apenas 4 deixaram de ser aprovados nos exames realizados no dia 26, informando o comandante que até 16 de Dezembro conta estejam lendo e assinando o nome.

Dos 30 analfabetos do 16º BC (boletim n. 200 de 23 de Agosto findo), foram, no exame efetuado a 26 do corrente, reprovados 17.

Dos 62 existentes no 10º R.C.I. (mencionado boletim), foram reprovados 40.<sup>579</sup>

Como se pode notar, os resultados atingidos foram bastante medíocres. Desafortunadamente, a preocupação de extirpar o analfabetismo dos quartéis mato-grossenses também não teve continuidade. O general Cardoso foi afastado do comando em março do ano seguinte. Além disso, no mês de julho estourou a revolta militar na CMMT, o que acarretou, como veremos, numa drástica diminuição do número de oficiais a serviço em Mato Grosso. Portanto, as iniciativas do general positivista não tiveram continuidade nas administrações que se seguiram. Entretanto, antes de entregar o comando, o general ainda possibilitou que fossem reveladas informações a respeito do número de sorteados alistados em 1921-1922:

Segundo os dados obtidos por este Comando, em um efetivo de 993 praças, existem, nesta Circunscrição Militar, 145 analfabetos, assim discriminados: I/11º R/A/M, 40; 17º B/C, 36; 10º R/C/I, 34; 16º B/C, 29; e I/5º G/A/C 6. Na 3ª. Companhia do 16º B/C destacada em Porto Murtinho, não há analfabetos.<sup>580</sup>

## 6.6 O LICENCIAMENTO ANUAL DOS RECRUTAS

Outro problema surgido com o sorteio militar foi o do licenciamento dos sorteados. Em 1919, portanto, o comando da 6ª Região Militar, ao qual estava subordinada a CMMT, estabeleceu alguns critérios para o início do processo de licenciamento dos conscritos naqueles ano, entre os quais podem-se destacar: os sorteados seriam licenciados em turmas sucessivas quinzenalmente e, preferencialmente, os que tivessem se “*sobressaído*” na instrução militar e tivessem “*bom*” comportamento; os casados; os que tivessem feito declaração de haver deixado o exercício de alguma profissão para servir; os que fossem provenientes de lugares distantes aos locais onde haviam servido; e, finalmente, os analfabetos só seriam liberados nas últimas turmas.<sup>581</sup>

<sup>579</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 258 de 31 de outubro de 1921.

<sup>580</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 23 de 26 de janeiro de 1922.

<sup>581</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 22 de 24 de janeiro de 1919.

Aparentemente, havia grande dificuldade em controlar os reservistas após a desincorporação das fileiras. É o que dá a entender o Boletim Interno Nº 83 de 05 de abril de 1916:

Muitas praças ao serem excluídas do Exército, declaram ir fixar residência fora dos Estados onde estão os corpos em que serviam, e, por esse motivo, não ficam ali relacionadas como reservistas; algumas delas, porém, desistem da viagem e assim escapam das obrigações de reservista, por não ficarem relacionadas em nenhuma unidade. Para corrigir tal abuso, devem todas as praças, ao serem excluídas por conclusão de tempo, ficar incluídas como reservistas em seus corpos, nos limites da Lei; quando pedirem passagens para outros Estados, a autoridade que isso conceder, depois de verificado o embarque, comunicará ao corpo para a devida exclusão, e á Região para onde seguirem, para inclusão.<sup>582</sup>

A persistência dessa situação certamente refletiu na capacidade de mobilização de forças da CMMT. As reverberações dos movimentos militares das décadas de 1920 e 1930 nos corpos militares mato-grossenses ajudam a mensurar a eficácia da constituição de reservas para o Exército naquela porção do País. Contudo, antes de apresentar e discutir a dinâmica dessas mobilizações, faz-se necessário conhecer os resultados alcançados pelo sorteio até o início da década de 1920.

## 6.7 OS RESULTADOS DO SORTEIO

Como já foi mencionado, os primeiros anos do sorteio em Mato Grosso coincidiram com uma crise político-institucional, que durou aproximadamente dois anos (1916-1918) e redundou na substituição de um governador eleito por seguidos interventores federais e, finalmente, um governador biônico: o bispo Dom Aquino Corrêa da Costa.

Ao mesmo tempo, a fraude e a insubmissão em massa marcaram esses primeiros tempos de serviço militar obrigatório. Ao que tudo indica, o problema dos claros nas tropas do Estado persistiram. A esse respeito, o coronel Emigdio Tallone apresentou uma explicação bastante esclarecedora, por ocasião da sua despedida do comando da CMMT em 1918:

Este comando teve ainda que atender ao serviço de incorporação dos sorteados, que foi bastante trabalhoso, em consequência da fraude e desídia, que predominaram no serviço de alistamento. Apesar de todas

---

<sup>582</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 83 de 05 de abril de 1916.

as dificuldades encontradas, a incorporação fez-se de um modo bastante satisfatório, *pois consegui incluir nas fileiras, quase dois terços do número necessário ao preenchimento dos claros*, existentes nas diversas unidades da Circunscrição e se melhor não foi o resultado obtido, isso deu-se por circunstâncias superiores a vontade deste Comando.<sup>583</sup>

Sobre os resultados atingidos pelo sorteio no Estado entre 1916 e 1919 é possível ainda indicar os seguintes números:

<b>Quadro VII – Sorteio Militar em Mato Grosso (1916-1919)</b>				
Ano	Número de Alistados	Contingente Pedido	Incorporados	Nº de municípios (total de 21)
1916	496	276	250	_____
1917	557	1.793	686 (698 insubmissos)	16
1918	644	1758	845 (1.697 insubmissos e 385 isentos)	19
1919	423	195	85 (185 insubmissos)	17

Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1920*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, pp. 16-17.

Note-se que o número de incorporados nesse período sempre foi menor que o de alistados e, inclusive, que o contingente pedido. A insubmissão também foi alta, com números superiores a 50% do total de jovens alistados. Infelizmente não foi possível auferir as taxas de insubmissão dos anos posteriores a 1919 em Mato Grosso. Contudo, é possível reconstituir algumas das suas causas e as maneiras pelas quais o governo federal procurou fechar o cerco aos cidadãos, visando a universalização do serviço militar entre a parcela masculina da sociedade brasileira.<sup>584</sup>

Ao contrário dos exércitos aristocráticos europeus do século XIX, no Brasil, como observou José Murilo de Carvalho, “*foi o Exército que lutou por abrir a sociedade à sua penetração via recrutamento, sorteio e formação de reservas*”.<sup>585</sup> Os apelos patrióticos de

<sup>583</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 123 de 25 de maio de 1918. Grifos meus.

<sup>584</sup> A esse respeito veja também CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005, p.76.

<sup>585</sup> Idem, p.75.

Olavo Bilac e demais propagandistas do sorteio não se mostravam suficientes para convencer a juventude da sua “*obrigação cívica*” com a pátria. Nesse sentido, apenas as medidas punitivas e coercitivas se mostravam, de alguma forma, eficientes.

O número de processos de insubmissão era elevadíssimos em todo o País. De acordo com Celso Castro, um levantamento do número de processos contra insubmissos que chegaram ao Supremo Tribunal Militar, entre o final da década de 1910 e o início da seguinte, revelou que eles chegaram a atingir 55 % do total de processos por crimes militares.<sup>586</sup> Ainda assim, as punições previstas não eram aplicadas. As condenações em segunda instância foram mínimas.<sup>587</sup> Os crimes de deserção e insubmissão eram prescritíveis, de acordo com os regulamentos militares.<sup>588</sup> Por outro lado, os indultos eram constantes, o que certamente criava um clima de impunidade entre os sorteados, embora também ajudassem a regular o funcionamento dos sorteios.

No entanto, de acordo com Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra entre 1919 e 1920, o excessivo rigor com que eram tratados os insubmissos era uma das principais causas do elevado número de insubmissão entre os sorteados. Sobretudo porque, segundo informou, a maior parte dos que se encontravam presos pelo Exército, acusados de insubmissão, apresentaram-se voluntariamente.<sup>589</sup> Citou, a esse respeito, inclusive o exemplo de um homem que percorreu “*110 léguas a pé para cumprir o seu dever*”. Muitos acabavam insubmissos, segundo Calógeras, por ignorarem terem sido sorteados:

Ninguém, que conheça o sertão, isto é todo o Brasil menos insignificante faixa litorânea, talvez mesmo meros pontos, as cidades, nessa linha de milhares de quilômetros, ninguém poderá negar que quase todos os insubmissos do interior o são por não terem tido aviso nem do alistamento nem do sorteio. E tanto que, ao saberem-no, numerosos são os que se apresentam aos corpos, embora submetendo-se a penalidades que, em consciência, não são merecidas.<sup>590</sup>

---

<sup>586</sup> CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, p. 257.

<sup>587</sup> 0,45 % do total segundo o autor. CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, p. 257.

<sup>588</sup> Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 293 de 09 de dezembro de 1931.

<sup>589</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1919*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, p. 23.

<sup>590</sup> O ministro se arriscou a afirmar que a ignorância dos sorteados era da ordem de 80% dos casos de insubmissão. BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1919*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, p.25.

Ainda no tocante às anistias aos insubmissos, convém mencionar que foram verificados 2 grandes indultos no período entre 1916 e 1932 nos anos de 1920 e 1927.<sup>591</sup> Verificou-se um caso curioso por ocasião do indulto de 1920: após ter se apresentado ao quartel do Destacamento Federal de Cuiabá, “*a fim de gozar do indulto*”, o sorteado insubmisso Antonio Sabino Lopes de Barros ausentou-se e não mais apareceu; foi revertido “*novamente à situação de insubmisso*”.<sup>592</sup> Resta saber o que teria motivado essa segunda insubmissão...

Nos anos seguintes, a participação dos casos de insubmissão dentro do total de crimes militares julgados pelo STM diminuiu, mas isso não significa que a lei começou a ser respeitada. Ao contrário, a lei “não pegou”.<sup>593</sup> O que efetivamente mudou foi a atitude dos comandantes, os quais passaram a ordenar a formação de capturas para extrair os insubmissos à força. Essas ações iniciaram-se em Mato Grosso, sobretudo após as revoltas tenentistas, quando os resultados do sorteio militar foram os mais baixos de todos os tempos. Nesse particular, foram altamente produtivos dois segundos-tenentes comissionados que foram encarregados dessas missões: Julio Alfredo Hanh e Gabino Soilet Soares, os quais foram efusivamente elogiados pelos seus respectivos comandantes: os generais Alfredo Malan e José Victorino Aranha da Silva.

O primeiro percorreu os municípios de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Nioaque e Ponta Porã, sendo responsável pela captura de mais de 50 desertores e insubmissos.<sup>594</sup> O segundo-tenente em comissão Gabino Soilet ganhou notoriedade ao realizar a captura e transportar de Paranaíba a Campo Grande um “*número superior a 30 insubmissos*”, além de ter angariado voluntários e sorteados daquele mesmo município.<sup>595</sup> O excesso de zelo desses oficiais gerou certos atritos e descontentamento em alguns chefes locais, e as reclamações contra o seu procedimento partiram inclusive do próprio presidente do Estado, Mário Corrêa.

<sup>591</sup> Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 31 de 06 de fevereiro de 1920 e Boletim Interno Nº 273 de 26 de novembro de 1927.

<sup>592</sup> De acordo com telegrama transcrito de 27-1-920, enviado pelo Comandante do Destacamento Federal daquele município ao comandante da CMMT In: Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 31 de 06 de fevereiro de 1920.

<sup>593</sup> CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, p. 257.

<sup>594</sup> Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 228 de 19 de setembro de 1925, Boletim Interno Nº 232 de 24 de setembro de 1925, Boletim Interno Nº 234 de 26 de setembro de 1925 e Boletim Interno Nº 01 de 2 de janeiro de 1926, entre tantos outros. Tendo também apreendido armamentos de uso exclusivo do Exército das mãos dos fazendeiros locais, inclusive metralhadoras Madsen e fuzis Mauser. Cf. Campo Grande, Boletim Interno Nº 01 de 29 de janeiro de 1926.

<sup>595</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 24 de 29 de janeiro de 1926.



De acordo com o Boletim Interno da CMMT de número 49, publicado a 2 de março de 1926, o mesmo político havia enviado telegrama ao comandante do Exército no Estado, reclamando e solicitando providências do mesmo com relação às “irregularidades” na “prisão” de “insubmissos” na localidade de Brilhante. Segundo o presidente, houve denúncias da parte do “cidadão Theodorico B. Martins” de que a captura havia agido arbitrariamente.<sup>596</sup> Outro incidente também foi verificado por ocasião de uma captura realizada por uma escolta do 6º BE, em diligência no município de Nioaque. O comandante daquela escolta foi “admoestado” por “não haver mantido severa disciplina entre seus comandados”, embora o próprio comandante tenha atenuado o tom da medida disciplinar alegando que o referido praça seria “[...] apenas admoestado, por militarem em seu favor as atenuantes de excelentes serviços prestados e de missões realizadas com coragem e desembaraço, merecendo a confiança de seus superiores”.<sup>597</sup>

## 6.9 OS SORTEADOS DE SÃO PAULO

Na década de 1920, começaram a chegar a Mato Grosso as primeiras levadas de recrutas provenientes de outros Estados, sobretudo de São Paulo e Goiás, em menor escala. Esses jovens chegavam a Mato Grosso após terem passado pelas formalidades exigidas para a incorporação em seus Estados de origem, que se resumiam a um exame de saúde e a verificação de idade. Todos os corpos da CMMT receberam conscritos vindos de São Paulo e estes chegavam em grupos pequenos de 10 a 20 homens e, às vezes, em grupos grandes com 80 homens ou mais. Muitas vezes chegavam sozinhos.<sup>598</sup>

No entanto, ainda no ano de 1920, muitos sorteados de origem paulista foram desobrigados de cumprir o serviço militar em Mato Grosso por ordem de um juiz federal em

<sup>596</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 49 de 02 de março de 1926.

<sup>597</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 49 de 02 de março de 1926.

<sup>598</sup> Entre as localidades paulistas de onde provinham os sorteados pode-se destacar: Campinas, S. Paulo, Serra Negra, Ribeirão Preto, Mayrink, Itatiba, Franca, Mogi Mirim, Bragança Paulista, São José dos Campos, Taubaté, Rio Pardo, Barretos, Mogi das Cruzes, Bebedouro, Jaboticabal, Araras, Rio Claro, Campo Largo, Americana, Olímpia, Barueri, Pindamonhangaba, Bariri, Piracicaba, Limeira, Itu, Assis, Araras, Capivari, Botucatu, Itararé, Cajuru, Amparo, Barretos, Presidente Wenceslau, Bauru, Piracicaba, Itu, Cravinhos, Guariba, Sorocaba, São José do Rio Pardo, Cotia, Dourados, Jundiaí, Socorro, Rio Preto, Jaboticabal, Ourinhos, Itapetininga entre outros. De Goiás vinham, sobretudo, de S. Francisco das Chagas, Campo Formoso, Anápolis, Goiás, Buriti Alegre, Água Clara, S. José do Tocantins e Pirinópolis. O envio de sorteados dos Estados de São Paulo e Goiás não se concentravam em um único município, sendo, com efeito, distribuídos quase individualmente por vários municípios. Apenas as cidades mais populosas enviavam mais que um sorteado, como São Paulo e Campinas, que enviavam, em média, de dez a quinze sorteados por ano.

São Paulo que concedeu mais de 50 *habeas corpus* aos conscritos entre agosto e dezembro de 1920 e entre janeiro e agosto do ano seguinte. Posteriormente, observam-se registros esporádicos de concessão de *habeas corpus* a sorteados provenientes de São Paulo.<sup>599</sup> A maioria das justificativas para essas decisões judiciais era por se tratarem, os sorteados em questão, de arrimos de família. Com efeito, muitos sorteados, embora designados para guarnições em Mato Grosso, sequer chegavam a desembarcar no Estado. Ao que tudo indica, ser liberado de prestar o serviço militar em Mato Grosso era uma questão de vontade e algum capital social: o que se resumia a ter um advogado.

Assim, ao mesmo tempo em que chegavam às levas, retornavam levas no caminho inverso. Em princípios de novembro de 1922, por exemplo, foram liberados, por intermédio de *hábeas corpus* concedido por um juiz em São Paulo, de prestar o serviço militar em Mato Grosso, 20 sorteados do Estado de São Paulo.<sup>600</sup> No mês de novembro daquele mesmo ano mais 22 sorteados receberam aquele benefício.<sup>601</sup> No mesmo mês, 64 sorteados do Estado de São Paulo também foram liberados de prestar o serviço militar em terras mato-grossenses.<sup>602</sup> Ainda naquele ano e nos seguintes outros grupos de sorteados oriundos de São Paulo foram também beneficiados pela justiça paulista.

---

<sup>599</sup> Segundo Celso Castro, havia, nos grandes centros, advogados especializados em garantir esse recurso judicial para os sorteados. Cf. CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro : FGV, 2007, p. 257.

<sup>600</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 98 de 04 de novembro de 1922.

<sup>601</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 110 de 20 de novembro de 1922.

<sup>602</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 119 de 30/11/1922.



## CAPÍTULO VII - A GUARNIÇÃO DA CMMT NA DÉCADA DE 1920: A CONSTRUÇÃO DOS QUARTEIS E AS REVOLTAS TENENTISTAS

*Só uma eficiente capacidade defensiva, uma atuante vigilância militar e uma preparação e pregação cívica apresentariam garantias para a manutenção do clima nacional dentro de tais áreas colonizadas (...) Essas considerações deviam naturalmente configurar o relevo do poderio militar que se impunha no Estado de Mato Grosso (Egydio Moreira de Castro e Silva)*

*Se autoridades militares não têm energia para recolher oficiais aos seus corpos, é preferível fechar os quartéis e restituir os sorteados às suas lavouras. [O] Exército está perdendo suas tradições de cumprimento do dever pelo amolecimento [dos] seus oficiais, transformados em mestre-escola [dos] colégios e em burocratas. As fronteiras da Pátria exigem [a] presença de oficiais que devem cultivar [o] espírito de sacrifício (Nepomuceno Costa)*

### 7.1 1922: O PRIMEIRO TESTE DA CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (O AGRAVAMENTO DO DÉFCIT DE OFICIAIS)

Em 1922 a oficialidade dos corpos mato-grossenses aderiu em massa ao movimento da baixa oficialidade que eclodiu na Capital Federal no mês de julho. O general Clodoaldo da Fonseca levantou a tropa sob seu comando quase ao mesmo tempo em que tomou posse, em princípios de julho.<sup>603</sup> Ao que tudo indica, ela já vinha sendo “*trabalhada*”, pelo seu sucessor no comando, o general Joaquim Ignácio Cardoso.

O movimento em Mato Grosso foi sufocado, sem luta, em apenas 13 dias por forças vindas de São Paulo, na região de Três Lagoas<sup>604</sup> e os revoltosos foram contidos no lado mato-grossense das margens do rio Paraná, por terem sido cortadas as comunicações fluviais entre São Paulo e Mato Grosso por ação coordenada dos funcionários da empresa Noroeste do Brasil.<sup>605</sup> Há grande dificuldade em estabelecer com maior precisão os efetivos mobilizados pelos revoltosos em Mato Grosso, porém, a dar confiança à honestidade e poder de avaliação

---

<sup>603</sup> Clodoaldo era tio do marechal Hermes da Fonseca e sobrinho de Deodoro.

<sup>604</sup> REYS, Plínio. *A Sedição Militar de Mato Grosso em 1922: notas de um repórter*. São Paulo : Tipografia Piratininga, 1922, p. 7.

<sup>605</sup> *Ibidem*, p.11.

do jornalista Plínio Reys, é possível afirmar que os efetivos angariados tenham girado em torno de 800 a 1000 homens em armas.<sup>606</sup>

A população do Estado não parece ter sido tomada de entusiasmo por esse movimento, que teve mais o aspecto de uma quartelada. Ainda assim, os reservistas do Estado foram convocados com base no Regulamento do Serviço Militar de 8 de maio de 1908.<sup>607</sup> Aos “rapazes em idade militar” da região de Três Lagoas não restou outra opção se não a de se retirarem “apressadamente à aproximação das tropas sediciosas”, refugiando-se nas “matas do Sucuriú, onde permaneceram até o restabelecimento integral da ordem”.<sup>608</sup> Muitos reservistas foram incorporados *a laço* nas forças revoltosas.<sup>609</sup>

Em todo caso, foi também grande o número de apresentações voluntárias de reservistas aos corpos do sul do Estado.<sup>610</sup> Resta saber se por terem partilhado dos ideais dos revoltosos, ou se por terem visto, nessa ocasião, uma oportunidade para retornarem às fileiras. Nos 5 dias de mobilização foram convocados 70 reservistas de 1ª categoria e 2 de 2ª, embora, o comando da CMMT não os tenha empregado em combate. Chama a atenção o fato de que entre os reservistas convocados (do 17º BC, do 1º GIAM e do 10º RCI) eram, em sua maioria, residentes na cidade de Campo Grande ou região. Os reservistas residentes em outros municípios ou não foram convocados, ou não atenderam à convocação, embora a situação ilegal e “*anormal*” verificada nesse episódio ajude a explicar a inexistência de uma mobilização de reservas de grande monta.

O envolvimento das forças federais do Estado de Mato Grosso no movimento militar de 1922 teve maiores implicações do que se poderia supor. A principal delas foi a substancial diminuição do número de oficiais em serviço nas guarnições da CMMT. Nos dias que se seguiram ao encerramento das hostilidades, foram mandados apresentar ao comandante da 2ª Região Militar (ao qual a CMMT ainda estava subordinado), general Abílio de Noronha, além do general Clodoaldo da Fonseca, os coronéis Adolpho de Araújo Familiar e Affonso Pinho de Castilho, o tenente-coronel José Sotero de Meneses Junior, o major intendente Feliz de Sá

---

<sup>606</sup> De fato, o autor apresenta dois números em momentos diferentes do seu relato. Inicialmente afirma que tratavam-se de “800 a 900 homens armados” (p.51), porém no desdobrar da sua narrativa jornalística informa que a 14 de julho suas “forças não se elevavam, até então, a mais de mil homens armados de fuzis, entre tropas regulares e arrebanhadas” (p.69) e finalmente o autor concluiu que “os efetivos com que contavam os sediciosos (...) poderiam ser calculados de maneira otimista, em 1.200 a 1.500 homens”. REYS, Plínio. *A Sedição Militar de Mato Grosso em 1922: notas de um repórter*. São Paulo : Tipografia Piratininga, 1922, p.131.

<sup>607</sup> Idem., p.105.

<sup>608</sup> Ibidem, p.110.

<sup>609</sup> Idem.

<sup>610</sup> A guarnição da Capital, Cuiabá, não aderiu ao movimento.

Laranjeira, o médico João Affonso de Souza Ferreira, os capitães médico Julio Mario de Castro Pinto, Manoel Ribeiro de Salles Guimarães, Ambrosio Pereira Fortes, Edgard de Mattos Lima, Alcebíades Pinto Botelho, médico Oreste Maffei, primeiros-tenentes GranvilleBellerophonte de Lima, Gebert Queiroz e Manoel Sampaio de Oliveira e segundos-tenentes Manoel Luiz Emydgio de Albuquerque, Oscar Tavares Gomes, Cyro Paes Leme, Orlando Leite Ribeiro, José Publio Ribeiro, Ruy da Cruz Almeida, Respicio do Espirito Santo, Helvécio Pinheiro de Albuquerque Maranhão, Álvaro Vital de Oliveira, Arthur Pereira Lima e Luiz Venâncio Jansen.

Isto sem falar nos ajudantes de ordens do general Clodoaldo, o capitão de artilharia Carlos Miguel de Vasconcellos e o segundo-tenente Renato dos Santos Jacintho, os quais já haviam acompanhado o general a São Paulo dias antes. Com efeito, a CMMT, de resto, bastante desfalcada, viu-se privada, de um dia para outro, de 2 coronéis, 1 tenente-coronel, 2 majores, 7 capitães, 3 primeiros-tenentes e 12 segundos-tenentes. Um total, portanto, de 27 oficiais, muito embora esses oficiais tenham sido enviados a São Paulo em pequenos grupos entre julho e setembro do mesmo ano. No entanto, muitos oficiais, ao invés de se apresentarem ao QG em Campo Grande ou em São Paulo, desertaram e se encaminharam no sentido oposto ao de São Paulo, ou seja, às fronteiras com as repúblicas vizinhas: Bolívia e Paraguai. Esses fatos contribuíram consideravelmente para a transformação do Sul de Mato Grosso num foco de conspiração militar na década de 1920.

## 7.2 AS OBRAS MILITARES EM MATO GROSSO

Nessa década, as autoridades militares federais parecem ter reconsiderado a decisão de manter reduzidas forças militares em Mato Grosso. Como já referido, na segunda metade da década anterior, as organizações militares do Estado foram reduzidas ao efetivo respectivo a um regimento de infantaria, outro de cavalaria, uma companhia de artilharia e um grupo da mesma arma, espalhados pelos municípios de Corumbá, Campo Grande, Porto Murtinho, Cuiabá e Bela Vista. Ocasionalmente, eram mantidos pequenos destacamentos em Ponta Porã e Três Lagoas.

A partir dos anos 1920, a CMMT passou a ser considerada como brigada mista. Isto significava que as forças do Exército no Estado comporiam um contingente com tropas equivalentes das três principais armas combatentes: infantaria, cavalaria e artilharia. Por essa

razão estava prevista a instalação do 16º BC em Cuiabá, 17º BC em Corumbá, 18º BC em Campo Grande (todos da infantaria) em substituição aos batalhões que compunham o antigo 13º RI. Na região de fronteira com a república paraguaia estava prevista a criação do 10º RCI em Bela Vista e do 11º RCI em Ponta Porã. Para Campo Grande, ainda seguiria o 11º RAM e para o Forte Coimbra, o 5º Grupo de Artilharia de Costa. Constava nos planos dos chefes militares, também, a criação do 6º Batalhão de Engenharia em Aquidauana. Posteriormente, foram instalados Contingentes Especiais nas localidades fronteiriças de Porto Murinho e Cáceres. Se todas essas organizações militares, após serem criadas, apresentassem seus claros completos isso significaria um efetivo superior a 3.269 homens (oficiais e praças) sob as ordens da CMMT.

Com a finalidade de abrigar essas novas guarnições, o Ministério da Guerra promoveu a realização de importantes obras militares no Estado de Mato Grosso, sobretudo nos municípios sulinos: Corumbá, Campo Grande, Aquidauana, Ponta Porã e Bela vista receberam os empregados da Companhia Construtora de Santos. Eram obras de caráter sanitário como as do quartel do 17º BC, antigo 13º RI (dois pavilhões). Incluíam também obras de ampliação de pavilhões e construção de novos pavilhões para alojar as três companhias desse batalhão (valor: 20:000\$000 – vinte contos de reis). Em junho de 1920, o comandante do 16º BC, a ser sediado em Cuiabá, recebeu o valor de 30:000\$000 (trinta contos de reis) com a finalidade de ser empregado nas obras de adaptação do mesmo quartel a essa nova finalidade.<sup>611</sup> Neste caso, tratava-se do antigo Arsenal de Guerra que fora desativado, anos antes, naquela cidade.

As obras militares em Mato Grosso foram responsáveis por um verdadeiro despejo de dinheiro público em algumas cidades mato-grossenses. Ainda em junho de 1920, o primeiro-tenente Mario Pinto Peixoto da Cunha, chefe interino do Serviço de Engenharia e Comunicações,<sup>612</sup> a quem o comandante da CMMT havia adiantado o valor de 45:086\$700 (quarenta e cinco contos, oitenta e seis mil e setecentos reis), em prestação de contas ao seu chefe, Peixoto declarou ter empregado a maior parte dessa quantia na aquisição, na praça, de materiais de construção em várias firmas da cidade de Corumbá, onde se destacaram as de propriedades de José Morroni (valor de 460\$000), Guilherme Cavalieri (1:021\$000 e

<sup>611</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 139 de 15 de junho de 1920. CASTRO E SILVA, Egydio Moreira de. *À Margem do Ministério Calógeras (Memórias – 1º Volume)*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1961, p. 129. Importa observar que esses aquartelamentos continuam funcionais.

<sup>612</sup> Ainda hoje o seu nome pode ser encontrado nas placas de inaugurações de alguns dos quartéis federais de Mato Grosso do Sul ao lado do general Rondon.

366\$000 – um conto e vinte e um mil reis e trezentos e sessenta e seis mil reis respectivamente), Galdino Rondon (2:562\$500 e 250\$000 – dois contos, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reis e duzentos e cinquenta mil reis), José Marinho (16:104\$720 e 456\$300 – dezesseis contos, cento e quatro mil e setecentos e vinte reis e quatrocentos e cinquenta e seis mil e trezentos reis respectivamente), Jeronymo de Freitas Guimarães (1:724\$000 – um conto e setecentos e vinte e quatro mil reis) para obras no Depósito de Material Bélico (Corumbá).<sup>613</sup>

Já as obras no Hospital Militar, o qual seria transferido para Campo Grande no ano seguinte, demandaram compras nas firmas de Jose Marinho (7:089\$600 – sete contos, oitenta e nove mil e seiscentos reis) e um gasto no valor de 1:027\$000 (um conto e vinte e sete mil reis) com o pagamento de operários. As obras no Forte de Coimbra demandaram compras no valor de 622\$200 (seiscentos e vinte e dois mil e duzentos reis) na Jose Antonio Marinho. Nas obras feitas para reformas no quartel do 17º BC, foram feitas encomendas nas firmas de Jose Antonio Marinho (6:208\$000 – seis contos e duzentos e oito mil reis), Ângelo Maria Fragelli (511\$000 – quinhentos e onze mil reis) e ao mestre civil Alfredo Costa, encarregado do material das obras da Circunscrição, ordenado de janeiro a junho daquele ano (valor: 3:000\$000 – três contos de reis).<sup>614</sup>

Tudo isso sem contar os gastos efetuados com transportes de cimento. Naquele mesmo ano, estavam em execução obras militares em Bela Vista, que tinham por objetivo erguer mais um pavilhão para a enfermaria militar do 10º RCI.<sup>615</sup> Por intermédio do Boletim Interno Nº 257 de 01 de novembro de 1920 observamos que haviam sido aprovados, pelo Ministro da Guerra, os projetos de construção dos quartéis da nova sede da CMMT em Campo Grande.<sup>616</sup>

De fato, a década de 1920 inaugurou uma longa fase de construções militares independentes das que ficaram sob a direção da Companhia Construtora de Santos a qual incluiu desde garagens, baias para animais, residências para oficiais e praças, cassinos para oficiais, alojamentos, enfermarias nos quartéis etc. Essa fase se encerraria apenas na década seguinte. Em janeiro de 1922, por exemplo, foram concluídos, em Campo Grande, um pavilhão com seis baias e obras para o abastecimento hidráulico das unidades sediadas naquela cidade, utilizando o curso do córrego Segredo. Essas obras contaram com a

---

<sup>613</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 139 de 15 de junho de 1920.

<sup>614</sup> Idem.

<sup>615</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 193 de 16 de agosto de 1920.

<sup>616</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 257 de 01 de novembro de 1920.



colaboração da Companhia Construtora de Santos.<sup>617</sup> Em abril de 1922, o Ministério da Guerra autorizou uma verba no valor de 144:074\$300 para a construção de casas para servir de residência aos oficiais em serviço no Forte Coimbra.<sup>618</sup> Finalmente, em janeiro de 1924, o Hospital Militar da CMMT foi transferido de Corumbá para Campo Grande, como decorrência da anterior transferência do próprio comando.<sup>619</sup> Não surpreende a magnanimidade com que eram recebidos os oficiais pelas autoridades locais nos municípios aquinhoados com as obras militares, sobretudo Campo Grande.

### 7.3 O SEGUNDO TESTE: A REVOLUÇÃO DE 1924

A falta de quadros era um problema bastante persistente com que se defrontavam os chefes militares no Estado. Muitos oficiais designados para ocupar postos nos corpos mato-grossenses não se apresentava aos comandantes.<sup>620</sup> Além disso, faltavam médicos e farmacêuticos no Hospital Militar, na enfermarias e ambulâncias militares. O comando militar naquela área ressentia-se de oficiais, sobretudo, nos serviços de engenharia e estado-maior, que aliás era considerado “acéfalo” naquela Circunscrição.<sup>621</sup>

A esse respeito, convém citar as próprias palavras do primeiro chefe militar a comandar as forças federais do Estado na repressão aos revoltosos que partiram de São Paulo rumo às raias de Mato Grosso em 1924:

sinto que estamos mentindo à Nação que nos supõe eficazes para defesa Pátria. Se autoridades militares não têm energia para recolher oficiais aos seus corpos, é preferível fechar os quartéis e restituir os sorteados às suas lavouras. [O] Exército está perdendo suas tradições de cumprimento do dever pelo amolecimento [dos] seus oficiais, transformados em mestre-escola [dos] colégios e em burocratas. As fronteiras da Pátria exigem [a] presença de oficiais que devem cultivar [o] espírito de sacrifício. Apesar [da] promessa formal [do] Presidente da República, [as] unidades desta Circunscrição continuam comandadas por jovens tenentes, existindo corpos só com três oficiais.<sup>622</sup>

<sup>617</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 18 de 20/01/1922.

<sup>618</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 97 de 27 de abril de 1922.

<sup>619</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 47 de 25 de fevereiro de 1922.

<sup>620</sup> COSTA, João Nepomuceno da. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Rio de Janeiro: Relatório Apresentado pelo general João Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar e do “Destacamento de Exército” ao Exmo. Ministro da Guerra, 1924, p. 6.

<sup>621</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>622</sup> *Ibidem*, p.10.

Ao mesmo tempo as forças do Estado conviviam como uma rotina de atrasos no pagamento que normalmente chegava aos cinco meses, mas que em certas ocasiões atingiram 13 meses.<sup>623</sup> Essa situação agravava os ânimos da oficialidade subalterna e mesmo dos praças contra o comando.<sup>624</sup> O quadro geral da tropa aquartelada em Mato Grosso era de insatisfação, senão de revolta em 1924. Essa situação levou o próprio comandante a manifestar a sua falta de confiança na tropa que comandava:

A falta de oficiais, então, era sobremodo dificultosa para mim, pois não é possível esquecer que o pequeno número dos oficiais existentes na Circunscrição, ainda tinha de sofrer uma divisão tripartida; assim é que esses oficiais se dividiam em: oficiais francamente revoltosos, oficiais declaradamente simpáticos aos que tomaram parte no movimento de Julho de 1922, e finalmente, oficiais sem ardor pela causa da sustentação do atual Governo. Bem escassos eram, portanto, os elementos de que o Comando da Circunscrição poderia confiantemente socorrer-se para o cumprimento fiel de suas ordens.<sup>625</sup>

As desconfianças do general Costa se mostraram bem fundadas. De fato, ao sinal da explosão do movimento em São Paulo, oficiais subalternos do 10º RCI em Bela Vista, tentaram levantar a sua unidade em armas, sofrendo, contudo, resistência dos sargentos, que ao fim e ao cabo foram os verdadeiros responsáveis pela manutenção daquela organização militar dentro dos quadros da legalidade.<sup>626</sup> Por outro lado, o comandante desconfiava que os oficiais revoltados de Bela Vista possuíam articulações com oficiais das demais guarnições do Estado, como Corumbá, Coimbra e até Campo Grande.<sup>627</sup> Portanto, foi sem grandes surpresas que, poucas semanas depois, parte da guarnição de Corumbá (17º BC) tentou levar seus companheiros a aderir ao levante iniciado em São Paulo e no Rio Grande do Sul.<sup>628</sup>

A bem da verdade, o próprio governo federal desconfiava da oficialidade da CMMT. A possibilidade da adesão das forças acantonadas em Mato Grosso era considerada plausível

---

<sup>623</sup> COSTA, João Nepomuceno da. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Rio de Janeiro: Relatório Apresentado pelo general João Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar e do “Destacamento de Exército” ao Exmo. Ministro da Guerra, 1924, p.16.

<sup>624</sup> Vale destacar que em várias ocasiões houve revoltas de praças, de pequenas proporções, em guarnições mato-grossenses, as quais tiveram como justificativa os atrasos nos pagamentos da tropa.

<sup>625</sup> COSTA, João Nepomuceno da. *Op. Cit.*, p.19.

<sup>626</sup> Sobre isto cf. especialmente Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso Boletim Interno Nº 163 de 13 de julho de 1924. Muitos destes praças foram promovidos em decorrência de seus atos.

<sup>627</sup> COSTA, João Nepomuceno da. *Op. Cit.*, p.57. Há também a indicação, nesse relatório, de que havia articulações dos revoltosos também no meio civil, sobretudo nas cidades de Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã (p.64).

<sup>628</sup> *Ibidem*, p.100.

pelas autoridades federais, a julgar pelas suas atitudes com relação ao comandante daquela Circunscrição. O acesso de Mato Grosso a São Paulo foi vedado através de ordem direta à chefia da Noroeste do Brasil.<sup>629</sup> A oficialidade em Mato Grosso àquela altura era “quase a mesma [a de 1922], ainda acrescida de novos elementos partidários exaltados contra o candidato vencedor do último pleito presidencial”.<sup>630</sup>

Por ocasião da aproximação dos revoltosos que abandonaram a capital paulista no decorrer do mês de julho daquele ano, o comando da CMMT viu-se na contingência de contar com o “meio civil” para “impedir que o movimento se alastrasse até Mato Grosso”.<sup>631</sup> Mais uma vez, assim como dois anos antes, essa primeira etapa do combate aos revoltosos deu-se na região de Três Lagoas, divisa com o Estado de São Paulo. Contudo, desta vez trocaram-se os polos: os legalistas posicionaram-se do lado mato-grossense e os revoltosos do lado paulista.

A mobilização de forças nessa época passou por quatro fases discerníveis: 1) remessa de forças emergenciais para Três Lagoas, com o fito de ocupar o respectivo porto no rio Paraná; 2) convocação de reservistas e voluntários; 3) concentração de forças em Campo Grande; e 4) organização da unidades provisórias. A primeira dizia respeito à necessidade de guarnecer a região e prepara-la para um eventual confronto com as tropas rebeldes que vinha em sentido oposto e envolveu os efetivos ordinários da própria Circunscrição: basicamente o 11º RAM, o 18º BC e o 16º BC.

É importante que se ressalte que apenas o 16º BC, 17º BC, 18º BC, um grupo do 11º RAM e o 10º RCI estavam minimamente organizados àquela época.<sup>632</sup> A rigor, a organização das demais unidades da CMMT deu-se nos anos seguintes, muitas vezes em meio às necessidades operacionais dos confrontos com os rebeldes. A convocação dos reservistas da Circunscrição (realizadas nos municípios de Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Porto

---

<sup>629</sup> COSTA, João Nepomuceno da. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Rio de Janeiro: Relatório Apresentado pelo general João Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar e do “Destacamento de Exército” ao Exmo. Ministro da Guerra, 1924, p.28.

<sup>630</sup> *Ibidem*, p.30. Posteriormente alguns oficiais da CMMT passaram-se para o lado dos revoltosos em pleno combate. Foi o caso Ebrônio Dias Uruguay e César Bacchi de Araújo. Sobre isto ver também MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.27. Nunca era demais lembrar que Mato Grosso era o destino dos oficiais indesejados e indisciplinados.

<sup>631</sup> *Ibidem*, p.20.

<sup>632</sup> Isto significa dizer que mesmo organizados não se encontravam com efetivos completos. O 18º BC, por exemplo, foi formado pouco tempo antes de estourar a revolta com base em uma companhia do 16º BC. Ou seja, àquela unidade foi desfalcada de uma companhia, que por sua vez foi o núcleo que constituiu uma unidade que deveria possuir ordinariamente um efetivo, no mínimo, três vezes superior ao que possuía inicialmente. *Correio do Estado*. “Batalhão de Caçadores”. Corumbá, 09/03/1924, p.2.

Murtinho, Ponta Porã e Nioaque) foi iniciada ainda no mês de julho e até o fim daquele ano conseguiu-se apurar não mais que 276 reservistas, incluindo nesse número 15 reservistas da Marinha de Guerra, os quais foram atuar no rio Paraná.<sup>633</sup> Também se apresentaram diretamente ao Exército 78 voluntários.<sup>634</sup> Resultados bastante pífios, considerando-se que havia se passado quase oito anos desde o início da aplicação do sorteio militar no País.

Há ao menos uma indicação de que os resultados auferidos pela convocação de reservistas se deviam à “*inépcia*” do comando. Segundo esta fonte, a atuação do general Nepocuceno Costa foi marcada,

como é sabido pelo mundo militar, [pela] *inépcia*, foi a mais interessante possível, já pela falta de recursos de toda ordem, já pelo início das operações de guerra.

Principalmente, [...], pela reconvocação de reservistas sem discriminação de classes e categorias, a qual ficou sem efeito poucos dias depois da apresentação dos mesmos e sem que tivesse havido a necessária incorporação, salvo em Corumbá e poucos outros municípios.<sup>635</sup>

Em contraste, a capacidade de arregimentação dos “*coroneis*” do Sul de Mato Grosso foi consideravelmente mais eficiente. Os coroneis, caudilhos locais, foram pródigos na criação de batalhões patrióticos. Embora as avaliações das forças legais em operações ao sul de Mato Grosso seja em grande parte comprometida pela descontinuidade das informações burocráticas disponíveis, é possível afirmar que pelo menos a metade das forças levantadas em Mato Grosso pelo governo federal na época, que chegou a pouco mais de 2000 homens, fossem constituídas por “*elementos patrióticos*”, como então se chamavam as forças irregulares dos chefetes locais.

Neste particular destacaram-se Mário Gonçalves, Antonio Gomes e, sobretudo, Germano Fetchner. O primeiro ficou responsável pela organização e comando do 50º RCI, com elementos até então a serviço do governo estadual e atuou basicamente na faixa de

<sup>633</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 198 de 18 de agosto de 1924. Entretanto, um grande crítico da atuação do general Nepomuceno Costa afirmou que a convocação dos reservistas foi feita de maneira irregular e que não obstante a apresentação de 500 reservistas do município de Corumbá, estes não foram incorporados, “*ignorando-se o motivo de semelhante procedimento que muito prejudicou a legalidade*”. *A Capital – Órgão Livre*. “Sobre o movimento revolucionário no Sul, recebemos a seguinte carta” (apócrifo). Cuiabá, 06/02/1925, p.3. Artigo provavelmente escrito pelo tenente-coronel Cyro Daltro, o qual foi alvo de duras críticas no relatório apresentado pelo referido general ao Ministério da Guerra, tendo sido acusado inclusive de covardia.

<sup>634</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 184 de 04/08/1924.

<sup>635</sup> *A Capital – Órgão Livre*. “Sobre o movimento revolucionário no Sul, recebemos a seguinte carta” (apócrifo). Cuiabá, 06/02/1925, p.3.

fronteira com o Paraguai e posteriormente encontrou-se com os revoltosos quando estes retiravam-se de Mato Grosso rio Paraná abaixo. Os outros dois atuaram, sobretudo nos combates também ocorridos no rio Paraná, mas nas imediações de Três Lagoas e estiveram à frente respectivamente do 67º, com praças da Força Pública,<sup>636</sup> e 66º BC.

Ao todo, foram organizadas 10 unidades da reserva, sendo 4 batalhões de caçadores, 1 regimento de cavalaria, 2 batalhões de “*infantes pioneiros*”, 1 companhia de sapadores, 1 esquadrão divisionário e “*duas unidades de tropas irregulares*”.<sup>637</sup> Também foram arrolados como suporte da “causa legal” no Estado o coletor de rendas estaduais de Campo Grande “*Coronel*” Antonio Antero Paes de Barros, o qual foi nomeado chefe de Polícia Militar na própria sede da Circunscrição, e três deputados estaduais: “*coronel*” José Alves Ribeiro Filho e os “*majores*” Leonel Velasco e José Jayme Ferreira de Vasconcelos.<sup>638</sup>

Porém, essas forças irregulares não operavam de acordo com os regulamentos militares vigentes. Sua conformação respeitava o arbítrio dos chefes, o que diminuía consideravelmente a confiança que os comandantes do Exército poderiam depositar-lhes.<sup>639</sup> Muitas unidades patrióticas foram formadas por reservistas que acabavam sob o comando dos oficiais milicianos pela falta de oficiais na Circunscrição:

Em seguida, surgiram-se os batalhões patrióticos compostos de indivíduos de todas as classes sem a instrução necessária, na sua maioria, e sem efetivos de paz sequer, batalhões com cento e tantos homens alguns, outros com sessenta e menos ainda, como o 66, e o 50 R. C. D. etc. Um anjo de carço.<sup>640</sup>

Essas dificuldades provocaram constantes atrasos nas decisões do comando, o que permitiu inúmeras vantagens táticas aos rebeldes que operaram no sul do Estado, sobretudo no momento em que se viram cercados pelas forças sob o comando do general Azevedo Costa

---

<sup>636</sup> COSTA, João Nepomuceno da. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Rio de Janeiro: Relatório Apresentado pelo general João Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar e do “Destacamento de Exército” ao Exmo. Ministro da Guerra, 1924, p.159.

<sup>637</sup> *Ibidem*, p.166.

<sup>638</sup> *Ibidem*, p.159.

<sup>639</sup> Há inclusive registros de que os “coronéis” Mário Gonçalves e Antonio Gomes eram desafetos e que este fato teria provocados certos desacertos nas operações militares. COSTA, João Nepomuceno da. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Rio de Janeiro : Relatório Apresentado pelo general João Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar e do “Destacamento de Exército” ao Exmo. Ministro da Guerra, 1924, p.122.

<sup>640</sup> *A Capital – Órgão Livre*. “Sobre o movimento revolucionário no Sul, recebemos a seguinte carta” (apócrifo). Cuiabá, 06/02/1925, p.3.

e do coronel Alfredo Malan do lado paulista e as da CMMT do lado mato-grossense. De fato, conseguiram deslocar-se Paraná abaixo praticamente incólumes.

Dois outros graves problemas foram enfrentados pelas forças legais em Mato Grosso: as dificuldades de abastecimento das tropas e a sua locomoção aos teatros de operações. Até 1924 as forças da CMMT não dispunham de veículos automotores. As necessidades de transporte de mantimentos para os aquartelamentos mais isolados eram atendidas por companhias de transportes particulares ou então, o que era mais comum, eram conduzidas por tração animal aos seus destinos. Com efeito, ao estourar a rebelião, uma parte das forças da CMMT recebeu ordens para se dirigirem a Campo Grande, onde foram concentradas para a organização de uma “*brigada mista*”.<sup>641</sup> Nesse particular, as desconfianças do governo federal quanto à postura da oficialidade da Circunscrição, como foi visto, atrasou início das operações.

Entre as ordens para concentração de forças e a chegada destas às margens paulistas do rio Paraná sucederam-se mais de 20 dias.<sup>642</sup> Isto considerando que o caminho percorrido pelas forças federais entre Campo Grande e Três Lagoas foi vencido integralmente através de via férrea (o que mesmo à época poderia ser feito em poucas horas). Fora isso, a falta de planejamento e a improvisação foram características indeléveis desse princípio de operações:

No dia 1º de Agosto principiou a organização de uma brigada mista, que marchou para S. Paulo em busca de revoltosos, mas sem ter até aquela data recebido ordem alguma de operações, sabendo, entretanto, o seu comandante que ali se achavam sob o comando do capm. Octávio Guimarães, e nada mais.<sup>643</sup>

Destarte, ao chegar à margem paulista do rio Paraná a brigada mista do coronel Cyro Daltro viu-se sem munições e mantimentos:

Pela falta de transporte suficiente e mil outras cousas a primeira força que transpôs o Paraná a 29 de Julho, só chegou a Itapura às 22 horas, onde almoçou, não tendo jantado, a segunda chegou às 24 horas, almoçando apenas carne de porco por falta de víveres. Ora, sem víveres e sem munição suficiente, não fora possível ao comandante da brigada encetar imediatamente a marcha para Araçatuba, por isso resolvera no dia imediato esperar tais recursos em Lussanvira, os quais

---

<sup>641</sup> *A Capital – Órgão Livre*. “Sobre o movimento revolucionário no Sul, recebemos a seguinte carta” (apócrifo). Cuiabá, 06/02/1925, p.3.

<sup>642</sup> *Idem*.

<sup>643</sup> *Idem*. O comandante dessa brigada era o tenente-coronel Cyro Daltro.

chegaram dois dias depois, sendo que a munição fornecida ainda não era suficiente para um ataque aos rebeldes por mais de 24 horas, mesmo assim continuou-se a marcha morosa, é verdade, em vista da falta d'água nas estações para as locomotivas, água que era transportada em baldes, do rio Tietê por praças, perdendo-se nisto precioso tempo.<sup>644</sup>

#### 7.4 A COLUNA PRESTES ESTREOU NOS COMBATES AO SUL DE MATO GROSSO

As ocorrências militares dos anos de 1924 e 1925 obrigaram as autoridades federais a lançarem suas vistas e enviarem recursos àquela porção do território brasileiro. A necessidade de deslocar forças de outros Estados para a região conflagrada ofereceu ocasião para a chegada dos primeiros caminhões militares ao Sul de Mato Grosso. Antes disso, o comando da CMMT foi obrigado a contar com a solidariedade de comerciantes e fazendeiros, além da substancial ajuda da empresa Mate Laranjeira que cedeu inúmeros veículos ao Exército.<sup>645</sup>

Em 1925 foi organizada a chamada *Coluna Prestes* no noroeste do Estado do Paraná. Era composta por revoltosos chegados àquela região do Rio Grande do Sul e de São Paulo, os quais haviam bordejado o extremo Sul de Mato Grosso de passagem, meses antes. Seu objetivo era levantar a população brasileira em armas com o fito de derrubar o autoritário presidente mineiro Arthur Bernardes e com ele o regime oligárquico.

Novamente o Sul de Mato Grosso estava no caminho dos “*revolucionários*”. O desembarque em terras mato-grossenses deu-se na área do município de Ponta Porã, depois de terem atravessado mais de 100 Km do “*pouco povoado território paraguaio*” em maio daquele ano.<sup>646</sup> Os efetivos liderados por Carlos Prestes e Miguel Costa giravam entre 1400 e 1500 homens, conduzindo aproximadamente 600 cavalos e mulas e uma bateria de 3 canhões Krupp de 75 mm. Essa tropa era constituída por elementos originários das revoltas iniciadas no ano anterior em São Paulo e no interior do Rio Grande do Sul.<sup>647</sup>

<sup>644</sup> A *Capital – Órgão Livre*. “Sobre o movimento revolucionário no Sul, recebemos a seguinte carta” (apócrifo). Cuiabá, 06/02/1925, p.3.

<sup>645</sup> Aliás, essa empresa mostrou comportamento bastante controverso nessa época: se por um lado ofereceu importante auxílio às forças legais, por outro deu boa acolhida aos revoltosos nas duas ocasiões em que estes passaram pelos seus domínios. Em contrapartida não parecem ter sido molestados pela jovem oficialidade revoltada, que esteve no extremo sul de Mato Grosso apenas de passagem. Sobre isto cf. COSTA, João Nepomuceno da. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Rio de Janeiro: Relatório Apresentado pelo general João Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar e do “Destacamento de Exército” ao Exmo. Ministro da Guerra, 1924, p.148 e MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.102.

<sup>646</sup> MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.97.

<sup>647</sup> Idem.

Os revoltosos encontraram forte resistência da própria população do Estado, não obstante o seu “*moral elevado*”.<sup>648</sup> Tiveram pela frente as forças do 11º RCI e do miliciano Mário Gonçalves. Inicialmente conseguiram uma grande vantagem de ordem tática ao surpreenderem as forças legais naquela porção fronteiriça. No entanto, “*o avanço da divisão [revolucionária], como um todo, foi retardado por sua própria artilharia, que ainda labutava ao longo da estrada no Paraguai, quando as demais tropas já haviam penetrado no Brasil*”.<sup>649</sup> Viram-se obrigados a abandonar seus canhões para evitar maiores contratemplos. Puseram as tropas legais em debandada no Combate da Panchita.<sup>650</sup>

Em consequência, o próprio quartel daquele regimento foi abandonado pelas forças legais, assim como a cidade de Ponta Porã foi parcialmente evacuada. Os efetivos legalistas em Ponta Porã eram constituídos por 133 cavalarianos de Mário Gonçalves, 25 praças da Força Pública estadual e 518 oficiais e praças das forças federais, totalizando 676 homens em armas.<sup>651</sup> O revés sofrido em Panchita motivou o despacho do comandante do grupo de artilharia misto de Campo Grande, major Bertoldo Klinger, para a região conflagrada.

A rigor, as tropas legais já possuíam um comandante. Tratava-se do coronel do Exército Péricles de Albuquerque. Contudo, o Quartel General, leia-se coronel Malan, “*não concordara com a decisão de abandonar Ponta Porã*”.<sup>652</sup> Por isso, Klinger foi designado para assumir a chefia do Estado Maior daquele destacamento, o que significava, na prática, que o major comandaria informalmente o mesmo, pois os regulamentos militares não permitem que um coronel fique subordinado a um major.

Estava ali para ajudar Albuquerque a organizar nova posição defensiva, com o intuito de evitar futuros recuos, pois quando se encontrou com a tropa que viria a organizar, esta se movia em franca retirada rumo à sede da Circunscrição. Klinger, pois, tratou de entrincheirar nas imediações da cabeceira do rio Apa. Ao mesmo tempo, Malan tratava de organizar novamente as forças patrióticas do Estado, agora na região de Entre Rios:<sup>653</sup> 1º Esquadrão, com efetivo de 50 homens sob o comando de Altivo Barbosa Martins, Pery Barbosa Martins e Carlos Barbosa Muzzi e 2º Esquadrão, também composto por 50 homens e sob o comando de

<sup>648</sup> MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp.97-98.

<sup>649</sup> *Ibidem*, p.99.

<sup>650</sup> *Ibidem*, p.102.

<sup>651</sup> *Ibidem*, p.105.

<sup>652</sup> *Ibidem*, p.105.

<sup>653</sup> Atual município de Rio Brillhante.



Antonio Alves Corrêa, Silvino Kenzo, Orlando Pinheiro Lopes e Abbadias Ferreira. Todos os chefes comissionados em postos de oficiais entre segundo-tenente e capitão.<sup>654</sup>

Assim, enquanto o Combate da Cabeceira do Apa se desenrolava a CMMT estava preparando a resistência legalista na região de Entre Rios, aquela altura ainda município de Campo Grande. Esse encontro sepultou as últimas esperanças rebeldes de empreenderem uma grande mobilização de forças populares a partir de Mato Grosso. Foi a partir desse combate que as forças rebeldes fizeram a opção de marchar Brasil a fora como uma forma de protesto contra o governo de Arthur Bernardes. Esse resultado precipitou muitas defecções no interior da hostes “*revolucionárias*”, as quais passaram de atacantes a retirantes.<sup>655</sup> Sobre esse combate, Klinger deixou uma ligeira descrição registrada nos boletins da CMMT:

COMBATE DA CABECEIRA DO APA – Em parte de combate de 14 do corrente, o Snr. Major Bertoldo Klinger, chefe do S/E/M do Destacamento Sul, informou [a] este Comando o resultado brilhante do primeiro encontro entre o grosso do destacamento e as forças rebeldes.

A ação, iniciada pela madrugada, prolongou-se até depois das 10 horas, terminando pela retirada do inimigo que empenhara forças a cavalo e a pé, mantendo nutrido fogo de metralhadoras e fuzis, com grande dispêndio de munição.

Entrou em fogo somente a companhia Barboza Lima, do 3º R/I, que sustentou galhardamente o embate. Teve dois soldados mortos e quatro feridos levemente.

Em perseguição foi lançado o esquadrão Godofredo Gonçalves do 50º R/C/I. Dia 15 o Chefe do S/M/E realizou, com o Grosso do 50º R/C/I, um reconhecimento ofensivo, rumo de Ponta Porã tendo [ilegível – alcançado?] a C/rebelde até cerca de três léguas das posições do Destacamento. Foram feitos 6 prisioneiros, que declaram ter morrido na ação o tenente rebelde Abel [?]. Avalia-se entre 15 e 20 as perdas do inimigo. Foram apreendidos animais e material de guerra.<sup>656</sup>

Após alcançar esse resultado o objetivo de Klinger e Malan passou a ser evitar a ameaça dos rebeldes à sede da CMMT em Campo Grande. Ainda no mês de maio o tenente-coronel Joaquim Nogueira foi incumbido de organizar um regimento provisório em Entre

<sup>654</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno 115 de 16 de maio de 1925.

<sup>655</sup> Há indícios de que os reveses sofridos pelos revoltosos no Sul de Mato Grosso também foram responsáveis por importantes inflexões nos destinos da Coluna no que diz respeito à liderança do grupo. A principal delas disse respeito à ascendência de Prestes em prejuízo de Távora, que inclusive viu-se afastado do comando de tropa. Cf. MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.114.

<sup>656</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 115 de 16 de maio de 1925.

Rios, com “*efetivo mínimo de 200 homens e ao qual serão mais tarde incorporados todos os elementos montados ali em serviço*”.<sup>657</sup>

Ao mesmo tempo, Klinger procurava apertar o cerco sobre<sup>658</sup> os revoltosos, tendo inclusive procurado convence-los a entregarem-se. As operações militares por esse turno foram marcadas por rápidos movimentos que contaram com o uso generalizado de caminhões, embora os cavalos ainda continuassem na condição de meio de transporte preferencial:

Ambas as facções empregaram caminhões, que se movimentavam com facilidade, agora que a estação chuvosa findava, mas nenhuma delas dispunha de bastantes veículos motorizados para transportar todos os seus homens, um milhar de cada lado. Também a gasolina e óleo escasseavam nessa área de fronteira e muitos caminhões tiveram de ser abandonados por falta de combustível. O cavalo continuava a ser o mais rápido meio de transporte para os grandes corpos de tropa e os rebeldes estavam bem montados, graças ao trabalho das volantes que ‘requisitavam’ os melhores animais dos fazendeiros locais.<sup>659</sup>

Além disso, havia ainda abundância de víveres e cavalos na região, o que facilitou consideravelmente a tática fundamentada no movimento adotada pelos rebeldes. Por outro lado, a população local se mostrou hostil às tropas rebeladas. Encontraram forte resistência sobretudo na área ao sul da linha férrea da Noroeste do Brasil.<sup>660</sup> Após a passagem dos revoltosos pela região de Rio Pardo e Jaraguari, dirigiram-se rumo ao nordeste do Estado em demandado vizinho Estado de Goiás. Klinger, agora à frente das forças públicas estaduais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul seguiu em seu encalço.<sup>661</sup> Só retornariam ao território mato-grossense mais de um ano após terem se retirado. Mesmo assim, as forças da CMMT não ofereceram grande resistência. A terceira visita dos rebeldes a Mato Grosso caracterizar-se-ia muito mais como uma retirada desesperada do que como um “*protesto armado*”. Ademais as forças do Exército jamais se mostraram integralmente empenhada no esmagamento da Coluna. Era um conflito entre “*irmãos de armas*” e não havia a intenção de tripudiar sobre o inimigo momentâneo ora derrotado, tampouco trucidá-lo.<sup>662</sup>

---

<sup>657</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 119 de 20 de maio de 1925.

<sup>658</sup> MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. Rio de Janeiro :Difel, 1977, p.113.

<sup>659</sup> Ibidem, p.112.

<sup>660</sup> Ibidem, p.116.

<sup>661</sup> Idem, p.116.

<sup>662</sup> Ibidem, p.227.

## 7.5 A CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO E A PLUTOCRACIA MATOGROSSENSE: RUPTURAS E CONTINUIDADES

A dependência do governo central da capacidade de arregimentação dos coronéis para a defesa militar e manutenção da ordem nos confins sulinos de Mato Grosso criou, além de embaraços de cunho operacionais, comprometimento da imagem do Exército na região. Sobretudo no que diz respeito às requisições e ao recrutamento pelos coronéis. O sorteio militar, como foi visto, surgiu para dar fim ao recrutamento *a laço*, entretanto, quando a ordem regional foi ameaçada pelas turbulências do tenentismo, manifestaram-se as forças centrífugas corporificadas nas lideranças oligárquicas locais. A esse respeito vale destacar as palavras do próprio comandante da CMMT à época, coronel Alfredo Malan:

Chegando ao meu conhecimento que o recrutamento para os corpos patrióticos está provocando, *por alguns excessos*, queixas e reclamações, declaro desaprovar formalmente meios compressivos na organização dessas unidades.

A Circunscrição apelou para os reservistas, para o concurso de todos os bons patriotas na repressão do surto revolucionário, que invadiu o sul do Estado.

O interesse no restabelecimento imediato da ordem é geral, para a garantia da propriedade individual e tranquilidade do lar mato-grossense.

Cumpra a todo cidadão, cioso do nome brasileiro, auxiliar, de forma direta ou indireta, a ação das forças do Exército, e prestigiar a lei. Quanto mais demorado for o esmagamento da rebeldia, mais penosas se tornarão as condições materiais da vida, mais desacreditado o conceito nacional.

O egoísmo, ou a indiferença de alguns não podem constituir exemplo a imitar. A essa passiva resistência opõe-se, felizmente, a soberba demonstração do ardor e de patriotismo dos batalhões de Nioaque, dos Esquadrões de Entre Rios, de Bela Vista e de Dourados, já em armas e em forma ao lado de seus irmãos do Exército, na defesa da ordem e da lei.<sup>663</sup>

A participação na manutenção da ordem frente aos rebeldes e, sobretudo, a organização das forças patrióticas certamente constituía um expediente bastante lucrativo para os coronéis, até porque algumas unidades patrióticas embora tenham sido mobilizadas, sequer chegaram a entrar em contato com o inimigo. Os comandantes dos corpos patrióticos (de resto, milicianos sem formação profissional e, na maior parte dos casos, sem quaisquer vínculos institucionais com o Exército) distribuía víveres, armamentos, munições e numerários, recursos estes recebidos pelos oligarcas locais do comando da CMMT.<sup>664</sup>

<sup>663</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 120 de 21 de maio de 1925.

<sup>664</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 140 de 11 de junho de 1925.

Não é surpreendente que diante desse quadro geral de desorganização dos quadros administrativos da CMMT desde 1922 até o final de 1925 a operação do sorteio militar tenha sido grandemente comprometida. A falta de oficiais se tornou ainda mais sensível. Na época das operações contra os rebeldes chegou-se ao extremo de entregar comando de tropas a oficiais veterinários, dada a falta de combatentes. Por outro lado, o Ministério da Guerra viu-se na contingência de comissionar em oficiais praças que tiveram destaque nas operações militares ou então que apresentassem habilitações para desempenhar as funções administrativas atinentes ao posto.

Durante a repressão ao movimento de julho de 1924 muitos praças da CMMT foram promovidos por atos de bravura ou mesmo por necessidade do serviço, tendo alguns, no entanto, sua promoção não confirmada por irregularidades administrativas. Ainda assim, a carência de oficiais falou mais alto e muitos tiveram a sua nomeação confirmada nos anos posteriores. Alguns chegaram, inclusive, a frequentar a Escola Militar.

#### 7.6 ANOS 1920: PERSISTÊNCIA DO DÉFICIT DE OFICIAIS E PRAÇAS

Oficiais que haviam acompanhado o general Malan desde o Rio de Janeiro (até julho de 1924 era comandante do 1º Batalhão de Engenharia) até as raias orientais de Mato Grosso, ou então participado das operações militares contra os rebeldes no Oeste de S. Paulo ou mesmo no Sul de Mato Grosso foram incorporados às unidades da CMMT após a sua assunção do comando dessa grande unidade, o que deve ter atenuado sua carência de oficiais. Porém, após o encerramento das hostilidades na região, ainda em 1925, muitos oficiais foram transferidos de Mato Grosso; o que foi agravado ainda mais pelo grande número de matrículas desses oficiais comissionados na Escola Militar a partir do ano seguinte.

Após o término das conflagrações de 1924, muitos praças que viam seu tempo de serviço obrigatório no Exército findar-se não obtinham autorização de licenciamento. O comando justificou esse procedimento pelo atraso da instrução ocorrido em razão do próprio movimento sedicioso. Muitos praças passaram a encaminhar à Justiça pedidos de *habeas corpus* para obterem seu licenciamento. A esse respeito vale observar a justificativa apresentada pelo general Malan ao não autorizar o licenciamento do soldado Laudelino

Correa, do 6º Batalhão de Engenharia: “*Indeferido. O Exército precisa de bons elementos como é o requerente, segundo as informações*”.<sup>665</sup>

Alguns sorteados ou mesmo voluntários poderiam ver seu licenciamento atrasado em razão de punições a cumprir. Portanto, em muitos casos o licenciamento pode ter se dado por meio de favores pessoais de oficiais ou sargentos. Além disso, voluntários e sorteados podiam receber autorização para convalescer em casa junto à família quando fosse o caso, desde que aquelas residissem dentro dos limites do Estado. Entretanto, dependendo, da ocasião poderiam ver seus pedidos nesse sentido negados. Muitos pais e mães de sorteados dirigiam-se ao comando da CMMT pedindo o licenciamento de seus filhos e, em geral, tinham seus pedidos negados. A não ser que os mesmos fossem considerados arrimo de família. Todavia, os licenciamentos em massa começaram a ser efetuados nos meses de outubro e novembro à medida que iam sendo incorporados os sorteados do ano de 1925. Em princípios de novembro o licenciamento foi novamente cancelado em razão de ordem ministerial.<sup>666</sup> Posteriormente, ainda em 1925, o licenciamento foi retomado.

O reinício das operações contra os rebeldes no Sul de Mato Grosso no primeiro semestre de 1925 e, conseqüentemente, a necessidade de concentração de forças levou à suspensão dos licenciamentos. Em maio de 1925, o Ministro da Guerra aumentou o tempo de serviço de voluntários e sorteados de 12 meses para 18 em função do esforço de guerra.<sup>667</sup> Entretanto, posteriormente, ficou esclarecido que esse aumento se referia aos sorteados incorporados com atraso ou àqueles que não tivessem recebido instrução militar considerada satisfatória.<sup>668</sup>

Nos anos seguintes o sorteio militar parece ter retomado o seu funcionamento normal. E no caso de Mato Grosso isso significava incorporar sorteados originários dos Estados vizinhos: São Paulo e, em menor escala, Goiás. Definitivamente o sorteio no Estado não apresentava resultados condizentes com as necessidades dos corpos da CMMT. Para esta constatação basta observar que na época em que as comunicações com São Paulo foram

<sup>665</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 272 de 12 de novembro de 1925. Em junho de 1925, por exemplo, o comando da CMMT recebeu um comunicado do juiz federal de Mato Grosso informando que havia concedido ordem de *habeas corpus* a 30 praças do 10º e 11º RCI para que não “*fossem constrangidas a permanecer nas fileiras do Exército, uma vez que concluíram o tempo de serviço militar*”. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 158 de 29 de junho de 1925.

<sup>666</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 272 de 12 de novembro de 1925.

<sup>667</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 122 de 23 de maio de 1925.

<sup>668</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 69 de 25 de março de 1926.

cortadas ou parcialmente comprometidas, como nos anos de 1924 e 1925 o número de sorteados incorporados foi baixíssimo. Essa dificuldade foi sentida, sobretudo nos anos de 1924, 1925, 1926 e 1927. A esse respeito observe o quadro abaixo:

<b>Quadro VIII – Total de Incorporações e Proporção dos Sorteados do Estado de São Paulo (1920-1932)</b>		
Ano	Total de Incorporações	Proporção de sorteados provenientes de São Paulo
1920	307	79,8 %
1921	414	61,6 %
1922	546	90 %
1923	317	82,3 %
1924	42	12 %
1925	146	0 %
1926	66	0 %
1927	25	0 %
1928	366	95,6 %
1929	140	44,3 %
1930	1.176	94,5 %
1931	862	68,3 %
1932	3	0 %

Fonte: Boletins da Circunscrição Militar de Mato Grosso no período de 1920 a 1932.

Não foi possível determinar a origem de todos os sorteados incorporados,<sup>669</sup> mas também foi observado que entre 1920 e 1932 houve um substancial aumento da participação dos municípios sulinos, de resto em franca expansão demográfica nesse período, no tocante à incorporação de sorteados. Ao mesmo tempo os tradicionais fornecedores de recrutas do Estado (Cuiabá, Cáceres e Corumbá) reduziram consideravelmente a sua participação no cômputo total. Os municípios do Norte, por sua vez, tiveram participação diminuta e intermitente no envio de sorteados.

De acordo com o general Alfredo Malan, a razão primordial da presença do 16º BC em Cuiabá consistia na necessidade de receber os conscritos e angariar voluntários da região mais setentrional do Estado, que, fatalmente, seriam carreados para o Sul ou então para

<sup>669</sup> A proporção da quantidade de sorteados cujas origens são indeterminadas foram reduzidas, com exceção dos anos de 1926 (16,7 %), 1924 (12 %) 1921 (24,9 %) e 1928 (68 %). Nos demais anos variaram de 0 a 6,7 % dos totais apurados.

unidades de outros Estados.<sup>670</sup> Entretanto, as cidades daquela porção mais afastada de Mato Grosso não correspondiam àquele “*investimento*” do Exército. Para um dimensionamento quantitativo da participação dos municípios mato-grossenses na apresentação dos sorteados observe o quadro abaixo:

<b>Quadro IX – Total de Efetivos Incorporados por Município em Mato Grosso (1920-1932)</b>													
Anos	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Municípios													
Campo Grande	18		25	18	21	37	5		1	25	3	18	3
Corumbá	17		14	5	1	1			2	1	1		
Rio Abaixo	4	2			1					1			
Miranda	3			8	5	26							
Cáceres	2												
Cuiabá	2	5	2	3		25	9		5	5	1	136	
Poconé	2	2						1					
Coxim	1	2					7	6		2	2	10	
Porto Murtinho	1	5		1	2	6							
Bela Vista	1	2	8	2									
Nioaque	1	2		4		2	3						
Paranaíba	1	1	5	2		2	30				1	3	
Três Lagoas	1			2	1	37	1			1	1	40	
Ponta Porã		2			2								
Livramento		2											
Diamantino		1		1									
Aquidauana			1	5	1	1						1	
Registro do Araguaia					1								
Santa Rita do Araguaia												40	
Total	54	26	55	51	35	137	55	7	8	35	9	248	3

Fonte: Boletins da Circunscrição Militar de Mato Grosso no período de 1920 a 1932.

<sup>670</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 05 de 7 de janeiro de 1926.

Certamente a transferência da sede do comando da Circunscrição de Corumbá para Campo Grande contribuiu em grande parte para essa inflexão. Contudo, outros fatores também devem ser considerados: 1) a ferrovia Noroeste do Brasil facilitava grandemente as comunicações entre os municípios sulinos; 2) A região sul do Estado passou por forte incremento populacional nas décadas de 1920 e 1930, tendo sua população superado a nortista nessa época;<sup>671</sup> 3) De uma forma geral, os municípios que mais contribuíram ou que tiveram uma contribuição mais regular, embora pequena, foram exatamente aqueles que contavam com a presença de forças do Exército em seus territórios, fossem quartéis, fossem destacamentos (Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Ponta Porã, Bela Vista, Porto Murinho, Cuiabá e Três Lagoas).<sup>672</sup> É importante considerar-se também que, outros municípios que contribuíram razoavelmente, como Miranda, Nioaque, Coxim e Paranaíba, guardavam relativa proximidade com guarnições do Exército ou com o eixo ferroviário do Estado.

Campo Grande, cumprindo a sua destinação estratégica e logística, era o destino dos sorteados originários do Estado de São Paulo e outras localidades mato-grossenses, constituindo assim, ponto de concentração daqueles conscritos, os quais eram posteriormente designados para as demais guarnições de Mato Grosso: Bela Vista, Corumbá, Porto Murinho, Coimbra, Ponta Porã e Cuiabá.

Porém, a apresentação dos sorteados se dava a “conta gota”, ou seja, de maneira espaçada e aleatória durante o ano, em função das dificuldades de localização dos conscritos. Esse fato seguramente atrasava a instrução nos corpos da CMMT. Sobre as dificuldades concernentes à instrução militar devido à irregularidade da conscrição o relatório ministerial referente aos trabalhos do ano de 1918 informou:

Como presentemente esta operação que se inicia a 1º de fevereiro, tem durado um, até dois e três meses, ainda não se conseguiu a regularidade almejada no início do ano de instrução, e os atrasos iniciais repercutem nos períodos relativos ao preparo tático das unidades constituídas e às manobras finais, de modo a prejudicar o coroamento dos trabalhos anuais da tropa.

---

<sup>671</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p.425.

<sup>672</sup> A única exceção a essa regra deu-se em relação ao município de Cáceres, município pelo qual apresentaram-se apenas dois sorteados em todo o período considerado.



Em muitas das nossas guarnições a oficialidade luta entretanto com outras dificuldades para a instrução dos conscritos.

Estas são de natureza material e se fazem principalmente sentir nas companhias de metralhadoras, na cavalaria, na artilharia e na engenharia, pela falta de material e do serviço regular de monta.<sup>673</sup>

No ano seguinte a queixa repetiu-se: “*Devido à incorporação irregular e um tanto retardada, só em março pode ter início a instrução dos corpos de tropa da circunscrição*”.

<sup>674</sup>Aliás, era grande o número dos sorteados apresentados ao comando da CMMT com atraso de vários dias e, em alguns casos, até de meses, além dos prazos anualmente indicados pelo referido comando.

A instrução militar àquela época era dividida em três períodos fixos, divididos em períodos que poderiam durar de 12 a 18 meses: a primeira dizia respeito à formação básica do soldado combatente (funcionamento das armas, tiro, educação física, ordem unida); a segunda envolvia manobras em nível de pelotões, esquadrões, grupos e companhias e regimentos e batalhões em ordem de complexidade crescente; e finalmente a terceira envolvia manobras de grandes comandos como brigadas e divisões de exército. Esta última fase constituía o coroamento da instrução militar e, em situações regulares, deveria ocorrer anualmente.

A preocupação com a instrução militar se tornou o eixo norteador da estrutura burocrática do Exército e conseqüentemente dos corpos da CMMT. Neste particular sobressaíram-se as unidades de artilharia e infantaria. Os regulamentos, de uma forma geral, passaram a interferir crescentemente na rotina das casernas. Cada serviço ou arma combatente possuía um ou mais regulamentos que poderiam normatizar tanto o funcionamento da burocracia dos corpos, e as suas manobras anuais, quanto o seu comportamento em combate.

---

<sup>673</sup>BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em 1919*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, pp.61-62.

<sup>674</sup>BRASIL, Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em 1920*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, p.10.

## 7.7 UMA TAREFA INGRATA: INSTRUIR PRAÇAS EM UMA TERRA INÓSPITA E DESPROVIDA DE RECURSOS

A carência material era uma realidade incontornável dos corpos da CMMT. Em agosto de 1920, ao tecer algumas considerações sobre as manobras realizadas pelo grupo de artilharia acantonado no município de Campo Grande, o comandante da CMMT afirmou que embora os oficiais instrutores tivessem obtido “*resultados potentes*” em razão do seu “*esforço*”, as “*privações de todas as ordens a que estão sujeitos nas guarnições que ultimamente visitei*” constituíam um grande empecilho ao bom desempenho dos mesmos.<sup>675</sup>

Além disso, deficiência em oficiais e praças verificada nas fileiras do Exército em Mato Grosso levavam frequentemente ao atraso nos períodos de instrução. Assome-se a isto, o fato de que os conscritos de São Paulo e mesmo os dos municípios de Mato Grosso, não chegavam em grupo ou todos ao mesmo tempo, mas sim ao longo dos meses em todos os anos (havia épocas do ano em que chegavam com maior frequência como nos meses finais e iniciais). A rigor, cada período de instrução deveria ter a duração de 4 a 6 meses, sendo que o primeiro, a ser iniciado no princípio dos anos, deveria começar, no mais tardar, nos meses de abril e serem encerrados às vésperas do 7 de Setembro, quando deveria ser realizada a cerimônia de juramento à bandeira pelos recrutas. Em agosto de 1921, por exemplo, o encerramento da instrução foi adiado para as vésperas do dia 20 de Setembro, escolhido pelo comandante da CMMT como a data para essa cerimônia no 10º RCI e o 5º GAC, por não ter sido possível a “realização dessa cerimônia em dia de festa Nacional”.<sup>676</sup>

Em crítica relativa à atuação do 10º RCI na manobra anual realizada em 1920 pela CMMT, chama à atenção a alusão do seu comandante à falta de cavalos que teria prejudicado a instrução o que, “*no seu aspecto intelectual*”, o levava a considerar que os “*maus resultados*” não foram de surpreender ou desanimadores, uma vez que se tratava de instruir homens incultos.<sup>677</sup>

O envolvimento mais intenso dos oficiais com a instrução parece ser confirmado por situações que embora triviais, chamam a atenção pelo seu ineditismo quando comparado com

<sup>675</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 193 de 16 de agosto de 1920.

<sup>676</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 193 de 15 de agosto de 1921. Justificou a escolha dessa data por ser a da comemoração do 86º aniversário da proclamação da república do Rio Grande do Sul, “*nos campos de Piratini, pelos valorosos patriotas Bento Gonçalves, Silva Netto, David Canabarro e outros*”.

<sup>677</sup> CORUMBÁ, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 260 de 5 de novembro de 1920.

os documentos anteriores produzidos pelo comando do Exército em Mato Grosso. Com efeito, em novembro de 1920, um segundo-tenente do 16º BC (Cuiabá) consultou o Ministro da Guerra sobre a possibilidade de usar chapéu de feltro com abas largas da cor caqui quando em instrução, já que o boné americano então usado não resguardava convenientemente do sol o rosto e a nuca causando inúmeros casos de insolação nas fileiras daquele batalhão, devido a sua intensidade.<sup>678</sup>

Entretanto, faltavam oficiais técnicos e técnico-combatentes. Pelo Boletim Interno Nº 39 de 15 de fevereiro de 1921 somos informados de que com a saída do capitão Theodoro Ribeiro da Cunha do comando do Forte Coimbra, que além de prisão militar era sede de uma bateria de artilharia de costa (5º GAC), o comandante da CMMT se viu obrigado a afastar do seu Serviço de Estado Maior um capitão de outra arma.<sup>679</sup> Problema parecido ocorria com o 11º RAM.

A falta de continuidade administrativa persistia como a principal dificuldade no tocante ao funcionamento da burocracia militar nas distantes paragens mato-grossenses. Em fevereiro de 1923, por exemplo, assumiu o comando do 17º BC, em Corumbá, o primeiro-tenente Olympio Falconieri da Cunha.<sup>680</sup> Alguns dias depois, o primeiro-tenente Eudoro Correa de Arruda e Sá assumiu aquele mesmo comando, passando assim o tenente Olympio Falconieri da Cunha para o cargo de fiscal do mesmo batalhão.<sup>681</sup> Em março daquele mesmo ano, assumiu o comando daquela unidade o capitão Pedro José de Carvalho.<sup>682</sup>

Por outro lado situações irregulares, como por exemplo, oficiais assumindo funções não correspondentes aos seus postos e especialidades também eram corriqueiras. Em fins de junho de 1923, um capitão de artilharia, chamado José de Abreu Araújo, foi designado para assumir o comando do 17º BC (infantaria), devido à “*falta de oficiais de Infantaria nesta Circunscrição e por conveniência de serviço*”.<sup>683</sup> Continuava a ser corriqueira a assunção de comandos de unidades por oficiais inferiores e intermediários, cargos destinados a oficiais superiores. A permanência de oficiais superiores em terras mato-grossenses era fato bastante

<sup>678</sup> Não obstante, essa solicitação foi negada pelo ministro, que era o civil Pandiá Calógeras. Cf. Corumbá, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 267 de 05 de novembro de 1920.

<sup>679</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 39 de 15 de fevereiro de 1921.

<sup>679</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 39 de 15 de fevereiro de 1921.

<sup>680</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 28 de 2 de fevereiro de 1923.

<sup>681</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 32 de 6 de fevereiro de 1923.

<sup>682</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 28 de 6 de março de 1923.

<sup>683</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 50 de 28 de junho de 1923.

raro, mesmo em cargos de comando. Além disso, não era incomum que os destacamentos espalhados pelo Estado ficassem sob a responsabilidade de praças graduados. Alguns dos quartéis que então estavam sendo concluídos no Estado, como era o caso dos quartéis do 6º BE, do 18º BC e do 11º RCI ficaram um bom tempo sem efetivos para os ocupar.

Por seu turno, o número de voluntários apresentados para o serviço militar desde que o sorteio se tornou uma realidade foi bastante reduzido. A rigor o sorteio seria uma maneira de se estimular a apresentação dos voluntários ao melhorar o nível social dos ingressantes da base da corporação. Dentro do espírito liberal então dominante no cenário político brasileiro, o sorteio era o mal necessário enquanto o voluntariado para o serviço militar seria o ideal. Tanto assim, que os prazos para a apresentação de voluntários sempre precederam o início da operação do sorteio.

Contudo, o número de voluntários apresentados ao serviço militar em Mato Grosso na década de 1920 foi persistentemente baixo, embora tivesse apresentado alguns picos. De uma forma geral, a quantidade de voluntários apresentados sempre esteve abaixo do número de sorteados, mesmo quando comparados aos sorteados exclusivamente em Mato Grosso. Uma proporção nada desprezível desses voluntários eram reservistas, o que certamente não atendia à pretensão de constituir reservas crescentes para os corpos da CMMT. O Quadro VII demonstra o número de voluntários ao serviço militar entre 1917 e 1932 como se pode observar:

<b>Quadro X – Voluntários Apresentados aos Corpos da CMMT (1917-1932)</b>											
Corpos Anos	CMMT	13° RI	16° BC	17° BC	18° BC	RAM	GAC	10° RCI	11° RCI	BE	Total
1917	1	8									9
1918											0
1919		3	6	3		15					27
1920				21							21
1921				1		2		2			5
1922			3		4	16		4			27 (3 reservistas)
1923	9			1		3		1			14 (10 reservistas)
1924				2	3	8		2			16 (3 reservistas)*
1925			1				3	2	6		12
1926				2	17	15		2			39**
1927					18	17					35
1928				3		2				1	11***
1929						3	1	1		2	41 (4 reservistas)****
1930	2			18	1	4					25 (1 reservista)
1931				2	253	504	32	98	44	85	956*****
1932	46				245	24					321 (187reservistas)*****
<p>* Um voluntário cujo destino não foi informado.  ** Dois voluntários cujos destinos não foram informados.  *** Dois voluntários destinados ao Destacamento Especial de Porto Murtinho e 3 cujos destinos não foram informados.  **** Um para o Destacamento Especial de Porto Murtinho e 33 cujos destinos não foram informados.  ***** 40 cujos destinos não foram informados.  ***** 4 cujos destinos não foram informados.  Fonte: Boletins Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso.</p>											

Infelizmente não foram informadas as origens desses voluntários, mas, em todo caso, as guarnições de Corumbá e Campo Grande foram as mais beneficiadas pela inclusão de recrutas em seus efetivos.<sup>684</sup> O fato de os dois municípios terem sucessivamente sediado o comando geral da tropa no Estado ajuda a explicar isto, mas, certamente, o fato de serem os dois maiores centros populacionais da área sulina também contribuiu. O preenchimento dos claros das tropas de cavalaria (10º e 11º RCI) na região de fronteira, por seu turno, era prejudicado pela baixa densidade populacional naquela área.<sup>685</sup> Por essa razão, uma boa parte dos sorteados de origem paulista era enviada para aquelas guarnições. O número de voluntários apresentados àquelas duas guarnições foi também bastante exíguo como se pode observar.

## 7.8 AS ORIGENS DOS VOLUNTÁRIOS E DOS SORTEADOS

São precárias as informações encontradas a respeito dos indivíduos que se destinavam voluntariamente ao serviço do Exército naquelas paragens nas décadas de 1920 e 1930, porém, os elementos empíricos disponíveis indicam que os corpos do Estado eram um meio bastante heterogêneo. Nos corpos federais do Estado serviam mato-grossenses, paulistas, muitos de origem germânica e italiana, goianos, nordestinos e inclusive indígenas.<sup>686</sup>

<sup>684</sup> O 17º BC guarnecia Corumbá, enquanto o 18º BC ficava aquartelado em Campo Grande. O RAM também permanecia em Campo Grande, embora tenha mudado sua numeração e denominação várias vezes entre 1909 e 1932: 5º RAM (1909-1919), 11º RAM (1919-1920), I/11º RAM (1920-1922), por ter sido seu efetivo reduzido à metade, I/11º RAM (fevereiro a março de 1922, quando o “M” da sigla deixou de significar “Montado” e passou a significar “Misto”, permanecendo, contudo, apenas um de seus três grupos organizado, Grupo Independente de Artilharia Montada, GIAM (março de 1922-janeiro de 1923), 1º Grupo Independente do Regimento de Artilharia, 1º GIRA (janeiro de 1923-maio de 1927), 1º Grupo Independente de Artilharia Mista, 1º GIAM (maio de 1927-janeiro de 1929), Grupo Independente de Artilharia Montada, GIAM (janeiro de 1929-fevereiro de 1930) e Regimento de Artilharia Mista, RAM (fevereiro de 1930-outubro de 1932), quando foi extinto e novamente criado após sua adesão ao levante militar de julho de 1932. Essa unidade participou de todos os levantes militares ocorridos no Estado na Primeira República, tendo percorrido vários recantos do Sul de Mato Grosso, muitas vezes ao lado e outras tantas contra o governo federal. Cf. FREIRE, Elias Americano (tenente-coronel). 3º Grupo de Artilharia de Dorso – “Resumo Histórico da Unidade”. Campo Grande : 21 de maio de 1945, pp.01-10.

<sup>685</sup> Tratava-se basicamente das áreas compreendidas pelos municípios de Bela Vista e Ponta Porã. Na década de 1940 as densidades populacionais desses dois municípios foram estimadas, respectivamente, em 1,48 e 1,49 hab/km². Cf. MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela Defesa Nacional – Estudo pela redivisão territorial do Brasil*. Campo Grande : Sem Editora, 1944, 71.

<sup>686</sup> Em fevereiro de 1929 o comandante da CMMT expediu ordem para que fossem excluídos do 6º BE, em Aquidauana, os indivíduos Eleotério Ribeiro e Raymundo França Dias, que não obstante terem “*verificado praça voluntariamente*”, o fizeram “*sem apresentarem o atestado (...) que regula a situação dos índios*”. Tratavam-se de terenas, os quais foram mandados de volta aos “*respectivos aldeamentos*”. Cf. Campo Grande, Boletim Interno Nº 41 de 19 de fevereiro de 1929. Isso demonstra que o serviço militar poderia ser encarado por esses indivíduos como um ofício ou mesmo uma possibilidade de ascensão social, o que demonstra o quanto a

Na região de fronteira com o Paraguai, o guarani era o idioma predominante,<sup>687</sup> o que deveras entristeceu o memorialista Nelson Werneck Sodré que, acompanhando como ajudante de ordens o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, na época comandante da sucessora da CMMT (a 9ª Região Militar), nas suas viagens de inspeção às guarnições mato-grossenses em meados da década de 1930.<sup>688</sup> Os próprios representantes do poder público na região não fugiam a essa regra:

Ficamos tristes [o general José Pessoa e Nelson Werneck Sodré] quando, ao apresentar-se, [um sargento comandante de destacamento] mostrou sotaque estranho, misto de castelhano e guarani. *Aquilo era o fim do Brasil, em todos os sentidos.*

Na faixa fronteiriça, no sul, nas vertentes do Iguareí e abas da serra de Maracaju, em Capitan Bado, em Ponta Porã, em Dourados, em Bela Vista, na Margarida, no território da Mate Laranjeira, em Porto Murtinho, nos portos lenheiros da barranca do Paraguai, o guarani era o idioma dominante, porque falado pelos trabalhadores. Até em letreiros, títulos, denominações urbanas e rurais, era adotado; surpreendia-nos a aparente anomalia. Em [Porto] Murtinho, a partícula *cuê* era de uso comum; significa ‘o que foi’, isto é, o passado; em todo lugar, havia uma tabuleta: estava escrito nela *Pensão cuê*; não era nome, queria dizer que ali fora pensão, já não era. O espanto se repetiria no Forte Coimbra.<sup>689</sup>

Por outro lado, o aumento do número de voluntários no início da década de 1930 se deveu em boa medida à situação política vivida pelo País naquele momento. A vitória do movimento armado de outubro de 1930 acionou a explosão de uma série de conflitos e disputas pelo poder em vários Estados. No nordeste, várias revoltas envolveram os baixos extratos da tropa, os quais se aliaram ao proletariado urbano das grandes cidades, onde ficavam aquarteladas as forças federais. Desse modo, entre junho e outubro de 1931 ocorreram rebeliões de praças, lideradas por sargentos, em três guarnições nordestinas: no 25º

---

“propaganda”, bem como o funcionamento do serviço militar obrigatório alterou as maneiras de encarar a vida dos praças nos quartéis.

<sup>687</sup> De fato, essa constatação levou o comando da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, a oferecer aos seus oficiais um curso dessa língua aos oficiais daquela guarnição na década de 1940. Cf. Campo Grande, 9ª Região Militar, Boletim Regional Nº 131 de 4 de junho de 1942.

<sup>688</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p.167. Sobre a predominância do idioma guarani espanholado na região de fronteira com o Paraguai veja também SILVA, José de Mello e. *Fronteiras Guaranis – A Trajetória Da Nação Cuja Cultura Dominou a Fronteira Brasil-Paraguai*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003. Especialmente o capítulo VIII.

<sup>689</sup> Idem.

BC, de Teresina (Piauí), no 21º BC, de Recife (Pernambuco) e no 22º BC, de Maceió (Alagoas).<sup>690</sup>

Desses movimentos também tomaram parte inúmeros civis das camadas mais subalternas daqueles centros urbanos. Esmagados esses movimentos, tratou-se de esvaziar os ânimos da população. Com efeito, o Exército procurou transferir grande número de praças dessas regiões para guarnições da região centro-sul do País. Por essa razão, entre maio e novembro daquele mesmo ano várias guarnições mato-grossenses tiveram os seus claros preenchidos por militares que haviam tomado parte naquelas revoltas. Ao mesmo tempo, muitos civis foram também coagidos a ingressar no Exército e remetidos para Mato Grosso. Os imaginários da população com relação ao serviço militar podem ter mudado, porém, servir em Mato Grosso continuou sendo encarado por muitos como castigo:

Mato Grosso, entretanto, era, àquele tempo, uma espécie de *farwest*, onde os crimes não despertavam estranheza, constituíam parte da rotina; a presença de forte guarnição é que permitia, ali, a segurança mínima. Nem era esse o problema fundamental, para o comando; havia-os em quantidade, e sempre de grandes proporções. Os recursos minguados não permitiam solução, ainda que circunstancial (...) Servir em Mato Grosso era considerado castigo, salvo para alguns, ali nascidos e criados, com raízes locais, ambientados[,] portanto. Os corpos estavam sempre desfalcados, a oficialidade heterogênea, os meios poucos, muito abaixo das necessidades, os claros na tropa eram preenchidos por recrutas trazidos de São Paulo, que encaravam a convocação como castigo terrível, o próprio exílio.<sup>691</sup>

Como se pode notar o sorteio ainda não havia resolvido o problema dos claros nas tropas federais do Estado em meados da década de 1930. Conquanto não tenha sido possível apurar a evolução dos efetivos após o ano de 1907, o Boletim Interno Nº 7 de 9 de janeiro de 1928, publicado pela CMMT, nos informa como as coisas andavam no final da década de 1920. Observe o Quadro a seguir:

---

<sup>690</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005, p.67.

<sup>691</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.144.



<b>Quadro XI – Efetivos de Praças dos Corpos da CMMT no Natal de 1927</b>		
UNIDADES	Número de Praças	Efetivos Regulamentares
16° BC (Cuiabá)	125	428
17° BC (Corumbá)	188	428
18° BC (Campo Grande)	202	428
10° RCI (Bela Vista)	137	364
11° RCI (Ponta Porã)	102	364
1° GIAMx (Campo Grande)	180	253
5° GACosta (Coimbra)	80	253
6° BE (Aquidauana)	80	311
Escolta do QG (Campo Grande)	18	Informação não disponível
Total	1112	2829

Fonte: Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 7 de 9 de janeiro de 1928.

Como se pode observar os maiores efetivos eram apresentados pelas guarnições campo-grandenses. No entanto, nenhuma das unidades da CMMT estava sequer próxima dos efetivos previstos em lei, embora os inícios e finais de anos fossem época de licenciamento. Em termos exclusivamente numéricos a situação militar de Mato Grosso encontrava-se muito próxima à do final do regime monárquico e não muito distante dos anos precedentes ao conflito com a república do Paraguai.

Em função do contesto turbulento do início dos anos 1930, as levas de “voluntários” que preencheram os claros das guarnições mato-grossenses nos anos de 1931 e 1932 eram na sua maioria compostas por indivíduos nordestinos que haviam tomado parte nos levantes das capitais nordestinas poucos meses antes de lá desembarcarem. Esse fato, como veremos mais adiante, configurou um ambiente bastante explosivo no Sul de Mato Grosso...

**MapaIV – Unidades da CMMT e sua distribuição pelo território de Mato Grosso. A priorização do Sul do Estado, mais especificamente das regiões de fronteira com o Paraguai e com o Sudeste da Bolívia, era patente.**

Unidade	Local
Quartel General	Campo Grande
16º Batalhão de Caçadores	Cuiabá
17º Batalhão de Caçadores	Corumbá
18º Batalhão de Caçadores	Campo Grande
10º Regimento de Cavalaria	Bela Vista
11º Regimento de Cavalaria	Ponta Porã
Regimento de Artilharia	Campo Grande
Grupo de Artilharia de Costa	Corumbá/Forte Coimbra
Batalhão de Engenharia	Aquidauana
Hospital Militar	Campo Grande
Circunscrição de Recrutamento	Campo Grande
Depósito de Remonta (cavalhada)	Campo Grande
Contingente Especial de Cáceres	Cáceres (destacamento do 16º BC)
Contingente Especial de Porto Murтинho	Porto Murтинho (destacamento do 17º BC)



Fonte: do Autor.

## CAPÍTULO VIII - A GUARNIÇÃO DA CMMT NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930: TURBULÊNCIAS, REVOLTAS E DEGREDOS

*Lembremo-nos todos do desastre de 64 em que os invasores, devido ao abandono em que encontraram a defesa das terras de Mato Grosso, invadiram-nos nenhuma resistência encontraram além dos gloriosos sacrifícios de Dourados, da resistência heroica de Porto Carrero e da trágica época dos retirantes da Laguna. Quererão, pois, os pais de hoje ver novamente, as cenas dantescas das suas colinas em retirada atravessando, flageladas pela peste, pela fome e pela guerra, os caminhos transformados em oceanos tétricos, de fogo? Não o cremos [...] Só quando todos os mato-grossenses forem soldados estaremos em condições de, ajudando a fomentar o vosso progresso, assegurar a paz dos vossos lares, mantendo a integridade e a unidade nacional!(Nelson Werneck Sodré)*

### 8.1 A SIBÉRIA CANICULAR DOS PAULISTAS

Na década de 1920, a aplicação do sorteio militar iniciou a prática de se convocar conscritos no Estado de São Paulo e enviá-los a Mato Grosso; prática que atravessou as décadas e chegou até os dias atuais<sup>692</sup>. Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, muitos paulistas preferiram trocar as remotas guarnições mato-grossenses, como as de Coimbra e Corumbá, para engajar-se na Força Expedicionária Brasileira durante a campanha da Itália. De acordo com Américo Vicentini, um desses paulistas, a vida em Mato Grosso naqueles tempos era “*uma coisa difícil*”:

Um calor tremendo! Porque de noite ficava mais quente do que de dia. O quartel lá era fora da cidade. E em volta do quartel tinha pedra. Mas pedras grandes, do tamanho de uma casa. E aquelas pedras, com o sol, de dia esquentava (...) E a noite ela soltava aquele calor que ela tinha acumulado. E ficava mais quente ainda de noite. Então a gente que não tava acostumado com isso (...) Até eu e outro nós conversava lá, como é que a gente faz pra sair daqui agora, e tal. Aquele tempo, não tinha ponte pra Corumbá. Ia de navio. Nós fomos de trem até o Porto Esperança. Depois do Porto Esperança pra diante não tinha mais condução, a não ser navio. De Corumbá não podia sair. Só se saísse lá pra Bolívia ou pro Paraguai. Eles [da FEB] pediam

---

<sup>692</sup> Como deixam claro os boletins regionais da 9ª Região Militar, atualmente, ainda é considerável o número de recrutas originários do Oeste do Estado de São Paulo.

voluntários. Eu me apresentei. Aliás, todos os paulistas que tavam lá se apresentaram.<sup>693</sup>

Vale a pena conhecer um pouco mais dos “*sofrimentos*” por que passaram gerações de jovens paulistas compelidos ao serviço na primeira linha nos corpos mato-grossenses:

Outra coisa: lá tinha mosca que a gente não tinha jeito de dormir. De dia aquele sol quente e tal né, mas de dia você não podia dormir. Inclusive, lá ainda tinha, não sei se ainda tem, mas aquele tempo ainda tinha as trincheiras da guerra do Brasil e do Paraguai, na beira do rio Paraguai. E o comandante lá, o coronel, cismou de criar uns porquinhos lá. E de noite a gente tinha que dar guarda lá. Então nós íamos lá, era obrigado. E a gente sempre era de três lá na guarda, era duas horas cada um. Mas as quatro horas que a gente tinha pra descansar, não dava pra descansar, porque pra gente dormir precisava se cobrir, com um calor tremendo. E se não se cobrisse os mosquitos comiam a gente. Não tinha jeito.<sup>694</sup>

## 8.2 A FORÇA DA TRADIÇÃO: OS CORONEIS DE BARAÇO E CUTELO E O SORTEIO MILITAR NA *REVOLUÇÃO DE 30*

Chama a atenção o fato de que o sorteio militar alterou muito pouco as operações de mobilização militar no Sul de Mato Grosso. A dependência do governo federal com relação aos “elementos militarizados locais” persistiu na década de 1930. A esse respeito, os movimentos *revolucionários* de 1930 e 1932 são bastante ilustrativos, principalmente no tocante ao aspecto exclusivamente militar.

Em 1930, a CMMT foi autorizada, pelo ministro da Guerra, a incorporar um batalhão e um esquadrão da Força Pública de Mato Grosso.<sup>695</sup> De fato, o 2º BC e o 2º Esquadrão de Cavalaria Independente da milícia estadual foram “postos à disposição” do comando federal pelo presidente do Estado,<sup>696</sup> medida absolutamente regular e prevista pelos regulamentos militares da época, pois as forças públicas estaduais eram consideradas reservas do Exército, mas muito ilustrativa da dependência do Exército em relação aos poderes locais. Além disso,

<sup>693</sup> MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da Memória: Brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945*. 2004. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2004, pp.70-71. Entrevista concedida ao autor em São Paulo no ano de 1999.

<sup>694</sup> Idem.

<sup>695</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 232 de 08 de outubro de 1930.

<sup>696</sup> Idem.

foi também constituída uma “*brigada provisória de cavalaria*”, com quartel general no edifício do 11º RCI, em Ponta Porã.<sup>697</sup>

Houve também convocação e apresentação de reservistas entre 9 e 25 de outubro de 1930. Ao todo se apresentaram nesse curto período 228 reservistas de todas as graduações entre as idades de 21 e 30 anos. Foram reservistas de todas as unidades da CMMT e, inclusive, de outras regiões militares. Contudo, considerando-se que se tratava do 14º ano de funcionamento do sorteio, os resultados ainda foram restritos, um vez que anualmente, no mínimo 100 e até 500 indivíduos eram licenciados todos os anos pelas guarnições mato-grossenses.

Com efeito, o ritmo de apresentação, bem como o número dos reservistas apresentados foi se mostrando inadequado para o volume necessário de forças a serem mobilizadas. A partir do momento em que ficou claro que as necessidades operacionais da CMMT não seriam atendidos pelos reservistas disponíveis, foi o próprio ministro da Guerra quem baixou instruções específicas para a organização de “*forças patrióticas*” em Mato Grosso, cujo primordial objetivo seria manter a “*ordem no Estado de Mato Grosso*” e defender as “*instituições legais*”, ou seja, as operações empreendidas pela CMMT seriam essencialmente defensivas, abrindo-se mão, por conseguinte, de qualquer ação de caráter ofensivo.<sup>698</sup>

O fracasso no funcionamento do sistema de convocação de reservas, de resto já esperado pelas autoridades militares, dadas as experiências passadas, levou novamente ao recurso da convocação das forças patrióticas e milicianas. A única diferença digna de nota com relação às revoltas anteriores foi o fato de que o governo procurou estabelecer critérios mais rigorosos e controlar as ações dos chefes locais. Nesse sentido, entre as exigências impostas para o reconhecimento dessas forças estava a apresentação de uma “*relação nominal dos cidadãos apresentados, declarando a data da apresentação, localidade de residência e profissão*” de cada voluntário, que fosse informado os armamentos de que dispunham, que os intendentes municipais intermediassem na constituição dessas forças provisórias e estabeleceu-se efetivos mínimos para esquadrões de cavalaria e companhias de infantaria. O posto máximo autorizado para ser atribuído aos milicianos seria o de capitão.<sup>699</sup>

---

<sup>697</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 232 de 08 de outubro de 1930..

<sup>698</sup> Documento intitulado “Instrução Particular Nº 1” In: Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 240 de 16 de outubro de 1930.

<sup>699</sup> Documento intitulado “Instrução Particular Nº 1” In: Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 240 de 16 de outubro de 1930. Cada esquadrão e companhia deveria ser composta por um

No reduzido espaço de tempo entre aquela autorização ministerial, a 16 de outubro, e a cessação dos motivos que determinavam a convocação dos reservistas e das forças patrióticas, a 27 de outubro (11 dias),<sup>700</sup> as lideranças locais foram responsáveis pela mobilização de nada menos do que 226 homens em armas.<sup>701</sup> Nesse curto período, apresentaram-se voluntários dos municípios de Campo Grande, Corumbá, Aquidauana e Entre Rios.<sup>702</sup> Entre os chefes desses pequenos exércitos destacam-se nomes e sobrenomes conhecidos da plutocracia mato-grossense, como os senhores Miguel Carmo de Oliveira Mello e José Jayme Ferreira de Vasconcellos, que organizaram três companhias de infantaria no município de Campo Grande, Germano Fechner, que organizou um pelotão de cavalaria em Aquidauana e Antonio Alves Corrêa, que mobilizou 76 “*voluntários*” no município de Entre Rios (atualmente Rio Brillhante).<sup>703</sup>

Se ainda restam dúvidas quanto ao procedimento “padrão” de recrutamento desses chefes “patriotas”, basta observar a recomendação do comandante da CMMT referente à incorporação de indígenas para as forças patrióticas:

Recomendo aos Snrs. encarregados da organização de forças patrióticas não recrutarem, nas diversas colônias silvícolas sob a proteção da Comissão RONDON, índios para as fileiras de suas unidades, só os acoitando quando se apresentarem voluntariamente, visto se acharem os mesmos isentos das obrigações militares.<sup>704</sup>

Em outras palavras, a intocabilidade dos indígenas deveria ser respeitada. Contudo, aos “*cidadãos comuns*” restava a obrigação de pagar o seu tributo de sangue à causa da legalidade, mesmo que fosse *a laço*. Mas, ao contrário das ocasiões anteriores, durante as revoltas tenentistas da década de 1920, não seriam os oficiais, agentes regulares do Estado, a comandá-los, mas sim, os grupelhos e parentelas locais. Com efeito, os episódios *revolucionários* em Mato Grosso nas décadas de 1920 e 1930 revelam a força do domínio

capitão, um primeiro-sargento encarregado da escrituração, um tenente, um segundo-sargento e um terceiro-sargento para cada pelotão de 25 a 30 homens.

<sup>700</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 251 de 27 de outubro de 1930.

<sup>701</sup> Há indícios de que as forças do Estado já estavam sendo novamente concentradas na região de Três Lagoas, cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 251 de 27 de outubro de 1930.

<sup>702</sup> Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 243 de 19 de outubro de 1930, Boletim Interno Nº 245 de 21 de outubro de 1930 e Boletim Interno Nº 246 de 22 de outubro de 1930.

<sup>703</sup> Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 243 de 19 de outubro de 1930, Boletim Interno Nº 245 de 21 de outubro de 1930 e Boletim Interno Nº 246 de 22 de outubro de 1930.

<sup>704</sup> CAMPO GRANDE, Boletim Interno Nº 245 de 21 de outubro de 1930.

patriarcal e coronelista naquela remota e ainda despovoada porção do território brasileiro. Ao mesmo, tempo revelam sua fraqueza, pois ao fim e ao cabo, colocavam-se na posição de meros intermediadores entre os propósitos do Estado e a população.<sup>705</sup>

### 8.3 A SITUAÇÃO DOS SARGENTOS E O TRATAMENTO DOS CONSCRITOS

Na década de 1920, o Exército começou a demonstrar maior atenção com relação à formação dos seus praças, em particular dos sargentos. Remontam àquela década a abertura de inúmeras vagas para os praças interessados em ingressar em escolas de aperfeiçoamento nas várias armas (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e até aviação), além dos ramos técnicos (telegrafia/transmissões e administrador/contador) – a função de radio-telegrafista era particularmente requisitada pelo Exército nessa época.

Ao que parece, havia grande carência desses profissionais nas fileiras. Além disso, o Ministério da Guerra acabou concedendo maiores regalias aos militares engajados após o cumprimento da etapa preliminar do serviço militar, como o casamento, desde que fosse solicitada licença do comandante militar regional (os oficiais não precisavam dessa autorização) e mesmo a construção de moradias (próprios nacionais residenciais), embora isso só viesse a acontecer em Mato Grosso em fins da década de 1930.

Entretanto, convém mencionar que, não obstante esses benefícios sociais e funcionais, as relações entre oficiais e praças, em muitos aspectos, continuaram estruturadas nos parâmetros anteriores à introdução do serviço militar obrigatório, quando o espectro da legislação *lippiana* ainda subjazia a rotina nos quartéis. A arbitrariedade, em muitos casos, era uma característica marcante do relacionamento entre os ocupantes dos diversos extratos da hierarquia militar. Ao concluir o seu tempo de serviço militar, no início dos anos 1920, Gregório Bezerra, por exemplo, manifestou sua decisão de solicitar baixa ao seu primeiro comandante no Exército, o então capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque,<sup>706</sup> de quem recebeu a seguinte resposta: “*Vais ficar detido no vagão por quatro dias, se não te*

---

<sup>705</sup> Não se deve perder de vista que eram generosamente remunerados por esses serviços. Sobre essa relação dialética do coronelismo com o poder central e os poderes estaduais do País cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto*. São Paulo : Alfa-Omega, 1975.

<sup>706</sup> Identificado equivocadamente como Nilton Cavalcanti de Albuquerque pelo militante. BEZERRA, Gregório. *Memórias(primeira parte: 1900-1945)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979, p. 190.

*engajares*".<sup>707</sup> Só foi liberado dessa “*penalidade*” após “*discussão muito azeda*” entre o seu comandante de companhia e o seu comandante de seção, que havia tomado as suas dores.<sup>708</sup>

As relações entre os graduados (cabos e sargentos) e os soldados eram assinaladas por truculência ainda maior.<sup>709</sup> Na década de 1920, em função das necessidades de manutenção da ordem e defesa da legalidade contra os revoltosos, havia pequenas guarnições, como destacamentos militares e contingentes especiais, com efetivos de até 40 praças, espalhadas por algumas regiões do Sul do Estado. Em geral eram comandadas por praças graduados, majoritariamente sargentos-ajudantes (graduação atualmente inexistente), conhecidos à época como *brigadas*. Essas guarnições, e às vezes as localidades em que estavam instaladas, eram comandadas com excessiva arbitrariedade pelos sargentos-ajudantes. Há muitos registros de violência física, algumas comprovadas e outras não, que teriam sido praticados pelos comandantes dessas pequenas frações de tropas. Por outro lado, muitos desses comandantes eram oficiais comissionados, ou seja, praças alçados ao oficialato em razão das operações militares contra os revoltosos da década de 1920. A esse respeito, o noticiário cacerense *A Razão*, a exemplo de alguns outros periódicos mato-grossenses dessa época, deixou importante registro:

Desde 24 do corrente, consta-nos, achar-se no comando do Contingente Federal desta cidade o Brigada José Isidoro da Silva, em consequência dos fatos aqui registrados.

Domingo último, pela manhã, à rua da ‘Manga’ o 2º Tenente comissão José Souto, Comandante do Contingente, agrediu a rebenque o soldado Alcides P. de Arruda, que, segundo corre, de tempos a esta parte anda namorado de uma irmã do Ten. Souto que sem resultado já o advertira a fim de que desistisse das suas pretensões.

Dia seguinte, 24 do vigente, o Comandante Souto esteve no Quartel, pela manhã, e resolveu mandar recolher à prisão o soldado Arnaldo, irmão do Alcides. Terminado seu Expediente, o Ten. Souto montou a cavalo e ia retirar-se para a sua residência. Já à alguma distância, ouviu que o chamavam. O Comandante parou e apeou.

Era o soldado Arnaldo que lhe fizera interromper a marcha, segundo uns para pedir permissão a fim de se queixar contra ele a seu superior, e conforme outros para saber porque o tinha mandado prender. Foi então que se deu entre eles a luta corporal, da qual saiu o soldado Arnaldo ferido em um dos braços por projétil de revólver. Imediatamente compareceram ao Quartel o Cap. Médico Torres e outras pessoas. E acalmaram os amigos.

<sup>707</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias (primeira parte: 1900-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 190.

<sup>708</sup> *Ibidem*, pp.190-191.

<sup>709</sup> Há alguns registros disso nas memórias de Gregório Bezerra. *Ibidem*, pp.186-189.



Em virtude de ordem superior vai ser aberto inquérito policial militar.<sup>710</sup>

Sobre os maus tratos sofridos pelos sorteados nas guarnições mato-grossenses, João Calixto Bernardes, capitão da Guarda Nacional (à época 2ª linha do Exército, pois havia sido extinta em 1918) e delegado da junta de alistamento do município de Rosário Oeste,<sup>711</sup> deixou publicados em periódicos cuiabanos importantes informações. Segundo ele,<sup>712</sup> uma das causas do excesso de insubmissos e “*uma certa repulsa da maioria dos jovens ao serviço militar*”, conforme vinha observando “*a uns três ou quatro anos*” eram os “*repetidos comentários dos licenciados (reservistas)*” a respeito da

maneira descortês com que os soldados são tratados pelos inferiores que não admitem reclamações, perseguindo aqueles que insistem em querer fazer respeitar seus direitos, fato este muito trivial na vida da caserna, como se ali não fosse um departamento, onde também se pontifica a justiça, a qualidade, mas que infelizmente os comandantes ignoram e deixam de cientificar-se de certos incidentes, pela absoluta confiança que depositam em seus sargentos. Pela menos é o que sabemos intramuros, a vista dos repetidos e espontâneos comentários de muitos senão de todos os licenciados que deixam a caserna, regressando para seus lares, mas levando no coração essa triste e dolorosa impressão que espalham aos quatro ventos com um cortejo de todos os horrores, assombrando, desta maneira, os que procuram cumprir com seus deveres cívicos e de bons patriotas, fazendo-os, apavorados, até voltarem do caminho e mudarem completamente de resolução!... Eis outro motivo, um dos principais pivôs de tanta insubmissão que ora contamos aos milhares em todo o Brasil, o que se não dava antigamente na vigência de regulamentos falhos.<sup>713</sup>

Além disso, as reclamações contra os propalados maus tratos não eram tratadas com a devida consideração pelos superiores:

<sup>710</sup> *A Razão*. Cáceres, 21/05/1926, p.2.

<sup>711</sup> Participou da referida junta de 1908 a 1917, quando foi afastado por decisão tomada pelo Ministério da Guerra de excluir os membros da milícia do processo de recrutamento. Anos depois, foi, após exames de aptidão feitos junto ao Exército, nomeado capitão da 2ª linha, tendo novamente assumido posto na junta de alistamento de Rosário Oeste, e, posteriormente, nomeado delegado da mesma em dezembro de 1928. Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 282 de 08 de dezembro de 1928. Um provável parente seu, de nome Hipólito Calixto Bernardes, era praça e foi implicado no levante do 18º BC ocorrido em março de 1932 no município de Campo Grande. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932.

<sup>712</sup> Se dizia “amigo e admirador da classe militar para qual há 18 anos venho concorrendo com o meu humilde serviço para a sua eficiência, sem contar com o tempo de caserna”. *A Capital*. “Serviço Militar”. Cuiabá, 03/06/1926, p. 2.

<sup>713</sup> *O Republicano* – Órgão do Partido Republicano Conservador. “Serviço Militar”. Cuiabá, 15/04/1926, p.2.

Se o conscrito sorteado reclama contra o mau trato ao seu superior, consta que lhe responde com uma injúria (?!). Se o conscrito é voluntário, então o desaforo é maior, porque ali, como dizem, ninguém o chamou (?!!)

Isto corre longe e é contado de tal maneira e por diversos que o maior cético não duvida da sua veracidade!

Confesso que tenho levado em rosto esta narrativa quando discuto a conveniência do serviço militar no Brasil e o aproveitamento em tudo, mormente da disciplina que da caserna os reservistas levam para a vida civil.

O nossos matutos, como todos sabem, caminham descalços nas matas de tucum; aturam fome para mais 36 horas debaixo de sol ou chuva; dormem ao relento, se assim for necessário; mas não toleram uma frase indelicada de camaradas: são sensíveis à arrogâncias e às descortesias...<sup>714</sup>

Em sua opinião,

disciplina rigorosa” não “autoriza absurdo e muito menos injúrias aos conscritos, nem [a] confiança que os srs. oficiais naturalmente depositam nos seus auxiliares permite abuso dela (...) Não procedo como muitos que, usufruindo das vantagens do militarismo, proposital ou inconscientemente concorrem para a deficiência da classe militar, dificultando-lhe sua instrução, a título de disciplina, disciplina de carrancismo[sic] que só consulta os dispositivos de castigar, mas não os de premiar também.<sup>715</sup>

#### 8.4 O SORTEIO MILITAR ACABOU COM O “SOLDADO PROFISSIONAL”?

Todos os discursos favoráveis ao serviço militar obrigatório apelavam para a necessidade de acabar com o soldado profissional para que fosse instituído no País o cidadão-soldado. A guerra moderna, como muitos observaram, seria uma guerra de mobilização nacional. A profissionalização deveria se restringir aos oficiais, o núcleo de instrução de toda a nação. O princípio da nação armada, como já foi observado, remonta à experiência francesa das guerras revolucionárias ocorridas na Europa entre o final do século XVIII e o início do século seguinte. Os oficiais revolucionários, em sua maioria, não passaram por escolas militares, tampouco eram membros de qualquer aristocracia moral, intelectual ou física. Muito pelo contrário, vinham da tropa e alguns eram semialfabetizados.<sup>716</sup>

<sup>714</sup> *O Republicano* – Órgão do Partido Republicano Conservador. “Serviço Militar”. Cuiabá, 15/04/1926, p.3.

<sup>715</sup> *A Capital*. “Serviço Militar”. Cuiabá, 03/06/1926, p.2.

<sup>716</sup> Sobre como ascendiam os oficiais na época das guerras revolucionárias cf. CHAVES, Hugo Jorge de Brito. *Os Marechais de Napoleão*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996. Sobre o projeto de se constituir uma aristocracia moral, física e intelectual através da formação dos alunos da Escola Militar cf. CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 45.

Temos, com efeito, dois princípios contraditórios e irreconciliáveis. O princípio da nação em armas era radicalmente democrático e jacobino, com características que beiram ao socialismo, tal como o conhecemos atualmente. Por sua vez, o projeto profissionalizante do corpo de oficiais era, por definição, elitista e antidemocrático, porque continha em seu bojo valores autocráticos e tendências ao totalitarismo.<sup>717</sup> De outro lado, as limitações estruturais do Exército, aliadas às demandas da política de militarização da população masculina impeliam os dirigentes militares à profissionalização do corpo de praças.

A seleção dos que entravam se tornou mais criteriosa. Barrou-se o ingresso de ex-presidiários, mendigos, vagabundos e, inclusive, analfabetos nas fileiras. Quanto mais elevada fosse a origem social dos conscritos, melhor para os seletores. Contudo, os padrões disciplinares do organismo militar permaneceram praticamente os mesmos. É possível que o maior nível técnico alcançado pelos praças tenha criado situações conflituosas entre oficiais e praças no tocante às decisões funcionais rotineiras.

A violência também não desapareceu completamente da rotina da caserna. E esta foi vivida em suas nuances moral, verbal e física. Humilhações, xingamentos e, ocasionalmente, agressões físicas nunca desapareceram por completo do meio militar. Além disso, ao maior nível técnico dos praças não corresponderam o atendimento completo das suas demandas sociais. Como na época anterior ao sorteio, os praças (notadamente os sargentos, em que pese a sua importância para a estrutura hierárquica e mesmo para a instrução militar) continuaram sem garantias mínimas de sua permanência na instituição, ficavam sujeitos ao arbítrio dos oficiais no tocante às promoções e não viam as suas necessidades sociais atendidas pelas instâncias regulamentares da instituição.<sup>718</sup>

A esse quadro geral somou-se as explosões de rebeliões militares nas décadas de 1920 e 1930. A participação dos sargentos nas conspirações que antecederam os levantes dessa época foi substancial. Os sargentos foram (como ainda hoje são) importante elemento de ligação da oficialidade com os demais praças (cabos e soldados). Portanto, esse ambiente inegavelmente favoreceu a ascensão de movimentos protagonizados exclusivamente pela base da corporação, onde procuravam exteriorizar suas necessidades e exigências aos poderes

---

<sup>717</sup> Cf. JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional – Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967, 251. Para Gaetano Mosca, quanto mais elitizada fosse a seleção e formação do corpo de oficiais numa democracia política, maior seria o compromisso da organização militar com o *status quo* de um País.

<sup>718</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005, p. 69.

estabelecidos e, em casos mais radicais, militar em favor da alteração da realidade social na qual estavam imersos.<sup>719</sup>

## 8.5 A CHEGADA DE BERTOLDO KLINGER A MATO GROSSO

Pode-se dizer que o clima político em Mato Grosso, à época da chegada de Bertoldo Klinger, quando assumiu o comando da CMMT em maio de 1931, era bastante tenso.<sup>720</sup> Ao lado da persistência das limitações de ordem técnica vividas pelas unidades: carência material, falta de oficiais, instrução militar praticamente inexistente, guarnições desfalcadas de pessoal (muitas funcionando com metade dos efetivos e quadros regulamentares); somaram-se, também, as dificuldades de ordem política. O recém formado governo provisório, sob o comando de Getúlio Vargas, após a Revolução de 30, nomeou nada menos que 4 interventores federais para chefiar o executivo mato-grossense entre fins de outubro de 1930 e junho de 1932. Os dois primeiros eram oficiais do Exército: o major Sebastião Rabelo Leite (interinamente) e o coronel Antonio Mena Gonçalves.<sup>721</sup>

Este último oficial participara ativamente da conspiração que levou à tomada do poder em nível nacional pelo grupo liderado por Vargas. Procurou, aparentemente sem grande sucesso, levantar as forças federais de cavalaria que guarneciam a fronteira com o Paraguai.<sup>722</sup> Antes que pudesse pôr em prática sua articulação conspiratória, a situação definira-se no Rio de Janeiro, com a deposição do presidente paulista Washington Luís, a formação de uma junta governativa militar provisória e a quase imediata entrega do poder a Vargas pela *Junta Governativa Provisória*.<sup>723</sup> A República Velha desmoronou sem grandes resistências.

<sup>719</sup> Sobre o livre trânsito das ideias socialistas e comunistas nas baixas camadas das fileiras cf. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005, pp. 68-69.

<sup>720</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 124 de 25 de maio de 1931.

<sup>721</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, pp. 718. O primeiro, contudo, governou por apenas quatro dias.

<sup>722</sup> ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande : Livraria Ruy Barbosa, 1962, pp. 80-81. Aparentemente, o militar sul-rio-grandense e cavalariano Mena Gonçalves possuía articulações com políticos gaúchos como Flores da Cunha e o próprio Getúlio Vargas.

<sup>723</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 281. Vale observar que Klinger havia sido nomeado chefe de polícia do Distrito Federal por poucos dias pela Junta Governativa antes de Vargas assumir. Nesse curto período, manifestou forte oposição à entrega do poder ao político gaúcho.

O curto período de governo exercido por Mena Gonçalves foi caracterizado por violentos conflitos com as oligarquias açucareiras do Norte do Estado.<sup>724</sup> Nos 5 meses em que esteve à frente da administração de Mato Grosso, de acordo com Corrêa, a ação de Gonçalves caracterizou-se por medidas *saneadoras e moralizadoras* “*contra os grandes proprietários e usineiros do norte, que chegaram a ser presos e humilhados em seus próprios domicílios*”.<sup>725</sup> Como inicialmente contou com o apoio de políticos sulistas ou identificados com aquela região tais como Pedro Celestino, a conclusão é que possivelmente objetivasse, com suas atitudes arbitrárias e violentas, “*quebrar a espinha dorsal dos líderes nortistas*”, o que também poderia ser compreendido “*como um posicionamento revanchista contra o domínio absoluto da oligarquia do norte do estado nas décadas anteriores*”.<sup>726</sup> O fato é que essa polêmica intervenção chegou ao fim em abril de 1931, após ter sido responsável pela desorganização de “*todo o sistema produtivo açucareiro do norte de Mato Grosso*” e ter angariado, com suas medidas repressivas e autoritárias, a oposição sulista ao governo provisório e sua aproximação com as elites políticas do Estado de São Paulo.<sup>727</sup>

Pouco mais de um mês após a saída de Mena Gonçalves do centro político de Mato Grosso, chegava para assumir o comando da CMMT o recém promovido general-de-brigada Bertoldo Klinger. Na própria cerimônia de passagem do comando, ouviu de seu antecessor, o coronel Raymundo Sampaio, uma ligeira descrição da situação da Circunscrição, que por si só, dava uma ideia geral do dismantelo das forças a serem comandadas pelo antigo *jovem turco*. Aquele oficial julgava-se de acordo, em sua atuação, “*com as finalidades da Revolução, muito embora baldo de recursos, principalmente de oficiais, para o cabal desempenho de minha incumbência*”.<sup>728</sup> Além disso, como sempre, chamou a atenção do seu

<sup>724</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p.166.

<sup>725</sup> Idem.

<sup>726</sup> Idem. Teria chegado, inclusive, ao extremo de “castigar os próprios *coroneis* sem seus instrumentos de tortura encontrados nas usinas (o tronco, por exemplo)”. Idem., p. 167.

<sup>727</sup> O posicionamento dos grupos oligárquicos sulistas em face da Aliança Liberal, em 1930, ainda merece estudo mais detido. A tese geral é a de que Vargas teria contado com o apoio das lideranças sulistas, tendo o senador Pedro Celestino à frente, as quais, na época, estariam em dissidência com os grupos dominantes do Norte. Idem., p. 164. Porém, de acordo com Umberto Puiggari, quando “*se feriu o pleito eleitoral, o número dos que sufragaram o nome do candidato gaúcho foi verdadeiramente insignificante, sem que isso importasse em uma repulsa. É que o medo de desgostar o governo de Cuiabá teve, no caso, real influência, ante a certeza de que a chapa recomendada pelo Catete, como de costume, seria vitoriosa*”. Cf. PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada. Presidente Prudente : 1933*, p. 166. Por outro lado, para este mesmo autor, a oposição sulista a Mena Gonçalves se deveu a medias impopulares do mesmo com relação à tributação do comércio bovino, o que faz bastante sentido no tocante à plutocracia pecuarista sulina. Cf. PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada. Presidente Prudente : 1933*, p. 168.

<sup>728</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno N° 124 de 25 de maio de 1931.

substituto para a precariedade da instrução da tropa, motivada pela “*deficiência de praças e falta de sargentos*”, embora considerasse que tenha apresentado “*resultados satisfatórios*”.<sup>729</sup>

O expediente de tentar esquivar-se do serviço em Mato Grosso continuou campeando as fileiras do Exército nos anos 1930. Em março de 1931, por exemplo, o coronel Alcebiades de Miranda, respondendo interinamente pelo comando da CMMT, informou que 15 oficiais das armas de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia haviam sido designados para servir nos diversos corpos da Circunscrição, mas sequer haviam se apresentado.<sup>730</sup> Entre as razões apontadas, deu destaque às designações para outras unidades de última hora, gozo de licença, tratamento de saúde, matrícula na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ou na de Estado Maior ou outras escolas do Exército.

#### 8.6 A SITUAÇÃO ENCONTRADA POR KLINGER

O general Klinger contou, inicialmente, com os serviços do então tenente-coronel Eurico Gaspar Dutra, o qual foi incumbido de chefiar o Estado Maior da CMMT.<sup>731</sup> Klinger, que residia no pavilhão superior do QG da CMMT, iniciou uma série de visitas aos quartéis do Estado, iniciando pelos da própria sede: 18° BC e RAM. Posteriormente, inspecionou o 6° BE de Aquidauana, os 10° e 11° RCI de Bela Vista e Ponta Porã e finalmente o 5° GAC em Coimbra e o 17° BC em Corumbá. Constatou as deficiências das mesmas pessoalmente e, ainda em princípios de julho, foi capaz de informar que as unidades de infantaria do Estado (os Batalhões de Caçadores) apresentavam claros da ordem de 533 praças: a cavalaria, 336 (10° e 11° RCI), a artilharia, 285 (RAM e 5° GAC) e a engenharia 81 (6° BE), totalizando um déficit de 1.235 praças.<sup>732</sup>

Não se pode esquecer que, ao mesmo tempo em que se davam essas constatações de Klinger, afluíam para Mato Grosso constantes levadas de “*voluntários*” provenientes do “*Norte da República*” (atual região nordeste). Contraditoriamente, pouco mais de um mês antes da chegada da primeira leva, a “*aceitação de voluntários nos corpos de Infantaria*” da

<sup>729</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno N° 124 de 25 de maio de 1931..

<sup>730</sup> Idem.

<sup>731</sup> Dutra fora transferido para Ponta Porã, para comandar o 11° RCI, após ter se posicionado contrariamente à *Revolução de 30*, como retaliação. Chegou inclusive a exercer interinamente o comando da CMMT, no entanto, foi afastado da mesma por interferência do ministro da Guerra Espírito Santo Cardoso. CfMcCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 281. Vale observar que Dutra e Klinger foram “exilados” em Mato Grosso pelo mesmo motivo.

<sup>732</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno N° 158 de 1° de julho de 1931.

Circunscrição havia sido suspensa, em razão da “redução dos efetivos” dos mesmos por questões orçamentárias.<sup>733</sup>

Em maio de 1931 foram registradas as primeiras informações sobre essas levas nos boletins da Circunscrição. De fato, o primeiro grupo era originário do 3º Regimento de Infantaria, constituído por 137 homens. Foram distribuídos entre o RAM e o 18º BC.<sup>734</sup> No mesmo mês, foram recebidas mais duas levas: uma de 87 e outra de 22 “voluntários”, mandados “encostar” no RAM.<sup>735</sup> Seguiram-se 5 levas no mês de junho, respectivamente, de 95, 76, 61, 51 e 25 “voluntários” distribuídos entre o 10º RCI, 11º RCI, 6º BE, 5º GAC e 18º BC.<sup>736</sup> Também registradas mais duas levas no mês de julho: uma de 11 e outra de 36 “voluntários”, sem que se possa determinar o seus destinos.<sup>737</sup> Finalmente, em outubro, chegaram mais 20 voluntários provenientes, possivelmente, do “Norte da República”.<sup>738</sup> Foram, no total, 621 homens chegados entre maio e outubro, pouco mais do que a metade das necessidades da Circunscrição.

Essa situação deu-se ao mesmo tempo em que chegavam os praças envolvidos nos movimentos “subversivos”, ocorridos poucos meses antes no nordeste do País. Por essa época se deram em Campo Grande, no mês de junho de 1931, ao menos duas ocorrências que indicam alterações de ordem disciplinar, as quais podem refletir o ambiente de tensão vivido àquela época. Nos dois casos, o comandante da CMMT ordenou, após efetuar “revista” nos praças, que as duas unidades alojadas no município sede da Circunscrição, Campo Grande, desfilassem desarmados pelas suas ruas.<sup>739</sup>

---

<sup>733</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 87 de 10 de abril de 1931.

<sup>734</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 118 de 18 de maio de 1931.

<sup>735</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 119 de 19 de maio de 1931 e Nº 123 de 23 de maio de 1931.

<sup>736</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 133 de 3 de junho de 1931, Boletim Interno Nº 136 de 6 de junho de 1931, Boletim Interno Nº 138 de 9 de junho de 1931, Boletim Interno Nº 145 de 16 de junho de 1931 e Boletim Interno Nº 148 de 19 de junho de 1931.

<sup>737</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 133 de 3 de junho de 1931, Boletim Interno Nº 158 de 1º de julho de 1931 e Boletim Interno Nº 167 de 11 de julho de 1931.

<sup>738</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 246 de 13 de outubro de 1931.

<sup>739</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 144 de 15 de junho de 1931 e Boletim Interno Nº 145 de 16 de junho de 1931. Como se pode notar os dois eventos deram-se um dia após o outro e deve-se considerar que as duas unidades em questão tinham seus quartéis um defronte ao outro, separados apenas por uma estrada.

## 8.7 A PRAPARAÇÃO PARA AS MANOBRAS DE NIOAQUE

Descontando-se as intervenções no cenário político nacional, a época em que Klinger esteve à frente das tropas em Mato Grosso foi de grande atividade. Chegando em maio de 1931 à Campo Grande, programou, ainda para setembro, a realização das manobras da CMMT na região de Nioaque. Em situações regulares, não seria nada fora do comum. Contudo, a administração da CMMT era marcada pela descontinuidade e o incomum em tudo isso foi justamente a realização dessa manobra. Em toda a história da CMMT até aquele momento, as manobras sempre foram realizadas como obrigação de praxe, um acontecimento que alterava a rotina das casernas, uma inconveniência por assim dizer. Além disso, a persistência do general esbarrava em uma grave carência de ordem material: o déficit de meios de transportes de que carecia a Circunscrição. No tocante aos meios automotores, a CMMT dispunha de 4 automóveis e 21 caminhões, todos da marca *Ford*, e pertencentes à 2ª Região Militar (São Paulo), à exceção de 1, adquirido através de requisição militar durante a perseguição aos revoltosos na década anterior.<sup>740</sup> Ao mesmo tempo, faltavam animais de carga. Para os serviços de abastecimento e transporte de uma tropa cujo efetivo girava em torno dos 1.200 homens, a Circunscrição dispunha de apenas 604 equinos e bovinos.<sup>741</sup> Essa situação levou o comando da Circunscrição a aceitar para as manobras apenas reservistas que dispusessem de cavalos, nas unidades de cavalaria.<sup>742</sup>

Na “*ordem preparatória*” das manobras em Nioaque, prevista para ser iniciada no dia 7 de setembro e duração com cerca de 20 dias, foram mobilizados todo o 18º BC, um pelotão do 17º e outro do 16º para formar um único batalhão de caçadores! Os 10º e 11º RCI, por sua vez, cederiam, cada, um esquadrão e um pelotão de metralhadoras para formarem um único regimento de cavalaria!<sup>743</sup> A artilharia seria representada somente pelo RAM, que enviaria duas baterias, assim como a Engenharia, que enviaria uma única companhia de sapadores. O 5º GAC, como se pode notar, foi excluído dessas manobras, por falta de efetivos e condições materiais.<sup>744</sup>

<sup>740</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 122 de 22 de maio de 1931.

<sup>741</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 194 de 12 de agosto de 1931.

<sup>742</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 212 de 1º de setembro de 1931.

<sup>743</sup> Cada Regimento, pelos regulamentos da época, deveriam ser compostos por 4 esquadrões.

<sup>744</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 169 de 14 de julho de 1931. Em princípios de novembro daquele mesmo ano, o comandante declarou que, “*em vista das condições especiais da fortaleza de COIMBRA (multiplicidade de serviços, pequenez de efetivo, deficiência de quadros)*”, resolvera não mais destinar recrutas àquela guarnição, os quais seriam instruídos no RAM e posteriormente remetidos àquele destino. Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 264 de 05 de novembro de 1931.



As limitações impostas à preparação dessas manobras, bem como a falta de condições para o atendimento das necessidades mais comezinhas, parecem ter acirrado os ânimos do general. As correspondências enviadas a colegas, subordinados e superiores hierárquicos mostravam-se dia a dia mais azedas. Em julho de 1931, por exemplo, Klinger informava que havia consultado o Ministro da Guerra nos seguintes termos: “*qual auxilio vossencia poderá dar-nos [?]*” para aquele “*fim*”, se comprometendo a ressarcir o Ministério com a antecipação do “*licenciamento*” do “*grosso do contingente desde [o] fim [de] setembro*”. Terminou a mensagem informando que havia convidado o ministro e o chefe de governo para tomarem parte nesse evento na qualidade de expectadores.<sup>745</sup>

É interessante notar que, nas manobras previstas para ocorrerem no ano seguinte na região de Entre Rios (de 9 de agosto até o dia 7 de setembro), apenas os reservistas de Campo Grande, Entre Rios, Maracajú, Dourados, Ponta Porã e Bela Vista seriam efetivamente convocados, ficando os reservistas dos demais municípios do Estado liberados de apresentarem-se para as manobras. Permitindo-se, entretanto, aos reservistas, caso fosse do seu interesse, apresentarem-se como voluntários para servir na cavalaria, desde que se apresentassem “*com sua montada*” e “*fardamento*”. Poderiam, com efeito, adquirir o fardamento mediante pagamento junto à própria CMMT. Esta só se responsabilizaria pela alimentação do reservista e de sua montada. As “*classes admissíveis*” seriam as dos reservistas com idades entre 18 e 30 anos.<sup>746</sup>

Em novembro de 1931, mesmo em gozo de férias, expediu ao ministro novo telegrama, por meio do qual, solicitava

providências Vossencia ante contraste desolador da afluência de voluntários e sorteados e a insubmissão dos capitães e tenentes que deveriam dar-lhes o ensino para o qual a Nação mantém Exército e impõe a seus jovens o tributo da incorporação na caserna. Faz pouco enderecei D. G. minucioso telegrama e ofício com a descrição [da nossa] angustiosa situação. Exemplo aqui ao pé do Q. G. corpos sem claro de recrutas e sem uma amostra de capitão, no dezoito [18º BC] só um tenente, no grupo [RAM] só dois. Não pode haver melhor obra [ao] derrotismo, desmoralizando [a] necessidade incorporação [dos] instruendos, quando Estado não os recebe com os meios de eficiência entre os quais [em] primeiro plano [os] oficiais.<sup>747</sup>

<sup>745</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 171 de 16 de julho de 1931.

<sup>746</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 138 de 09 de junho de 1932.

<sup>747</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 267 de 9 de novembro de 1931. Há uma indicação de que uma cópia desse telegrama foi remetida a Getúlio Vargas.

## 8.8 UM “BARRIL DE PÓLVORA”: OFICIAIS E PRAÇAS DA CIRCUNSCRIÇÃO EM PÉ DE GUERRA

Por outro lado, no plano estritamente político, mais ou menos à vista de todos, aproximava-se das lideranças de São Paulo e do Sul de Mato Grosso. Ainda no ano de 1931, no mês de outubro, compareceu a solenidades a convite das autoridades municipais de Campo Grande, as quais contaram, inclusive, com a assistência da banda de música do 18º BC, todas em comemoração ao “*movimento de pacificação do país*” liderado pela junta militar que entregou o governo à Vargas, da qual o mesmo militar havia tomado parte.<sup>748</sup> Também procurou coibir a participação de oficiais no Clube Três de Outubro, agremiação que procurava congregar os participantes e adesistas do movimento que derrubara a República Velha.<sup>749</sup>

Ao mesmo tempo, deu grande apoio à organização de uma associação mutualista dos sargentos da Circunscrição. Tratava-se da União Beneficente dos Sargentos da Circunscrição Militar de Mato Grosso, a qual tinha como objetivos básicos oferecer garantias sociais às famílias dos graduados, como auxílio médico e garantias em casos de invalidez ou falecimento.<sup>750</sup> Esta contava com muitos oficiais da própria Circunscrição no seu quadro de sócios, entre os quais o próprio comandante, que contribuía com 3 mensalidades.

Essa iniciativa de aproximação com os extratos mais baixos da tropa aparentemente não diminuiu o “*clima de revolta*” que rondava os meios subalternos do Exército naquele princípio de década. Ainda no mês de janeiro de 1932, Klinger ordenou o reforço da vigilância das organizações militares em Campo Grande o que, em outras palavras, significou prontidão e proibição da saída de cabos e soldados dos quartéis.<sup>751</sup> As ocorrências disciplinares nos anos de 1931 e 1932, de uma forma geral, foram bastante recorrentes, sobretudo infrações que envolviam porte de armas “*não regulamentares*”, como facas e

<sup>748</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 255 de 23 de outubro de 1931. Em junho de 1932 foi a vez de Klinger receber as autoridades e notoriedades de Campo Grande, no Hotel Colombo, para comemorar o primeiro aniversário do seu comando, fato que teve à época bastante repercussão nacional. Cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº143 de 15 de junho de 1932.

<sup>749</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 407.

<sup>750</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 308 de 28 de dezembro de 1931. Houve uma iniciativa semelhante no final dos anos 1920, a diferença é que tratou-se de um movimento de amplitude nacional, o qual, no entanto, também contou com apoio institucional. A União Beneficente dos Sargentos da Circunscrição Militar de Mato Grosso publicou os seus estatutos em Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 22 de 27 de janeiro de 1932.

<sup>751</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 17 de 21 de janeiro de 1932.

revolveres. Estas, invariavelmente envolviam confronto de rua com civis, praças e até mesmo oficiais da Força Pública do Estado, além de conflitos entre os próprios praças.

No mês de março eclodiu uma rebelião no 18º BC, “*liderada por alguns sargentos transferidos do 21º BC do Recife*”, na noite do dia 29 de fevereiro para o dia primeiro.<sup>752</sup> A revolta foi contida na mesma madrugada, com o apoio dos praças, fuzis, armas automáticas e canhões dos grupos de artilharia do RAM. A curta troca de tiros ocorrida resultou na morte de um soldado e no ferimento de três.<sup>753</sup> Os “*cabeças*” da rebelião fugiram e, após ter sido dominada, a tropa do 18º BC “*passeou [pela] cidade com sua música, sargentos, oficiais [e] todas as praças*” restantes.<sup>754</sup> O tom áspero de Klinger ao se referir aos “*cabeças*” não deixa dúvidas quanto à sua insatisfação com relação aos tradicionais procedimentos disciplinares ainda vigentes no Exército: “*são [os mesmos] sargentos já envolvidos [em] mazorcas [no] Norte [da] República, cujo corretivo constituiu mudança [de] clima. Um deles, Brasil, quase analfabeto, acaba aqui [de] ser reprovado [no] exame prévio [para a] matriculo [na] Escola [de] Sgt [Sargentos]*”.<sup>755</sup>

As informações sobre a revolta são bastante resumidas. Pode-se dizer, apenas, que não houve participação de oficiais, os quais contribuíram enormemente para a manutenção da “*ordem*”. Nesse aspecto, destacou o capitão Eudoro Corrêa de Arruda e Sá, subcomandante do 18º BC, residente no próprio batalhão, que foi alertado da revolta “*por 3 ou quatro tiros de fuzil*”, e avisou ao oficial de dia do RAM, que por sua vez alertou o próprio comandante da CMMT.<sup>756</sup> Embora não tenha encontrado resistência inicial, a rebelião foi suprimida com facilidade.

A pelo menos um oficial foi “*oferecido*” o comando da revolta, o qual, não obstante, recusou. Alguns oficiais compeliram seus subordinados apenas com o poder da persuasão. O segundo-tenente Deschamps conseguiu desarmar os insurretos com uma simples pergunta: “*(...) não está reconhecendo o seu tenente Deschamps?*”<sup>757</sup>

<sup>752</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005, p. 67. Para um breve relato cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 51 de 1º de março de 1932.

<sup>753</sup>CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 51 de 1º de março de 1932.

<sup>754</sup>Idem.

<sup>755</sup>Idem.

<sup>756</sup>CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 54 de 04 de março de 1932.

<sup>757</sup>COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30”. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1985, pp. 284-285. Ver também neste artigo uma análise sobre o uso de argumentos emocionais dos oficiais para incutir sentimentos de subordinação nos praças, os quais,

Após terem sido subjugados, os praças do 18º BC foram proibidos de se retirarem do quartel e ficaram sob custódia dos praças do RAM, que receberam autorização para efetuarem a prisão dos seus companheiros de armas que, eventualmente, fossem encontrados pelas ruas da cidade. Os “*cabeças do levante*” refugiaram-se em duas regiões diferentes do Estado: Coxim e Ponta Porã.<sup>758</sup> Foram literalmente caçados pelos grupos de combate do próprio batalhão que haviam revoltado, tendo os seus perseguidores recebido ordens de seu comandante e diretivas de Klinger para agirem “*como devem no caso de qualquer resistência*” ou tratar os fugitivos “*como tendo resistido à prisão: à bala*”.<sup>759</sup> Os perseguidores contaram com a ajuda das autoridades municipais em Coxim e da empresa Mate Laranjeira em Ponta Porã.

De fato, essas pessoas de quem mal sabemos os nomes desapareceram sem deixar vestígios! Há indicações de que teriam, também, participado do planejamento desse levante um sargento asilado originário do Piauí e um “*charlatão anarquista*” chamado Moura Carneiro, que teria fornecido dinheiro aos revoltosos.<sup>760</sup> Além disso, supôs-se, à época, que o levante teria ramificações com sargentos que serviam em São Paulo.<sup>761</sup> O próprio chofer do comandante do batalhão teria aderido ao movimento e esteve entre os refugiados na região de Coxim.<sup>762</sup>

Aparentemente havia uma conspiração de sargentos para levar a cabo uma revolta em nível nacional em maio daquele ano, a qual, não obstante, foi antecipada para princípios de março.<sup>763</sup> O caos do ambiente político nacional era tão profundo, que é possível que essa tenha sido uma de inúmeras conspirações em andamento naquele momento. Por exemplo, de acordo com os trechos dos relatórios dos inquéritos policiais militares publicados nos boletins da CMMT, foi apreendida em São Paulo, após a supressão da revolta, uma correspondência “*sem assinatura*” destinada aos corpos de tropa, que tratava da organização de uma “*revolta*

---

aparentemente, funcionavam nas situações de maior tensão. Trata-se de uma interpretação edipiana das rebeliões militares ocorridas na década de 1930.

<sup>758</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932.

<sup>759</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Op. Cit.*, pp. 284-285.

<sup>760</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932. Moura Carneiro foi considerado o “*chefe civil da revolta*”.

<sup>761</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932. Afirmou-se, durante o levante, que o mesmo fazia parte de “um movimento geral chefiado pelo General Isidoro Dias Lopes”. Cf. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30”. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1985, p. 282.

<sup>762</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 54 de 04 de março de 1932.

<sup>763</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

*dos sargentos*”.<sup>764</sup> De acordo com o conteúdo dessa carta, havia ligações entre os sargentos conspiradores e “*uma das facções políticas gaúchas*”. Frisavam também que “*absolutamente esta ‘revolta dos sargentos’ não tem ‘nada de comunismo’, nem de ‘arranjar galões’, nem de ‘rebeldia e indisciplina sistemática’*”.<sup>765</sup> Seu objetivo era o de “*obterem ‘melhorias para a classe [dos sargentos]’, conquistá-la ‘a chicote na cara e à bala’ contra os chefetes*” que vinham se opondo a estas “*melhorias*”. Assim, os objetivos políticos dessa conspiração envolviam reivindicações típicas dos sargentos do Exército: estabilidade na carreira, auxílio social da instituição, regras claras para a ascensão profissional e até, quem sabe, a possibilidade de atingirem o oficialato.<sup>766</sup>

Segundo um dos relatórios apresentados à época, o levante do 18º BC era parte de um movimento geral com “*ramificação (...) em outros Estados e Guarnições, sobretudo em S. Paulo, com o fim de ser estabelecida no país uma ditadura militar, em substituição do atual Governo discricionário*”. Entretanto, indicavam Luís Carlos Prestes como chefe, o que daria ao “*movimento, por consequência, uma feição comunista*”. Por outro lado, o apelo das causas da “*classe*” dos sargentos parece ter sido o principal angariador de adesões. Ouvia-se, com frequência, o sargento Felix Brasil referir-se à “*defesa da classe, sua melhoria e defesa das liberdades públicas*” aos seus colegas do 18º BC.<sup>767</sup>

Como já observou Frank McCann, em obra citada, as lealdades no Exército brasileiro em princípios do século XX consumavam-se muito mais com base em amizades e afinidades pessoais do que no respeito pela hierarquia.<sup>768</sup> O movimento eclodido no 18º BC certamente não fugiu a essa regra. Destarte, muitos “*que tomaram parte mais ativa na revolta*”, reconheceram, posteriormente, “*ignorar as causas desta e os seus fins*”, embora também seja certo que não faltaram ligações com lideranças políticas civis.<sup>769</sup> Uma delas consistiu na controvertida pessoa do advogado Moura Carneiro. Descrito por Klinger como

agitador contumaz, imbuído da ideia fixa de encabeçar uma revolução para fazer vingar, ao menos momentaneamente, os seus interesses pessoais em

<sup>764</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 70 de 23 de março de 1932. Grifos no original.

<sup>765</sup> Idem.

<sup>766</sup> Idem.

<sup>767</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

<sup>768</sup> Observa-se essa constatação em inúmeras passagens da obra. McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>769</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

questões em que se envolveu de corpo e alma – principalmente a luta com a Cia. Mate Laranjeira e a oposição à Interventoria atual no Estado.<sup>770</sup>

Moura Carneiro parece ter visto nos sargentos e cabos transferidos do nordeste e “*induzidos à revolta*” uma oportunidade para obter o apoio armado que lhe faltava para fazer frente aos detentores da situação em Mato Grosso.

Para Klinger, a gota d’água que fez “*transbordar o copo*” das ambições dos sargentos nasceu da sua cobiça, inebriada nas suas “*cabeças incultas, por isso fracas, de quarenta por cento dos sargentos do Exército*”, permitida pela “*vergonhosa e desavergonhada falta de oficiais nos corpos*”.<sup>771</sup> Esses sargentos, na sua opinião, eram “*vazios de competência e repletos de cúbica*” e “*raramente dotados dum tênue verniz de escola, ou de leituras filosóficas que*” escapavam “*à sua digestão intelectual*”.<sup>772</sup> Era, portanto, incapaz de relacionar essas revoltas às condições de trabalho e vida de seus subordinados. De uma chefia com esses pontos de vista, não seria de admirar a repressão deliberadamente violenta aplicada contra os sargentos.

Com efeito, restava apenas a carência de oficiais como causa principal da falta de controle do comando sobre a base da organização. A presença dos oficiais nos quartéis, nesse sentido, possibilitaria uma vigilância maior sobre os atos dos subordinados, pois a falta daqueles acarretava, na opinião de Klinger, no aliciamento dos soldados pelos “*aventureiros*”.<sup>773</sup> Assim, o comando da CMMT também atribuiu a adesão geral dos praças do 18º BC à revolta à “*vergonha*” ou “*ingenuidade*” dos subordinados, por terem se deixado comandar por “*graduados que não eram seus chefes normais*” e, até mesmo, à “*inveja*” dos companheiros praças comissionados em oficial. De fato, a hostilidade dos praças com relação aos oficiais comissionados parecia ser maior do que em relação aos demais oficiais. Talvez não por acaso muitos segundos-tenentes comissionados se destacaram na repressão ao levante liderado pelos sargentos no 18º BC.<sup>774</sup>

Apenas uma exceção foi verificada no tocante à adesão geral dos praças do 18º BC à rebelião: o soldado Inácio da Cunha que se recusou “*terminante e resolutamente (...) a fazer causa comum com os camaradas do seu batalhão, revoltados, que por isso o prenderam, mas*

<sup>770</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

<sup>771</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 70 de 23 de março de 1932.

<sup>772</sup> Idem.

<sup>773</sup> Idem.

<sup>774</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932.

*respeitaram a sua superioridade moral*". Em função disso, foi agraciado com uma promoção e passou a *"usar as divisas de cabo"*, ao mesmo tempo em que 35 colegas seus foram excluídos pela sua participação nos *"diversos golpes de mão"* que resultaram no controle temporário do quartel pelos revoltosos.<sup>775</sup> Outros 26 praças foram também excluídos das fileiras pelo mesmo motivo alguns meses depois.<sup>776</sup>

Do outro lado da avenida, os praças do RAM parecem ter permanecido ao lado da "ordem estabelecida", embora existam indícios de que as articulações também envolviam aqueles militares.<sup>777</sup> Mas, de acordo com o já citado relatório, a esperada adesão dos colegas da artilharia não se deu e este fato acabou constituindo o principal motivo do malogro da sublevação, uma vez que o RAM, por ser uma unidade de artilharia, possuía grande poder de fogo e efetivo muito maior que o do 18º BC.

A eclosão do levante dos sargentos aproximou as lideranças políticas do Sul de Mato Grosso ao comando militar. Entre as notoriedades e autoridades regionais que *"vieram declarar sua solidariedade à causa da ordem [e] oferecer seus serviços pessoais e os de gente que poderiam reunir"* estavam Ítório Corrêa, o advogado Aral Moreira, o promotor de Ponta Porã, o médico Nicolau Frageli, Martinho Barbosa, um capitão do Exército paraguaio, o advogado Pratti Aguiar que *"pôs à disposição um auto-caminhão, que prestou serviços, com seu chofer"*, Filemon Duprat, Pedro Bernardo Duprat, os administradores dos Correios e Telégrafos de Corumbá e Campo Grande e o médico Vespasiano Martins.<sup>778</sup>

Na região de Coxim, as forças federais também contaram com a ajuda do *"prestigioso fazendeiro Ulisses Lima, com gente sua e um oficial que escolheu e deixei à sua disposição, à paisana"* para dar *"caça"* em terras de sua propriedade, aos *"fugitivos ex-sgt. Feliz Brasil, Alcides Bezerra e José Gabriel da Cunha, principais executantes da revolta"*. Ainda de acordo com Klinger, os

fugitivos, para gáudio de seus instigadores e cúmplices sepultaram parte do segredo da maquinação, pois prestaram à sociedade o melhor serviço que ainda podiam dar e era o de resistirem para serem tratados em consequência.

<sup>775</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932.

<sup>776</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

<sup>777</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932. Foi registrado neste Boletim elogio pessoal a 3 sargentos-ajudantes, 12 primeiros-sargentos, 22 segundos-sargentos, 24 terceiros-sargentos, 19 cabos e 22 soldados. Ver também Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

<sup>778</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de março de 1932.

Conforme em toda parte declaravam que pretendiam, não se entregaram, [e] foram mortos de armas na mão.<sup>779</sup>

Os rebeldes fugitivos do 18º BC que se dirigiram para o extremo sul do Estado, acabaram invadindo a área sobre o controle da empresa Mate Laranjeira.<sup>780</sup> Ainda em março, o comandante remetia telegrama ao ministro da Guerra dando conta do fato de que aqueles estariam “*atacando*” as propriedades da mesma companhia e solicitava medidas daquela repartição no sentido de providenciar condições para o transporte dos rebeldes capturados. Alguns foram confinados no Forte Coimbra (embora não seja possível informar o número). Klinger insistia, junto ao governo, no sentido da aplicação do decreto de 14 de novembro de 1931 que previa pesadas punições em represálias a “*perturbações da ordem pública*”.<sup>781</sup>

A Mate Laranjeira, nesse mesmo momento, vivia os desdobramentos de um violento conflito com posseiros da região, que vinha se arrastando já há alguns anos.<sup>782</sup> A empresa parece ter se aproveitado da situação para angariar o apoio das tropas federais contra os posseiros espalhando o boato de que os camponeses eram comunistas.<sup>783</sup> As unidades de Campo Grande e Bela Vista, que já estavam mobilizadas para perseguir os revoltosos fugitivos do 18º BC, foram, também, utilizadas para auxiliar as forças policiais daquela empresa na subjugação dos camponeses liderados por João Ortt.

Nos dois casos, a repressão envolveu execuções sumárias, degolamentos, fuzilamentos e interrogatórios violentos.<sup>784</sup> Como se pode notar, as disputas políticas naquele princípio de década envolviam várias nuances e dimensões da perspectiva de domínio político: havia disputas no interior das forças armadas, que opunham oficiais e oficiais e praças, disputas intra-oligárquicas e também conflitos de conteúdo mais social, como foi o caso do que envolveu os proprietários da empresa Mate Laranjeira e os camponeses posseiros na região de

<sup>779</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 73 de 28 de março de 1932.

<sup>780</sup> A Mate Laranjeira era uma empresa pertencente a argentinos, que controlava uma imensa área do extremo sul do então Estado de Mato Grosso. Dois anos após esses acontecimentos, o Estado Maior do Exército passou a alertar que os “*estabelecimentos estrangeiros, notadamente argentino, naquela região, são um ponto fraco em nossa segurança nacional*”. General Francisco de Andrade Neves (chefe do Estado Maior do Exército), Exame da Situação Militar do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado Maior do Exército, 1934, pp. 28-29. Durante o Estado Novo, a empresa foi sistematicamente combatida pelo governo federal e finalmente, após a criação do Território Federal de Ponta Porã, sofreu um duro golpe ao seu poder em 1943. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p. 167.

<sup>781</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 64 de 16 de novembro de 1932.

<sup>782</sup> Cf. PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada*. Presidente Prudente : 1933, p. 114.

<sup>783</sup> Idem.

<sup>784</sup> Idem..



fronteira com o Paraguai. Sobre as reais dimensões e os propósitos das conspirações que envolveram os praças da CMMT e os camponeses que habitavam aquela faixa de fronteira, ainda que indiretamente, muito pouco foi investigado até o presente momento. No entanto, é possível afirmar, com pouca probabilidade de erro, que essas articulações entre os conflitos políticos em nível local e regional, de fato, articulavam-se com o conflito mais generalizado, que dividia os escalões hierárquicos do Exército. Resta um maior aprofundamento acerca dessas constatações...

Ainda no ano de 1932, foi anunciada, pelo comando da CMMT, a existência de outra conspiração envolvendo sargentos, novamente articulada nacionalmente. Em princípios de abril desembarcaram na estação ferroviária de Campo Grande, provenientes de São Paulo, *“dois indivíduos que foram logo perguntando por diversos sargentos de que se diziam amigos”*. Esses dois indivíduos, chamados Edgard Bittencourt e José Duarte Lima, teriam feito visitas aos quartéis e encetado demoradas palestras com os seus *“amigos”*. Foram presos. Segundo o mesmo relato, não foi encontrada nenhuma bagagem no quarto de hotel onde se hospedaram na cidade, além de *“uma pequena mala contendo uma pilha seca e uma outra mala portátil mera estação rádio receptora”*, não sendo encontrada qualquer *“peça de roupa”*. Teriam sido encontradas *“instruções com diversas convenções e indicativos de estações comprometidas [com a causa da revolta dos sargento], sendo uma a nossa, outra do Quartel General do Rio e oito da 2ª Região Militar [São Paulo]”*. Não por acaso, um dos primeiros militares procurados por esses *“conspiradores”* foi justamente o sargento-ajudante responsável pela operação de comunicações da CMMT.<sup>785</sup>

Os conspiradores civis tentaram convencer os oficiais sindicantes de que *“seu negócio”* era o *“jogo do bicho, explorando a diferença de hora”* (referia-se à diferença de fusos horários entre São Paulo e Mato Grosso), no entanto, na opinião do comando da CMMT, tudo fazia *“crer”* que *“esses dois tipos são agentes da ‘Revolta dos Sargentos’”*. Ainda no mês anterior haviam sido detidos em Quintaúna, interior de São Paulo,<sup>786</sup> *“diversos sargentos que confessaram seu compromisso no movimento que se anunciara para este começo de mês, generalizado, no Estado de S. Paulo, com caráter comunista”*. Haveria

<sup>785</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 79 de 03 de abril de 1932. Havia, inclusive, recados convencionados, previamente estabelecidos entre os conspiradores e o referido sargento-ajudante.

<sup>786</sup> Muitas guarnições paulistas também receberam praças envolvidos nas rebeliões ocorridas nas capitais nordestinas no ano anterior. Sobre isto cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, pp. 112-113.

“*diversos políticos envolvidos*”. Além disso, de acordo com o interventor federal do Estado de São Paulo, Pedro de Toledo, um dos conspiradores civis, José Duarte Lima, era “*operador [de] rádio do seu Palácio do Governo*”, tendo pedido “*cinco dias de licença*” para ir a Campo Grande “*em visita a uma irmã gravemente enferma*”, embora se tivesse constatado que “*ele não tem parente nenhum aqui*”.<sup>787</sup>

Todos esses eventos foram, em grande parte ignorados pelas historiografias políticas mais tradicionais ou renovadas, dada a tendência a se dar maiores atenções aos fatos que marcaram os desdobramentos que redundaram na eclosão da chamada *Revolução Constitucionalista* em julho de 1932. Por outro lado, esse importante acontecimento político, por ter envolvido aspectos do funcionamento da mobilização militar das tropas do Exército em Mato Grosso, vem ao encontro das discussões encetadas em boa parte do presente e dos três últimos capítulos.

## 8.9 A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA EM MATO GROSSO

Como se sabe, o movimento constitucionalista constituiu uma das principais consequências da tomada do poder, menos de dois anos antes, pelo grupo de oligarquias descontentes dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, além dos renegados oficiais revoltosos da década anterior e, finalmente, frações das tropas do Exército rebeladas em estados do nordeste e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, todos sob a liderança do político gaúcho Getúlio Vargas. Os representantes políticos do Estado de São Paulo perderam a anterior hegemonia política de que desfrutavam no regime anterior, tendo, esse mesmo Estado inclusive, sofrido forte abalo na sua autonomia política, pois dentro do contexto do regime discricionário então vigente passou a ser governado por mandatários designado pelo chefe do governo provisório.

Portanto, sendo os paulistas, leia-se as suas elites dirigentes, vistos como os principais “prejudicados” pelos resultados políticos do movimento golpista de outubro de 1930, seria de se esperar, naquele momento, mais cedo ou mais tarde, uma reação partida daquele setor do País. Mato Grosso, como se pode notar, estava consideravelmente distante do eixo principal dessa crise nacional, embora a situação política do Estado, como se viu, tenha sido também fortemente abalada pela quebra da continuidade institucional vigente até 1930.

---

<sup>787</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 79 de 03 de abril de 1932.

Bertoldo Klinger, que tomara parte nas negociações que redundaram na deposição do presidente Washington Luís e evitou a posse do presidente eleito Júlio Prestes, foi promovido de coronel a general-de-brigada poucos meses após a nomeação de Vargas para ocupar o cargo de chefe do governo federal. Não há dúvidas de que a sua transferência para Mato Grosso se relacionava às suas discordâncias e criticismo à projeção política atingida pelos jovens oficiais rebelados na década anterior após a *Revolução de 30*. Desse modo, as transferências para as guarnições do extremo oeste persistiram como ato disciplinar informal.

788

Com efeito, o envolvimento da população mato-grossense nesse grave acontecimento político brasileiro se deu de forma secundária e, em grande medida, sua causa esteve relacionada à fortuidade de ter como comandante da guarnição do Exército em seu Estado a figura excêntrica, e segundo alguns “*errática*”, do general Bertoldo Klinger. De acordo com o Professor Paulo Cimó Queiroz:

a adesão do SMT [Sul de Mato Grosso] ao movimento deu-se, antes de qualquer coisa, à circunstância da presença dele, Klinger, em Campo Grande; o general, de fato, não noticia prévias articulações envolvendo membros da elite civil da região, limitando-se a dizer ‘Mato Grosso veio a secundar São Paulo em razão de achar-se ali no comando militar um chefe [ele próprio] inteiramente embalado na reação nacional antiditadura’. Referindo-se especialmente ao governo ‘revolucionário do Estado’, Klinger dá o seguinte depoimento: ‘consegui convencer a que aceitasse o encargo ao dr. Vespasiano Barbosa Martins, que até segunda ordem (esclarecimento da situação em Cuiabá) estabeleceria a sede do governo em Campo Grande.’<sup>789</sup>

Contudo, o fato de o território mato-grossense ter sido um teatro de operações secundário na guerra civil ocorrida entre julho e outubro de 1932, não significou falta de importância. Muito pelo contrário. Tendo o governo provisório providenciado o bloqueio do litoral paulista para o recebimento de armamentos, o sul de Mato Grosso se afigurava como a

<sup>788</sup> Ainda nos anos 1930, os generais José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Mascarenhas de Moraes também seriam transferidos para Mato Grosso por razões políticas.

<sup>789</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, p.152 citando KLINGER, Bertoldo. *Parada e desfile: uma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século*. Rio de Janeiro : Seção de Livros de “O Cruzeiro”, 1958, pp.468, 486-487.

principal, e talvez única, porta de entrada do material bélico importado para a consecução do esforço de guerra.<sup>790</sup>

Boa parte dos poucos aviões de combate de que dispuseram os rebelados paulistas naquele conflito foram transportados do Chile para São Paulo via extremo sul de Mato Grosso.<sup>791</sup> Por essa razão, o governo provisório procurou também barrar o acesso dos revoltosos aos vizinhos sul-americanos através do sul de Mato Grosso. As barrancas do rio Paraguai se tornaram os principais teatros de operações do Estado e envolveram a maior parte das forças profissionais empenhadas na guerra civil.

Os confrontos em Mato Grosso envolveram, em grande parte, tropas e milícias locais, tendo tomado, desse modo, o aspecto de uma guerra civil interna, distante, portanto, das principais áreas conflagradas, na divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e São Paulo e Paraná, dentro do contexto mais amplo da guerra civil. Como se sabe, o Estado de Mato Grosso não aderiu inteiramente ao lado constitucionalista. Tampouco o Sul foi unânime no seu apoio aos paulistas. As lideranças políticas do norte do Estado ficaram ao lado do governo provisório e, conseqüentemente, do interventor federal Leônidas Antero de Matos, entrincheirado na capital, Cuiabá. No Sul, as lideranças de Corumbá e Porto Murtinho também ficaram ao lado do governo provisório e algumas personalidades dos municípios fronteiriços de Bela Vista e Ponta Porã também cerraram fileiras ao lado da “*legalidade*”.<sup>792</sup>

Ficaram “*integralmente*” ao lado dos revoltosos os municípios localizados próximos à divisa com São Paulo e aqueles que ficavam próximos ou eram cortados pelos trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil (Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Paranaíba). No entanto, os dirigentes políticos de Campo Grande aparentemente ganharam projeção sobre

---

<sup>790</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 406-407.

<sup>791</sup> Ibidem, p. 416. Além disso, essa via era também utilizada com finalidades diplomáticas, uma vez que os rebelados procuraram estabelecer contatos e angariar apoios dos países vizinhos sul-americanos e comerciais, sobretudo para exportação do café e compra de armamentos. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, pp. 153-154. Segundo esse mesmo autor, a Companhia Mate Laranjeira teria contribuído para essas operações de compra de material bélico com a disponibilização de um campo de aviação em Campanário, que se tornou uma das escalas dos aviões procedentes do Chile (p. 155), citando HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982, p. 155.

<sup>792</sup> Cf. PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada. Presidente Prudente : 1933*, p. 177 e ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande : Livraria Ruy Barbosa, 1962, pp. 82-83.

os demais, sobretudo pelo fato de terem carregado para o seu município a sede do governo “*revolucionário*” de Mato Grosso.

O movimento revoltoso no Sul de Mato Grosso foi, sem dúvidas, capitaneado pela oficialidade das forças federais centralizadas em Campo Grande, porém não contou com a adesão de todas as guarnições do Estado. Em geral, as unidades acompanharam o posicionamento dos políticos locais. Os 16º e 17º BC, respectivamente sediados em Cuiabá e Corumbá, além do 5º GAC, Coimbra, do Destacamento Especial de Cáceres e da Flotilha de Ladário, também em Corumbá, ficaram ao lado da “*legalidade*”. As demais guarnições ficaram com a “*revolução*”.<sup>793</sup> Como se pode notar, a tropa da CMMT, com exceção das três unidades que se mantiveram ao lado da legalidade, aderiu em peso à revolta.

Entretanto, alguns praças efetivamente recusaram-se a participar do movimento. Miguel Costa, que esteve detido pelos revoltosos no quartel do RAM durante a guerra civil, em Campo Grande, atestou que 1 sargento-ajudante, 7 primeiros-sargentos, 8 segundos-sargentos, 10 terceiros-sargentos, 9 cabos e 25 soldados mantiveram-se com a legalidade, não obstante as “*perseguições dos Srs. Oficiais rebeldes*”.<sup>794</sup> É bastante provável que situações semelhantes tenham se reproduzido em outras guarnições mato-grossenses.

Os combates ocorreram em três porções diversas do território mato-grossense: 1) Nas barrancas do rio Paraná, imediações dos municípios de Três Lagoas e Paranaíba, divisa com os Estados de São Paulo e Minas Gerais;<sup>795</sup> 2) No município de Coxim; e 3) Na serra do Amambai e barrancas do rio Paraguai, imediações dos municípios de Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho. No primeiro teatro de operações confrontaram-se as forças milicianas mobilizadas pelos coronéis sulistas contra as tropas da Força Pública do Estado de Minas Gerais e, até onde foi possível apurar, não envolveram as forças do Exército. Na região de Coxim, os conflitos foram protagonizados pelas forças do 16º e Força Pública de Mato Grosso contra frações do 18º BC e milícias a mando de coronéis sulistas. Os resultados desses

<sup>793</sup> As guarnições da Força Pública de Mato Grosso, com exceção das unidades sediadas em Cuiabá e Corumbá, aderiam em massa à revolta. Cf. Campo Grande, Boletim Interno Nº 180 de 26 de julho de 1932.

<sup>794</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 29 de 11 de novembro de 1932.

<sup>795</sup> Como havia ocorrido nos movimentos *revolucionários* registrados anteriormente em Mato Grosso (1916, 1922 e 1924), em 1932, a região ao redor de Três Lagoas foi forçosamente ocupada por tropas da CMMT, no intuito de manter o tráfego *normal* entre Mato Grosso e São Paulo, o que reiteradamente comprovou a vocação estratégica daquele município. Sobre a ordem nesse sentido cf. Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 181 de 27 de julho de 1932. Ainda assim, de acordo com o Professor Paulo Cimó Queiroz, as deficiências técnicas apresentadas na construção dessa via férrea impossibilitaram o seu pleno uso militar nessas mesmas ocasiões *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, pp. 184-185.*

confrontos permaneceram indefinidos até o final do conflito. Finalmente, a frente estabelecida na fronteira com o Paraguai envolveu a maior parte das forças federais que ficaram ao lado da “*revolução*”, em oposição às forças do 17º BC, da Flotilha de Ladário, companhias e esquadrões da força pública do Estado acantonados naquela região fronteiriça.

Ao dar início à revolta, Klinger, que havia sido exonerado de seu posto e reformado administrativamente,<sup>796</sup> dirigiu-se a São Paulo e passou o comando da CMMT ao coronel Oscar Saturnino de Paiva. Sua atitude contraditória nos momentos precedentes e posteriores à eclosão do movimento, ao escancarar em vários momentos a conspiração tramada em conluio com os paulistas, pode ser resumida pela maneira com que se despediu de seus comandados ainda a 8 de julho: “*Exorto os meus camaradas a que se mantenham em calma, dentro da ordem, na verdadeira disciplina, raciocinada e consentida, vistas em seus camaradas chefes, pensamento no Exército – a síntese das forças vivas, materiais e morais, duma nação*”.<sup>797</sup> Resta questionar: se seu objetivo era levantar a tropa sob seu comando contra o poder constituído, por que exortar seus companheiros a permanecerem “*em calma, dentro da ordem*” e “*na verdadeira disciplina*”?

Seus “*companheiros*”, ao que parece, não levaram seus conselhos ao pé da letra e, efetivamente, o esforço de guerra e a mobilização dos coronéis, e inclusive popular, se tornaram uma realidade na porção sul do Estado assim que o seu chefe geral abandonou Campo Grande. Outras dúvidas ainda restam em relação ao papel militar desempenhado por Klinger no movimento de 1932. O principal deles reside na capacidade de mobilização de forças pelo Exército em Mato Grosso. Segundo consta na bibliografia tradicional sobre o tema, Klinger prometera aos paulistas chegar de Mato Grosso à frente de 5 mil soldados e, no entanto, chegou acompanhado apenas de seu ajudante de ordens.<sup>798</sup>

Idiossincrasias à parte, e considerando-se o que foi exposto até o presente momento, convém indagar, também, se a promessa possuía respaldo na situação militar das forças que comandava. E a verdade é que as forças sob o comando de Klinger no Estado, mesmo

<sup>796</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 163 de 08 de julho de 1932. O estopim da revolta se deu com a nomeação do general-de-divisão reformado Joaquim Inácio do Espírito Santo Cardoso para ocupar a pasta da Guerra. Essa nomeação provocou imediata reação de Klinger, que enviou uma carta aberta ao general reformado, afirmando duvidar que fosse capaz de ser aprovado em qualquer exame de aptidão física. Cf. McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 409.

<sup>797</sup> Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 163 de 08 de julho de 1932.

<sup>798</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 408. Veja também Campo Grande, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 163 de 08 de julho de 1932.

considerando toda a Força Pública e as guarnições de Cuiabá e Corumbá, mal chegavam juntas à metade do contingente prometido. Considerando-se que a maior parte dos reservistas treinados pela Circunscrição retornava ao Estado de São Paulo após o período de serviço militar obrigatório, a conclusão possível é de que, mesmo se os 5 mil homens prometidos por Klinger se concretizassem, mais uma vez teria que recorrer ao compromisso com as notoriedades locais.

De fato, é o que a documentação da CMMT permite constatar. A diferença com relação às experiências anteriores residiu no fato de que o comando da CMMT resumiu sua ação à simples distribuição de armamentos, fardamentos e munições aos chefes civis, os quais trataram de se encarregar da organização das suas próprias forças sem controle algum por parte das autoridades militares. A esse respeito, vale destacar o grau de confiança depositado pelo comando da CMMT nos indivíduos Domingos Barbosa Martins e Altivo Martins ao entregar-lhes

50 fuzis Mauser modelo 1895, com 50 varetas e 50 bandoleiras e mais 3.500 cartuchos de guerra para o mesmo fuzil (...) 2 fuzis-metralhadoras Hotchkiss, uma máquina de calibrar, bornais e bandoleiras (...) 5 fuzis Hotchkiss, máquina de recalibrar carregadores, capas impermeáveis, 200 fuzis Mauser modelo 1895, com 76 varetas. 5600 cartuchos de guerra para armas automáticas e 17600 cartuchos de guerra Mauser modelo 1895.<sup>799</sup>

Nas semanas que se seguiram, muitos outros chefes locais receberam fuzis de uso exclusivo do Exército, como Laudelino Barcelos, João Pessoa Cavalcante e Valdomiro Correa.<sup>800</sup> No total, foram distribuídos 443 fuzis Mauser modelo 1895, 15 fuzis Mauser modelo 1908, 14 fuzis-metralhadoras Hotchkiss, 90 mosquetões Mauser modelo 1922 e mais de 41.800 cartuchos de guerra para armas automáticas e fuzis.<sup>801</sup>

Os indivíduos incorporados às *forças constitucionalistas* tinham direito à vencimentos e mais um terço de soldo de campanha. Além disso, aos reservistas foi concedido o direito de perceberem soldos correspondentes aos postos e graduações ocupados quando na ativa.<sup>802</sup> Todos esses benefícios proporcionados aos *voluntários* da causa *constitucionalista* certamente devem ter animado a adesão da população sulina, sobretudo se forem consideradas a

<sup>799</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 180 de 26 de julho de 1932.

<sup>800</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 187 de 3 de agosto de 1932 e Boletim Interno Nº 189 de 5 de outubro de 1932.

<sup>801</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 187 de 3 de agosto de 1932 e Boletim Interno Nº 189 de 5 de agosto de 1932.

<sup>802</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 187 de 3 de agosto de 1932.

depressão econômica vivida pelo País àquela quadra e as próprias condições de empregabilidade oferecidas pela sociedade mato-grossense de então. No mais, seria uma rara oportunidade de alimentarem-se regularmente de churrasco enquanto as operações militares estivessem se desenrolando, o que, supunha-se, era do agrado de grande parte da população sulina.<sup>803</sup> Ainda assim, não se podem desprezar os atos de desprendimento pessoal e de genuína adesão ao movimento. É o que se pode concluir da atitude de um certo Arthur Pires, proprietário do restaurante Gruta Baiana, em Campo Grande, que ofereceu aos soldados *constitucionalistas* do setor de Coxim “1.400 cigarros, 102 pacotes de fumo desfiado, 44 pacotes de papel para cigarro”.<sup>804</sup>

Ao contrário do que ocorre em relação às frentes paulistas, são pouco conhecidos os detalhes das operações militares encetadas pelas forças inimigas no território mato-grossense.<sup>805</sup> Contudo, há no livro *Nas Fronteiras de Mato Grosso*, de Umberto Puiggari, valiosas informações sobre como se organizaram logisticamente as operações militares e o montante de forças empregadas na área de fronteira com a república paraguaia. Nessa obra, foram transcritos trechos do relato apócrifo de um oficial que tomou parte das operações ocorridas entre Bela Vista e Porto Murtinho.

As operações militares naquela região, como seria de esperar, esbarraram frequentemente nas dificuldades de transportes, embora os revoltosos dispusessem de 46 caminhões.<sup>806</sup> O governo federal não era capaz de impedir o acesso das forças rebeldes aos países vizinhos, mas conseguiu exercer total controle sobre a navegabilidade do rio Paraguai. Os rebeldes estiveram sempre na ofensiva, sem, contudo, jamais terem conseguido resultado definitivo nas suas investidas. Criou-se aí, também, um impasse que só foi encerrado após a rendição dos revoltosos no mês de outubro.

Ao mesmo tempo em que as tropas legalistas, partindo de Porto Murtinho, procuravam atingir Campo Grande, a qual, como ocorrera na década anterior, novamente assumiu o papel de grande centro distribuidor de material bélico, mantimentos e efetivos para as frentes de

---

<sup>803</sup> PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada*. Presidente Prudente : 1933, pp. 183-184.

<sup>804</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 200 de 16 de agosto de 1932.

<sup>805</sup> Encontrei importantes informações em McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Existem muitos relatos sobre os eventos militares ocorridos no setor paulista da guerra civil. É possível que existam relatórios de campanha preservados no Arquivo Central do Exército no Rio de Janeiro.

<sup>806</sup> PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada*. Presidente Prudente : 1933, p. 183. Certamente doados pelos aderentes da causa constitucionalista, ou cedidos pelos combatentes paulistas.



combates; em outras palavras, e de acordo com a narrativa apócrifa, Campo Grande era o principal “*ponto de irradiação de todas as nossas atividades bélicas*”.<sup>807</sup>

Pelas razões acima expostas, os combates na região entre os municípios de Bela Vista e Porto Murtinho foram os mais importantes travados em Mato Grosso durante aquele conflito. A tomada de Campo Grande pelas forças do governo significaria, além da interrupção das comunicações dos rebeldes com o exterior (impossibilitando, inclusive, relações comerciais) o fechamento do cerco aos rebeldes em São Paulo, pois este já via que suas divisas com os demais vizinhos (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás), além da saída para as águas oceânicas, estavam bloqueadas pelas forças legalistas.<sup>808</sup> Para os rebeldes, se tornou imperioso a tomada de Porto Murtinho ou, ao menos, a anulação da ameaça representada pela presença das forças governistas naquele estratégico porto.

Com efeito, nos dois lados, as forças em operações empregaram todos os meios bélicos disponíveis, o que incluiu as tropas federais, as milícias estaduais e as forças irregulares sob o comando dos potentados locais, a aviação militar e o navio Pernambuco, pertencente à Flotilha de Ladário, que estacionou em Porto Murtinho e disparou seus canhões contra as forças revoltosas.

Do lado “*revolucionário*” marcaram presença nesses “*renhidos e sangrentos*” combates “*cerca de mil de duzentos homens (...) nada menos de onze diferentes unidades, das quais cinco eram constituídas de forças regulares do exército*”, a saber: três companhias do 18º BC, sob o comando de um primeiro-tenente, dois esquadrões do 10º RCI, também sob as ordens de um primeiro-tenente, dois esquadrões do 11º RCI, sob o comando de um capitão, duas peças de artilharia de montanha 75 mm, Schneider, do antigo RAM, sob o comando de um primeiro-tenente, duas seções de metralhadoras pesadas, sob o comando de um primeiro-tenente e uma companhia “*incompleta*” do 6º BE, sob o comando de outro primeiro tenente.<sup>809</sup> Como se pode notar, o problema da falta de oficiais e efetivos persistiu e, ao menos o segundo deles, não foi solucionado pela adesão em massa da população à causa *constitucionalista*, pois os *voluntários*, mesmo quando na condição de reservistas, foram alocados nas tropas irregulares.

---

<sup>807</sup> PUIGGARI, Umberto. *Op. Cit.*, p. 179.

<sup>808</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 419.

<sup>809</sup> PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada. Presidente Prudente : 1933*, p.181.

A maior parte desse efetivo, entretanto, era constituída pelas 6 unidades irregulares restantes, comandadas pelas notoriedades dos municípios de Bela Vista, Ponta Porã, Campo Grande, Miranda, Entre Rios e até do interior de São Paulo. Vale destacar as figuras dos *coroneis* Ullysses de Lima, que teve sob seu comando “cento e sessenta homens de cavalaria” e contou com a colaboração de um oficial de linha, o segundo-tenente comissionado Gabino Soillet Soares, Hermenegildo Costa Lima (também capitão reformado do Exército), Altivo Barbosa, Theophilo Azambuja, Laudelino Barcelos, Waldomiro Corrêa e Sizenando Garcia, além dos paulistas Sylvio Noronha, Armando Pinto e Washington Aquino.<sup>810</sup> Ficaram, também, ao lado da *revolução* na região de fronteira e na serra do Amambai os *coroneis* Aral Moreira e Valêncio de Brum.<sup>811</sup>

A “*precariedade completa de recursos*”<sup>812</sup> em que viviam as forças rebeladas certamente constituiu fator limitador das suas operações ofensivas, talvez atenuada pela exuberância da natureza na região, que oferecia boas condições de subsistência às tropas. O transporte das tropas era, em parte, feito por e caminhões, em parte feito por tração animal. O terreno alto e acidentado da região diminuía a velocidade dos deslocamentos e nem sempre era possível a utilização de automóveis. Não havia barracas de campanha suficientes para todos os combatentes, de modo que foram “*sem conta as noites dormidas no chão úmido e ao relento, sob os rigores de intensa geadas, vinda de surpresa, após um dia de calor*”.<sup>813</sup> A falta de munições em ambos os lados determinou, em muitas ocasiões, a suspensão das hostilidades.<sup>814</sup>

Do lado das forças legalistas, que defendiam Porto Murtinho, além das 4 companhias “*completas*” em efetivos do 17º BC, havia também as *forças gaúchas*, provavelmente originárias de Bela Vista (Regimento Bento Gonçalves), e os “*guardas estaduais da fronteira*”. As forças legais também contavam com aviões de bombardeio e o navio

<sup>810</sup> PUIGGARI, Umberto. *Nas Fronteiras de Mato Grosso: Terra Abandonada*. Presidente Prudente : 1933, p. 182.

<sup>811</sup> ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande : Livraria Ruy Barbosa, 1962, pp. 82-83. Um capitão reformado do Exército chamado Carlos Cardoso teria organizado um batalhão de infantaria formado por estudantes da escola que dirigia em Ponta Porã.

<sup>812</sup> Expressão utilizada por Wilson Barbosa Martins, ex-combatente “constitucionalista”, para se referir à logística dos rebelados em Mato Grosso. Cf. FERREIRA, Bruno Torquato Silva; HANEMANN, Marcos. *Impressões Pessoais do Dr. Wilson Barbosa Martins a respeito da política no sul de Mato Grosso entre as décadas de 1930 e 1960*. Albuquerque: Revista de História, v. 3, 2011. pp. 182-183.

<sup>813</sup> PUIGGARI, Umberto. *Op. Cit.*, p. 183.

<sup>814</sup> *Ibidem*, pp. 187-188. Na opinião do autor anônimo da narrativa transcrita por Puiggari “*Murtinho não caiu pela falta absoluta de munição*” (p. 193).

Pernambuco, ancorado naquele porto.<sup>815</sup> Ficaram do lado governista quatro coronéis da região: João Gualberto Cabral, Brasil Gaudioso, Álvaro Brandão e Waldomiro de Souza.<sup>816</sup> Convém ressaltar que as forças legais eram equivalentes, em efetivos, aos rebelados; talvez por essa razão o impasse tenha caracterizado as ações militares das forças oponentes em operação nas imediações de Porto Murtinho.<sup>817</sup>

Terminada a “*revolução*”, os chefes civis comprometidos com o movimento, emigraram para o Paraguai, homiziando-se em Pedro Juan Cabalero, de onde regressaram após a anistia decretada por Getúlio Vargas.<sup>818</sup> No entanto, o fim dos combates não significou o fim dos atos violentos, sobretudo porque muitos “*elementos exaltados*” provocaram certa “*desordem*” “*de armas na mão*” e “*sem prestar obediência a ninguém*”. Somente as forças governistas do Exército, ao chegar à região, foram capazes de desarmar parcialmente os civis e restabelecer minimamente a ordem naquela extremidade do País.<sup>819</sup>

As forças da CMMT envolvidas na revolta foram extintas e novamente organizadas (com a mesma numeração) com frações de tropas das unidades que ocuparam o Sul de Mato Grosso com o encerramento da guerra civil. O 18º BC foi reorganizado com efetivos do 24º BC, o 10º RCI, com efetivos de um esquadrão do 3º Regimento de Cavalaria Divisionário, o 11º RCI, com efetivos de um esquadrão do 5º RCI, o RAM, com efetivos de uma seção da bateria do 3º Grupo de Artilharia a Cavalo e outra da bateria do 6º Grupo de Artilharia à Cavalo, o 6º BE, com efetivos fornecidos por uma seção de sapadores mineiros do 5º BE e outra seção de transmissões do 3º BE e, finalmente, o Destacamento Especial de Porto Murtinho foi reorganizado com efetivos angariados “*nas forças irregulares que operavam do território de Mato Grosso*”. As unidades legalistas (Destacamento Especial de Cáceres, 5º GAC, 16º e 17º BC) foram mantidas com os efetivos que apresentavam em julho de 1932.<sup>820</sup>

---

<sup>815</sup> ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande : Livraria Ruy Barbosa, 1962, pp. 84 e 192.

<sup>816</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>817</sup> PUIGGARI, Umberto. *Op. Cit.*, p. 193. De acordo com a citada narrativa, operaram na região “cerca de 2.500 homens”.

<sup>818</sup> Cf. Entrevista Concedida por Wilson Barbosa Martins a Marcos Hanemann e Bruno Torquato Silva Ferreira sobre o Movimento Constitucionalista de 1932 em abril de 2004. FERREIRA, Bruno Torquato Silva; HANEMANN, Marcos. *Impressões Pessoais do Dr. Wilson Barbosa Martins a respeito da política no sul de Mato Grosso entre as décadas de 1930 e 1960*. Albuquerque: Revista de História, v. 3, 2011, p. 179.

<sup>819</sup> ROSA, Pedro Ângelo da. *Op. Cit.*, p. 84. Encontra-se uma descrição geral do conflito em QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, p. 153.

<sup>820</sup> CAMPO GRANDE, Circunscrição Militar de Mato Grosso, Boletim Interno Nº 15 de 25 de outubro de 1932.

Com a derrota da causa constitucionalista encerrava-se um período de turbulências na trajetória da organização do Exército em terras mato-grossenses. No decorrer da mesma década, as forças da, agora, 9ª Região Militar (substituta da CMMT) teriam ainda que se bater com as forças irregulares do banditismo na porção sul do Estado,<sup>821</sup> entretanto, tais eventos não chegaram a ameaçar seriamente a integridade dos corpos e tão pouco a defesa territorial da região pelas forças militares subordinadas ao governo central.

Após 16 anos de funcionamento do sorteio militar, o estado geral dos corpos de tropas da CMMT, desconsiderando-se a presença de caminhões, não parecia ter alcançado grandes modificações e se as houve, tudo indica que foram para pior, explica-se: as conhecidas deficiências com que tinham que se debater os seus sucessivos comandantes somaram-se, após os episódios de 1922, 1924, 1925-1927 e 1932, a reduzida presença de oficiais e sargentos habilitados a conduzirem desde a instrução da tropa até a administração dos serviços de saúde, transportes, intendência, estado-maior e mesmo a aplicação da disciplina. Se o estado geral da tropa aquartelada em Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX era sofrível, em princípios da década de 1930 ele era caótico.

Resta saber agora, quais foram os ensinamentos e experiências legados por esses conflitos internos para a organização do exército em geral e para o relacionamento dos militares do Exército com a sociedade mato-grossenses a partir de 1932.

---

<sup>821</sup> Sobre o assunto consultar: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

**Imagem VI – O General Bertoldo Klinger recebendo homenagem da tropa da CMMT por ocasião das manobras de Nioaque (1931). Um raro interregno profissionalizante nessa conturbada guarnição militar brasileira. Esse rompante duraria pouco.**



**Fonte: *Parada e desfile: uma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século*. Rio de Janeiro: Seção de Livros de “O Cruzeiro”, 1958, capa.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude*  
(Giuseppe Tomasi di Lampedusa)

Os aderentes à revolta, oficiais e praças, após terem sido presos alguns e emigrado outros, foram anistiados e puderam retornar às fileiras do Exército. Há controvérsias com relação à utilidade da revolta para a consecução da finalidade a que pretensamente se destinava: a convocação de uma assembleia nacional constituinte e o fim do governo discricionário de Getúlio Vargas. De acordo com o brasilianista Frank McCann:

Essa guerra civil gerou o mito de que ela foi responsável por impelir Vargas a reconstitucionalizar o país. Mas, como vimos, ela já havia marcado eleições para a Assembleia Constituinte, e seu diário deixa claro que seus sentimentos privados coincidiam com os que ele expressava em público. Longe de contribuir para o governo constitucional, a rebelião paulista acrescentou desnecessariamente mortes, despesas, confusões, traições e indisciplina a uma situação já farta de tudo isso; na verdade, provavelmente contribuiu mais para pavimentar o caminho para a ditadura cinco anos depois.<sup>822</sup>

Mais importante para o Exército, do ponto de vista profissional, foram as transformações estruturais e os importantes ensinamentos legados pelo conflito. As primeiras foram proporcionadas pelo pretexto criado pelo resultado do conflito para “*expurgar o corpo de oficiais dos ineptos, dos preguiçosos e dos agitadores*” e também pelo afastamento das lideranças mais prestigiadas do Exército naquele momento, os, no momento não tão, *jovens turcos*, como Euclides Figueiredo e o próprio general Bertoldo Klinger. A vitória do governo provisório praticamente colocou o controle da organização nas mãos do general Góis Monteiro, que provocou uma importante inflexão nas suas estruturas do Exército, tornando-se o seu principal ideólogo institucional no decorrer dos anos 1930.<sup>823</sup>

Ao mesmo tempo, o conflito revelou as fragilidades da organização militar brasileira e o seu dismantelo, sobretudo quando comparada a dos vizinhos argentinos. Em seus relatórios, Góis Monteiro procurou alertar Vargas sobre a necessidade urgente de uma total reestruturação do Exército, a qual, necessariamente, passava pelo seu reaparelhamento em

---

<sup>822</sup>McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 419.

<sup>823</sup> Ver sobre isso especialmente o capítulo 3 de COELHO, Edmundo Campo Coelho. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

termos de mantimentos, fardamentos, armas, animais, veículos e munições. Essas preocupações colocaram no centro das atenções da alta cúpula militar problemas de fundo econômico como o da industrialização e da organização da produção agrícola.<sup>824</sup>

Do ponto de vista da política regional mato-grossense, o memorialismo local costuma atribuir a adesão dos políticos sulinos à revolta aos interesses separatistas das elites regionais do Sul em relação ao Norte do Estado. Nesse sentido, a adesão dos mato-grossenses do sul constituiria o culminar da evolução histórica do ideário *divisionista* que teria a sua origem no século XIX. Criou-se a esse respeito, inclusive, uma memória contra-factual, ancorada no fictício Estado de Maracaju: “*aquele que foi sem nunca ter sido*”.<sup>825</sup> O certo é que a forte presença do Exército no Sul de Mato Grosso, aliada à aproximação dos interesses comerciais daquela porção do Estado à economia industrial de São Paulo, como exportador de produtos agrícolas (notadamente o gado bovino) e importador de bens industrializados, sobretudo depois da extensão da linha ferroviária da Noroeste do Brasil até a região de Porto Esperança, influenciou decisivamente nos destinos políticos da região. A trajetória histórica que levou à aproximação política das lideranças do sul de Mato Grosso em relação à chefia militar da CMMT ainda está para ser escrita, porém há fortes evidências de que esses encontros se deram, em boa medida, como decorrência das ligações familiares e do estreitamento dos contatos pessoais proporcionados pelas guerras civis deflagradas na década de 1920, nas ocasiões em que estas atingiram a região.<sup>826</sup> Além disso, mesmo derrotados, é possível afirmar que a experiência de terem constituído, ainda que acidentalmente, um governo paralelo ao de Cuiabá tenha sido fator condicionante, senão do recrudescimento, do surgimento de “*reivindicações de autonomia face das oligarquias nortistas*”.<sup>827</sup>

Como é possível concluir a partir do que se vem tentando demonstrar presentemente, embora a introdução do sorteio militar tenha possibilitado um aumento da capilaridade do

---

<sup>824</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 426.

<sup>825</sup> HANEMANN, Marcos. “Estado de Maracaju: aquele que foi sem nunca ter sido”. Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul (19 a 22 de outubro de 2004), p. 103. O autor indica que os diários oficiais publicados pelo governo “revolucionário de Mato Grosso” instalado em Campo Grande, no prédio da Loja Oriente de Maracaju, não faziam referência alguma a Maracaju. Antes de Hanemann, Marisa Bittar já havia encetado a mesma constatação no seu trabalho *Mato Grosso do Sul – Do Estado Sonhado ao Estado Construído (1892–1997)*. Trabalho de pós-graduação para doutorado em História – Universidade de São Paulo. 1997, pp. 91-92.

<sup>826</sup> Para uma suposição semelhante ver WEINGARTNER, Alisoete Antônia dos Santos. *Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições Est, 1995, pp. 62-63.

<sup>827</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo e Campo Grande: EDUSC e UFMS, 2004, p. 155.

Estado na sociedade mato-grossense, através de um maior controle exercido sobre a população masculina, a verdade é que, qualitativamente, muito pouca coisa mudou no tocante à capacidade de arregimentação do governo federal na região. A maior parte dos sorteados continuavam a ser recrutados em outros Estados, os desfalques nos efetivos persistiram, as carências materiais continuaram extraordinárias, as dificuldades de comunicações entre as guarnições ainda eram ponderáveis, os oficiais transferidos para Mato Grosso ainda evitavam, por todos os meios possíveis e através dos mais criativos expedientes, procuravam ver-se livres dos corpos mato-grossenses quando para eles eram transferidos e, acima de tudo, o governo federal continuou dependente da intermediação dos potentados locais nas ocasiões em que foi necessário organizar minimamente as defesas terrestres da região.

Nem mesmo a esperada alteração no perfil dos praças do Exército, tão acalentada pelos seus propagandistas e defensores, se verificou de maneira integral. Na década de 1930, a dar crédito às informações contidas nos boletins diários da CMMT, os praças continuavam a se embebedar, disparar armas de fogo nas madrugadas solitárias das acanhadas urbes mato-grossenses (muitas vezes danificando o patrimônio público), portar armas brancas “*não regulamentares*”, andar acompanhados de prostitutas, cometer pequenos delitos como assaltos e outros mais graves como assassinatos.<sup>828</sup>

Resta saber o que mudou nesses dezesseis anos de sorteio militar. O Exército passou por um importante processo de profissionalização nesse período, que incluiu, entre outras coisas, a contratação de uma missão militar francesa, na compra de inúmeros armamentos (aviões, carros de combate, fuzis, metralhadoras, canhões etc.) no estabelecimento de várias escolas especializadas (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, intendência, educação física e até de aviação), a formação de um Conselho de Defesa Nacional, principiou a organização do parque industrial militar brasileiro... enfim, o Exército se modernizou.<sup>829</sup>

Do ponto de vista do recrutamento, essa modernização significou um aumento da seletividade. Os oficiais não mais queriam nas fileiras “facínoras”, “delinquentes” e nem mesmo “analfabetos boçais”, apesar das exceções conhecidas e certamente desconhecidas. O perfil do soldado ideal era o de um jovem de 21 a 30 anos, solteiro, alfabetizado, de

---

<sup>828</sup> Nelson Werneck Sodré se dizia surpreso com o fato de que seu vizinho em Campo Grande, “*capitão com família numerosa*”, utilizava, em serviços caseiros e até para levar seus filhos à escola, o seu ordenança, sabendo que se tratava de “*facínora, responsável por várias mortes*”. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p. 145.

<sup>829</sup> Cf. Cap. 11 de McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras.



preferência “branco” e originário de meios urbanos, se possível de classe média ou alta e portador de uma ficha policial “limpa”. Esse jovem permaneceria no máximo 18 meses nas fileiras. Se desejasse engajar e depois reengajar deveria fazer cursos para cabo e sargento: o Exército não mais tinha espaço para a figura do soldado profissional, que de profissional só tinha o fato de permanecer longos anos na caserna.

É certo que o Exército não foi capaz de constituir reservas confiáveis, uma das principais reivindicações de suas lideranças, mas também é certo que seus efetivos foram inflados nesse período.<sup>830</sup> O Exército continuou na dependência das milícias estaduais e dos coronéis e seus batalhões patrióticos nos momentos de emergência nacional, mas, ao mesmo tempo, o seu potencial de intervenção na sociedade brasileira aumentou consideravelmente, graças ao vasto aumento de sua presença numérica (o que, obviamente, não foi observado em sua plenitude nas raias mato-grossenses).

Ao mesmo tempo, os oficiais continuaram extremamente atuantes no ambiente político mato-grossense. Não foi por acaso que o principal provocador da desarticulação do domínio dos usineiros nortistas sobre a política estadual foi um oficial do Exército no exercício da interventoria após a Revolução de 30. Após 1932, outros oficiais também ganhariam notoriedade pelas suas intervenções, às vezes respaldadas pelo governo central outras não, no cenário político do Estado: Newton Cavalcanti, José Pessoa, Mascarenhas de Moraes entre outros.

Nessa perspectiva, o advento do sorteio militar ganha mais o aspecto de um processo lento e silencioso de acumulação de capital político por parte do Exército e, por extensão, do poder central, em detrimento das plutocracias locais e regionais, que efetivamente culminou, no contexto nacional, com o Estado Novo e, no plano estadual, com o fortalecimento da presença do governo federal e no enfraquecimento do chamado *coronelismo de baração e culeto*, embora não se possa afirmar que no seu desaparecimento.<sup>831</sup>

Mesmo assim, não se pode afirmar que as estruturas do Estado nacional brasileiro, também representadas em Mato Grosso pelo seu braço armado (o Exército), tenham agido sistemática e categoricamente em desfavor dessa plutocracia. Na verdade, em muitas ocasiões, deu-se exatamente o contrário: os desdobramentos da revolta dos praças do 18º BC

---

<sup>830</sup> Sobre isso ver CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>831</sup> Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. A expressão parece ter aparecido muito em SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1941.

e dos camponeses da região de Ponta Porã são prova disso. A grande mudança nesse caso deu-se em atendimento a uma permanência no padrão de dominação plutocrática, talvez com uma nova roupagem nacionalista e industrialista, durante o Estado Novo, e democrática e desenvolvimentista, pós-Estado Novo. Assim, talvez seja mais adequado definir a transformação no equilíbrio de poder entre os planos local, regional e nacional, naquele conturbado período, em decorrência da aplicação do sorteio militar, com a conhecida frase de Giuseppe Tomasi di Lampedusa: “*se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude*”.<sup>832</sup>

---

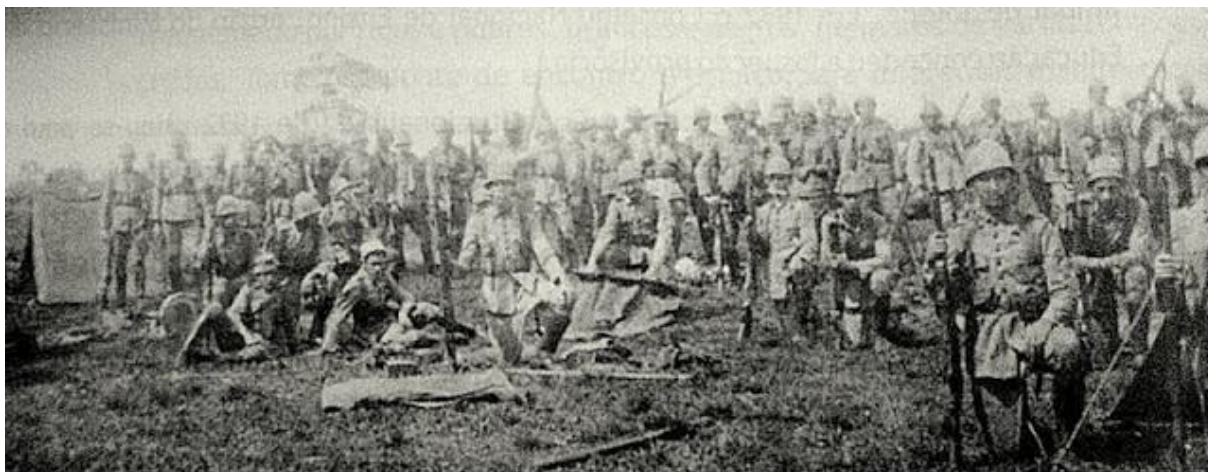
<sup>832</sup> LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1963, p. 32.

**Imagem VII – O Prefeito de Campo Grande e, posteriormente, governador de Mato Grosso “revolucionário”, Vespasiano Barbosa Martins ao lado do general-de-brigada Bertoldo Klinger (1932). Manifestava-se também o auge da convergência entre as lideranças civis e militares atuantes no Sul de Mato Grosso.**



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-7jzdWxnv5U/T67AlnMTIS/AAAAAAAAApE/avsSLw5klx8/s1600/Vespasiano-+general+Klinger.jpg>, consultado no dia 20/01/2014, às 12:10.

**Imagem VIII – Batalhão Taunay, constituído por voluntários de Campo Grande. A plutocracia sulina de Mato Grosso ainda mantinha seu perfil miliciano e seus “serviços” ainda eram requisitados por *legalistas* e *revolucionários*.**



Fontes: Acervo pessoal de Luiz Eduardo Silva Parreira ou [http://aadilsondomingos.blogspot.com.br/2013\\_02\\_01\\_archive.html](http://aadilsondomingos.blogspot.com.br/2013_02_01_archive.html), consultado no dia 30/12/2013, às 14:17.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## FONTES

### Legislação consultada(em ordem cronológica)

COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Constituição de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889-1900.

BRASIL. Decreto Nº 431, de 2 de junho de 1891. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

BRASIL. Lei Nº 403, de 24 de outubro de 1896. COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889-1900.

BOLETINS DO EXÉRCITO. Aviso Ministerial nº 331, de 4 de maio de 1907.

BRASIL. Lei Nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900-1910.

### Jornais (em ordem alfabética, pelo nome do periódico)

A *DEFESA Nacional*, 10 dez. 1913, pp. 41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 111.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 jun. 1902, p. 2.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 nov. 1902, p. 20.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 dez 1902, p. 2.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 10 jan. 1903, p. 1.

O QUARTEL do Limoeiro. *Correio do Estado*, Corumbá, 26 jun. 1909, p. 01.

REPRESSÃO À Vadiagem. *Correio do Estado*, Corumbá, 01 jun. 1910, p. 01.

*CORREIO DO Estado*, Corumbá, 15 dez. 1910, p. 3.

### Documentos publicados(em ordem alfabética)

ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914.

AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 458-459.

ARTIGOS DE GUERRA do Conde de Lippe. Apud CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, pp. 126-128.

### **Documentos nacionais do Exército(em ordem cronológica)**

BRASIL, Ministério da Guerra. Boletim do Exército nº 264, de 11 de outubro de 1911.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antônio Enéias Gustavo Galvão, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Floriano Vieira Peixoto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco Antonio de Moura, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bibiano Sérgio Macedo Costallat, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardo Vasques, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardo Vasques, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1897.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Thomas Cantuária, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1898.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1899.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1900.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1901.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1902.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1903.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1904.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1905.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1906.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1907.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1908.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.



\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Emygdio Dantas Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1916.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1920.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Fernando Setembrino de Carvalho, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1926.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

CARTA DE 14 de dezembro de 1919. Arquivo Histórico do Itamarati. Apud BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997).* Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 115.

CARTA DE CAXIAS ao ministro da Guerra datada de 04 de dezembro de 1867. Cartas, Reservados e Confidenciais, livro 2, Arquivo Nacional. Apud SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 147.

### **Documentos nacionais de outros órgãos(em ordem cronológica)**

BRASIL, Ministério da Agricultura. CNPI. *Relatório dos Trabalhos Realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, Apresentado às Autoridades do Ministério da Guerra pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como Chefe da Comissão.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

OFÍCIO DE 18 maio 1907. Arquivo Histórico do Itamarati. 308/2/16. Apud BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997).* Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

**Falas, Mensagens e Relatórios às Assembleias Legislativas Provinciais/Estaduais(em ordem cronológica)**

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, no dia 20 de Agosto de 1871. Cuiabá: Tip. de Souza Neves & Cia, 1871.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo Presidente da mesma Província, o Exmo. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior. Rio de Janeiro: Tip. do Apóstolo, 1873.

MENSAGEM dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior, em 04 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia do Apostolado, 1873.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na Segunda sessão da 19ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1873, Pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. General Dr. Jose de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Tip. de Souza Neves & Cia.

RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso José de Miranda da Silva Reis, na 1ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Provincial de Mato-Grosso, no dia 03 de maio de 1874. Cuiabá: Tip. Sousa Neves & Cia.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso na 2ª sessão da 20ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1875, pelo Vice-Presidente da Província, o Exmo. Sr. Coronel Barão de Diamantino, Cuiabá: Tip. Sousa Neves e Cia., 1875.

RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Sr. Coronel Barão de Diamantino, Vice Presidente da Província de Mato Grosso, passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Sr. General Hermes Ernesto da Fonseca, no dia 5 de julho de 1875. Cuiabá: Tip. de Sousa Neves e Cia., 1875.

FALA com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1876. Cuiabá: Tip. da Situação, 1876.

FALA com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1877. Cuiabá: Tip. da Situação, 1877.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de novembro de 1878. Cuiabá: Tip. do Liberal, 1878.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia em 1º de outubro de 1879. Cuiabá: Tip. de J.J.R. Calháo, 1879.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva Assembleia, no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: Tip. de J.J.R. Calháo, 1882.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão passou a administração da Província de Mato Grosso ao Exmo. Sr. Coronel José Maria de Alencastro, no dia 10 de março de 1883. Cuiabá: Tip. de J.J.R. Calháo, 1883.

RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Sr. General Barão de Batovi, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 25ª Legislatura da respectiva Assembleia, no dia 1º de Outubro de 1884. Cuiabá: Tip. de J. J. R. Calhão, 1884.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na primeira sessão da 26ª Legislatura no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província, o Exmo. Senhor Doutor Joaquim Galdino Pimentel. Cuiabá: Tipografia da Situação, 1886.

RELATÓRIO que o Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira redigiu para apresentar a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na 2ª sessão da 26ª Legislatura, no dia 1º de outubro de 1887. Cuiabá: Tip. da Situação, 1887.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Coronel Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Província, abriu a 27ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 20 de outubro de 1888. Tip. da Situação, 1888.

MENSAGEM apresentada pelo Exm. Sr. Cel. Pedro Leite Osório 1º vice-presidente à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da sua 7ª Legislatura no dia 13 de maio do corrente ano. Cuiabá, 1907.

### **Documentos do Exército local(em ordem cronológica)**

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 12 de fevereiro a 18 de dezembro de 1909.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 15 de janeiro a 31 de dezembro de 1910.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1911.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1912.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1913.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1914.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1915.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1916.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1917.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1919.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1920.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1921.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1921.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1922.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1923.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1924.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1925.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1928.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1929.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1930.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1931.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1932.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. *A Indústria Cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de Milícias*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de Outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003.

ALVES BASTOS, Joaquim Justino. *Encontro com o Tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1965.

AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 458-459.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

BEZERRA, Gregório. *Memórias(primeira parte: 1900-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BEATTIE, Peter. *The tribute of blood: army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

BRAZIL, Maria do Carmo. “Sobre a transferência da sede da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande” [no prelo].

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Unesp, 1994.

CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Texto e Contexto, 1972.

\_\_\_\_\_. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, vol. I.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967, vol. III.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: 2005.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In:

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 3, v.2, 1975.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CASTRO E SILVA, Egydio Moreira de. *À Margem do Ministério Calógeras (Memórias – 1º Volume)*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1961.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHAVES, Hugo Jorge de Brito. *Os Marechais de Napoleão*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

CONGRO, Rosário. “*Outras Ruínas – Como decorre a História. Crônicas e Alguns Poemas*”. São Paulo: Saraiva, 1957.

- COHN, Gabriel (org.). "Introdução" In. WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um País Inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1999.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro. "Com Rancor e com Afeto: rebeliões militares na década de 30". *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1985.
- DOMINGOS, Manuel. *O Militar e a Civilização*. *Revista Tensões Mundiais*, ano I, vol. 1, 2005, Fortaleza, Observatório das Nacionalidades, 2005.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. "A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 209-235.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1981.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador (Volume II)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ESCOBAR, Ildfonso. *Catecismo do Soldado (Infantaria)*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias*. Entrevista a Aspácia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERREIRA, Bruno Torquato Silva. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no Antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009.



\_\_\_\_\_ ; HANEMANN, Marcos. *Impressões Pessoais do Dr. Wilson Barbosa Martins a respeito da política no sul de Mato Grosso entre as décadas de 1930 e 1960*. Albuquerque: Revista de História, v. 3, 2011.

\_\_\_\_\_. “Notas acerca da vida arregimentada dos praças nos corpos do Exército no Antigo Mato Grosso (1909-1916)”. *História em Reflexão*. Vol. 3, nº 5. Dourados: UFGD, jan./jun 2009.

FREIRE, Elias Americano (tenente-coronel). 3º Grupo de Artilharia de Dorso – “Resumo Histórico da Unidade”. Campo Grande: 21 de maio de 1945.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Nacional, 2005.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

HANEMANN, Marcos. “Estado de Maracaju: aquele que foi sem nunca ter sido”. Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul (19 a 22 de outubro de 2004).

HAYES, Robert A. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971. t. 2, v. 4.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.

\_\_\_\_\_. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001.

JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional* – Estudo Social e Político. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924, em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989.

KRAAY, Hendrick. *Race, state and armed forces in independence-era Brazil: Bahia 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

LEAL, Joaquim Ponce. *Os Homens e as Armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1980.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDC, 2002. 4ª Entrevista, realizada em 7 de novembro de 1978, fita 4 B, p.45. Extraída de <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> às 23:30:31 do dia 18/04/2009.

MACHADO, Paulo. *A Grande Avenida*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2000 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Alegre*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Barão*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990 (Pelas Ruas de Campo Grande).

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1910)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997.

MARIN, Jéri Roberto. “Recristianização e Civilização dos Sertões Mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao sul da Diocese de Cuiabá, em 1886”. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da Memória: brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A Guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.

MENDES, Fábio Faria. *A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38. São Paulo, outubro de 1998.

\_\_\_\_\_. “A Lei da Cumbuca: a Revolta contra o Sorteio Militar”. Revista Estudos Históricos, ano 24, 1999, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

\_\_\_\_\_. “A economia moral do recrutamento militar no Brasil imperial”. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38, pp. 81-96, 1998 e MENDES, Fábio Faria. “A „Lei da Cumbuca“: a revolta contra o sorteio militar”. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, pp. 267-294, 1999.

\_\_\_\_\_. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

MENDONÇA, Rubens de. *Histórias das Revoluções em Mato-Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1970.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1969, vol. I.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. “Entre o Convés e as Ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “‘Esses miseráveis delinquentes’: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

OLIVEIRA, Dennison de. *Os Soldados Alemães de Vargas*. Juruá Editora, 2008.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

PALERMO, Miguel A. *Nioac: evolução política e revolução de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1986.

PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, 1977.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)”.

\_\_\_\_\_. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.

ROUQUIÉ, Alain (Coordenador). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHNEIDER, Fernand. *História das Doutrinas Militares*. Lisboa: Livraria Bertrand, S. A. R. L. 1975.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. "O Exército e o Império". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971. t. 2, v. 4.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *Oeste*. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1941.

SOUZA, Adriana Barreto de. "A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar-portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TUCHMAN, Bárbara W. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera, 1962.

VAGTS, Alfred. *A History of Militarism*. New York: MacMillian, 1959.

VICENZI, Cônego Jacomo. *Paraíso Verde: Impressões de uma Viagem a Mato Grosso em 1918*. Sem editora e sem data.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_. *Sociologia* [organizado por Gabriel Cohn]. São Paulo: Ática, 1982.

WEINGARTNER, Alisoete Antônia dos Santos. *Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições Est, 1995.